

**Ao**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL**

# **HABILITAÇÃO**

- 
- • PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34.2023
  - • PROCESSO Nº 0007337-05.2023.6.21.8000



## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

#### Dados do Fornecedor

CNPJ: 24.376.542/0001-21 DUNS®: 91\*\*\*\*\*55  
Razão Social: APPROACH TECNOLOGIA LTDA  
Nome Fantasia: APPROACH TECNOLOGIA  
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 24/05/2024  
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA  
MEI: Não  
Porte da Empresa: Demais

#### Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta  
Impedimento de Licitar: Nada Consta

#### Níveis cadastrados:

##### I - Credenciamento

##### II - Habilitação Jurídica

##### III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	04/05/2024
FGTS	Validade:	11/12/2023
Trabalhista ( <a href="http://www.tst.jus.br/certidao">http://www.tst.jus.br/certidao</a> )	Validade:	11/05/2024

##### IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	06/02/2024
Receita Municipal	Validade:	18/12/2023

##### VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2024

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

Emitido em: 13/11/2023 10:43

CPF: 047.478.629-35 Nome: KENT JOHANN MODES

Ass: \_\_\_\_\_

1 de 1



## TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

### Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

**Consulta realizada em:** 20/11/2023 13:35:03

#### Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **APPROACH TECNOLOGIA LTDA**  
CNPJ: **24.376.542/0001-21**

#### Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**  
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**  
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

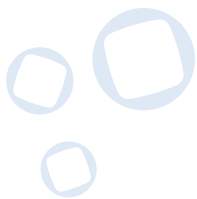
Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



**Ao**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL**

# **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- 
- • PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34.2023
  - • PROCESSO Nº 0007337-05.2023.6.21.8000





## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>24.376.542/0001-21</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>14/03/2016</b>
NOME EMPRESARIAL <b>APPROACH TECNOLOGIA LTDA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>APPROACH TECNOLOGIA</b>		PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>46.51-6-01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>42.21-9-04 - Construção de estações e redes de telecomunicações</b> <b>42.21-9-05 - Manutenção de estações e redes de telecomunicações</b> <b>46.14-1-00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves</b> <b>46.19-2-00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado</b> <b>46.52-4-00 - Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação</b> <b>61.10-8-02 - Serviços de redes de transportes de telecomunicações - SRTT</b> <b>61.90-6-99 - Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente</b> <b>62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis</b> <b>62.03-1-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis</b> <b>62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação</b> <b>62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação</b> <b>63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet</b> <b>64.62-8-00 - Outras sociedades de participação, exceto holdings</b> <b>70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica</b> <b>71.20-1-00 - Testes e análises técnicas</b> <b>74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários</b> <b>85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial</b> <b>95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>		
LOGRADOURO <b>AV PREFEITO OSMAR CUNHA</b>	NÚMERO <b>416</b>	COMPLEMENTO <b>SALA 303</b>
CEP <b>88.015-100</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>FLORIANOPOLIS</b>
UF <b>SC</b>		
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>CONTATO@APPROACHTEC.COM.BR</b>		TELEFONE <b>(48) 4009-2160</b>
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>14/03/2016</b>
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **06/11/2023** às **13:31:50** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 6 DA SOCIEDADE APPROACH TECNOLOGIA LTDA  
CNPJ nº 24.376.542/0001-21



KENT JOHANN MODES, nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 15/01/1986, CASADO em COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, EMPRESÁRIO, CPF nº 047.478.629-35, CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO nº 03212587907, órgão expedidor DETRAN - SC, residente e domiciliado(a) no(a) RUA MARINAS DO CAMPECHE, 499, CASA 01, CAMPECHE, FLORIANÓPOLIS, SC, CEP 88065185, BRASIL.

ODILON DE BITENCOURT HEITICH JUNIOR, nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 16/04/1979, SOLTEIRO, EMPRESÁRIO, CPF nº 251.034.338-69, CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO nº 04792884229, órgão expedidor DETRAN - SC, residente e domiciliado(a) no(a) RUA JOÃO MEIRELLES, 967, APTO 103 BLOCO D, ABRAÃO, FLORIANÓPOLIS, SC, CEP 88085201, BRASIL.

DANIEL SILVA RODRIGUES DE SOUZA, nacionalidade BRASILEIRA, SOLTEIRO, EMPRESÁRIO, inscrito no CPF nº 009.934.459-93 e no RG nº 8.522.220-1, AV. ENG. MAX DE SOUZA, 1588, APTO 702, COQUEIROS, FLORIANÓPOLIS/SC – CEP 88.080-000, BRASIL.

RAFAEL ONEDA DOS SANTOS, nacionalidade BRASILEIRA, CASADO, EMPRESÁRIO, inscrito no CPF nº 046.977.779-64 e no RG nº 13.130.174-0, domiciliado NA RUA FERNANDO FERREIRA DE MELLO, 128, TORRE SUL, APARTAMENTO 502, BOM ABRIGO, FLORIANÓPOLIS/SC – CEP 88085-260, BRASIL.

Sócios da sociedade limitada de nome empresarial APPROACH TECNOLOGIA LTDA, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob NIRE nº 42205437383, com sede Avenida Prefeito Osmar Cunha, 416, Sala 303, Centro Florianópolis, SC, CEP 88015100, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 24.376.542/0001-21, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

### CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

**Cláusula Primeira.** O sócio ODILON DE BITENCOURT HEITICH JUNIOR transfere 14 (quatorze) quotas do capital social, no valor nominal de R\$ 1.000,00 cada uma, que perfazem o valor total de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), direta e irrestritamente, a DANIEL DE SOUZA MARIA, nacionalidade brasileira, casado em comunhão parcial de bens, empresário, inscrito no RG sob o nº 4.177.419-1 SSP/SC e CPF nº 047.600.869-78, domiciliado na Rua João Grumiche, 1712, Condomínio Life Business Residenc – Bloco B, Apartamento 215, bairro Roçado, São José/SC, CEP 88.108-100, Brasil, da seguinte forma: VENDA, dando plena, geral e irrevogável quitação.

**Cláusula Segunda.** O sócio KENT JOHANN MODES transfere 14 (quatorze) quotas do capital social, no valor nominal de R\$ 1.000,00 cada uma, que perfazem o valor total de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), direta e irrestritamente, a DANIEL DE SOUZA MARIA, nacionalidade brasileira, casado em comunhão parcial de bens, empresário, inscrito no RG sob o nº 4.177.419-1 SSP/SC e CPF nº 047.600.869-78, domiciliado na Rua João Grumiche, 1712, Condomínio Life Business Residenc – Bloco B, Apartamento 215, bairro Roçado, São José/SC, CEP 88.108-100, Brasil, da seguinte forma: VENDA, dando plena, geral e irrevogável quitação.

### ADMISSÃO DE NOVO SÓCIO

Req: 81200000307186

Página 1



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 21/02/2022 Data dos Efeitos 21/02/2022

Arquivamento 20226533700 Protocolo 226533700 de 21/02/2022 NIRE 42205437383

Nome da empresa APPROACH TECNOLOGIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 319479431995928

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/02/2022 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício



http://assinador.pcs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=4aWjx3M0C-S-R0b1REU7A&chave2=Ug8cwsph-cKj5CvUIRA  
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 04747862935-KENT JOHANN MODES|04760086978-DANIEL DE SOUZA MARIA|04697777964-RAFAEL ONEDA DOS SANTOS  
00993445993-DANIEL SILVA RODRIGUES DE SOUZA|25103433869-ODILON DE BITENCOURT HEITICH JUNIOR

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 6 DA SOCIEDADE APPROACH TECNOLOGIA LTDA**  
**CNPJ nº 24.376.542/0001-21**

**Cláusula Terceira.** Fica admitido na sociedade o novo sócio DANIEL DE SOUZA MARIA, nacionalidade brasileira, casado em comunhão parcial de bens, empresário, inscrito no RG sob o nº 4.177.419-1 SSP/SC e CPF nº 047.600.869-78, domiciliado na Rua João Grumiche, 1712, Condomínio Life Business Residência – Bloco B, Apartamento 215, bairro Roçado, São José/SC, CEP 88.108-100, Brasil, detentor de 28 (vinte e oito) quotas do capital social, no valor nominal de R\$ 1.000,00 cada uma, que perfazem o valor total de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais).

**CAPITAL SOCIAL**

**Cláusula Quarta.** Diante da admissão do novo sócio, o capital social da sociedade e a participação dos sócios fica distribuída da forma abaixo, que será doravante objeto da consolidação do contrato social:

Sócios	Quotas	Valor (R\$)	Participação
Kent Johann Modes	658	R\$ 658.000,00	47,00%
Odilon de Bitencourt Heitich Junior	658	R\$ 658.000,00	47,00%
Daniel Silva Rodrigues de Souza	28	R\$ 28.000,00	2,00%
Rafael Oneda dos Santos	28	R\$ 28.000,00	2,00%
Daniel de Souza Maria	28	R\$ 28.000,00	2,00%

**DA RATIFICAÇÃO E FORO**

**Cláusula Quinta.** O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece em FLORIANÓPOLIS/SC.

**Cláusula Sexta.** As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

**Em face das alterações acima, consolida-se o contrato social, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:**

**CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO**  
**APPROACH TECNOLOGIA LTDA**  
**CNPJ 24.376.542/0001-21**

**I. NOME E SEDE**

**Cláusula Primeira:** A sociedade usa o nome empresarial **APPROACH TECNOLOGIA LTDA**, sendo regida por este Contrato Social, pelas disposições legais aplicáveis às sociedades limitadas e, de maneira complementar, pela Lei nº 6.404/76, bem como por Acordos de Sócios arquivados na sede social da sociedade.

**Cláusula Segunda:** A sociedade tem a sua sede social localizada na **AVENIDA PREFEITO OSMAR CUNHA, 416, SALA 303, CENTRO, FLORIANÓPOLIS, SC, CEP 88.015-100.**

Req: 81200000307186

Página 2



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 21/02/2022 Data dos Efeitos 21/02/2022

Arquivamento 20226533700 Protocolo 226533700 de 21/02/2022 NIRE 42205437383

Nome da empresa APPROACH TECNOLOGIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 319479431995928

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/02/2022 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

21/02/2022

**Cláusula Terceira:** A sociedade poderá abrir filiais e escritórios em qualquer parte do território nacional ou exterior.

## **II. OBJETO SOCIAL**

**Cláusula Quarta:** A sociedade tem como objeto social:

**I - COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DE TELECOMUNICAÇÕES;**

**II - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERMEDIÇÃO DE VENDAS NO ATACADO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DE TELECOMUNICAÇÕES;**

**III - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA NAS ÁREAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, DE TELECOMUNICAÇÕES E DE ENSINO DE APRENDIZAGEM;**

**IV - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DE TELECOMUNICAÇÕES;**

**V - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROCESSAMENTO E ARMAZENAMENTO DE DADOS E SERVIÇOS DE VALOR ADICIONADO NA INTERNET VALOR ADICIONADO NA INTERNET;**

**VI - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TREINAMENTO E DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA DE PESSOAS NAS ÁREAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, DE TELECOMUNICAÇÕES E DE ENSINO E APRENDIZAGEM;**

**VII - ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E DE TELECOMUNICAÇÃO;**

**VIII - LICENCIAMENTO E OUTORGA DE CESSÃO DE USO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR E DE ATIVOS INTANGÍVEIS NÃO FINANCEIROS;**

**IX - PESQUISA E O DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS, MÉTODOS, PRODUTOS E PROGRAMAS DE COMPUTADOR PARA APLICAÇÃO NAS ÁREAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, DE TELECOMUNICAÇÕES E DE ENSINO E APRENDIZAGEM;**

**X - PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DE OUTRAS SOCIEDADES EMPRESÁRIAS;**

**XI - REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMÉRCIO DE MERCADORIAS EM GERAL;**

**XII - ATIVIDADES DE INTERMEDIÇÃO E AGENCIAMENTO DE SERVIÇOS E NEGÓCIOS EM GERAL, EXCETO IMOBILIÁRIOS;**

**XIII - DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR NÃO-CUSTOMIZÁVEIS;**

Req: 81200000307186

Página 3



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 21/02/2022 Data dos Efeitos 21/02/2022

Arquivamento 20226533700 Protocolo 226533700 de 21/02/2022 NIRE 42205437383

Nome da empresa APPROACH TECNOLOGIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 319479431995928

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/02/2022 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

21/02/2022

**XIV - DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR  
CUSTOMIZÁVEIS**

**III. PRAZO DE DURAÇÃO**

**Cláusula Quinta:** A sociedade iniciou suas atividades no dia 01/03/2016 e seu prazo de duração é indeterminado.

**IV. CAPITAL SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DE QUOTAS**

**Cláusula Sexta:** O capital social totalmente integralizado é de R\$ 1.400.000,00 (um milhão quatrocentos mil reais), em moeda corrente nacional, representado por 1.400 (um mil e quatrocentos) quotas de capital, no valor nominal de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada uma, distribuído entre os sócios da seguinte forma:

Sócios	Quotas	Valor (R\$)	Participação
Kent Johann Modes	658	R\$ 658.000,00	47,00%
Odilon de Bitencourt Heitich Junior	658	R\$ 658.000,00	47,00%
Daniel Silva Rodrigues de Souza	28	R\$ 28.000,00	2,00%
Rafael Oneda dos Santos	28	R\$ 28.000,00	2,00%
Daniel de Souza Maria	28	R\$ 28.000,00	2,00%

**Parágrafo Único:** Os sócios subscritores das quotas do capital social declaram, para todos os efeitos legais, que não estão impedidos, nos termos da lei, de exercer os atos empresariais, em virtude de condenação criminal ou qualquer tipo de impedimento legal inclusive incapacidade superveniente, encontrando-se em pleno exercício de seus direitos civis, inclusive de personalidade.

**Cláusula Sétima:** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas respectivas quotas, apenas respondendo solidariamente pela integralização do capital.

**Cláusula Oitava:** Nas deliberações sociais, cada quota do capital social conferirá ao seu titular o direito a um voto.

**IV. ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO**

**Cláusula Nona:** A administração da sociedade caberá, ISOLADAMENTE, a(o) Sócio(a) KENT JOHANN MODES e, ISOLADAMENTE, a(o) Sócio(a) ODILON DE BITENCOURT HEITICH JUNIOR, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou ainda assumir obrigações em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros.

**Parágrafo único:** O(s) administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, que não existe(m) impedimento(s) de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a



ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 6 DA SOCIEDADE APPROACH TECNOLOGIA LTDA  
CNPJ nº 24.376.542/0001-21

cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

**Cláusula Décima:** Os sócios exercerão cargos de Diretoria, tendo direito de retirada mensal a título de pró-labore, de acordo com o previsto em acordo de sócios arquivado na sede social da sociedade.

**V. REUNIÕES DE SÓCIOS E DO QUÓRUM DE APROVAÇÃO**

**Cláusula Décima Primeira:** A reunião da sociedade poderá ser convocada por qualquer dos sócios, conforme as normas estabelecidas na legislação pertinente, mediante a expedição de carta convocatória, com local, data, hora e a ordem do dia da reunião, para os endereços os sócios, de acordo com o previsto no acordo de sócios arquivado na sede social da sociedade.

**Parágrafo Primeiro:** Ficam dispensadas as formalidades de convocação para reunião quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.

**Parágrafo Segundo:** A reunião será dispensada quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto de deliberação, ou quando não obrigatória por previsão legal.

**Parágrafo Terceiro:** Das reuniões serão lavradas atas, as quais serão arquivadas na sede social da sociedade.

**Parágrafo Quarto:** As reuniões somente serão válidas em caso de presença de sócios que representem, ao menos, dois terços do capital social da sociedade.

**Cláusula Décima Primeira:** O quórum de aprovação das deliberações tomadas em reunião de sócios será de dois terços dos votos representativos das quotas do capital social da sociedade, salvo quórum de aprovação específico existente neste contrato social, na legislação de regência, ou em acordo de sócios arquivado na sede social da sociedade.

**Cláusula Décima Segunda:** Dependem de deliberação e aprovação por quórum de dois terços dos votos dos quotistas:

- a) a aprovação das contas da administração;
- b) a exclusão de um dos sócios por justa causa;
- c) a designação dos administradores em ato separado, não sócio ou administrador sócio;
- d) a destituição dos administradores;
- e) o modo e o valor da remuneração dos administradores e sócios;
- f) a participação dos administradores, dos sócios e dos empregados nos lucros;
- g) a modificação do contrato social;
- h) a transformação da sociedade, ou a fusão, cisão ou incorporação, resolução, dissolução e liquidação da sociedade empresarial;
- i) a nomeação ou destituição de liquidantes e o julgamento de suas contas;
- j) recuperação judicial;
- k) investimento em outras empresas, coligadas ou controladas;
- l) aumento de capital com bens ou moeda corrente;

Req: 81200000307186

Página 5



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 21/02/2022 Data dos Efeitos 21/02/2022

Arquivamento 20226533700 Protocolo 226533700 de 21/02/2022 NIRE 42205437383

Nome da empresa APPROACH TECNOLOGIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 319479431995928

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/02/2022 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

21/02/2022



m) aprovação de laudo de reavaliação a valor venal de bens ou direitos do ativo permanente;

## VI. ALIENAÇÃO DAS QUOTAS, O FALECIMENTO E A INCAPACIDADE DO SÓCIO

**Cláusula Décima Terceira:** Caso pretenda alienar as quotas de sua titularidade do capital social da sociedade, total ou parcialmente, por dissidência ou simples vontade, o sócio alienante das quotas deverá observar o direito de preferência dos demais sócios na aquisição das quotas que pretende alienar, nos termos do disposto em acordo de sócios arquivado na sede social da sociedade.

**Cláusula Décima Quarta:** O ingresso de novo sócio na sociedade demandará deliberação e aprovação por quórum de dois terços dos votos dos quotistas, observado o disposto em acordo de sócios arquivado na sede social da sociedade.

**Cláusula Décima Quinta:** A morte, retirada, interdição, ausência declarada ou exclusão de um dos sócios não acarretará a dissolução da sociedade, que continuará com os sócios remanescentes, nos termos do previsto em acordo de sócios arquivado na sede social da sociedade, salvo em caso de aprovação da dissolução nos termos do previsto neste contrato social e em acordo de sócios.

**Parágrafo Primeiro:** Em caso de falecimento, ausência declarada ou interdição de um dos sócios, o cônjuge-meeiro, os herdeiros, legatários ou o curador designado somente substituirão o falecido, interdito, ou ausente, na sociedade, mediante prévia e expressa aprovação dos demais sócios, de acordo com o estabelecido no acordo de sócios arquivado na sede social da sociedade.

**Parágrafo Segundo:** Caso não aprovado o ingresso na sociedade do cônjuge-meeiro, dos herdeiros, dos legatários ou do curador, ou caso não manifestado o interesse no ingresso na sociedade, os sócios remanescentes terão direito preferencial à compra das quotas do capital social da sociedade do sócio falecido, interdito, ou ausente, nos termos do estabelecido no acordo de sócios arquivado na sede social da sociedade.

**Parágrafo Terceiro:** Caso não exercido o direito preferencial pelos sócios remanescentes nos termos do parágrafo segundo, as quotas do sócio falecido, interdito, ou ausente, serão liquidadas, sendo o cônjuge-meeiro, os herdeiros, os legatários ou o curador indenizados pelo valor apurado, nos termos do estabelecido no acordo de sócios arquivado na sede social da sociedade.

**Parágrafo Quarto:** Na hipótese do parágrafo terceiro, caberá aos sócios remanescentes proceder com a redução de capital social ou suprir o valor da quota, de acordo com a proporção das suas participações no capital social, nos termos do art. 1.031, §1º, do Código Civil Brasileiro, Lei n. 10406/02.

## VII. EXCLUSÃO DO SÓCIO

**Cláusula Décima Sexta:** Em caso da prática, por sócio, de atos graves que atentem contra os interesses da sociedade, pondo em risco a harmonia entre os sócios ou a própria sociedade, ou ainda nas hipóteses expressamente previstas em acordo de sócios arquivado na sede social da sociedade, os sócios que representam dois terços do capital social da sociedade poderão excluir por justa causa o sócio acusado, mediante simples alteração do contrato social.



**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 6 DA SOCIEDADE APPROACH TECNOLOGIA LTDA**  
**CNPJ nº 24.376.542/0001-21**

**Parágrafo Primeiro:** Para a exclusão de sócio deverá ser convocada reunião de sócios para essa específica finalidade, notificando o sócio acusado com, pelo menos, quinze dias de antecedência, possibilitando-lhe o exercício de defesa, cujos termos serão registrados na ata da reunião, sob pena de preclusão do direito de exercê-la.

**Parágrafo Segunda:** Ao final da reunião de sócios, a exclusão do sócio acusado será aprovada ou rejeitada por quórum de dois terços dos votos dos quotistas representativos do capital social da sociedade.

**Parágrafo Terceiro:** Em caso de exclusão por justa causa do sócio, os sócios remanescentes terão direito preferencial à compra das quotas do capital social da sociedade do sócio excluído, nos termos do estabelecido no acordo de sócios arquivado na sede social da sociedade.

**Parágrafo Quarto:** Caso não exercido o direito preferencial pelos sócios remanescentes nos termos do parágrafo terceiro, as quotas do sócio excluído serão liquidadas, sendo o sócio excluído indenizado pelo valor apurado, nos termos do estabelecido no acordo de sócios arquivado na sede social da sociedade.

**VIII. EXERCÍCIO SOCIAL**

**Cláusula Décima Sétima:** O exercício social terminará 31 de dezembro, ao término do qual será apurado o inventário físico e monetário dos bens, direitos e obrigações.

**Parágrafo Primeiro:** Em reunião anual de sócios, quando não dispensada pela legislação vigente, será decidido o destino dos resultados do exercício, a participação nos lucros ou prejuízos bem como a eventual constituição de reservas de lucros e a sua reversão.

**Parágrafo Segundo:** Havendo a distribuição de lucros, estes poderão ser partilhados desproporcionalmente entre os sócios, nos termos do previsto em acordo de sócios arquivado na sede social da sociedade, ou aprovado em reunião de sócios.

**Parágrafo Terceiro:** A sociedade poderá levantar, semestralmente, ou em períodos menores, balanços intercalares, para a verificação e resultados e, caso aprovado, a distribuição de lucros ou bonificações.

**IX. SUPRIMENTO DE OMISSÕES OU DÚVIDAS**

**Cláusula Décima Oitava:** As omissões ou dúvidas que possam ser suscitadas e não reguladas pelo presente contrato social serão supridas por Acordos de Sócios arquivados na sede social da sociedade, ou resolvidas com base nas disposições do Código Civil Brasileiro, Lei n. 10406/02. e, de maneira complementar, pela Lei nº 6.404/76, bem como por Acordos de Sócios arquivados na sede social da sociedade.

**X. FORO**

**Cláusula Décima Nona:** Fica eleito o foro da comarca de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

**E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento.**

**FLORIANÓPOLIS/SC, 15 de fevereiro de 2022.**

Req: 81200000307186

Página 7



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 21/02/2022 Data dos Efeitos 21/02/2022

Arquivamento 20226533700 Protocolo 226533700 de 21/02/2022 NIRE 42205437383

Nome da empresa APPROACH TECNOLOGIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 319479431995928

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/02/2022 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

21/02/2022



ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 6 DA SOCIEDADE APPROACH TECNOLOGIA LTDA  
CNPJ nº 24.376.542/0001-21

KENT JOHANN MODES

ODILON DE BITENCOURT HEITICH JUNIOR

DANIEL SILVA RODRIGUES DE SOUZA

RAFAEL ONEDA DOS SANTOS

DANIEL DE SOUZA MARIA

Req: 81200000307186

Página 8



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 21/02/2022 Data dos Efeitos 21/02/2022

Arquivamento 20226533700 Protocolo 226533700 de 21/02/2022 NIRE 42205437383

Nome da empresa APPROACH TECNOLOGIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 319479431995928

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/02/2022 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

21/02/2022



226533700

## TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	APPROACH TECNOLOGIA LTDA
PROTOCOLO	226533700 - 21/02/2022
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

### MATRIZ

NIRE 42205437383  
CNPJ 24.376.542/0001-21  
CERTIFICO O REGISTRO EM 21/02/2022  
SOB N: 20226533700

### EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20226533700

### REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 00993445993 - DANIEL SILVA RODRIGUES DE SOUZA - Assinado em 18/02/2022 às 10:11:16

Cpf: 04697777964 - RAFAEL ONEDA DOS SANTOS - Assinado em 18/02/2022 às 14:15:04

Cpf: 04747862935 - KENT JOHANN MODES - Assinado em 18/02/2022 às 09:23:56

Cpf: 04760086978 - DANIEL DE SOUZA MARIA - Assinado em 16/02/2022 às 10:51:03

Cpf: 25103433869 - ODILON DE BITENCOURT HEITICH JUNIOR - Assinado em 21/02/2022 às 09:24:23



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 21/02/2022 Data dos Efeitos 21/02/2022

Arquivamento 20226533700 Protocolo 226533700 de 21/02/2022 NIRE 42205437383

Nome da empresa APPROACH TECNOLOGIA LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 319479431995928

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/02/2022 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

21/02/2022

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME  
KENT JOHANN MODES

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF  
4826448 SSP SC

CPF  
047.478.629-35

DATA NASCIMENTO  
15/01/1986

FILIAÇÃO  
DARCI NILTON MODES  
TANIA LUCIA ARAUJO  
BEZERRA MODES

PERMISSÃO  
ACC CAT. HSB  
AB

Nº REGISTRO  
03212587907

VALIDADE  
11/02/2024

PHABILITAÇÃO  
04/03/2004

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
FLORIANÓPOLIS, SC

DATA DE EMISSÃO  
14/02/2019

ASSINATURA DO EMISSOR  
Sandra Mara Pereira  
Diretora Estadual de Trânsito

58477040678  
SC142525090

SANTA CATARINA

1831205824

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

PROIBIDO PLASTIFICAR

DF AC AL AP AM BA CE ES GO MA MT MS MG PR PB RJ RN RS RO RR SC SE SP TO

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



VÁLIDA EM TODO  
O TERRITÓRIO NACIONAL  
2009010282



NOME  
ODILON DE BITENCOURT HEITICH JUNIOR

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR/UF  
305546533 SSP SP

CPF  
251.034.338-69

DATA NASCIMENTO  
16/04/1979

FILIAÇÃO  
ODILON DE BITENCOURT  
HEITICH  
JUREMA MARIA CARDOSO  
HEITICH

PERMISSÃO  
[blank]

ACC  
[blank]

CAT. HAB.  
AB

Nº REGISTRO  
04792884229

VALIDADE  
20/05/2025

1ª HABILITAÇÃO  
27/10/2009



PROIBIDO PLASTIFICAR  
2009010282

OBSERVAÇÕES



ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
FLORIANÓPOLIS, SC

DATA DE EMISSÃO  
22/05/2020



ASSINATURA DO EMISSOR

SANTA CATARINA

88368428855  
SC155303864



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**Município e Comarca de Florianópolis**  
**1º Tabelionato de Notas e 3º Ofício de Protestos**  
Rodrigo Gomes dos Santos  
Interino

**Escritura Pública de Procuração**

**TRASLADO**

**Livro: 401**

**Folha: 188**

**Protocolo: 11.550**

**Data do Protocolo: 01/02/2023**

**SAIBAM** todos quantos este instrumento público virem que, aos dois (02) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e vinte e três (2023), neste 1º Tabelionato de Notas e 3º Ofício de Protestos, localizado na Rua Emílio Blum, nº 131, Salas 28-31, Centro, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, perante mim Thaislyn Machado Brião, Escrevente, na qualidade de preposto do Tabelião Interino desta Serventia, que esta subscreve, compareceu como **OUTORGANTE: APPROACH TECNOLOGIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ sob n. 24.376.542/0001-21**, registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC sob NIRE nº 42205437383, com sede na Avenida Prefeito Osmar Cunha, nº 416, Sala 303, Bairro Centro, Florianópolis/SC. Neste ato representada por seus sócios administradores: **1) KENT JOHANN MODES**, brasileiro, natural de Lisboa/Portugal, empresário, nascido em 15 de janeiro de 1986, filho de Darci Nilton Modes e Tania Lucia Araujo Bezerra Modes, portador da carteira nacional de habilitação nº 03212587907, DETRAN/SC, emitida em 14/02/2019, inscrito no CPF sob nº 047.478.629-35, com endereço eletrônico: kentmodes@gmail.com, o qual declara ser casado, residente e domiciliado na Rua Marinas do Campeche, nº 499, Casa 01, Bairro Campeche, Florianópolis/SC e **2) ODILON DE BITENCOURT HEITICH JUNIOR**, brasileiro, natural de São Paulo/SP, empresário, nascido em 16 de abril de 1979, maior e capaz, filho de Odilon de Bitencourt Heitich e Jurema Maria Cardoso Heitich, portador da carteira nacional de habilitação nº 04792884229, DETRAN/SC, emitida em 22/05/2020, inscrito no CPF sob nº 251.034.338-69, com endereço eletrônico: junior.heitich@gmail.com, o qual declara ser solteiro e não conviver em união estável, residente e domiciliado na Rua João Meirelles, nº 1213, Bloco D, Apartamento 407, Bairro Abraão, Florianópolis/SC, representação essa nos termos da 6º Alteração Contratual Consolidada, registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina aos 21/02/2022, sob número de arquivamento 20226533700, bem como certidão simplificada atualizada, expedida pela Junta Comercial do Estado de Santa Catarina em 28/12/2022, cujas cópias ficam aqui arquivadas, em pasta própria. Declara, sob pena de responsabilidade civil e criminal, que a 6º Alteração Contratual Consolidada corresponde a última protocolada na Junta Comercial e que não houve nenhuma alteração arquivada desde quando emitida a que foi aqui apresentada. A comparecente juridicamente capaz, foi identificada por mim como sendo a própria ante o documento de identificação emitido pela autoridade competente, que me foi apresentado, tomado por bom, ante suas características gerais de apresentação e conteúdo, não tendo



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**Município e Comarca de Florianópolis**  
**1º Tabelionato de Notas e 3º Ofício de Protestos**  
Rodrigo Gomes dos Santos  
Interino

**Escritura Pública de Procuração**

**TRASLADO**  
**Livro: 401**  
**Folha: 188v**

**Protocolo: 11.550**

**Data do Protocolo: 01/02/2023**

sido apontada nenhuma causa transitória impeditiva de expressão da vontade ou que reduza o discernimento, do que dou fé. E pela Outorgante foi dito que por este instrumento público nomeia e constitui seu **PROCURADOR: DANIEL DE SOUZA MARIA**, brasileiro, empresário, nascido em 20 de maio de 1984, filho de Marco Aurelio Borges Maria e Maria de Lourdes Souza Maria, portador da carteira nacional de habilitação nº 03575099501, DETRAN/SC, emitida em 19/02/2020, inscrito no CPF sob nº 047.600.869-78, endereço eletrônico não informado, casado, residente e domiciliado na Rua João Grumiche, nº 1712, Bloco B, Apartamento 215, Bairro Roçado, Cidade de São José/SC, conferindo-lhe **PODERES** especiais e **específicos** para, em nome da Outorgante, representá-la perante a Administração Pública na esfera Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, inclusive Autarquias, Fundações e seus assemelhados, além de Juntas Comerciais, Receita Federal, Secretarias da Fazenda e demais Secretarias Estaduais, Secretarias da Fazenda e demais Secretarias Municipais, e Conselhos Profissionais, bem como pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito privado, **especificamente** para celebração de negócios jurídicos e assinatura de contratos, aditivos contratuais, administrativos ou privados, e atas de registro de preços, podendo assumir compromissos, prestar informações e realizar cadastros, e ainda representá-la em tudo que fizer referência e estiver inserido no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA), e praticar, enfim, todos os demais atos necessários ao fiel cumprimento do presente mandato. **(SOB MINUTA). VEDADO O SUBSTABELECIMENTO.** O presente mandato terá validade de dois anos, tendo validade a partir de sua assinatura, até que ocorra uma das hipóteses previstas no artigo 682 do Código Civil, ou seja: I - pela revogação ou pela renúncia; II - pela morte ou interdição de uma das partes; III - pela mudança de estado que inabilite o mandante a conferir os poderes, ou o mandatário para os exercer; IV - pelo término do prazo ou pela conclusão do negócio. A parte declara que, em atendimento à lei de proteção de dados pessoais: (1) submete seus dados pessoais voluntariamente; (2) está ciente de que os dados serão fornecidos aos sistemas de alimentação obrigatória como DOI, CENSEC e similares, por imposição normativa; (3) está ciente que, dado o caráter público dos atos notariais, poderá ser fornecida certidão deste ato a terceiros. Certifico que a qualificação do procurador, bem como os demais





**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**Município e Comarca de Florianópolis**  
**1º Tabelionato de Notas e 3º Ofício de Protestos**  
Rodrigo Gomes dos Santos  
Interino

**Escritura Pública de Procuração**

**TRASLADO**

**Livro: 401**

**Folha: 189**

**Protocolo: 11.550**

**Data do Protocolo: 01/02/2023**

elementos constantes do presente instrumento foram constituídos por mera declaração da outorgante, devendo a prova destas declarações serem exigidas diretamente pelos órgãos ou pessoas a quem este interessar, assumindo a outorgante inteira responsabilidade civil e criminal pela veracidade das declarações. Assim me disse e a pedido lavrei o presente instrumento público que, lido pela comparecente e achado conforme, aceita, outorga e assina. Eu, Thaislyn Machado Brião, Escrevente, a digitei, lavrei, li e colhi as assinaturas das quais dou fé. E eu, Rodrigo Gomes dos Santos, Tabelião Interino, conferi, dou fé e assino, encerrando o presente ato. Emolumentos: Procuração / Substabelecimento (ad negotia): R\$ 68,92; Selo de 1 ato (GSM37421-32RH): R\$ 3,39 = R\$ 72,31. Assinam o ato: APPROACH TECNOLOGIA LTDA - Outorgante, KENT JOHANN MODES - Sócio, ODILON DE BITENCOURT HEITICH JUNIOR - Sócio, RODRIGO GOMES DOS SANTOS - Tabelião Interino. Nada mais, traslada em seguida. Dou fé que o presente traslado é copia fiel da escritura lavrada neste Tabelionato.

Florianópolis-SC, 2 de março de 2023

Assinado digitalmente por:  
THAISLYN MACHADO BRIÃO  
CPF: 034.517.560-30  
Certificado emitido por AC FCDL SC v5  
Data: 02/03/2023 13:16:49 -03:00



**THAISLYN MACHADO BRIÃO**  
Escrevente  
Assinado Digitalmente



Poder Judiciário  
Estado de Santa Catarina  
Selo Digital de Fiscalização  
Selo Normal

**GSM37421-32RH**

Confira os dados do ato em:

[www.tjsc.jus.br/selo](http://www.tjsc.jus.br/selo)



**República Federativa do Brasil**  
**Estado de Santa Catarina**  
**Município e Comarca de Florianópolis**  
**1º Tabelionato de Notas e 3º Ofício de Protestos**  
Rodrigo Gomes dos Santos  
Interino

**Escritura Pública de Procuração**

**TRASLADO**  
**Livro: 401**  
**Folha: 189v**

**Protocolo: 11.550**  
**Data do Protocolo: 01/02/2023**



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

**VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**  
**2007049752**

**NOME**  
DANIEL DE SOUZA MARIA

**DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR/UF**  
4177419 SESP SC

**CPF**  
047.600.869-78

**DATA NASCIMENTO**  
20/05/1984

**FILIAÇÃO**  
MARCO AURELIO BORGES  
MARIA  
MARIA DE LOURDES  
SOUZA MARIA

**PERMISSÃO**

**ACC**

**CAT. HAB.**  
B

**Nº REGISTRO**  
03575099501

**VALIDADE**  
17/02/2025

**1ª HABILITAÇÃO**  
27/04/2005

**OBSERVAÇÕES**  
A

**ASSINATURA DO PORTADOR**  
Daniel de Souza Maria

**LOCAL**  
SÃO JOSÉ, SC

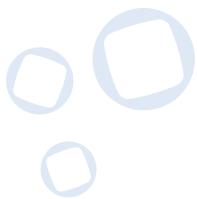
**DATA DE EMISSÃO**  
19/02/2020

**ASSINATURA DO EMISSOR**  
Sandra Mara Pereira  
Diretora Estadual de Trânsito

**66087828069**  
**SC153625805**

**SANTA CATARINA**

**PROIBIDO PLASTIFICAR**  
**2007049752**



**Ao**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL**

# **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

- 
- • PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34.2023
  - • PROCESSO Nº 0007337-05.2023.6.21.8000



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: APPROACH TECNOLOGIA LTDA**  
**CNPJ: 24.376.542/0001-21**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 03:04:47 do dia 03/11/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 01/05/2024.

Código de controle da certidão: **0823.ADB4.4D9F.8A66**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 24.376.542/0001-21  
**Razão Social:** APPROACH TECNOLOGIA LTDA  
**Endereço:** AV PREFEITO OSMAR CUNHA 416 SALA 303 / CENTRO / FLORIANOPOLIS / SC / 88015-100

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 12/11/2023 a 11/12/2023

**Certificação Número:** 2023111201591374741683

Informação obtida em 13/11/2023 03:06:22

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA  
SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

DATA/HORA ATUAL  
INSCRIÇÃO ESTADUAL  
CPF/CNPJ  
USUÁRIO

04/01/2023 13:26:40  
257926879  
24376542000121  
06865421930

## FICHA DO CONTRIBUINTE

DADOS DO CONTRIBUINTE			
Inscrição Estadual:	25.792.687-9	CPF/CNPJ:	24.376.542/0001-21
Nome Empresarial:	APPROACH TECNOLOGIA LTDA		
Nome Fantasia:	APPROACH TECNOLOGIA		
Município/UF:	81051 - FLORIANÓPOLIS / SC	Unidade Regional:	20011 - USEFI DE FLORIANOPOLIS
Tipo de Contribuinte:	1 - COMERCIANTE		
Tipo de inscrição:	1 - ESTABELECIMENTO PRINCIPAL		
Situação Cadastral:	1 - ATIVO	Data da situação cadastral:	06/04/2016
Natureza Jurídica:	2062 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA		
Eventos:			
DADOS FISCAIS			
Nire:	42205437383	Capital Social:	1.400.000,00
Data da constituição:	14/03/2016	Enquadramento fiscal:	NORMAL
Data de cadastramento:	06/04/2016	Regime de apuração do ICMS:	NORMAL
Data do início da atividade com ICMS:	06/04/2016	Optante do Simples Nacional na RFB:	NÃO
Data da última atualização cadastral:	21/02/2022 16:07:44, por RGIN_ALT - Usuário do Sistema RGIN - JUCESC para Alteração Cadastral Automática		
Área utilizada:	37,93 METRO QUADRADO (M2)		
Apuração consolidada desde:			
Forma de Atuação:	1 - ESTABELECIMENTO FIXO (LOJA, FÁBRICA, ESCRITÓRIO)		
Situação Especial:			
Auxiliares/Adjuntos:	0 - UNIDADE PRODUTIVA		
INFORMAÇÕES RELACIONADAS A DECLARAÇÕES			
Regularidade ou prazo adicional para pagamento: 06 Dias			
INFORMAÇÕES SOBRE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS			
- Credenciado a Emitir Nota Fiscal Eletrônica - NFe a partir de 22/08/2016			
INFORMAÇÕES SOBRE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL (EFD)			
Credenciado a enviar Escrituração Fiscal Digital - EFD a partir de 06/04/2016.			
INFORMAÇÕES SOBRE DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO ELETRÔNICO DO CONTRIBUINTE (DTEC)			
Contribuinte (IE 25.792.687-9) credenciado no DTEC a partir de 04/02/2020. Profissional da Contabilidade (CPF 068.654.219-30) credenciado no DTEC a partir de 31/01/2020. Nenhum membro do QSA credenciado no DTEC.			
ATIVIDADES ECONÔMICAS (CNAES)			
CNAE	Descrição	Qualificação	
46.51-6-01	Comércio atacadista de equipamentos de informática	Principal	
42.21-9-04	Construção de estações e redes de telecomunicações	Secundária	
42.21-9-05	Manutenção de estações e redes de telecomunicações	Secundária	
46.14-1-00	Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves	Secundária	
46.19-2-00	Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado	Secundária	
46.52-4-00	Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação	Secundária	
61.10-8-02	Serviços de redes de transportes de telecomunicações SRTT	Secundária	
61.90-6-99	Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente	Secundária	
62.02-3-00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis	Secundária	
62.03-1-00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis	Secundária	
62.04-0-00	Consultoria em tecnologia da informação	Secundária	
62.09-1-00	Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação	Secundária	
63.11-9-00	Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet	Secundária	
64.63-8-00	Outras sociedades de participação, exceto holdings	Secundária	
70.20-4-00	Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica	Secundária	
71.20-1-00	Testes e análises técnicas	Secundária	
74.90-1-04	Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários	Secundária	
85.99-6-04	Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial	Secundária	
95.11-8-00	Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos	Secundária	

ENDEREÇOS				
Endereço do Estabelecimento				
Endereço:	AVENIDA PREFEITO OSMAR CUNHA			
Número:	416	Complemento:	SALA 303	
Referência:		Bairro:	CENTRO	
Quadra:		Lote:		
CEP:	88015-100	Município/UF:	FLORIANÓPOLIS/SC	
Caixa Postal:		CEP Caixa Postal:		
Telefone:	4888400660	FAX:	48 40092160	
E-Mail:	kent@approachtec.com.br	Web Site:		
Endereço de Correspondência				
Endereço:	AVENIDA PREFEITO OSMAR CUNHA			
Número:	416	Complemento:	SALA 303	
Referência:		Bairro:	CENTRO	
Quadra:		Lote:		
CEP:	88015-100	Município/UF:	FLORIANÓPOLIS/SC	
Caixa Postal:		CEP Caixa Postal:		
Telefone:	4888400660	FAX:	48 40092160	
E-Mail:	kent@approachtec.com.br	Web Site:		
DADOS DO PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE (CONTABILISTA)				
Nome:	LUIZ GUILHERME RAMOS			
CPF:	06865421930	CRC:	1SC03718309	
Data do ingresso:	06/04/2016			
Guarda de documentos:	1 - NO PRÓPRIO ESTABELECIMENTO			
Endereço:	AV DAS AGUIAS			
Número:	36	Complemento:	APTO 703	
Referência:		Bairro:	PEDRA BRANCA	
Quadra:		Lote:		
CEP:	88137-280	Município/UF:	PALHOÇA/SC	
Caixa Postal:		CEP Caixa Postal:		
Telefone:	4833747464	FAX:		
E-Mail:	guilherme@pedrabrancacontabilidade.com.br	Web Site:		
QUADRO SOCIETÁRIO (SÓCIOS/ADMINISTRADORES/TITULARES)				
Dados Gerais				
Sócio	Nome:	DANIEL DE SOUZA MARIA		
	CPF/CNPJ:	04760086978		
	Relação:	Sócio		
	Qualificação:	Sócio		
	Data do ingresso:	21/02/2022	Data da saída:	
	Endereço:	RUA JOAO GRUMICHE		
	Número:	1712	Complemento:	BLOCO B AP
	Referência:		Bairro:	ROCADO
	Quadra:		Lote:	
	CEP:	88108-100	Município/UF:	SÃO JOSÉ/SC
	Caixa Postal:		CEP Caixa Postal:	
	Telefone:	4832590143	FAX:	
	E-Mail:	societario.luanco@gmail.com	Web Site:	
	Dados Gerais			

Sócio	<b>Nome:</b>	DANIEL SILVA RODRIGUES DE SOUZA		
	<b>CPF/CNPJ:</b>	00993445993		
	<b>Relação:</b>	Sócio		
	<b>Qualificação:</b>	Sócio		
	<b>Data do ingresso:</b>	09/03/2021	<b>Data da saída:</b>	
	<b>Endereço:</b>	AVENIDA ENGENHEIRO MAX DE SOUZA		
	<b>Número:</b>	1588	<b>Complemento:</b>	APT 702
	<b>Referência:</b>		<b>Bairro:</b>	COQUEIROS
	<b>Quadra:</b>		<b>Lote:</b>	
	<b>CEP:</b>	88080-000	<b>Município/UF:</b>	FLORIANÓPOLIS/SC
	<b>Caixa Postal:</b>		<b>CEP Caixa Postal:</b>	
	<b>Telefone:</b>	4840092160	<b>FAX:</b>	
	<b>E-Mail:</b>	guilherme@pedrabrancacontabilidade.com.br	<b>Web Site:</b>	

**Dados Gerais**

Sócio	<b>Nome:</b>	KENT JOHANN MODES		
	<b>CPF/CNPJ:</b>	04747862935		
	<b>Relação:</b>	Sócio		
	<b>Qualificação:</b>	Sócio Administrador		
	<b>Data do ingresso:</b>	14/03/2016	<b>Data da saída:</b>	
	<b>Endereço:</b>	RUA MARINAS DO CAMPECHE		
	<b>Número:</b>	499	<b>Complemento:</b>	CASA 01
	<b>Referência:</b>		<b>Bairro:</b>	CAMPECHE
	<b>Quadra:</b>		<b>Lote:</b>	
	<b>CEP:</b>	88065-185	<b>Município/UF:</b>	FLORIANÓPOLIS/SC
	<b>Caixa Postal:</b>		<b>CEP Caixa Postal:</b>	
	<b>Telefone:</b>	48 988400660	<b>FAX:</b>	
	<b>E-Mail:</b>	kent@approachtec.com.br	<b>Web Site:</b>	

**Dados Gerais**

Sócio	<b>Nome:</b>	ODILON DE BITENCOURT HEITICH JUNIOR		
	<b>CPF/CNPJ:</b>	25103433869		
	<b>Relação:</b>	Sócio		
	<b>Qualificação:</b>	Sócio Administrador		
	<b>Data do ingresso:</b>	14/03/2016	<b>Data da saída:</b>	
	<b>Endereço:</b>	RUA JOAO MEIRELLES		
	<b>Número:</b>	967	<b>Complemento:</b>	APT 103 BL
	<b>Referência:</b>		<b>Bairro:</b>	ABRAAO
	<b>Quadra:</b>		<b>Lote:</b>	
	<b>CEP:</b>	88085-201	<b>Município/UF:</b>	FLORIANÓPOLIS/SC
	<b>Caixa Postal:</b>		<b>CEP Caixa Postal:</b>	
	<b>Telefone:</b>	48 988101221	<b>FAX:</b>	
	<b>E-Mail:</b>	odilon@approachtec.com.br	<b>Web Site:</b>	

**Dados Gerais**

Sócio	<b>Nome:</b>	RAFAEL ONEDA DOS SANTOS		
	<b>CPF/CNPJ:</b>	04697777964		
	<b>Relação:</b>	Sócio		
	<b>Qualificação:</b>	Sócio		
	<b>Data do ingresso:</b>	09/03/2021	<b>Data da saída:</b>	
	<b>Endereço:</b>	RUA FERNANDO FERREIRA DE MELLO		
	<b>Número:</b>	128	<b>Complemento:</b>	APT 502 BL
	<b>Referência:</b>		<b>Bairro:</b>	BOM ABRIGO
	<b>Quadra:</b>		<b>Lote:</b>	
	<b>CEP:</b>	88085-260	<b>Município/UF:</b>	FLORIANÓPOLIS/SC
	<b>Caixa Postal:</b>		<b>CEP Caixa Postal:</b>	
	<b>Telefone:</b>	4840092160	<b>FAX:</b>	
	<b>E-Mail:</b>	guilherme@pedrabrancacontabilidade.com.br	<b>Web Site:</b>	

**INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

<b>Grupo Especialista:</b>	GRAF Florianópolis
<b>Franqueadores:</b>	
<b>Franqueados:</b>	

Integradores:				
Integrados:				
Condição de Uso:	9999 - Sem Valor	Data Início:		Data Fim:
Tipo de Registro:	9999 - Não tem valor	Número do Registro:		
Locatários, Arrendatários, Parceiros e Comodatários:				

Imprimir





# PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

## Secretaria Executiva de Serviços



### Alvará de Licença para Localização e/ou Funcionamento

Autorizamos o Contribuinte abaixo caracterizado a exercer nesta cidade a(s) atividade(s) abaixo relacionadas.

Nome/Razão Social

APPROACH TECNOLOGIA LTDA / APPROACH TECNOLOGIA

CPF/CNPJ

24.376.542/0001-21

Endereço

Avenida PREF OSMAR CUNHA, 416 , SALA 303, 88015100 - Centro

Modalidade

Estabelecido

Atividades

Código	Descrição
6110802	Serviços de redes de transporte de telecomunicações SRTT
4221905	Manutenção de estações e redes de telecomunicações
6190699	Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente
6203100	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis
7490104	Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários
4221904	Construção de estações e redes de telecomunicações
6202300	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis
7120100	Testes e análises técnicas
6463800	Outras sociedades de participação, exceto holdings
6204000	Consultoria em tecnologia da informação
6311900	Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet
9511800	Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos
4614100	Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e
4651601	Comércio atacadista de equipamentos de informática
6209100	Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação
7020400	Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica
8599604	Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
4619200	Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado
4652400	Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação

CMC

4966058

Processo Lanç.

RG141190/2021

Data Registro

24/01/2023

Válido

2023

Data Início Ativ.

25/05/2016

1. Este alvará só é válido se acompanhado do comprovante de pagamento (DAM) da respectiva Taxa de Expediente (referente a emissão do alvará do mesmo ano).
2. O licenciado se sujeita às leis fiscais desta municipalidade inclusive a sustentação do presente alvará.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS**

Nome (razão social): **APPROACH TECNOLOGIA LTDA**  
CNPJ/CPF: **24.376.542/0001-21**

**Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.**

Dispositivo Legal: **Lei nº 3938/66, Art. 154**  
Número da certidão: **230140222097570**  
Data de emissão: **10/08/2023 01:45:00**  
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158): **06/02/2024**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: <http://www.sef.sc.gov.br>

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

APPROACH TECNOLOGIA LTDA CNPJ: 24376542000121

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à

Finalidade

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Código de Controle

CWTNLVIJXSVLOS1

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.

Florianópolis (SC), 19 de Outubro de 2023



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: APPROACH TECNOLOGIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 24.376.542/0001-21

Certidão nº: 53792487/2023

Expedição: 04/10/2023, às 02:27:01

Validade: 01/04/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **APPROACH TECNOLOGIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **24.376.542/0001-21**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Florianópolis, 17 de novembro de 2023

## DECLARAÇÃO MENOR

Approach Tecnologia LTDA, inscrita no CNPJ 24.376.542/001-21 estabelecida na Av. PREF. OSMAR CUNHA, 416 – SALA 303, CENTRO, FLORIANÓPOLIS/SC - 88015-100, por meio de seu diretor administrativo financeiro, o sr. Daniel de Souza Maria, portador da cédula de identidade nº 4177419 e inscrito no CPF nº 047.600.869-78, com mesmo endereço comercial, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21.06.1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

**Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.**

SIM ( )

NÃO ( X )

DANIEL DE SOUZA  
MARIA:047600869  
78

Assinado de forma digital  
por DANIEL DE SOUZA  
MARIA:04760086978  
Dados: 2023.11.23  
11:13:04 -03'00'

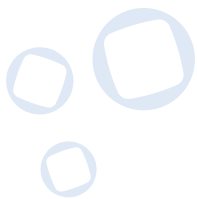
---

Nome: Daniel de Souza Maria

RG: 4177419

CPF: 047.600.869-78

Cargo: Diretor Administrativo/Financeiro



**Ao**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL**

# **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

- 
- • PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34.2023
  - • PROCESSO Nº 0007337-05.2023.6.21.8000

**CERTIDÃO RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL E FALÊNCIA Nº: 906031**  
**Comarcas e Turmas Recursais (Primeiro Grau)**

**CERTIFICAMOS**, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais, **NÃO CONSTAM** em tramitação nas comarcas do Estado de Santa Catarina **AÇÕES FALIMENTARES EM GERAL** contra:

**NOME: APPROACH TECNOLOGIA LTDA**

Raiz do CNPJ: 24.376.542

País endereço da sede : BRASIL

Estado endereço da sede : SANTA CATARINA

Município endereço da sede : FLORIANOPOLIS

Endereço da sede : Avenida Prefeito Osmar Cunha, 416, sala 303, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88015-100

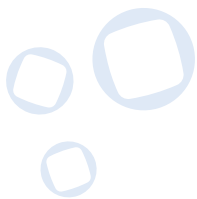
Certidão emitida às 14:49 de 25/09/2023.

a) Os dados que serviram de parâmetro para a realização da busca e para expedição desta certidão são de responsabilidade do(a) solicitante, inexistindo qualquer conexão com a Receita Federal ou outra instituição pública para autenticação das informações prestadas, competindo ao(à) interessado(a) ou destinatário(a) sua conferência.

b) Certidão expedida gratuitamente, nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6/2023.







**Ao**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL**

# **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- 
- • PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34.2023
  - • PROCESSO Nº 0007337-05.2023.6.21.8000



**Ministério da Educação**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte**  
**REITORIA**

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos para os devidos fins que a empresa APPROACH TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 24.376.542/0001-21, forneceu através dos empenhos nº 2022NE000781, 2022NE000782 e 2022NE000783, oriundos da ARP do TRE-PB, ao INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - IFRN, CNPJ 10.877.412/0001-68, situado no endereço Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho Tirol, 1692 - Tirol - Natal - RN - CEP 59015-300, os produtos e serviços relacionados abaixo:

Item ARP	Fabricante	Modelo	Descrição	Qtd
1	NUTANIX	NX-1165N-G8	Nó hiperconvergente – Configuração básica	4
2	NUTANIX	Adit. 256GB	Aditamento de memória para nó hiperconvergente	8
3	NUTANIX	Adit. CPU	Aditamento de processador para nó hiperconvergente	4
4	NUTANIX	Adit. HDD 12TB	Aditamento de armazenamento em HDD para nó hiperconvergente	20
5	NUTANIX	Adit. SSD 3,84TB	Aditamento de armazenamento em SSD para nó hiperconvergente	12
6	NUTANIX	PRISM PRO	Software de gerenciamento	9
8	APPROACH	n/a	Instalação de nó hiperconvergente	4
12	RUCKUS	ICX7550-24F (+ acessórios)	Switch ToR redundante	1
13	APPROACH	n/a	Banco de horas técnicas (atendimento remoto)	200
14	VEEAM	Veeam Availability Suite	Licenças de aplicação de backup	10

15	EXAGRID	EX27	Appliance de backup	1
16	APPROACH	n/a	Instalação da aplicação de backup	1
17	APPROACH	n/a	Instalação do appliance de backup	1

- Garantia e suporte por 3 anos para os equipamentos e softwares supracitados;
- Instalação e configuração dos equipamentos e licenças supracitados;
- Instrução, suporte e acompanhamento da migração das Máquinas Virtuais para o novo ambiente;
- Integração da solução ao ambiente existente;
- Treinamento e repasse de conhecimento operacional do sistema.

Profissionais envolvidos na implantação:

- Raoni Santana Santos – CPF: 230.967.868-60

Declaramos ainda que a Approach Tecnologia forneceu os referidos produtos e serviços dentro do prazo estipulado, cumprindo todas as exigências técnicas, de qualidade e de garantia previstas no contrato, não havendo até o momento presente nenhum fato que a desabone em relação aos serviços prestados e à sua capacidade técnica.

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Joao Rodrigo Silva de Carvalho, COORDENADOR(A)** - CD0004 - COINRE, em 31/07/2023 11:33:02.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 31/07/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 590489

Código de Autenticação: 0056e58922



Data e hora da consulta: 20/12/2022 19:03

Usuário: \*\*\*.031.024.\*\*

Impressão Completa

## Nota de Empenho

## UG Emitente

Código	Nome	Moeda
158155	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN	REAL - (R\$)
CNPJ	Endereço	CEP
10.877.412/0001-68	R. DR NILO BEZERRA RAMALHO TIROL	59015-300
Município	UF	Telefone
NATAL	RN	(84) 4005-0764

Ano	Tipo	Número
2022	NE	781

## Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	171168	8100000000	449052	151601	L20RLP35TBN

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
20/12/2022	Ordinário	23421.005003.2022-06	0,0000	3.211.000,00

## Favorecido

Código	Nome	CEP
24.376.542/0001-21	APPROACH TECNOLOGIA LTDA	88015-100
Endereço		
PREFEITO OSMAR CUNHA 416 SALA 303 CENTRO		
Município	UF	Telefone
FLORIANOPOLIS	SC	

## Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação				
126	PREGAO				
Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea	
LEI 10.520 / 2002	1	-	-	-	

## Descrição

DESPESA COM AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES DE TI (SOLUÇÃO PARA VIRTUALIZAÇÃO DE DESKTOPS) PARA ESTE IFRN CONFORME PROCESSO 23421.005003.2022-06 (PR 2/2022 DA UG 070009, ITENS 1 A 5, 12 E 15)

## Local da Entrega

RUA DR. NILO BEZERRA RAMALHO, 1692, TIROL CEP: 59015-300

## Informação Complementar

07000905000022022 - UASG Minuta: 158155

## Sistema de Origem

COMPRASNET-ME

Data e hora da consulta: 20/12/2022 19:03

Usuário: \*\*\*.031.024.\*\*

Impressão Completa

### Nota de Empenho

#### Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.211.000,00

#### Subelemento 35 - MATERIAL DE TIC (PERMANENTE)

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Item compra: 00001 - SERVIDOR, TIPO RACK, PROCESSADORES FÍSICOS 2, NÚCLEOS POR PROCESSADOR 15 A 20, MEMÓRIA RAM 768 GB, INTERFACE REDE LAN 2, INTERFACE REDE SAN 2, ARMAZENAMENTO SATA SEM DISCOS SATA, ARMAZENAMENTO SAS COM DISCOS SAS, ARMAZENAMENTO SSD COM DISCOS SSD, FONTE ALIMENTAÇÃO REDUNDANTE (SWAP/HOT PLUG), SISTEMA OPERACIONAL SEM SISTEMA OPERACIONAL, GARANTIA ON SITE SUPERIOR 48 MESES	1.325.800,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
20/12/2022	Inclusão	4,00000	331.450,0000	1.325.800,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
002	Item compra: 00002 - PENTE DE MEMÓRIA, CAPACIDADE MEMÓRIA 256 MB, TIPO DDR- (DOUBLE SIZE), COMPATIBILIDADE PC 266	298.400,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
20/12/2022	Inclusão	8,00000	37.300,0000	298.400,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
003	Item compra: 00003 - PROCESSADOR, TIPO CORE I5, VELOCIDADE PROCESSAMENTO 2.0 GHZ, MODELO I5-10400T, BARRAMENTO 8 GT/S, MEMÓRIA CACHE 12 MB, APLICAÇÃO MICROCOMPUTADOR	188.600,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
20/12/2022	Inclusão	4,00000	47.150,0000	188.600,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
004	Item compra: 00004 - DISCO MAGNÉTICO, MEMÓRIA 12 TB, VELOCIDADE TRANSFERÊNCIA 4 GB/S, APLICAÇÃO ARMAZENAMENTO DADOS, CAPACIDADE MÍNIMA CACHE 128 GB, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 32 PORTAS FC DE 4GBPS COM EXPANSÃO ATÉ 64 PORTAS, CAPACIDADE DISCO 300 GB, VELOCIDADE ROTAÇÃO 15.000 RPM, INTERFACE FIBRE CHANNEL	103.000,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
20/12/2022	Inclusão	20,00000	5.150,0000	103.000,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
005	Item compra: 00005 - DISCO MAGNÉTICO, MEMÓRIA 3 TB., VELOCIDADE TRANSFERÊNCIA 6.0 GB/S, APLICAÇÃO INFORMÁTICA, MODELO SAS, VELOCIDADE MÍNIMA DISCO 7.200 RPM, TIPO RÍGIDO	385.200,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
20/12/2022	Inclusão	12,00000	32.100,0000	385.200,00

Data e hora da consulta: 20/12/2022 19:03

Usuário: \*\*\*.031.024-\*\*

Impressão Completa

## Nota de Empenho

## Lista de Itens

<b>Natureza de Despesa</b>	<b>Total da Lista</b>
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.211.000,00

**Subelemento 35 - MATERIAL DE TIC (PERMANENTE)**

Seq.	Descrição	Valor do Item
006	Item compra: 00012 - TRANSCEIVER, TIPO P/ CABEAMENTO ÓTICO SFP-SMALL FORM-FACTOR PLUG-IN, APLICAÇÃO CONEXÃO 1000BASE-SX, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS BASE GIGABIT-1/10 GBPS/ COMPATIV/ SWITCH NEXUS 200 0	330.000,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
20/12/2022	Inclusão	1,00000	330.000,0000	330.000,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
007	Item compra: 00015 - SWITCH, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ESPECIFICAÇÃO DE REFERÊNCIA- SWITCH DE BORDA	580.000,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
20/12/2022	Inclusão	1,00000	580.000,0000	580.000,00

## Assinaturas

**Ordenador de Despesa**

JOSE ARNOBIO DE ARAUJO FILHO

\*\*\*.031.024-\*\*

20/12/2022 19:02:49

**Gestor Financeiro**

JUSCELINO CARDOSO DE MEDEIROS

\*\*\*.066.944-\*\*

20/12/2022 19:02:11

# Documento Digitalizado Público

**2022NE000781 - MATERIAIS PERMANENTES**

**Assunto:** 2022NE000781 - MATERIAIS PERMANENTES

**Assinado por:** Rodrigo Leite

**Tipo do Documento:** Nota de Empenho

**Situação:** Finalizado

**Nível de Acesso:** Público

**Tipo do Conferência:** Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Rodrigo Ricelly Avelino Leite, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em 20/12/2022 19:04:29.

Este documento foi armazenado no SUAP em 20/12/2022. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 1277225

**Código de Autenticação:** 08d1d07f28



Data e hora da consulta: 20/12/2022 19:03

Usuário: \*\*\*.031.024.\*\*

Impressão Completa

## Nota de Empenho

## UG Emitente

Código	Nome	Moeda
158155	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN	REAL - (R\$)
CNPJ	Endereço	CEP
10.877.412/0001-68	R. DR NILO BEZERRA RAMALHO TIROL	59015-300
Município	UF	Telefone
NATAL	RN	(84) 4005-0764

Ano	Tipo	Número
2022	NE	782

## Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	171168	8100000000	449040	151601	L20RLP35TBN

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
20/12/2022	Ordinário	23421.005003.2022-06	0,0000	493.550,00

## Favorecido

Código	Nome	CEP
24.376.542/0001-21	APPROACH TECNOLOGIA LTDA	88015-100
Endereço		
PREFEITO OSMAR CUNHA 416 SALA 303 CENTRO		
Município	UF	Telefone
FLORIANOPOLIS	SC	

## Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação				
126	PREGAO				
Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea	
LEI 10.520 / 2002	1	-	-	-	

## Descrição

DESPESA COM AQUISIÇÃO DE SOFTWARES PRONTOS (SOLUÇÃO PARA VIRTUALIZAÇÃO DE DESKTOPS) PARA ESTE IFRN CONFORME PROCESSO 23421.005003.2022-06 (PR 2/2022 DA UG 070009, ITENS 6 E 14)

## Local da Entrega

RUA DR. NILO BEZERRA RAMALHO, 1692, TIROL CEP: 59015-300

## Informação Complementar

07000905000022022 - UASG Minuta: 158155

## Sistema de Origem

COMPASNET-ME



Data e hora da consulta: 20/12/2022 19:03

Usuário: \*\*\*.031.024-\*\*

Impressão Completa

### Nota de Empenho

#### Lista de Itens

<b>Natureza de Despesa</b>	<b>Total da Lista</b>
449040 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNI	493.550,00

#### Subelemento 05 - AQUISICAO DE SOFTWARE PRONTO

<b>Seq.</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor do Item</b>
001	Item compra: 00006 - Licenciamento de Direitos Permanentes de Uso de Software para Servidor ITE M 06 - Software de gerenciamento 5.7.1. Consiste em fornecimento de licença de Nutanix Prism Pro com 3 anos de subscrição. 5.7.2. Considera-se 1 licença para cada nó.	197.550,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
20/12/2022	Inclusão	9,00000	21.950,0000	197.550,00

<b>Seq.</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor do Item</b>
002	Item compra: 00014 - Licenciamento de Direitos Permanentes de Uso de Software para Servidor IT EM 14 Aplicação de backup 5.15.1. Trata-se de expansão de solução existente no tribunal. 5.15.2. Consiste em fornecimento de licença de Veeam Availability Suite Enterprise com 3 anos de subscrição. 5.15.3. Considera-se 1 licença para cada nó com 2 processadores cada.	296.000,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
20/12/2022	Inclusão	10,00000	29.600,0000	296.000,00

#### Assinaturas

##### Ordenador de Despesa

JOSE ARNOBIO DE ARAUJO FILHO

\*\*\*.031.024-\*\*

20/12/2022 19:02:49

##### Gestor Financeiro

JUSCELINO CARDOSO DE MEDEIROS

\*\*\*.066.944-\*\*

20/12/2022 19:02:11

# Documento Digitalizado Público

2022NE000782 - SOFTWARE

**Assunto:** 2022NE000782 - SOFTWARE  
**Assinado por:** Rodrigo Leite  
**Tipo do Documento:** Nota de Empenho  
**Situação:** Finalizado  
**Nível de Acesso:** Público  
**Tipo do Conferência:** Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Rodrigo Ricelly Avelino Leite, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em 20/12/2022 19:05:41.

Este documento foi armazenado no SUAP em 20/12/2022. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 1277227

**Código de Autenticação:** 43babd9fb8



Data e hora da consulta: 20/12/2022 19:03

Usuário: \*\*\*.031.024.\*\*

Impressão Completa

## Nota de Empenho

## UG Emitente

Código	Nome	Moeda
158155	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN	REAL - (R\$)
CNPJ	Endereço	CEP
10.877.412/0001-68	R. DR NILO BEZERRA RAMALHO TIROL	59015-300
Município	UF	Telefone
NATAL	RN	(84) 4005-0764

Ano	Tipo	Número
2022	NE	783

## Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	171168	8100000000	339039	151601	L20RLP35TBN

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
20/12/2022	Ordinário	23421.005003.2022-06	0,0000	112.500,00

## Favorecido

Código	Nome	CEP
24.376.542/0001-21	APPROACH TECNOLOGIA LTDA	88015-100
Endereço		
PREFEITO OSMAR CUNHA 416 SALA 303 CENTRO		
Município	UF	Telefone
FLORIANOPOLIS	SC	

## Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação				
126	PREGAO				
Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea	
LEI 10.520 / 2002	1	-	-	-	

## Descrição

DESPESA COM CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO PARA SOLUÇÃO PARA VIRTUALIZAÇÃO DE DESKTOPS PARA ESTE IFRN CONFORME PROCESSO 23421.005003.2022-06 (PR 2/2022 DA UG 070009, ITENS 8,13, 16 E 17)

## Local da Entrega

RUA DR. NILO BEZERRA RAMALHO, 1692, TIROL CEP: 59015-300

## Informação Complementar

07000905000022022 - UASG Minuta: 158155

## Sistema de Origem

COMPRASNET-ME

Data e hora da consulta: 20/12/2022 19:03

Usuário: \*\*\*.031.024.\*\*

Impressão Completa

### Nota de Empenho

#### Lista de Itens

<b>Natureza de Despesa</b>	<b>Total da Lista</b>
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	112.500,00

#### Subelemento 05 - SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Item compra: 00008 - Serviços de instalação de computadores e seus periféricos ITEM 08 - Instalação de nó hiperconvergente 5.9.1. Deverão ser observados os Requisitos de Implantação descritos neste documento. 5.9.2. Deverá ser feita a montagem em rack padrão 19 , alimentação elétrica e conexão do equipamento à rede de dados. 5.9.3. Deve ser feita a devida ativação e configuração da solução segundo as boas práticas do fabricante, disponibilizando o ambiente de virtualização (hiperconvergência) em condições de pleno funcionamento. 5.9.4. Não compreende a migração das aplicações eventualmente existentes em outra infraestrutura, mas deverá ser compreendido o suporte remoto para tal atividade.	34.000,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
20/12/2022	Inclusão	4,00000	8.500,0000	34.000,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
002	Item compra: 00016 - Serviços de Instalação de Computadores e seus Periféricos ITEM 16 - Instalação da aplicação de backup 5.17.1. Deverá ser feita a implementação da aplicação, segundo as boas práticas recomendadas pelo fabricante. 5.17.2. Deve ser realizados todos os ajustes de software necessários para colocação da funcionalidade de backup em funcionamento. 5.17.3. Habilitação de licenças que porventura sejam adquiridas e recursos do software que serão utilizados no projeto.	4.000,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
20/12/2022	Inclusão	1,00000	4.000,0000	4.000,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
003	Item compra: 00017 - Serviços de Instalação de Computadores e seus Periféricos ITEM 17 - Instalação da appliance de backup 5.18.1. Deverão ser observados os Requisitos de Implantação descritos neste documento. 5.18.2. Deverá ser feita a montagem em rack padrão 19 , alimentação elétrica e conexão do equipamento à rede de dados. 5.18.3. Deve ser feita a devida ativação e configuração da solução segundo as boas práticas do fabricante, disponibilizando o ambiente de backup em condições de pleno funcionamento.	7.500,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
20/12/2022	Inclusão	1,00000	7.500,0000	7.500,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
004	Item compra: 00013 - Serviços de Instalação de Computadores e seus Periféricos ITEM 13 - Banco de horas técnicas (atendimento remoto) 5.14.1. o fornecimento de 1 (uma) hora de serviços técnicos especializados na área de Tecnologia da Informação, para atividades de suporte técnico remoto, diagnóstico, implementação de serviços,	67.000,00

Versão	Data/Hora	Operação
002	20/12/2022 19:02:49	Alteração

Data e hora da consulta: 20/12/2022 19:03

Usuário: \*\*\*.031.024-\*\*

Impressão Completa

**Nota de Empenho****Lista de Itens**

Natureza de Despesa	Total da Lista
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDIC	112.500,00

**Subelemento 05 - SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS**

Seq.	Descrição	Valor do Item
004	transferência de tecnologia e/ou execução de procedimentos periódicos (atua lizações) da infraestrutura hiperconvergente. 5.14.2. Os serviços deverão ser prestados por profissional devidamente certificado pelo fabricante Nutanix.	67.000,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
20/12/2022	Inclusão	200,00000	335,0000	67.000,00

**Assinaturas****Ordenador de Despesa**

JOSE ARNOBIO DE ARAUJO FILHO  
\*\*\*.031.024-\*\*  
20/12/2022 19:02:49

**Gestor Financeiro**

JUSCELINO CARDOSO DE MEDEIROS  
\*\*\*.066.944-\*\*  
20/12/2022 19:02:11

# Documento Digitalizado Público

**2022NE000783 - SERVIÇO TÉCNICO**

**Assunto:** 2022NE000783 - SERVIÇO TÉCNICO  
**Assinado por:** Rodrigo Leite  
**Tipo do Documento:** Nota de Empenho  
**Situação:** Finalizado  
**Nível de Acesso:** Público  
**Tipo do Conferência:** Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Rodrigo Ricelly Avelino Leite, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em 20/12/2022 19:06:07.

Este documento foi armazenado no SUAP em 20/12/2022. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 1277228

**Código de Autenticação:** 46a41c554e





GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Hospital Universitário Pedro Ernesto

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Declaramos para os necessários fins que a empresa a **APPROACH TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ **24.376.542/0001-21**, sediada na **Avenida Prefeito Osmar Cunha, 416, sala 303 - Bairro: Centro, Florianópolis-SC, CEP 88015-100**, forneceu satisfatoriamente o os produtos e serviços relacionados abaixo, em decorrência da contratação celebrada entre esta instituição e a empresa por meio das **Notas Fiscais 307 (3 unidades) e 308 (1 unidade)** e Nota de empenho **2019NE02837**:

- 16 nós de infraestrutura hiperconvergente Nutanix, modelo NX-8155-G7, com a seguinte configuração (cada nó):

- Processador: 2 x Intel Cascade Lake Processor 5220;
- Memória: 512 GB DDR4 Memory Module;
- SSD: 2 x 3,84 TB 3.5-C" SSD;
- HDD: 8 x 6 TB 3.5" HDD;
- NIC: 1 x 10GbE Dual SFP+ Network Adapter. - 4 x Switches Ethernet ToR HPE 5710 24 SFP+/2 QSFP28 (JL587A);
- Software de hiperconvergência Nutanix Acropolis Ultimate;
- Software de gerenciamento Nutanix Prism PRO;
- Software VDI Broker para virtualização de aplicações e desktops;
- Software de backup Commvault;
- Garantia e suporte por 5 anos;
- Instalação e configuração dos equipamentos e licenças supracitados;
- Instrução, suporte e acompanhamento da migração das Máquinas Virtuais para o novo ambiente;
- Treinamento da solução.

Atestamos que os produtos e serviços fornecidos foram entregues dentro do prazo previamente acordado e nas características solicitadas não existindo, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Rio de Janeiro, 25 de Maio de 2020.

Atenciosamente,

*Hermes Gonçalves de Lima*

**Hermes Gonçalves de Lima**  
Técnico em Informática - DESIT  
Mat.: 37045-2/ ID: 44582692



## Nota de Empenho

275

Encerrado até Agosto

## Identificação

Unidade Gestora	Número do Documento	Data de Emissão
404310 - A.C	2019NE02837	18/09/19
Credor	Valor	
24376542000121 - APPROACH TECNOLOGIA LTDA	7.560.512,00 (Sete milhões e quinhentos e sessenta mil e quinhentos e doze reais)	
Tipo de Empenho	NE Original	

## Classificação

Natureza	449052 - Equipamentos e Material Permanente
Unidade Orçamentária	40430 - Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Programa de trabalho	12.364. 0122. 3481 - Desenvolvimento do Ensino, da Pesquisa e da Extensão
Id. uso	0 - Não destinado à contrapartida
Fonte	100 - Ordinários Provenientes de Impostos
Tipo de Detalhamento de Fonte	0 - Sem Detalhamento
Detalhamento de Fonte	000000 - Sem detalhamento
Tipo de Área Geográfica	3 - REGIÃO DO ESTADO
Área Geográfica	3301000 - METROPOLITANA
Plano Interno	000000000000 - Plano Interno não identificado
Unidade Gestora Responsável	750300 - DEPART. DE SIST. DE INFORM. E TELESSAÚDE-DESIT
LME	03 - Manutenção, atividades e projetos finalísticos
Convênio de Receita	000000 - Convênio não identificado
Convênio de Despesa	000000 - Convênio não identificado
Contrato	00000000 - SEM CONTRATO
Programa de Financiamento Externo/Interno	0 - Indefinido
Chave SIGA	2019004668000206

## Detalhamento

Modalidade do empenho	Estimativo	Modalidade de Licitação	12 - Adesão ao Registro de Preços Externo - Pregão	Embasamento Legal	10520/02
Origem de Material	1 - Origem nacional	Data de Entrega		Local de Entrega	
Processo	E-26/008/1730/2019	UF	Rio de Janeiro	Município	Rio de Janeiro

## Itens

Tipo Patrimonial	Sub-item da Despesa	Classificação Complementar	Valor
Bens Móveis - Equipamentos e Material Permanente	18 - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE PROCESSAMENTO DE DADOS		7.560.512,00

## Cronograma

Setembro	7.560.512,00		
----------	--------------	--	--

## Dotação

Crédito disponível Antes NE	Crédito indisponível Antes NE	Valor do Empenho	Saldo Após Empenho
0,00	0,00	0,00	-7.560.512,00

## Observação

Aquisição de servidor de rede - Solução de armazenamento BASEADO EM INFRAESTRUTURA HIPER-CONVERGENTE para atender ao Dept de Sistemas de Informação e Telessaúde/HUPE PAM 0523 E 0711/20190 Chave 2019004668 Proc E-26/008/1730/2019

## Produtos

Produto	Quantidade	Und. Fornec.	Preço Unitário	Preço Total
XXXXX	1	UN	7.560.512,00	7.560.512,00

Descrição: XXXXX





## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa APPROACH TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 24.376.542/0001-21, forneceu através dos empenhos números 2018NE000999, 2018NE001000, 2019NE000480 e 2019NE000481, ao SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE MINAS GERAIS, doravante denominado SEBRAE-MG, CNPJ 16.589.137/0001-63 situado no endereço Av. Barão Homem de Melo, 329, Bairro Nova Granada na cidade de Belo Horizonte - MG, os produtos e serviços relacionados abaixo:

- 5 nós de infraestrutura hiperconvergente Nutanix, modelo NX-1065N-G8, com a seguinte configuração (cada nó):
  - Processador: 2 x Intel Xeon-Silver 4310 processor (2.1 GHz/ 12-core/ 120W) (24 Cores);
  - Memória: 12 x 64GB Memory Module (3200MHz DDR4 RDIMM);
  - SSD: 2 x 3.84 TB SSD totalizando 7.68 TB
  - HDD: 3 x 12 TB 3.5" HDD totalizando 36 TB
  - NIC: 1 x SMC 25/10GbE, 2-port NIC (BCM 57414);
- Software de hiperconvergência Nutanix NCI Ultimate e NCM Starter;
- Garantia e suporte (manutenção) por 3 anos para os equipamentos e softwares supracitados;
- Instalação e configuração dos equipamentos e licenças supracitados;
- Instrução, suporte e acompanhamento da migração das Máquinas Virtuais para o novo ambiente;
- Treinamento operacional do sistema.

Profissional responsável pela implantação da solução contratada:

- Raoni Santana Santos – CPF: 230.967.868-60

Declaramos ainda que a Approach Tecnologia forneceu os referidos produtos e serviços dentro do prazo estipulado, cumprindo todas as exigências técnicas, de qualidade e de garantia previstas no contrato, não havendo até o momento presente nenhum fato que a desabone em relação aos serviços prestados e à sua capacidade técnica.

Belo Horizonte - MG, 10 de maio de 2023.

---

Guebio Menezes de Carvalho  
UTIC  
Analista Técnico  
Email: guebio.carvalho@sebraemg.com.br  
Tel: (31) 3379-9507

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal Vertsign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/A88F-0762-7B40-382B> ou vá até o site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: A88F-0762-7B40-382B



### Hash do Documento

B69407644AA71DE83AE042C3FBEB9C6ECDA78838F1D8D10CDC0947D4A1F4E7A0

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 10/05/2023 é(são) :

■ Guebio Menezes de Carvalho - \*\*\*.156.536-\*\* em 10/05/2023 18:37 UTC-03:00

**Tipo:** Assinatura Eletrônica

**Identificação:** Por email: guebioc@sebraemg.com.br

### Evidências

**Client Timestamp** Wed May 10 2023 18:37:30 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

**Geolocation** Latitude: -19.9294976 Longitude: -43.974656 Accuracy: 38443.153154841886

**IP** 187.72.244.165

**Assinatura:**



### Hash Evidências:

248F87326B84BF7E56B57C0C51E9B11B0941B549508EFF28A0CD1E09E25CB501



EST	UN	CENTRO DE CUSTO
SED	113	5041515

**CONTRATO** que entre si celebram o **SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE MINAS GERAIS - SEBRAE-MG** e a **APPROACH TECNOLOGIA LTDA. SEBRAE-MG**.

O **SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE MINAS GERAIS**, doravante denominado **SEBRAE-MG**, serviço social autônomo, sem fins lucrativos, com sede em Belo Horizonte - MG, na Av. Barão Homem de Melo, 329, Bairro Nova Granada, CNPJ nº 16.589.137/0001-63, Inscrição Estadual nº 062.955.576-0097, neste ato representado por seu Diretor Superintendente, AFONSO MARIA ROCHA, CPF nº 454.191.246-53, carteira de identidade nº M-2.631.330, SSP/MG, e pelo Diretor de Operações, MARDEN MÁRCIO MAGALHÃES, CPF nº 545.245.636-87, carteira de identidade nº M-3.687.653, SSP/MG, e a **APPROACH TECNOLOGIA LTDA**, doravante denominada **CONTRATADA**, com sede em Florianópolis, na Avenida Prefeito Osmar Cunha, 416, Bairro Centro, CEP nº 88015100, CNPJ nº 24.376.542/0001-21, Inscrição Estadual nº 257926879, neste ato representada por seu Sócio, KENT JOHANN MODES, CPF nº 047.478.629-35, carteira de identidade nº 4826448, SSP/SC, que têm, entre si, justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento e de conformidade com o disposto na Lei nº 10.520/2002, no Decreto 10.024/2019, no Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 7.892/2013 (Ata de Registro de Preço nº 38/2022/TRE-PB) e, no que couber, na Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, bem como Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema SEBRAE o presente **CONTRATO**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1- O presente contrato tem por objeto a adesão à Ata de Registro de Preços nº 38/2022, para contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais (elementos de hardware e software) e serviços para a implantação de solução de hiperconvergência, cujas especificações estão descritas no Termo de Referência nº 42/2021 – TREP/SEINF, Anexo I, do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2022 – TRE/PB, que passam a fazer parte integrante deste ajuste, independentemente de transcrição.
- 1.2- Descrição dos itens:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
<b>Grupo I - Infraestrutura hiperconvergente</b>		
1	Nó hiperconvergente – Configuração básica	05
2	Aditamento de memória para nó hiperconvergente	10
3	Aditamento de processador para nó hiperconvergente	05
4	Aditamento de armazenamento em HDD para nó hiperconvergente	10
5	Aditamento de armazenamento em SSD para nó hiperconvergente	05
6	Software de gerenciamento	05
8	Instalação de nó hiperconvergente	05

- 1.3- As especificações técnicas dos itens que compõem o objeto contratual estão descritas no item 5 do Termo de Referência nº 42/2021 – TRE-PB/SEINF, anexo I do Pregão Eletrônico nº 02/2022 TRE-PB.
- 1.4- Após assinado pelas partes, passam a fazer parte integrante deste **CONTRATO** os seguintes documentos:
- 1.4.1- Declaração de Concordância, datada em 09/11/2022;
- 1.4.2- Ata de Registro de Preços nº 38/2022;
- 1.4.3- EDITAL\_TRE-PB - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 02/2022;
- 1.4.4- Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema SEBRAE;
- 1.4.5- Código de Ética do Sistema SEBRAE.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO MODO DE FORNECIMENTO

- 2.1- O fornecimento será realizado de forma integral, de acordo com o estabelecido no Pregão Eletrônico nº 02/2022 – TRE/PB e seus anexos e na proposta da **CONTRATADA**.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO SEBRAE-MG

- 3.1- Além das demais obrigações previstas no Termo de Referência nº 42/2021 – SEINF, o **SEBRAE-MG** se obriga a:
- a. promover, através do Gestor designado, o acompanhamento do fornecimento e dos serviços ajustados, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando a ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;
  - b. fornecer à **CONTRATADA** todas as informações importantes e pertinentes ao referido **CONTRATO**, em tempo hábil, sem qualquer forma de reserva ou censura;
  - c. proporcionar as facilidades necessárias ao bom cumprimento das obrigações contratadas;
  - d. comunicar à **CONTRATADA** formal e imediatamente problemas ou dificuldades relacionadas ao serviço contratado;
  - e. utilizar, no acompanhamento da execução contratual, um livro específico para o registro das eventuais ocorrências ou outro instrumento hábil (e-mail, notificações etc.), desde que preserve o histórico dos acontecimentos para futura análise por parte do **SEBRAE-MG**;
  - f. observar para que, durante a vigência contratual, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, bem como sua compatibilidade com as obrigações assumidas;
  - g. efetuar o pagamento à **CONTRATADA** de acordo com as condições estabelecidas no presente **CONTRATO**;
  - h. rejeitar, no todo ou em parte, os materiais e serviços fornecidos em desacordo com o estabelecido no presente **CONTRATO**, bem como nas normas que disciplinam o setor.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 4.1- O **SEBRAE-MG** exercerá o acompanhamento dos serviços, por intermédio de prepostos formalmente designados, cabendo-lhes decidir pela aceitação ou não dos serviços apresentados, exigindo o fiel cumprimento de todos os requisitos deste **CONTRATO**, avaliando, também, a qualidade dos serviços apresentados, podendo rejeitá-los no todo ou em parte;
- 4.2- Não obstante a **CONTRATADA** seja a única e exclusiva responsável pela fornecimento e pelos serviços, ao **SEBRAE-MG** é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os materiais fornecidos, diretamente ou por prepostos designados.

##### PARÁGRAFO PRIMEIRO – Caberá ao **Gestor** do **CONTRATO**, subsidiado pelo Fiscal:

- a) cumprir e fazer cumprir o que disciplina a Portaria DG nº 18/2018 – SAO/DG;
- b) anotar de forma clara, transparente e organizada, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do **CONTRATO**;
- c) comunicará área técnica responsável, **de imediato**, todo e qualquer descumprimento, pela **CONTRATADA**, das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;
- d) observar o que estabelece o art. 3º, XI, da sobredita portaria;
- e) considerar as normas previstas no Código de Ética do Sistema SEBRAE;

##### PARÁGRAFO SEGUNDO – Caberá ao **Fiscal** do **CONTRATO**:

- a) acompanhar a execução do **CONTRATO**, registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, para instruir possível procedimento visando à aplicação de sanção contratual;
- b) recusar os materiais fornecidos em desacordo com o pactuado e determinar a sua substituição;
- c) comunicar à **CONTRATADA**, mediante correspondência com comprovante de recebimento a ser juntado aos autos, eventuais irregularidades na execução contratual, estabelecendo prazo para solução;
- d) observar as normas previstas no Código de Ética do Sistema SEBRAE;

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1- Além das demais obrigações previstas no Termo de Referência nº 42/2021 – SEINF, a **CONTRATADA** se obriga a:
- a) fornecer os materiais e prestar os serviços contratados em plena conformidade com o estabelecido neste instrumento e no Termo de Referência nº 42/2021 – SEINF, Anexo I do Pregão Eletrônico nº 02/2022;
  - b) entregar o objeto contratado nos prazos e condições previstos no item 06 do Termo de Referência Termo de Referência nº 42/2021 – TRE-PB/SEINF;

- b1) A entrega dos bens e o início da prestação dos serviços devem ser agendadas com antecedência mínima de 24 horas, sob o risco de não ser autorizada;
- c) disponibilizar, na vigência do **CONTRATO**, todas as atualizações dos softwares e firmwares dos equipamentos, concebidas em data posterior ao seu fornecimento;
- d) comunicar ao Gestor ou Responsável Técnico do **SEBRAE-MG**, formal e imediatamente, todas as ocorrências anormais e/ou que possam comprometer a execução do objeto;
- e) manter-se, durante toda a execução do **CONTRATO**, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) comprovar a origem dos bens importados adquiridos e a quitação dos tributos de importação e os referentes, que deve ser apresentada no momento da entrega do produto, sob pena de rescisão contratual e multa, conforme art. 3º, III, do Decreto n. 7.174/2010.
- g) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia anuência do **SEBRAE-MG**;
- h) Responder pelos danos causados diretamente ao **SEBRAE-MG** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do serviço contratado;
- i) Indenizar qualquer dano ou prejuízo causado ao **SEBRAE-MG**, ainda que involuntariamente, pelos seus funcionários ou pela omissão dos mesmos no desempenho de suas tarefas;
- j) Apresentar, na Central de Notas do **SEBRAE-MG**, a NOTA FISCAL/FATURA do serviço realizado;
- k) Apresentar, juntamente com a NOTA FISCAL/FATURA do serviço executado, prova da regularidade fiscal para com a Seguridade Social (CND), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF) e com as Fazendas Municipal e Federal, sendo esta através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, bem como a prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso estes documentos não estejam disponíveis no SICAF e no sítio da Justiça do Trabalho;
- l) Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca do serviço contratado, sem prévia autorização do Tribunal. **SEBRAE-MG**

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES PARTICULARES

- 6.1- O **SEBRAE-MG** não se responsabilizará por quaisquer materiais que venham a ser fornecidos, ou serviços que tenham sido prestados pela **CONTRATADA**, sem que tenha sido previsto neste **CONTRATO** ou fora de sua vigência;
- 6.2- É assegurada ao **SEBRAE-MG** a faculdade de exigir, a qualquer tempo, da **CONTRATADA** a documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste **CONTRATO**;
- 6.3- A **CONTRATADA** autoriza o **SEBRAE-MG**, desde já, de forma irrevogável e irretroatável, a compensar os créditos futuros que venha a ter em face da aquisição objeto do presente contrato e os danos ou prejuízos causados ao **SEBRAE-MG**;
- 6.4- Havendo divergência entre o CONTRATO e o termo de referência, prevalecerá o constante no termo de referência.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO

- 7.1- O objeto do presente **CONTRATO** será recebido provisória e definitivamente, por meio de termos
- 4/12



circunstanciados especificamente elaborados para este fim:

- a) o Termo de Recebimento Provisório será emitido por empregado(a) do **SEBRAE-MG**, devidamente constituído(a) para este fim, em **até 5 dias úteis após a entrega do objeto contratado**;
- b) O Termo de Recebimento Definitivo será emitido por empregado(a) do **SEBRAE-MG**, devidamente constituído(a) para este fim, em **até 10 dias úteis após a entrega do objeto**.
- 7.2- O aceite provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e a segurança dos serviços, nem ético-profissional pela perfeita execução do **CONTRATO**, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou no **CONTRATO**.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO

- 8.1- O **SEBRAE-MG** pagará à **CONTRATADA**, pelo fornecimento do objeto contratado descrito na Cláusula Primeira, os seguintes valores:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Nó hiperconvergente – Configuração básica	05	331.450,00	1.657.250,00
2	Aditamento de memória para nó hiperconvergente	10	37.300,00	373.000,00
3	Aditamento de processador para nó hiperconvergente	05	47.150,00	235.750,00
4	Aditamento de armazenamento em HDD para nó hiperconvergente	10	5.150,00	51.500,00
5	Aditamento de armazenamento em SSD para nó hiperconvergente	05	32.100,00	160.500,00
6	Software de gerenciamento	05	21.950,00	109.750,00
8	Instalação de nó hiperconvergente	05	8.500,00	42.500,00
Valor Total da contratação			R\$2.630.250,00	

#### CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

- 9.1- Para a realização completa do objeto deste **CONTRATO**, a **CONTRATADA** receberá do **SEBRAE-MG** o valor total estimado de R\$2.630.250,00 (dois milhões, seiscentos e trinta mil, duzentos e cinquenta reais), observados os descontos legais cabíveis à espécie.
- 9.2- Estão inclusos nos valores constantes nesta cláusula todos os custos diretos e indiretos, notadamente o valor dos serviços, os tributos e encargos incidentes, despesas de viagem, traslados, deslocamento, hospedagem, assim como qualquer despesa em que incorrer a **CONTRATADA** na execução dos serviços contratados, não lhe sendo devido qualquer acréscimo em razão da prestação dos serviços.
- 9.3- Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias do mês subsequente ao da realização dos serviços, por meio de depósito bancário em conta corrente indicada pela **CONTRATADA** junto ao Cadastro de Fornecedores do **SEBRAE-MG**, mediante apresentação de documento fiscal.
- 9.3.1- A **CONTRATADA** deverá constar no corpo do documento fiscal gerado os seguintes dados:
- a- serviço executado;
- b- número deste **CONTRATO**;

- c- período de execução;
- d- localidade da execução.
- 9.3.2- Os documentos fiscais serão emitidos pela **CONTRATADA** em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal, destacando, quando exigíveis, os percentuais de retenção, assim como informando eventuais hipóteses de não retenção de tributos.
- 9.3.2.1- Os documentos fiscais deverão ser entregues ao **SEBRAE-MG**, juntamente com os demais documentos previstos no item 4.3 deste **CONTRATO**, em até 10 (dez) dias contados da finalização dos serviços, desde que não ultrapasse o dia 02 (dois) do mês subsequente ao da realização daqueles.
- 9.3.3- Nenhuma outra forma de remuneração será devida à **CONTRATADA** seja a que título for, além da estabelecida nesta cláusula.
- 9.3.4- Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.
- 9.3.5- Para liquidação dos valores relativos à prestação dos serviços será ainda observado o que segue:
- a- o **SEBRAE-MG** reserva-se o direito de suspender o pagamento se os serviços não estiverem sendo prestados de acordo com o proposto, aceito e contratado;
- b- o **SEBRAE-MG** poderá deduzir do montante a pagar, as indenizações devidas pela **CONTRATADA** em razão da inadimplência nos termos deste **CONTRATO**;
- c- havendo erro no documento de cobrança, ou qualquer circunstância que desaprove a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento susinado até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso quaisquer ônus para o **SEBRAE-MG**;
- d- os documentos fiscais não aprovados pelo **SEBRAE-MG** serão devolvidas à **CONTRATADA** para as correções necessárias, acompanhadas dos motivos de sua rejeição, recontando-se o prazo para pagamento estabelecido neste **CONTRATO** a partir da sua reapresentação, sem qualquer tipo de correção de valor.
- 9.4- A **CONTRATADA** arcará com a integralidade das tarifas bancárias decorrentes das transações inerentes aos respectivos pagamentos.
- 9.5- A não renovação, pela **CONTRATADA**, do cadastramento junto ao **SEBRAE-MG**, nos termos do Edital de Cadastramento, será causa de não liberação dos pagamentos dos serviços já executados.
- 9.6- Sem prejuízo de qualquer outra disposição contratual, no caso da inobservância das obrigações e/ou vindo o **SEBRAE-MG** a responder por qualquer ação ou reclamação proposta por profissionais da **CONTRATADA**, pessoas a seu serviço ou qualquer terceiro em decorrência dos serviços prestados, poderá o **SEBRAE-MG**, mediante simples notificação escrita, reter e utilizar os créditos de titularidade da **CONTRATADA**, até o montante necessário ao pagamento integral da obrigação exigida ou devida, incluindo custas, despesas processuais e honorários advocatícios.
- 9.7- A **CONTRATADA** autoriza expressamente o **SEBRAE-MG** a reter créditos relativos a este e outros contratos em vigor ou que vierem a ser celebrados com o **SEBRAE-MG**, para assegurar o cumprimento de obrigações de qualquer natureza prevista neste **CONTRATO**.
- 9.8- Os valores retidos e não utilizados pelo **SEBRAE-MG** serão restituídos à **CONTRATADA**, observado o índice da caderneta de poupança do período, no prazo de até 30 (trinta) dias após a extinção da ação ou reclamação.
- 9.9- Qualquer pagamento efetuado pelo **SEBRAE-MG** não significa a sua aprovação definitiva. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será descontado de pagamentos devidos à **CONTRATADA**, ou dela cobrado.
- 9.10- O **SEBRAE-MG**, responsabilizar-se-á pela retenção dos Tributos e Impostos quando devidos, providenciando o respectivo recolhimento, na forma da legislação vigente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA DÉCIMA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- 10.1- O presente **CONTRATO** terá vigência de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data de sua última assinatura eletrônica.



#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

- 11.1- O contrato poderá ser alterado nos casos e condições previstos na seção III, do capítulo III da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA

- 12.1- Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas a **CONTRATADA** prestará, no prazo máximo de 10 (dez) dias a partir da assinatura do presente **CONTRATO**, garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do **CONTRATO**, por meio de qualquer uma das modalidades descritas no art. 56, § 1º, da Lei nº 8.666/93.
- 12.1.1- Caso a **CONTRATADA** opte pela modalidade Seguro Garantia, a apólice de seguro deverá ter de vigência de 90 (noventa) dias após o término da vigência do presente **CONTRATO**;
- 12.2- A garantia prestada pela **CONTRATADA** deverá assegurar o pagamento de:
- a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do **CONTRATO** e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
  - b) prejuízos diretos causados ao **SEBRAE-MG** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do **CONTRATO**;
  - c) multas moratórias e punitivas aplicadas pelo **SEBRAE-MG** à **CONTRATADA**; e
- 12.3- Não serão aceitas garantias em cujos termos não constem, **expressamente**, os eventos indicados nos itens “a” a “c” do item anterior;
- 12.4- A garantia em dinheiro deverá ser efetuada junto ao Banco do Brasil, devendo o valor ser corrigido monetariamente;
- 12.5- A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do **CONTRATO** por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento);
- 12.6- O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza o **SEBRAE-MG** a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666/93;
- 12.7- O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo **SEBRAE-MG** com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à **CONTRATADA**;
- 12.8- Será considerada extinta a garantia:
- a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do **SEBRAE-MG**, mediante termo circunstanciado, emitido pelo Gestor do **CONTRATO**, de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do **CONTRATO**;
  - b) no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do **CONTRATO**, caso o **SEBRAE-MG** não comunique a ocorrência de sinistros.

- 12.9- A **CONTRATADA** obriga-se a apresentar nova garantia, conforme o caso, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, antes do seu vencimento, ou da redução do seu valor em razão de aplicação de quaisquer penalidades, ou da assinatura do termo aditivo que implique na elevação do valor do **CONTRATO** e na prorrogação, mantendo-se o percentual estabelecido no item 14.1 desta cláusula.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES E DO DESCONTO DO VALOR DA MULTA

- 13.1- O **SEBRAE-MG** poderá aplicar à **CONTRATADA** as penalidades previstas no artigo 49 do Decreto nº 10.024/2019. O **SEBRAE-MG** poderá, ainda, a seu critério, utilizar-se subsidiariamente das sanções previstas na Lei nº 8.666/93, no que couber;
- 13.2- A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o **CONTRATO**, se for o caso, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação do **SEBRAE-MG**, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à penalidade de multa no percentual de até 30% (trinta por cento) sobre o valor global da obrigação não cumprida;
- 13.3- Fica estabelecido como falta grave, caracterizado como falha em sua execução, a não manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, que poderá dar ensejo à rescisão do **CONTRATO**, sem prejuízo da aplicação da multa compensatória estabelecida no item 15.4 e da suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com o Sistema SEBRAE, por prazo de até 02 (dois) anos, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema SEBRAE.
- 13.4- Com fundamento no Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema SEBRAE, ficará suspensa temporariamente do direito de participar em licitação e impedida de contratar com o Sistema SEBRAE, por prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa compensatória de até 30% (trinta por cento), no caso de inexecução total, sobre o valor total da contratação, ou de até 15% (quinze por cento), no caso de inexecução parcial, sobre o valor do saldo da contratação, respectivamente, a **CONTRATADA** que:
- 13.4.1- apresentar documentação falsa;
  - 13.4.2- causar o atraso na execução do objeto;
  - 13.4.3- não manter a proposta;
  - 13.4.4- falhar na execução do **CONTRATO**;
  - 13.4.5- fraudar a execução do **CONTRATO**;
  - 13.4.6- comportar-se de modo inidôneo;
  - 13.4.7- declarar informações falsas; e
  - 13.4.8- cometer fraude fiscal.
- 13.5- Para os fins do item 13.4.6, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. [90, 92, 93, 94, 95](#) e 97 da Lei nº 8.666/93.
- 13.6- A **CONTRATADA** ficará sujeita, no caso de inexecução parcial ou total da obrigação, com fundamento no art. 86 da Lei nº 8.666/93, à seguinte penalidade:
- 13.6.1- multa moratória de:
    - 13.6.1.1- 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) ao dia sobre o valor do **CONTRATO** em caso de atraso na execução do serviço, limitada a incidência de 10 (dez) dias;
    - 13.6.1.2- Sendo o atraso superior a 10 (dez) dias, configurar-se-á inexecução total da obrigação, a ensejar a aplicação da multa compensatória, prevista no

item 14.4, sem prejuízo da aplicação da multa moratória limitada a 0,5% (zero vírgula cinco por cento), oriunda do atraso referido no subitem anterior, bem como da rescisão unilateral da avença.

- 13.7- As multas moratória e compensatória poderão ser cumuladas com as sanções previstas no item 13.1;
- 13.8- É facultada a defesa da **CONTRATADA** no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da efetiva notificação;
- 13.9- A autoridade competente, na aplicação das penalidades previstas nesta cláusula, deverá levar em consideração a gravidade da conduta da **CONTRATADA**, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao **SEBRAE-MG**, observados os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade, da prevalência e indisponibilidade do interesse público, em decorrência de circunstâncias fundamentadas em fatos reais comprovados;
- 13.10- O valor da multa moratória ou compensatória, nos termos do artigo 86, § 3º da LLC, poderá ser descontado da garantia contratual, dos créditos da **CONTRATADA** ou cobrado judicialmente, nesta ordem;
- 13.11- O recolhimento do valor da multa, moratória ou compensatória, deverá ser feito no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da intimação da aplicação da sanção, sob pena de seu desconto ser efetuado conforme item anterior, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês;
- 13.12- As penalidades descritas nesta cláusula não excluem a possibilidade de o **SEBRAE-MG** cobrar da **CONTRATADA** indenização por eventuais perdas e danos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

- 14.1- O **CONTRATO** poderá ser rescindido nos casos e condições previstos na seção V, do capítulo III, da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FUNDAMENTO LEGAL

- 15.1- O presente **CONTRATO** tem apoio legal no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2022 – TRE-PB e reger-se-á por suas cláusulas e pelos termos da proposta da **CONTRATADA**, bem como pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 3.555/2000, no Decreto nº 10.024/2019, Decreto nº 7.892/2013 e, no que couber, na Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, bem como Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema SEBRAE e foi celebrado em conformidade com a ARP nº 38/2022 TRE-PB e foi celebrado de acordo com o contido no Processo SEI nº 7824-11.2021.6.15.8000.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

- 16.1- Para dirimir questões deste **CONTRATO** fica nomeado o Foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PROTEÇÃO DOS DADOS

- 17.1- **Proteção dos Dados Pessoais.** A **CONTRATADA**, por si e por seus colaboradores, obriga-se, sempre que aplicável, a atuar no presente **CONTRATO** em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física ("Titular") identificada ou identificável ("Dados Pessoais" e "Dados Pessoais Sensíveis") e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados"), além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos Dados Pessoais em decorrência deste **CONTRATO**.

**17.2- Diretrizes de tratamento.** Considerando que competirá ao **SEBRAE-MG** as decisões referentes ao tratamento dos Dados Pessoais e dos Dados Pessoais Sensíveis (sendo portanto "Controlador") e que a **CONTRATADA** realizará o tratamento desses dados em nome do **SEBRAE-MG** (sendo portanto "Operador"), a **CONTRATADA** seguirá as instruções recebidas do **SEBRAE-MG** em relação ao tratamento dos Dados Pessoais e dos Dados Pessoais Sensíveis, além de observar e cumprir as normas legais vigentes aplicáveis, devendo a **CONTRATADA** garantir sua licitude e idoneidade, sob pena de arcar com as perdas e danos que eventualmente possa causar, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis.

17.2.1- A **CONTRATADA** deverá corrigir, completar, excluir e/ou bloquear os Dados Pessoais, caso seja solicitado pelo **SEBRAE-MG**.

17.2.2- As comunicações relacionadas ao tratamento dos Dados Pessoais e dos Dados Pessoais Sensíveis deverão ocorrer por escrito, através dos seguintes endereços de e-mail:

Para o **SEBRAE-MG**: [dpo@sebraemg.com.br](mailto:dpo@sebraemg.com.br)

Para **CONTRATADA**: [contato@approachtec.com.br](mailto:contato@approachtec.com.br)

**17.3- Solicitações de Titulares.** A **CONTRATADA** deverá notificar o **SEBRAE-MG** sobre as reclamações e solicitações dos Titulares de Dados Pessoais (por exemplo, sobre a correção, exclusão, complementação e bloqueio de Dados).

**17.4- Confidencialidade dos Dados Pessoais.** A **CONTRATADA**, incluindo todos os seus colaboradores, compromete-se a tratar todos os Dados Pessoais como confidenciais, exceto se já eram de conhecimento público sem qualquer contribuição da **CONTRATADA**, ainda que este **CONTRATO** venha a ser resolvido e independentemente dos motivos que derem causa ao seu término ou resolução.

**17.5- Governança e segurança.** A **CONTRATADA** compromete-se a adotar medidas, ferramentas e tecnologias necessárias para garantir a segurança dos Dados e cumprir com suas obrigações, sempre considerando o estado da técnica disponível.

17.5.1- A **CONTRATADA** deverá cumprir com os requisitos das medidas de segurança técnicas e organizacionais para garantir a confidencialidade, disponibilidade e integridade dos Dados, inclusive no seu armazenamento e transmissão.

17.5.2- Sempre em observância ao estado da técnica, a **CONTRATADA** compromete-se a utilizar tecnologias visando à proteção das informações em todas as comunicações, especialmente nos compartilhamentos de Dados Pessoais (sensíveis ou não) pela **CONTRATADA** ao **SEBRAE-MG**, a exemplo de padrão seguro de transmissão de dados e criptografia.

17.5.3- A **CONTRATADA** deverá manter registro das operações de tratamento de Dados Pessoais (sensíveis ou não) que realizar, bem como implementar medidas técnicas e organizacionais necessárias para proteger os Dados contra a destruição e a perda, ambas nas modalidades culposa ou dolosa, a alteração, a comunicação ou difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir que os ambientes (sejam eles físico ou lógico) utilizados por ela para o tratamento de Dados Pessoais são estruturados de forma a atender os requisitos de segurança, aos padrões de boas práticas e de governança e aos princípios gerais previstos em Lei e às demais normas regulamentares aplicáveis.

**17.6- Registro de atividades.** A **CONTRATADA** deverá realizar o registro de todas as atividades realizadas em seus sistemas/ambientes ("Registros") no mínimo enquanto vigor este **CONTRATO**, incluindo qualquer atividade relativa à Dados Pessoais tratados sob determinação do **SEBRAE-MG**, de modo a permitir a identificação de quem as realizou.

**17.7- Subcontratação de operadores.** A **CONTRATADA** somente poderá subcontratar qualquer parte dos Serviços que envolvam o tratamento de Dados Pessoais para um ou mais terceiros ("Suboperadores") mediante consentimento prévio e por escrito do **SEBRAE-MG**. Neste caso, a **CONTRATADA** deverá celebrar um contrato escrito com o Suboperador para:

17.7.1- obrigar o Suboperador às mesmas obrigações impostas por este **CONTRATO** em relação à **CONTRATADA**, no que for aplicável aos Serviços subcontratados;

17.7.2- descrever os Serviços subcontratados e

- 17.7.3- descrever as medidas técnicas e organizacionais que o Suboperador deverá implementar.
- 17.8- **Conformidade da Contratada.** A **CONTRATADA** deverá monitorar, por meios adequados, sua própria conformidade e a de seus funcionários e Suboperadores com as respectivas obrigações de proteção de Dados Pessoais em relação aos Serviços e deverá fornecer ao **SEBRAE-MG** relatórios sobre esses controles sempre que solicitado por ele.
- 17.9- **Monitoramento de conformidade.** O **SEBRAE-MG** terá o direito de acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade da **CONTRATADA** com as obrigações de Proteção de Dados Pessoais, sem que isso implique em qualquer diminuição de responsabilidade que a **CONTRATADA** possui perante a Lei e este **CONTRATO**.
- 17.10- **Notificação.** A **CONTRATADA** deverá notificar o **SEBRAE-MG** em até 24h (vinte e quatro) horas:
- 17.10.1- de qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais;
- 17.10.2- de qualquer descumprimento das obrigações contratuais relativas ao tratamento dos Dados Pessoais;
- 17.10.3- de qualquer violação de segurança na **CONTRATADA** ou nos seus Suboperadores;
- 17.10.4- de quaisquer exposições ou ameaças em relação à conformidade com a proteção de Dados Pessoais;
- 17.10.5- ou em período menor, se necessário, de qualquer ordem de Tribunal, autoridade pública ou regulador competente.
- 17.11- **Colaboração.** A **CONTRATADA** compromete-se a auxiliar o **SEBRAE-MG**:
- 17.11.1- com a suas obrigações judiciais ou administrativas, de acordo com a Lei de Proteção de Dados Pessoais aplicável, fornecendo informações relevantes disponíveis e qualquer outra assistência para documentar e eliminar a causa e os riscos impostos por quaisquer violações de segurança;
- 17.11.2- no cumprimento das obrigações decorrentes dos Direitos dos Titulares dos Dados Pessoais, principalmente por meio de medidas técnicas e organizacionais adequadas; e
- 17.11.3- sempre que necessário, na elaboração do Relatório de Impacto nos termos da legislação aplicável, tendo em vista a natureza dos serviços prestados.
- 17.12- **Propriedade dos Dados.** O presente **CONTRATO** não transfere a propriedade ou controle do banco de Dados do **SEBRAE-MG**, inclusive Dados Pessoais ("Dados"), para a **CONTRATADA**. Os Dados gerados, obtidos ou coletados a partir da prestação dos Serviços ora contratados são e continuarão de propriedade do **SEBRAE-MG**, inclusive sobre qualquer novo elemento de Dados, produto ou subproduto que seja criado a partir do tratamento de Dados estabelecido por este **CONTRATO**.
- 17.13- **Tratamento de Dados no exterior.** Todo e qualquer tratamento de Dados fora do Brasil, depende de autorização prévia e por escrito pelo **SEBRAE-MG** à **CONTRATADA**.
- 17.14- **Atuação restrita.** O **SEBRAE-MG** não autoriza a **CONTRATADA** a usar, compartilhar ou comercializar quaisquer eventuais elementos de Dados, produtos ou subprodutos que se originem ou sejam criados a partir do tratamento de Dados estabelecido por este **CONTRATO**.
- 17.15- **Adequação legislativa.** Caso exista modificação dos textos legais acima indicados ou de qualquer outro de forma que exija modificações na estrutura da prestação de Serviços ao **SEBRAE-MG** ou na execução das atividades ligadas a este **CONTRATO**, a **CONTRATADA** deverá adequar-se às condições vigentes. Se houver alguma disposição que impeça a continuidade do **CONTRATO** conforme as disposições acordadas, a **CONTRATADA** concorda em notificar formalmente este fato ao **SEBRAE-MG**, que terá o direito de resolver o presente **CONTRATO** sem qualquer penalidade, apurando-se os valores devidos até a data da rescisão.



- 17.15.1- Se qualquer legislação nacional ou internacional aplicável ao tratamento de Dados Pessoais no âmbito do Contrato vier a exigir adequação de processos e/ou instrumentos contratuais por forma ou meio determinado, as Partes desde já acordam em celebrar termo aditivo escrito neste sentido.
- 17.16- **Solicitação de Dados ou Registros.** Sempre que Dados ou Registros forem solicitados pelo **SEBRAE-MG** à **CONTRATADA**, esta deverá disponibilizá-los em até 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser em menor prazo nos casos em que a demanda judicial, a norma aplicável ou o pedido de autoridade competente assim o exija. Caso a **CONTRATADA** receba diretamente alguma ordem judicial para fornecimento de quaisquer Dados, deverá comunicar a Contratante antes de fornecê-los, se possível.
- 17.17- **Devolução dos Dados.** A **CONTRATADA** compromete-se a devolver ou a excluir, de acordo com as determinações do **SEBRAE-MG**, todos os Dados que vier a ter acesso, em até 30 (trinta) dias, nos casos em que:
- 17.17.1- o **SEBRAE-MG** solicitar; ou
- 17.17.2- com o término do presente Contrato. Em adição, a **CONTRATADA** não deve guardar, armazenar ou reter os Dados por tempo superior ao prazo legal ou necessário para a execução do presente Contrato.
- 17.17.3- Caso os Dados do **SEBRAE-MG** estejam contidos em um banco de Dados, além de restituir este banco de Dados de inteira propriedade do **SEBRAE-MG** em qualquer hipótese de extinção deste instrumento, a **CONTRATADA** deverá remeter em adição o dicionário de Dados que permita entender a organização do banco de Dados, em até 10 (dez) dias ou em eventual prazo acordado entre as Partes.
- 17.18- **Regresso.** Fica assegurado ao **SEBRAE-MG**, nos termos da lei, o direito de regresso em face da **CONTRATADA** no caso de danos causados por esta em decorrência do descumprimento das obrigações aqui assumidas em relação a Proteção dos Dados.
- 17.18.1- A responsabilidade da **CONTRATADA** diante do referido descumprimento é ilimitada, não produzindo nenhum efeito qualquer outra cláusula que disponha de forma contrária.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente **CONTRATO** lavrado em via única, assinado eletronicamente pelas partes.

Belo Horizonte.

AFONSO MARIA ROCHA  
DIRETOR SUPERINTENDENTE  
SEBRAE-MG

MARDEN MÁRCIO MAGALHÃES  
DIRETOR DE OPERAÇÕES  
SEBRAE-MG

KENT JOHANN MODES  
SOCIO  
CONTRATADA

LINCOLN RICARDO DE OLIVEIRA  
ACOMPANHAMENTO  
SEBRAE-MG



Florianópolis, 09 de Novembro de 2022.

Ofício 112/2022

**A Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE-MG**  
**A/C: Afonso Maria Rocha**

**CONCORDÂNCIA EM FORNECIMENTO**

Prezado Senhor,

A empresa **APPROACH TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ 24.376.542/0001-21 e Inscrição Estadual sob o nº **257.926.879**, situada na Avenida Prefeito Osmar Cunha, 416, sala 303 – Bairro Centro, Florianópolis-SC, CEP 88015-100, declara sob as penas da Lei que concorda em fornecer os equipamentos abaixo descritos, contidos na Ata de Registro de Preços nº 38/2022 do Pregão eletrônico nº 02/2022, sem comprometer o acordo firmado com o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB).

**Item 01**

Objeto: NÓ HIPERCONVERGENTE – CONFIG. BÁSICA

Quantidade: 05

Valor unitário: R\$ 331.450,00

**VALOR TOTAL: R\$ 1.657.250,00**

**Item 02**

Objeto: ADITAMENTO DE MEMÓRIA PARA O ITEM 1

Quantidade: 10

Valor unitário: R\$ 37.300,00

**VALOR TOTAL: R\$ 373.000,00**

**Item 03**

Objeto: ADITAMENTO DE CPU PARA O ITEM 1

Quantidade: 05

Valor unitário: R\$ 47.150,00

**VALOR TOTAL: R\$ 235.750,00**

**Item 04**

Objeto: A ADITAMENTO DE HDD PARA O ITEM 1

Quantidade: 10

Valor unitário: R\$ 5.150,00

**VALOR TOTAL: R\$ 51.500,00**

**Item 05**

Objeto: ADITAMENTO DE SSD PARA O ITEM 1

Quantidade: 05

Valor unitário: R\$ 32.100,00

**VALOR TOTAL: R\$ 160.500,00**



**Item 06**

Objeto: SOFTWARE DE GERENCIAMENTO

Quantidade: 05

Valor unitário: R\$ 21.950,00

**VALOR TOTAL: R\$ 109.750,00**

**Item 08**

Objeto: INSTALAÇÃO DE NÓ HIPERCONVERGENTE

Quantidade: 05

Valor unitário: R\$ 8.500,00

**VALOR TOTAL: R\$ 42.500,00**

**VALOR TOTAL: R\$ 2.630.250,00**

**Observação: esta carta de concordância é válida apenas nos casos de adesão total do item e quantidades descritos acima.**

Atenciosamente,

  
\_\_\_\_\_  
Daniel Souza  
Diretor de Operações

**24 376 542/0001 - 21**

**APPROACH TECNOLOGIA LTDA**

Rua: Prefeito Osmar Cunha, 416 - Sala 303

CENTRO - CEP 88015 - 100

FLORIANÓPOLIS - SC





Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

## Ata de Registro de Preços nº 38/2022

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02 /2022

(Processo Nº 0007824-11.2021.6.15.8000)

Aos 21 dias do mês de julho do ano de 2022, o **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA**, denominado ÓRGÃO GERENCIADOR (UASG: 070009), CNPJ Nº 06.017.798/0001-60, com sede na Avenida Princesa Isabel, nº 201 – Tambiá – João Pessoa/PB, CEP 58.020-911, neste ato representado pelo **Sr. ARIALDO ARAÚJO JÚNIOR**, Secretário de Administração e Orçamento do TRE/PB, CPF/MF nº 436.901.064-00, residente e domiciliado nesta Capital, considerando o resultado do **Pregão Eletrônico Nº 02 /2022** – TRE/PB, cujo objetivo fora a formalização de registro de preços para **fornecimento de materiais (elementos de hardware e software) e serviços para a implantação de solução de hiperconvergência**, processada nos termos do Processo Administrativo Eletrônico **Nº 0007824-11.2021.6.15.8000**, **RESOLVE**, com amparo nas Leis nº 8.666/93 e 10.520/2002, na Lei Complementar nº 123/2006, no Decreto nº 10.024/2019, no Decreto nº 7.892/2013 (alterado pelo Decreto nº 8.250/2014 e pelo Decreto nº 9.488/2018), e no Decreto nº 8.538/2015, **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa **Approach Tecnologia Ltda**, CNPJ nº **24.376.542/0001-21**, com sede na Av. Prefeito Osmar Cunha, 416 – Sl. 303 – Bairro: Centro – Florianópolis / SC. CEP.: 88.015-100. E-mail: [www.approachtec.com.br](http://www.approachtec.com.br), telefone: (48) 4009-2100, neste ato representado(a) por **Kent Johann Modes**, CPF nº **047.478.629-35**, doravante denominado FORNECEDOR, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e segundo as cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o **registro de preços**, objetivando o **fornecimento de materiais (elementos de hardware e software) e serviços para a implantação de solução de hiperconvergência**, cujos quantitativos, especificações, preços e fornecedores foram previamente definidos, através do procedimento licitatório em epígrafe.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DA ASSINATURA DA ATA

a) O fornecedor classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo de 05 dias úteis (condições estabelecidas no instrumento convocatório), podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.

a.1) É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

b) A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

b.1) A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

c) A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o [art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993](#).

d) A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado.

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://verifsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

registrado em igualdade de condições.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

a) Integra a presente ARP o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, localizado em João Pessoa/PB, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR;

**b) Farão parte deste Registro de Preços, como órgãos participantes, os Tribunais relacionados no Anexo do Edital do PE 02/2022-TRE/PB, que ficarão responsáveis por suas respectivas contratações.**

### CLÁUSULA QUARTA – DA UTILIZAÇÃO POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

**A ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal, estadual, distrital ou municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.**

a) Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

b) Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

c) As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, **a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens** do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

d) As adesões à ata de registro de preços não poderão exceder, na totalidade, **ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços** para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da SECOMP – Seção de Compras, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar o fornecedor registrado, via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ata;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado;

f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP;

g) solicitar a designação, dentre os servidores das unidades requisitantes, gestores de compras que serão responsáveis pelos pedidos dos itens registrados;

h) observar o cumprimento da obrigação de aplicar a sanção em caso de restar inobservado algum compromisso assumido com a assinatura da ata, seja em relação ao órgão participante do sistema a ele aderente;

h.1) será do órgão contratante (gerenciador, participante ou aderente, a depender do caso), a competência para a imposição de sanções administrativas acaso inadimplida alguma obrigação no momento posterior à celebração do contrato. Em sendo o contratante órgão participante ou aderente, o órgão gerenciador deverá ser informado do inadimplemento para que sejam observados os respectivos impactos em face da ata de registro de preços, como o seu cancelamento, por exemplo, conforme previsto no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013.

Este documento foi assinado digitalmente por Walden Marcio Magalhães, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://verifsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

Este documento foi assinado digitalmente por Walden Marcio Magalhães, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://verifsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

## CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

- a) assinar esta Ata ou retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, quando for o caso, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da convocação, no que couber;
- b) prazo de entrega dos produtos deverá ocorrer em até no máximo 60 (sessenta) dias corridos a partir da data de assinatura do contrato;
- b.1) prazo de instalação deverá ocorrer em até no máximo 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento provisório dos bens;
- b.2) a entrega deve ser agendada com antecedência mínima de 24 horas, sob o risco de não ser autorizada;
- b.3) para itens de software, poderá ser fornecido sem mídia de instalação, desde que seja indicado local para download do arquivo de instalação;
- c) fornecimento dos produtos em estreita conformidade com as especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I, do **Edital do Pregão Eletrônico nº 02/2022**;
- d) fornecimento dos produtos conforme especificações e preços registrados na presente ARP;
- e) entregar os produtos solicitados no respectivo endereço do órgão gerenciador, órgãos participantes ou não participantes da presente ARP;
- f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;
- g) manter-se, durante toda a vigência da ARP, em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições exigidas na fase de habilitação do **Pregão Eletrônico n.º 02/2022-TRE/PB**;
- h) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
- i) ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos gerenciador, participante e não participante(s), e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

## CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

Compete ao Órgão Não-participante:

- a) consultar previamente o ÓRGÃO GERENCIADOR no intuito de obter as informações necessárias à contratação pretendida, e, em especial, o teor da presente Ata de Registro de Preços e eventuais alterações;
- b) após a autorização do ÓRGÃO GERENCIADOR, o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- c) Compete ao ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao ÓRGÃO GERENCIADOR.

## CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da sua última assinatura eletrônica.

A Ata de Registro de Preços será **EXTINTA**:

- I) pelo decurso do prazo de vigência; ou
- II) pela aquisição da quantidade total registrada na Ata pelo órgão gerenciador e/ou órgãos participantes, zerando o quantitativo registrado, considerando-se exaurido o objeto, ainda que a Ata de registro de preços esteja vigente.

## CLÁUSULA NONA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, os fornecedores e as especificações dos materiais registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo:

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marinho Magalhães, Afonso de Almeida Rocha e Wagner Luiz de Oliveira Gomes e Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

<b>Empresa: APPROACH TECNOLOGIA LTDA</b>	
<b>CNPJ:</b> 24.376.542/0001-21	<b>Telefone:</b> (48) 4009-2160
<b>ENDEREÇO:</b> Av. Prefeito Osmar Cunha, 416 - Sl. 303 - Bairro: Centro - Florianópolis / SC. <b>CEP.:</b> 88.015-100	<b>E-mail:</b> www.approachtec.com.br
<b>Representante legal:</b> Kent Johann Modes <b>CPF:</b> 047.478.629-35	

**Grupo I - Infraestrutura hiperconvergente**

Item	Unidade de medida	Quantidade Registrada	Descrição	Valor Unitário (R\$)
01	Und.	45	Nó hiperconvergente – Configuração básica. <b>Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.</b>	331.450,00
02	Und.	104	Aditamento de memória para nó hiperconvergente. <b>Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.</b>	37.300,00
03	Und.	70	Aditamento de processador para nó hiperconvergente. <b>Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.</b>	47.150,00
04	Und.	141	Aditamento de armazenamento em HDD para nó hiperconvergente. <b>Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.</b>	5.150,00
05	Und.	85	Aditamento de armazenamento em SSD para nó hiperconvergente. <b>Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.</b>	32.100,00
06	Und.	41	Software de gerenciamento.	21.950,00

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

			<b>Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.</b>	
07	Und.	23	Solução de automação de aplicações (Nutanix CALM). <b>Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.</b>	77.700,00
08	Und.	38	Instalação de nó hiperconvergente. <b>Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.</b>	8.500,00
09	Und.	8	Implementação de solução de automação de aplicações. <b>Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.</b>	128.000,00
10	Und.	6	Implementação de solução de orquestração de contêineres - Desenvolvedor. <b>Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.</b>	80.000,00
11	Und.	6	Implementação de solução de orquestração de contêineres - Operações. <b>Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.</b>	80.000,00
12	Und.	11	Switch ToR redundante. <b>Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.</b>	330.000,00
13	Und.	570	Banco de horas técnicas (atendimento remoto). <b>Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.</b>	335,00
14	Und.	80	Licenças de aplicação de backup <b>Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.</b>	29.600,00
15	Und.	20	Appliance de backup. <b>Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.</b>	580.000,00
16	Und.	65	Instalação da aplicação de backup. <b>Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.</b>	4.000,00

17	Und.	18	Instalação da appliance de backup. <b>Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.</b>	7.500,00
----	------	----	--	----------

OBS.: As quantidades indicadas nos itens acima correspondem ao número estimado total a ser adquirido durante a vigência desta Ata. O quantitativo definido para cada órgão participante consta no Anexo do Edital do PE 02/2022-TRE/PB.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

a) O pagamento será efetuado, na medida da execução do serviço, através de OBC - Ordem Bancária de Crédito, OBB - Ordem Bancária para Banco ou Ordem Bancária para Pagamento de Faturas com Código de Barras, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou 20 (vinte) dias corridos, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, conforme o valor da contratação seja inferior ou superior, respectivamente ao limite previsto no art. 24, II, da Lei nº 8.666/93, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da mesma Lei;

b) A Nota Fiscal/Fatura/Boleto Bancário com código de barras, relativo a material efetivamente entregue, deverá ser apresentado no Protocolo Geral do TRE/PB acompanhado da informação de conta-corrente própria, na qual deseja receber o referido pagamento, com a identificação da instituição financeira, nome e prefixo da agência correspondente;

c) A comprovação da regularidade fiscal, para o pagamento, será verificada por meio do SICAF e do sítio da Justiça do Trabalho;

d) A Nota Fiscal/Fatura será analisada pelo respectivo Gestor e atestada, se for o caso;

e) Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á, após a regularização da situação e/ou reapresentação da nota fiscal/fatura, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

f) O CNPJ constante da nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo indicado na proposta/nota de empenho, sob pena de não ser efetuado o pagamento;

g) A Administração se reserva ao direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação da nota fiscal/fatura por parte do gestor do contrato, este verificar que o material foi entregue em desacordo com o especificado no Termo de Referência, Anexo I do Edital do **Pregão Eletrônico nº 02/2022**;

h) caso o fornecedor seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, este não ficará sujeito à retenção prevista na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012 ;

h.1) consoante disciplina a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, modificada pela IN RFB1540, de 05 de janeiro de 2015 e pela IN RFB 1552, de 02 de março de 2015, as empresas optantes Simples Nacional, a que se referem os artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, deverão, no ato da assinatura do contrato, apresentar a declaração assinada por seu representante legal, na forma dos Anexos II, III ou IV da referida norma, conforme o caso, em duas vias.

h.2) o TRE/PB anexará a 1ª (primeira) via da declaração ao processo de pagamento para fins de comprovação à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), devendo devolver a 2ª via ao interessado como recibo.

i) A Administração se reserva ao direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação da nota fiscal/fatura o fornecedor não estiver com a documentação de regularidade fiscal perante o INSS, FGTS e a Receita Federal em dia, ocasião em que será dado prazo para a regularização, suspendendo-se o pagamento até a devida regularização.

j) Caso o licitante tenha o recolhimento dos encargos relativos ao FGTS centralizado, o documento comprobatório de autorização para a centralização dos recolhimentos deverá ser apresentado.

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

k) Havendo atraso no pagamento de suas obrigações, o TRE/PB procederá à atualização financeira diária de seus débitos, onde os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, conforme a seguinte fórmula:

$$I = \frac{(TX \times 100)}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP$$

onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

l) As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta de recursos específicos consignados no Orçamento da União;

m) Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de aplicação de penalidade, nos termos do art. 86, caput e §2º e §3º e/ou art. 87, §1º da Lei nº 8.666/93, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR e ÓRGÃOS PARTICIPANTES a firmar as futuras contratações com o fornecedor cujos preços tenham sido registrados, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições a preferência.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o(s) fornecedor(es) e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial da União, Seção 3, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61, da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

a) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o [§ 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993](#), nos termos do § 1º do art. 12 do Decreto 7.892/2013.

b) Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no § 3º do art. 12 do Decreto 7.892/2013 e no art. 65, da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusar-se a retirar a nota de empenho nos prazos estabelecidos, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;



g) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

h) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR:

a) mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

b) por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados.

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Secretário de Administração e Orçamento do ÓRGÃO GERENCIADOR.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO**

a) A Administração poderá aplicar ao FORNECEDOR as penalidades previstas no artigo 49 do Decreto nº 10.024/2019, sem prejuízo da aplicação dos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013. A Administração poderá, ainda, a seu critério, utilizar-se subsidiariamente das sanções previstas na Lei nº 8.666/93, no que couber.

b) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação da Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à penalidade de multa no percentual de até 30% (trinta por cento) sobre o valor global da obrigação não cumprida.

c) Fica estabelecido como falta grave, caracterizado como falha em sua execução, a não manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação da multa compensatória estabelecida na alínea "c" e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 49 da do Decreto nº 10.024/2019.

d) Com fundamento no art. 49 da do Decreto nº 10.024/2019, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa compensatória de até 30% (trinta por cento), no caso de inexecução total, sobre o valor total da contratação, ou de até 15% (quinze por cento), no caso de inexecução parcial, sobre o valor do saldo da contratação, respectivamente, garantido o direito à ampla defesa, a contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

d.1) Não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

d.2) Não entregar a documentação exigida no edital;

d.3) Apresentar documentação falsa;

d.4) Causar o atraso na execução do objeto;

d.5) Não mantiver a proposta;

d.6) Falhar ou fraudar na execução do contrato;

d.7) Comportar-se de modo inidôneo;

d.8) Declarar informações falsas; e

d.9) Cometer fraude fiscal.

e) Para os fins da alínea "d.7", reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

f) - As sanções descritas na alínea "d" também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela Administração Pública.

g) A Contratada ficará sujeita, no caso de inexecução parcial ou total da obrigação, com fundamento no art. 86 da Lei nº 8.666/93, à seguinte penalidade:

g.1) multa moratória de:

g.1.1) 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) ao dia sobre o valor do contrato em caso de atraso na execução dos serviços, até o máximo de 10 (dez) dias;



g.1.2) Sendo o atraso superior a 10 (dez) dias, configurar-se-á inexecução total da obrigação, a ensejar a aplicação de **multa compensatória**, prevista no item "c", sem prejuízo da aplicação da **multa moratória** limitada a 0,5% (zero vírgula cinco por cento), oriunda do atraso referido no subitem anterior, bem como da rescisão unilateral da avença.

h) As multas moratória e compensatória poderão ser cumuladas com as sanções previstas na alínea "a".

i) Apenas a aplicação das penalidades de advertência e multa moratória, **não** necessitam ser publicadas no DOU, devendo a intimação da apenada dar-se por meio de notificação.

j) As sanções estabelecidas nesta cláusula são da competência exclusiva da autoridade designada nos normativos internos deste Tribunal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da efetiva notificação.

k) A autoridade competente, na aplicação das penalidades previstas nesta cláusula, deverá levar em consideração a gravidade da conduta da Contratada, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao Contratante, observados os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade, da prevalência e indisponibilidade do interesse público, em decorrência de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovados.

l) O valor da multa moratória ou compensatória, nos termos do artigo 86, § 3º da LLC, poderá ser descontado da garantia contratual, dos créditos da Contratada ou cobrado judicialmente, nesta ordem.

m) O recolhimento do valor da multa, moratória ou compensatória, deverá ser feito no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da intimação da aplicação da sanção, sob pena de seu desconto ser efetuado conforme item anterior, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

n) As penalidades estabelecidas nestas cláusulas deverão ser registradas no SICAF.

o) As penalidades descritas nesta cláusula não excluem a possibilidade de o CONTRATANTE cobrar da CONTRATADA indenização por eventuais perdas e danos.

p) Caso seja constatada a irregularidade fiscal durante a vigência da ARP, a Administração notificará o Fornecedor para providenciar a regularização no prazo de 30 (trinta) dias. Persistindo a irregularidade serão adotadas providências no sentido de rescindir a avença.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

**a) Processo Administrativo Nº 0007824-11.2021.6.15.8000;**

**b) Edital do Pregão Eletrônico nº 02/2022 – TRE/PB e anexos;**

**c) Proposta Comercial da FORNECEDORA.**

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA -DAS DEMAIS CONDIÇÕES

Em vista da implementação de sistema informatizado de procedimentos administrativos no TRE/PB, denominado SEI - Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá efetuar o cadastro no referido sistema para acesso as informações e para assinatura eletrônica de documentos que serão necessárias à formalização da contratação;

Considerando a previsão de encaminhamento de mensagens eletrônicas através do SEI – Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá informar pelo menos 1 (uma) conta de e-mail válida ficando a contratada obrigada a acessar diariamente o e-mail, acusando expressamente o recebimento da mensagem, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da data da comunicação expedida.

Caso não haja recebimento expresse, o teor da mensagem será considerado lido após o decurso do prazo descrito.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Justiça Federal em João Pessoa/PB, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

Nada mais havendo a tratar eu, Mário Cezar Delgado Régis, Chefe da Seção de Compras, lavrei a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo particular fornecedor.

---

**Arioaldo Araújo Júnior**  
Secretário de Administração e Orçamento

---

**Kent Johann Modes**  
APPROACH TECNOLOGIA LTDA

**KENT JOHANN MODES**  
**USUÁRIO EXTERNO**



Documento assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES em 21/07/2022, às 16:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

**ARIOALDO ARAÚJO JÚNIOR**  
**SECRETÁRIO(A) DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO**

---



Documento assinado eletronicamente por ARIOALDO ARAÚJO JÚNIOR em 22/07/2022, às 08:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1310558** e o código CRC **22C2F3F8**.

0007824-11.2021.6.15.8000

1310558-4



**Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba**  
Avenida Princesa Isabel, 201 - Bairro Centro - CEP 58020-911 - João Pessoa - PB

**MINUTA - CPL****SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 02/2022**  
**(Processo SEI n.º 0007824-11.2021.6.15.8000)**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS (ELEMENTOS DE HARDWARE E SOFTWARE) E SERVIÇOS PARA A IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÃO DE HIPERCONVERGÊNCIA.**

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**Recebimento de propostas: a partir da data de publicação do aviso no D.O.U.**

**Abertura das propostas: 30/06/2022 às 14h00min**

**(Horário de Brasília/DF)**

**Endereço eletrônico: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).**

**AVISOS**

Recomendamos aos licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, notadamente quanto ao credenciamento, objetivando uma perfeita participação no certame.

Todos os horários estabelecidos neste edital, no aviso e durante a Sessão Pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília, Distrito Federal, consoante disposto no art. 53 do Decreto n. 10.024, de 20/09/2019.

DÚVIDAS	
No horário de expediente do TRE/PB:	Das 12h00 às 19h00 (segunda à quinta-feira) De 07h00 às 14h00 (sexta-feira)
Telefones:	(83) 3512-1280 / 1281 / 1282
E-mail:	<a href="mailto:cpl@tre-pb.jus.br">cpl@tre-pb.jus.br</a>

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhães, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

**PREÂMBULO**

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA**, através do Pregoeiro designado pela Portaria n.º **91/2022**, publicada no BAI em 04/04/2022, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto processo licitatório, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **MENOR PREÇO**, no **MODO DE DISPUTA "ABERTO"**, realizado por regime de execução indireta, com prestação parcelada, sob a forma de **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** para contratação eventual e futura **DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS (ELEMENTOS DE HARDWARE E SOFTWARE) E SERVIÇOS PARA A IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÃO DE HIPERCONVERGÊNCIA**, mediante as condições estabelecidas neste edital e em seus anexos.

O presente certame será processado e julgado nos termos da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, regulamentada pelo Decreto n.º 3.555, de 08/08/2000 (alterado pelos Decretos n.ºs 3.693, de 20/12/2000, e 3.784, de 06/04/2001), do Decreto n.º 10.024, de 20/09/2019, do Decreto n.º 7.892, de 23/01/2013 (alterado pelos Decretos n.º 8.250, de 23/05/2014 e n.º 9.488, de 30/08/2018), da Lei Complementar n.º 123 de 14/12/2006 (alterada pela Lei Complementar n.º 147 de 07/08/2014), regulamentada pelo Decreto 5.538, de 06/10/2015, da Lei n.º 12.305, de 02/08/2010, regulamentada pelo Decreto n.º 7.404, de 23/12/2010, pela Instrução Normativa n.º 05 – MPDG, de 26/05/2017, pela Resolução CNJ nº. 270, de 11/12/2018, e, subsidiariamente, da Lei n.º 8.666, de 21/06/93.

A sessão pública será realizada mediante acesso ao site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) e operada pelo Pregoeiro, através do sistema **"PREGÃO ELETRÔNICO"**, no dia **30/06/2022, às 14h00min (horário de Brasília/DF)**, na sala da Comissão Permanente de Licitação, localizada no 3.º andar do edifício-sede deste Órgão, situado na Avenida Princesa Isabel, 201, Tambiá, João Pessoa/PB, CEP: 58.020-528.

Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

**OBS.: Farão parte deste Registro de Preços, como órgãos participantes, os órgãos abaixo elencados, que ficarão responsáveis por suas respectivas contratações:**

- **70010 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO;**
- **70016 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO G.D.O SUL;**
- **158145 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA BAHIA;**
- **158150 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAPA;**
- **158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ;**
- **456084 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO/PE;**
- **925562 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS; e**
- **927038 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS.**

**1.0 – DO OBJETO**

1.0 - A presente licitação tem por objeto o registro de preços para contratação eventual e futura **DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS (ELEMENTOS DE HARDWARE E SOFTWARE) E SERVIÇOS PARA A IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÃO DE HIPERCONVERGÊNCIA**, de acordo com os quantitativos e as especificações mínimas, que constam do Anexo I e Anexo II e demais condições gerais deste edital.

**2.0 – DOS ANEXOS**

2.1 – Além deste edital, integram o presente instrumento as seguintes peças:

- 2.1.1 - o **Anexo I** – “Termos de Referência”;
- 2.1.2 - o **Anexo II** – “Especificações e Quantitativos”;
- 2.1.3 - o **Anexo III** – “Minuta da Ata de Registro de Preços (ARP)”;
- 2.1.4 - o **Anexo IV** - “Minuta do Contrato”
- 2.1.5 - o **Anexo V** – “Modelo de declaração de cumprimento do disposto no art. 3.º da Resolução n.º 07 do CNJ”;
- 2.1.6 - o **ANEXO VI** – “Modelo de Declaração de cumprimento ao disposto no artigo 4.º da Resolução n.º 156/2012 do CNJ”;

**3.0 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

3.1 - Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas especializadas no ramo, legalmente constituídas que:

3.1.1 - estejam devidamente CADASTRADAS no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de acordo com o art. 26 do Decreto 10.024/2019;

3.1.2 – encaminhem, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, indicados no preâmbulo deste Edital;

3.1.2.1 - a etapa de que trata o item 3.1.2 será encerrada com a abertura da sessão pública;

3.1.2.2 – as empresas licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do Sicafe, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhães, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

- 3.1.2.3 - o envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, nos termos do disposto no item 3.1.2, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;
- 3.1.2.4 - a empresa licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital;
- 3.1.2.5 - a falsidade da declaração de que trata o item anterior sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.
- 3.1.2.6 - as empresas poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública;
- 3.1.2.7 - na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pela empresa, observado o disposto no item 3.1.2, não haverá ordem de classificação das propostas;
- 3.1.2.8 - os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances;
- 3.1.2.9 - os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital, já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de no mínimo, duas horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema;
- 3.1.3 - manifestem, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente Edital, bem como que a proposta está em conformidade com o exigido no instrumento convocatório;
- 3.2 - As microempresas e as empresas de pequeno porte, que desejarem participar do certame com os benefícios da Lei Complementar n.º 123/2006, deverão manifestar sua intenção em campo próprio do sistema eletrônico;
- 3.3 - Não será admitida a participação de empresas:
- 3.3.1 - em processo de recuperação judicial ou extrajudicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação, salvo se apresentar a comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, ou decisão judicial que a desobrigue da apresentação da certidão negativa, ou, ainda, comprove a capacidade econômico-financeira da empresa (conforme jurisprudência do STJ no Resp. n.º 1173735/RN.T4 e no AgRg na MC n.º 23499/RS.T2, do TCU no Acórdão n.º 8.271/2011 - 2.ª Câmara e da AGU no Parecer 4/2015/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, exarado no Processo n.º 00407.000226/2015-22);
- 3.3.2 - que estejam com o direito de licitar e contratar suspenso com o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (Acórdão TCU 842/2013 - Plenário) ou que tenham sido declaradas inidôneas (art. 87, IV da Lei n.º 8.666/93) ou impedidas (art 7.º da Lei n.º 10.520/02), desde que não tenham logrado reabilitação;
- 3.3.3 - reunidas em consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição (conforme jurisprudência do TCU, acórdão n.º 2.898/2012 - Plenário, a vedação à participação de consórcio nesta licitação prende-se ao fato de que esta não envolve questões de alta complexidade e de relevante vulto, em que as empresas, isoladamente, não tenham condições de suprir os requisitos de habilitação do edital);
- 3.3.4 - estrangeiras que não funcionem no país;
- 3.3.5 - cooperativas.

#### 4.0 - DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

- 4.1 - As empresas interessadas em participar do certame deverão providenciar, previamente, o CREDENCIAMENTO no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF), que também será requisito obrigatório para fins de habilitação:
- 4.1.1 - o credenciamento no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil;
- 4.1.2 - o credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica;
- 4.1.3 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 4.1.4 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identificar incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 4.1.4.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 4.2 - A licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo, a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

#### 5.0 - DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 5.1 - A proposta, a ser encaminhada **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, até as **14h00min do dia 30 de junho de 2022** (horário de Brasília), deverá conter:
- 5.1.1 - a **especificação do objeto e/ou do serviço** no campo **"Descrição Detalhada Do Objeto Ofertado", marca e modelo (quando houver)**, em conformidade com o Anexo I - "Termo de Referência" e nos termos do **Anexo II** - "Especificações e Quantitativos".
- 5.1.2 - o **fabricante, a marca e o modelo (quando houver)** do item cotado, os quais deverão estar impressos na embalagem e no corpo do produto, conforme o caso.
- 5.1.3 - o **VALOR TOTAL POR GRUPO (PARA O GRUPO G1 -ITENS 01 A 17) E O VALOR UNITÁRIO POR ITEM (PARA O ITEM 18 E PARA O ITEM 19), limitado a 2 (dois) dígitos após a vírgula**, no qual se presumem inclusos todos os custos que incorram ou venham a incorrer sobre o objeto licitado, inclusive, impostos, taxas, fretes, encargos sociais, fiscais e trabalhistas, observando o **preço máximo admitido por ITEM**, estabelecido no item **7.26** deste edital;
- 5.1.3 Este caso o valor total e/ou os valores unitários decorrentes do preço total proposto conterão no máximo de duas casas após a vírgula, as casas decimais excedentes serão desconsideradas pelo pregoeiro, ainda que seja reduzido o preço total do item, sendo esta alteração considerada uma negociação para fins do disposto no item **7.29** deste edital.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

**5.1.4 - não serão aceitas propostas para o Grupo em que não haja oferta de preço para qualquer de seus itens constituintes; ou seja, é necessária a cotação de preços para todos os itens do respectivo Grupo;**

5.1.5 - em razão do descritivo do Sistema *Comprasnet*, caso o item não possua o mesmo nível de detalhamento do objeto do certame, as propostas deverão atender às especificações técnicas dispostas no descritivo constante do Termo de Referência - Anexo I do edital;

5.1.5.1 - No momento de credenciamento da proposta no Sistema *Comprasnet*, a licitante deverá encaminhar a proposta, contendo os custos decorrentes da execução contratual, e ainda deverá conter:

5.1.5.1.1 - carta de apresentação em formulário oficial da licitante, em uma via, redigida em português, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, assinada e carimbada na última folha e rubricada nas demais pelo seu representante legal;

5.1.5.1.2 - todas as comprovações, declarações e especificações técnicas solicitadas no Anexo I - Termo de Referência;

5.1.5.1.3 - preço unitário e total de todos os componentes, expressos em algarismos e o total também por extenso, em moeda nacional, a ser cobrado pelo objeto da presente licitação;

5.1.5.1.4 - tabela comprobatória das características solicitadas, independente da sua descrição, através de documentos cuja origem seja exclusivamente do fabricante dos produtos, como catálogos, manuais, ficha de especificação técnica, informações obtidas em sites oficiais do fabricante através da internet, indicando as respectivas URL (Uniform Resource Locator), ou por meio de declarações do fabricante. As comprovações devem ser claras, com indicação de página na proposta. Serão aceitos documentos em português ou inglês para comprovações técnicas. A não comprovação de alguma característica exigida, quando solicitada pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, levará à desclassificação da proposta;

5.1.5.1.5 - todos os produtos ou serviços referidos no item a que está concorrendo, sob pena de desclassificação;

5.1.5.1.6 - a lista de todos os componentes da solução proposta com seu respectivo part number, se houver, além de descrição e quantidades;

5.1.5.1.7 - Comprovar aptidão do desempenho de atividade pertinente e compatível em tecnologia com a solução global especificada neste Termo de Referência. A comprovação deverá acontecer através de:

5.1.5.1.7.1. **Para o Grupo I:**

5.1.5.1.7.1.1 Apresentação de declaração do fabricante da solução de hiperconvergência garantindo que a empresa revendedora é capaz de fornecer, instalar, configurar e prestar suporte da solução ofertada, não implicando em perda de garantia no Brasil e;

5.1.5.1.7.2. **Para o ITEM 18:**

5.1.5.1.7.2.1. Comprovação de credenciamento da licitante/Contratada junto ao Fabricante VMWare. Esta comprovação pode ser feita através de uma das seguintes formas: indicação da página Internet (URL do website) do Fabricante que contenha esta informação, cópia do contrato entre o licitante e o fabricante ou uma declaração do próprio fabricante informando que a licitante é a revendedora ou distribuidora autorizada do fabricante.

5.1.5.1.7.3. **Para o ITEM 19:**

5.1.5.1.7.3.1. Comprovação de credenciamento da licitante/Contratada junto ao Fabricante na categoria *Large Account Reseller* ou *LAR* ou *Licensing Solution Partner - LSP*, ou seja, que comprove poder operacionalizar/vender acordos de volume **Microsoft**. Deverá ainda comprovar credenciamento pelo Fabricante na categoria *Government Integrator Agreement - GIA* e/ou *Government Partner - GP*, ou seja, que a qualifique para operacionalizar/vender acordos de volume exclusivo para o segmento de governo. Esta comprovação pode ser feita através de uma das seguintes formas: indicação da página Internet (URL do website) do Fabricante que contenha esta informação, cópia do contrato entre o licitante e o fabricante ou uma declaração do próprio fabricante informando se a licitante é a revendedora ou distribuidora autorizada do fabricante.

5.1.5.1.8 - no valor proposto deverão estar inclusos todos os custos envolvidos para a perfeita execução dos serviços, tais como: fornecimento do produto, quando o caso, impostos, tarifas, taxas, salários, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, etc;

**5.1.5.1.9 - declaração, sob as penas da lei, que tem ciência da natureza e da ilegalidade do chamado "registro de oportunidade", conforme disposto na Lei 8.666/1993 art. 3º, caput.**

5.2 - Ainda no momento de elaboração e envio da proposta o licitante deverá declarar virtualmente, em campo próprio disponibilizado no sistema eletrônico:

5.2.1 - o pleno conhecimento e cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital;

5.2.2 - a inexistência de fato impeditivo de sua habilitação, bem como a ciência da obrigatoriedade de noticiar ocorrências posteriores;

5.2.3 - a não infringência à proibição do art. 7.º, XXXIII, da Constituição (art. 27, V, da Lei n.º 8.666/93);

5.2.4 - que elaborou a proposta de forma independente;

5.2.5 - **se for o caso**, o atendimento aos requisitos estabelecidos no Art. 3.º da Lei Complementar n.º 123/2006, bem como a aptidão para usufruir o tratamento diferenciado estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar;

5.3 - O prazo de validade da proposta é de **60 (sessenta) dias**, contado da data da abertura da sessão pública;

5.3.1 - caso a adjudicação não possa ocorrer dentro do período de validade da proposta, por motivo de força maior, o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba poderá solicitar a prorrogação geral da validade por, no máximo, igual período.

5.4 - Não serão permitidas ofertas parciais, em relação ao quantitativo total estimado fixado para o item.

5.5 - O fornecimento será efetuado de acordo com a necessidade do órgão, nos prazos consignados no Termo de Referência, Anexo I do edital:

5.5.1. O prazo de entrega de produtos deverá ocorrer em até no máximo 60 (sessenta) dias corridos a partir da data de assinatura do contrato;

5.5.2. O prazo de instalação deverá ocorrer em até no máximo 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento provisório dos bens;

5.5.3. A entrega deve ser agendada com antecedência mínima de 24 horas, sob o risco de não ser autorizada;

5.5.4. Para itens de software, poderá ser fornecido sem mídia de instalação, desde que seja indicado local para download do arquivo de instalação.

**5.6 – Do local onde os itens deverão ser entregues e/ou instalados, se for o caso:**

**a) 70009 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA:**

**a.1) Do local onde os equipamentos deverão ser entregues:**

a.1.1) Sede do Tribunal

Av. Princesa Isabel, 201 - Centro - João Pessoa  
 CEP: 58020-528 - Paraíba - Brasil  
 Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

Telefone: (83) 3512-1200 / Fax: (83) 3512-1448

**a.2) Locais onde os equipamentos serão instalados:**

a.2.1) Sede do Tribunal

Av. Princesa Isabel, 201 - Centro - João Pessoa

CEP: 58020-528 - Paraíba - Brasil

Telefone: (83) 3512-1200 / Fax: (83) 3512-1448

a.2.2) Fórum Eleitoral da Capital

Rua Odon Bezerra, 309 - Tambiá - João Pessoa

CEP: 58020-500 - Paraíba - Brasil

Telefone: (83) 3512-1011 / Fax: (83) 3222-4911

**b) 70010 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO;**

**b.1)** Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, localizado na Av. Agamenon Magalhães, 1160, Derby, Recife-PE e no seu anexo, na Praça do Entroncamento.

**c) 70016 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO G.D.O SUL;**

**c.1) Do local onde os equipamentos deverão ser entregues:**

c.1.1) Seção de Almoxarifado e Patrimônio do TRE/MS

Rua Delegado José Alfredo Hadman, 184 - Parque dos Poderes - Campo Grande/MS

De segunda a sexta-feira, das 12h00 às 18h00

**c.2) Locais onde os equipamentos serão instalados e os serviços realizados:**

c.2.1) Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - - Parque dos Poderes - Campo Grande/MS

c.2.2) Sede do Tribunal Regional do trabalho da 24.ª Região

Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, 208 - Parque dos Poderes - Campo Grande/MS

**d) 158145 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA BAHIA;**

**d.1)** Avenida Araújo Pinho, 39, Canela, CEP. 40.110-150 Salvador Bahia - Reitoria do Instituto Federal da Bahia

**e) 158150 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAPA;**

**e.1) Campus Laranjal do Jari**

Rua Nilo Peçanha, nº 1.263 - Bairro Cajari. CEP: 68.920-000

**e.2) Campus Macapá**

Rodovia BR 210 KM 3, s/n - Bairro Brasil Novo. CEP: 68.909-398

**e.3) Campus Agrícola Porto Grande**

Rodovia BR 210, Km 103, Zona Rural

**e.4) Campus Avançado Oiapoque**

Avenida Joaquim Caetano da Silva, 870, Centro, Oiapoque-AP - CEP 68.980-000

**e.5) Centro de Referência em EaD Pedra Branca do Amapari**

Avenida Francisco Dutra, s/n, Bairro Central, Pedra Branca do Amapari-AP

**f) 158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ;**

**f.1)** BR-230 (Transamazônica), Loteamento Cidade Jardim, Av. dos Ipês, s/n.º - Cidade Jardim, Marabá - PA, 68500-000

**g) 456084 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO/PE;**

**g.1)** Reitoria da Universidade de Pernambuco, Av. Gov. Agamenon Magalhães - Santo Amaro, Recife - PE, 50100-010.

**h) 925562 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS:**

**h.1) Local da entrega:**

**h.1.1)** Rua Barbosa Lima, 245, bairro Jardim. Industrial, Contagem/MG CEP 32.220-000

**h.2) Local da prestação dos serviços/instalação:**

**h.2.1)** R. da Bahia, 2277 - Lourdes, Belo Horizonte - MG, CEP 30160-012

**i) 927038 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS:**

**i.1)** Av. Simão Antônio, no 149, Bairro: Cincão Cidade: Contagem-MG

5.7 - Quaisquer tributos, despesas e custos diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão tidos como inclusos nos preços, e não serão admitidos como pleitos de acréscimos, a qualquer título.

5.8 - O encaminhamento da proposta de preços pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital e seus anexos. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e lances.

5.9 - Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste edital e seus anexos, sejam omissas, apresentem irregularidades, alternativas ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

5.10 - A licitante apresentará preço global, nele inclusas as despesas diretas e indiretas, tais como: mão de obra, transporte, alimentação, impostos, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários e comerciais, e taxas que se façam indispensáveis à perfeita execução dos serviços.

5.11 - As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, nos a homologação.

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes

**6.0 DA HABILITAÇÃO** Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://verifsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.



6.1 – A habilitação do licitante será verificada mediante:

a) consulta **"on line"** ao **SICAF**, constatando-se a sua regularidade perante a Fazenda Nacional (Certidão de Regularidade de Tributos Federais), Fazenda Estadual (Certidão de Regularidade), Fazenda Municipal (Certidão de Regularidade), Seguridade Social (Certidão de Regularidade – CND) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Certidão de Regularidade – CRF);

b) apresentação de prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa válida (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, podendo-se fazer consulta **"on line"** ao sítio do **TST**;

c) apresentação da certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, a menos de **90 (noventa) dias** da data prevista para abertura da licitação;

d) Atestado(s) ou certidão(ões) de capacidade técnica, em nome da licitante, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, registrado nas entidades profissionais competentes, que comprove o regular fornecimento, instalação e configuração de solução correspondente ao grupo que vai ofertar proposta, que compreenda no mínimo fornecimento e instalação de equipamentos ou softwares em quantidade igual ou superior a 50% dos que serão ofertados neste certame, sendo da mesma marca da solução que pretende fornecer a este órgão no âmbito da presente contratação.

d.1 - Para o Grupo I, atende ao critério do item "d", a apresentação de atestados e certidões relativas ao fornecimento de plataforma de hiperconvergência Nutanix;

d.2 - Para o ITEM 18, atende ao critério do item "d", a apresentação de atestados e certidões relativas ao fornecimento de licenças VMware;

d.3 - Para o ITEM 19, atende ao critério do item "d", a apresentação de atestados e certidões relativas ao fornecimento de licenças Microsoft.

e) Possuir no mínimo 1 (um) profissional com certificação técnica oficial do fabricante da solução que pretende fornecer a este órgão no âmbito da presente contratação.

e.1) A certificação apresentada do profissional da licitante para fins de comprovação do Grupo I deverá ser **Nutanix Certified Services – Core (NCS-Core)**.

e.2) A certificação apresentada do profissional da licitante para fins de comprovação do ITEM 18 deverá ser **VMware Certified Advanced Professional, no mínimo da versão 6**.

f) apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, apresentados na forma da lei, comprovando índices de Liquidez Geral –LG, Liquidez Corrente –LC, e Solvência Geral –SG superiores a 1 (um);

f.1) Somente será necessária a apresentação da documentação prevista no item "e", nas hipóteses de impossibilidade de verificação automática via SICAF, dos índices de Liquidez Geral –LG, Liquidez Corrente –LC, e Solvência Geral –SG superiores a 1 (um), de empresas com menos de um ano de exercício social ou ainda, de empresas com mais de um exercício, que não apresentarem valores no grupo EXIGÍVEL;

f.2) - As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral –LG, Liquidez Corrente –LC, e Solvência Geral –SG, deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item/grupo pertinente;

g) declaração de cumprimento do disposto no **art. 3.º da Resolução do CNJ n.º 07, de 18 de outubro de 2005**, com a redação dada pela Resolução n.º 09/2005<sup>1</sup>, e conforme o entendimento daquele Conselho exposto na alínea "a" do Enunciado Administrativo nº 812, podendo ser utilizado o modelo em anexo;

h) - declaração de cumprimento ao disposto no **artigo 4.º da Resolução do CNJ n.º 156 de 08 de agosto de 2012**, podendo ser utilizado o modelo em anexo;

6.1.1 - caso a licitante pretenda fornecer o objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento da empresa (matriz/filial) deverá apresentar, desde logo, o CNPJ para consulta **"on line"** ao **SICAF**.

**6.1.2 - após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com a proposta, os documentos de habilitação exigidos no edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.**

6.1.3 - Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do Sicafe, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.

6.1.4 - sendo verificado que algum dos documentos exigidos encontra-se vencido ou não conste no **SICAF**, será admitida a sua apresentação, no prazo estipulado no item 6.1.2.

6.1.5 - a proposta de preços final e os documentos de habilitação, constantes dos arquivos e registros digitais no Sistema Comprasnet, serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas, em conformidade com o art. 8º, §1º, do Decreto 10.024/2019.

6.1.5.1 - todos os documentos enviados ficarão à disposição dos demais licitantes no Sistema Comprasnet para que, desejando analisá-los, possam acessar diretamente pelo sistema.

6.1.6 - será admitida a comprovação de regularidade jurídica e fiscal através da Internet, por meio de consulta **"on-line"** efetuada pelo pregoeiro e/ou equipe de apoio.

6.2 - Os documentos relativos à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista deverão estar válidos na data de abertura das propostas, ressalvado o disposto no item 7.39.

6.3 - As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação neste pregão, deverão apresentar toda a documentação exigida neste capítulo para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

<sup>1</sup>É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive os ocupantes de cargo de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, devendo tal condição constar expressamente dos editais de licitação.

<sup>2</sup>As vedações constantes dos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 07, de 18 de outubro de 2005, abrangem o parentesco natural ou civil, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, e o parentesco por afinidade, na linha reta ou colateral, alcançando ainda o parentesco colateral de terceiro grau, do cônjuge ou companheiro dos membros e juízes vinculados ao Tribunal.

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhães, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://verifsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.



7.0 – DA SESSÃO DO PREGÃO

- 7.1 - A partir do horário previsto no preâmbulo deste edital, terá início a sessão pública do pregão, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das mesmas, verificando a compatibilidade do preço cotado e a conformidade da descrição dos bens ofertados com as exigências do edital e seus anexos, sob pena de desclassificação.
- 7.1.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 7.1.2 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.1.3 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.2 - Após a apresentação das propostas, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.
- 7.3 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.5 - Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase de lances, quando então os licitantes poderão encaminhá-los, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.6 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado para a abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.
- 7.7 - Os lances serão ofertados pelo **VALOR TOTAL POR GRUPO (PARA O GRUPO G1 -ITENS 01 A 17) E PELO MENOR VALOR UNITÁRIO POR ITEM (PARA O ITEM 18 E PARA O ITEM 19);**
- 7.8 - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.9 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).
- 7.10 - O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 7.11 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.12 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.13 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.14 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 7.15 - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.16 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.17 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante que ofertou o menor lance.
- 7.18 - Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade dos licitantes, não lhes cabendo pleitear qualquer alteração.
- 7.19 - Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir lance cujo valor for considerado inexecuível.
- 7.20 - Cabe aos licitantes acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsáveis pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.**
- 7.21 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.22 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sistema eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.23 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.24 - A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 7.24.1 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:
- 7.24.1.1 - prestados por empresas brasileiras;
- 7.24.1.2 - prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.24.1.3 - prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou que reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 7.25 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 7.26 - Considera-se **preço excessivo**, para fins de desclassificação, aquele que superar o menor valor pesquisado pelo TRE/PB, constado na tabela a seguir:

GRUPO G1

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE POR ÓRGÃO	QUANTIDADE TOTAL A REGISTRAR	UND.	CATMAT/ CATSER	EXPECTATIVA DE CONSUMO	VALOR UNITÁRIO DO ITEM (R\$)	VALOR TOTAL DO ITEM (R\$)
01	NO	TRE/PB: 8,	45	UND	481692	02	331.486,10	14.916.874,50

	<b>hiperconvergente – Configuração básica.</b> <b>Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.</b>	TRE/PE: 6, TRE/MS: 3, IFBA: 3, IFAP: 8, UNIFESSPA: 1, UPE: 8, FHEMIG: 4, SES-MG: 4						
<b>02</b>	<b>Aditamento de memória para nó hiperconvergente.</b> <b>Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.</b>	TRE/PB:24, TRE/PE: 18, TRE/MS: 9, IFBA: 9, UNIFESSPA: 4, UPE: 24, FHEMIG: 8, SES-MG: 8	<b>104</b>	UND	245991	02	37.501,00	3.900.104,90
<b>03</b>	<b>Aditamento de processador para nó hiperconvergente.</b> <b>Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.</b>	TRE/PB:16, TRE/PE: 12, TRE/MS: 6, UPE: 16, FHEMIG: 4, SES-MG: 16	<b>70</b>	UND	474243	00	47.169,18	3.301.842,60
<b>04</b>	<b>Aditamento de armazenamento em HDD para nó hiperconvergente.</b> <b>Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.</b>	TRE/PB: 40, TRE/PE: 30, TRE/MS: 15, IFBA: 6, UNIFESSPA: 2, UPE: 40, FHEMIG: 4, SES-MG: 4	<b>141</b>	UND	381491	00	5.157,33	727.183,53
<b>05</b>	<b>Aditamento de armazenamento em SSD para nó hiperconvergente.</b> <b>Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.</b>	TRE/PB: 24, TRE/PE: 18, TRE/MS: 3, IFBA: 6, UNIFESSPA: 2, UPE: 24, FHEMIG: 4, SES-MG: 4	<b>85</b>	UND	441667	00	32.131,00	2.731.135,90
<b>06</b>	<b>Software de gerenciamento.</b> <b>Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.</b>	TRE/PB: 8, TRE/PE: 6, TRE/MS: 3, IFAP: 8, UPE: 8, FHEMIG: 4, SES-MG: 4	<b>41</b>	UND	27464	00	21.995,47	901.814,27
<b>07</b>	<b>Solução de automação de aplicações (Nutanix CALM).</b> <b>Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.</b>	TRE/PB: 5, IFAP: 5, UPE: 5, FHEMIG: 4, SES-MG: 4	<b>23</b>	UND	27464	00	77.767,00	1.788.641,00
<b>08</b>	<b>Instalação de nó hiperconvergente.</b> <b>Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.</b>	TRE/PB: 8, TRE/PE: 6, TRE/MS: 3, IFAP: 8, UPE: 8,	<b>38</b>	UND	27111	00	8.580,20	326.047,60

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

		FHEMIG: 1, SES-MG: 4						
09	<b>Implementação de solução de automação de aplicações.</b> <b>Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.</b>	TRE/PB: 2, IFAP: 2, UPE: 2, FHEMIG: 1, SES-MG: 1	<b>08</b>	UND	27111	00	128.489,00	1.027.912,00
10	<b>Implementação de solução de orquestração de contêineres - Desenvolvedor.</b> <b>Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.</b>	TRE/PB: 2, UPE: 2, FHEMIG: 1, SES-MG: 1	<b>06</b>	UND	27111	00	80.247,00	481.482,00
11	<b>Implementação de solução de orquestração de contêineres - Operações.</b> <b>Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.</b>	TRE/PB: 2, UPE: 2, FHEMIG: 1, SES-MG: 1	<b>06</b>	UND	27111	00	80.246,00	481.476,00
12	<b>Switch ToR redundante.</b> <b>Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.</b>	TRE/PB: 2, TRE/PE: 2, TRE/MS: 2, IFAP: 2, UPE: 2, FHEMIG: 1	<b>11</b>	UND	393440	00	336.557,33	3.702.130,63
13	<b>Banco de horas técnicas (atendimento remoto).</b> <b>Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.</b>	TRE/PB: 120, TRE/MS: 120, IFBA: 30, IFAP: 60, UPE: 120, FHEMIG: 60, SES-MG: 60	<b>570</b>	UND	27111	00	335,49	191.229,30
14	Licenças de aplicação de backup <b>Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.</b>	TRE/PB: 16, TRE/PE: 12, IFBA: 12, IFAP: 16, UPE: 16, FHEMIG: 8	<b>80</b>	UND	27464	00	29.608,00	2.368.640,00
15	Appliance de backup. <b>Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.</b>	TRE/PB: 4, TRE/PE: 4, IFBA: 1, IFAP: 4, UNIFESSPA: 1, UPE: 4, FHEMIG: 2	<b>20</b>	UND	393274	00	593.219,50	<b>11.864.390,00</b>
16	Instalação da aplicação de backup. <b>Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.</b>	TRE/PB: 1, TRE/PE: 60, IFBA: 1, IFAP: 1, UPE: 1, FHEMIG: 1	<b>65</b>	UND	27111	00	4.025,90	<b>261.683,50</b>
17	Instalação da appliance de backup. <b>Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.</b>	TRE/PB: 4, TRE/PE: 4, IFBA: 1, IFAP: 4, UNIFESSPA: 1, UPE: 4, FHEMIG: 2	<b>18</b>	UND	27111	00	7.500,00	<b>135.000,00</b>

Este documento foi assinado digitalmente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://verifsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

backup.	TRE/PE: 4,						
<b>Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.</b>	IFBA: 1,						
	IFAP: 4,						
	UPE: 4,						
	FHEMIG: 1						
<b>VALOR TOTAL DO GRUPO G1</b>							<b>49.107.585,93</b>

**ITEM 18 - Licenciamento VMWare**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE POR ÓRGÃO	QUANTIDADE TOTAL A REGISTRAR	UND.	CATMAT/ CATSER	EXPECTATIVA DE CONSUMO	VALOR UNITÁRIO DO ITEM (R\$)
<b>18</b>	<b>Licenciamento da solução de virtualização.</b> <b>Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.</b>	TRE/PB: 32, TRE/PE: 24	<b>56</b>	UND	27464	00	<b>57.911,00</b>

**ITEM 19 - Licenciamento Microsoft**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE POR ÓRGÃO	QUANTIDADE TOTAL A REGISTRAR	UND.	CATMAT/ CATSER	EXPECTATIVA DE CONSUMO	VALOR UNITÁRIO DO ITEM (R\$)
<b>19</b>	<b>Licenciamento Microsoft Windows Datacenter.</b> <b>Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.</b>	TRE/PB: 160 TRE/PE: 120	<b>280</b>	UND	27464	00	<b>4.723,00</b>

7.26.1 - Considera-se preço manifestamente inexequível, para fins de desclassificação, aquele que o licitante não comprove a sua viabilidade, quando contestada.

7.26.1.1 - Considerando os termos da Súmula TCU n.º 262/2010 e Resolução n.º 114/2010/CNJ, será oportunizado ao licitante que apresentar proposta com valores inferiores, de acordo com o disposto no item 7.16.1 deste edital, de demonstrar a exequibilidade da sua proposta;

7.27 - Caso a proposta mais bem classificada não tenha sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior a melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, sob pena de preclusão, apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada originalmente em primeiro lugar, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto do respectivo ITEM do pregão;

b) caso a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no caput deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no limite estabelecido no caput deste subitem, o sistema fará um sorteio eletrônico entre tais licitantes, definindo e convocando automaticamente a vencedora para a oferta final do desempate;

d) havendo êxito neste procedimento, o sistema disponibilizará a nova classificação dos licitantes para fins de aceitação; não havendo êxito ou não existindo microempresas e empresas de pequeno porte participantes, prevalecerá a classificação inicial.

7.28 - **Para os ITENS 18 e 19**, também será assegurada preferência de contratação, nos termos do disposto no artigo 3.º, da Lei nº 8.248/91, observada a seguinte ordem:

I) bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

II) bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

III) bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal.

7.28.1 - as microempresas e empresas de pequeno porte que atendam ao disposto nos incisos acima terão prioridade no exercício do direito de preferência em relação às médias e grandes empresas enquadradas no mesmo inciso.

7.28.2 - o exercício do direito de preferência disposto nos itens 7.27 e 7.28, será concedido, nos termos do Decreto n.º 7.174/2010, observando-se os seguintes procedimentos, sucessivamente:

a) aplicação das regras de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte dispostas no item 7.27, quando for o caso;

b) estabelecida, ou não, nova ordem classificatória, serão aplicadas as regras de preferência previstas no item 7.28, com a classificação dos licitantes cujas propostas finais estejam situadas até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta válida;

c) convocação dos licitantes classificados que estejam enquadrados no inciso I item 7.28, na ordem de classificação, para que possa oferecer nova proposta ou novo lance para superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame;

d) caso a preferência não seja exercida na forma da alínea c), por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no inciso II do subitem 7.28, na ordem de classificação, para o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o inciso III do item 7.28, caso esse direito não seja exercido.

7.29 - a comprovação do atendimento ao PPB será feita mediante apresentação do documento comprobatório da habilitação à fruição dos incentivos fiscais regulamentados pelo Decreto n.º 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou pelo Decreto n.º 6.008, de 29 de dezembro de 2006.

7.29.1 - a comprovação será feita:

I - eletronicamente, por meio de consulta ao sítio eletrônico oficial do Ministério da Ciência e Tecnologia ou da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA; ou

II - por documento expedido para esta finalidade pelo Ministério da Ciência e Tecnologia ou pela SUFRAMA, mediante solicitação da licitante.

7.30 - na hipótese em que nenhum dos licitantes exerça o direito de preferência previsto nos itens 7.27 e/ou 7.28, prevalecerá o resultado inicialmente apurado após a fase de lances.

7.31 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.31.1 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.32 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.33 - O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.33.1 - O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, **via e-mail ou chat**, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.34 - Será consultado diretamente no site do fabricante do equipamento manuais e toda documentação pública disponível para comprovação do pleno atendimento aos requisitos deste edital. Em caso de dúvida ou divergência na comprovação da especificação técnica, **antes da aceitação da proposta classificada em primeiro lugar**, o pregoeiro poderá solicitar, ao respectivo licitante, **a apresentação de 1 (uma) unidade do(s) equipamento(s) ofertado(s), a título de amostra**, sem ônus ao processo, para comprovação técnica de funcionalidades, por parte de servidor ou comissão designada para este fim. O prazo máximo para a apresentação da(s) amostra(s) será de até 15 (quinze) dias úteis após a solicitação deste órgão, que será feita no próprio sistema eletrônico, através do chat. Para a amostra, a empresa deverá apresentar o mesmo modelo do equipamento ofertado no certame, com técnico certificado na solução para configuração e comprovação dos itens pendentes, nas dependências deste órgão (conforme itens 1.1.1 e 1.1.2 TC-006.806/2006-4, Acórdão nº 838/2006- TCU-2ª Câmara), devendo ser entregue(s) no seguinte endereço: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, Comissão Permanente de Licitação, Avenida Princesa Isabel, 201, 3.º Andar, Tambaíá, CEP: 58.020-528, João Pessoa/PB. Caberá ao licitante o ônus decorrente das despesas de envio e retirada do material das dependências do TRE/PB;

7.34.1 - a não apresentação da amostra, quando solicitada, dentro dos respectivos prazos, ensejará na desclassificação da proposta.

7.34.2 - o produto apresentado como amostra deverá ser retirado no prazo máximo de 30 (trinta) dias. Decorrido esse prazo sem que a licitante retire o produto, o Tribunal poderá se desfazer do mesmo sem que isso gere direito de indenização.

7.35 - No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante com a proposta classificada em segundo lugar, observados os critérios estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste edital.

7.36 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.37 - Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

7.37.1 - A apresentação de novas propostas na forma do item **7.37** não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

7.38 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7.39 - Sendo aceitável a proposta de menor valor, o pregoeiro efetuará consulta "on-line" ao SICAF, para comprovar a regularidade do licitante, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

7.40 - É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, caso o(s) documento(s) se encontre(m) vencido(s) ou não conste(m) no SICAF, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

7.41 - O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019. Para casos de microempresas ou empresas de pequeno porte, o prazo será aquele disposto no item **7.42**.

7.42 - Na forma do artigo 43, § 1.º, da Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014, as microempresas e empresas de pequeno porte que apresentarem alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal**, terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

7.43 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará a inabilitação das microempresas e empresas de pequeno porte, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

7.44 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

7.45 - Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

7.46 - Ocorrendo a situação a que se refere o item anterior, o pregoeiro negociará, pelo sistema eletrônico, diretamente com o licitante, objetivando a obtenção de melhor preço, conforme item 7.31.

7.47 - Constatado o atendimento das exigências habilitatórias fixadas neste edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, caso não haja interposição de recursos, encaminhando-se, em seguida, os autos à autoridade competente para homologação.

7.48 - Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, que mencionará todos os licitantes, a classificação dos lances, bem como as ocorrências que interessarem ao julgamento desta licitação.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

7.49 - As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

**7.50 - A proposta de preços final e os documentos de habilitação, constantes dos arquivos e registros digitais no Sistema Comprasnet, serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas, em conformidade com o art. 8º, §1º do Decreto 10.024/2019.**

7.50.1 - Somente mediante autorização expressa do Pregoeiro, em caso de indisponibilidade do Sistema Comprasnet, será aceito o envio de documentação através do e-mail [cpl@tre-pb.jus.br](mailto:cpl@tre-pb.jus.br);

7.50.2 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital. Caso sejam solicitados, os originais ou cópias autenticadas deverão ser enviados no prazo de até 10 dias, para o seguinte endereço:

Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba  
Comissão Permanente de Licitação  
Avenida Princesa Isabel, 201 - Tambaí  
João Pessoa/PB - CEP: 58.020-528

## 8.0 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO

8.1 - A solicitação de esclarecimento a respeito de condições do edital deverá ser efetuada pelas empresas interessadas em participar do certame, até o **3º (terceiro) dia útil** que anteceder a data fixada para a abertura da sessão pública, **exclusivamente**, por meio eletrônico, via Internet.

8.1.1 - As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

8.2 - Até **3 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o presente instrumento convocatório, **exclusivamente**, por meio eletrônico, via Internet.

8.3 - O endereço eletrônico para pedidos de esclarecimento, bem como para impugnações ao edital é: [cpl@tre-pb.jus.br](mailto:cpl@tre-pb.jus.br).

8.4 - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro decidir sobre a impugnação ou responder o pedido de esclarecimento formulado, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, podendo, quando for o caso, solicitar auxílio do setor responsável pela elaboração do Termo de Referência ou da Assessoria Jurídica do TRE/PB.

8.4.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

8.5 - Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

8.6 - Modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

8.7 - As impugnações e os pedidos de esclarecimento, bem como as respectivas respostas, serão divulgados no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), no link: Comprasnet SIASG / Gestor Público / Consultas / Compras Governamentais / Pregões / Agendados - Código UASG do TRE/PB: 070009. O fornecedor poderá visualizar também no Portal Transparência deste Tribunal, no sítio [www.tre-pb.jus.br](http://www.tre-pb.jus.br), no link: "transparencia / gestao-de-contratacoes".

8.8 - Decairá do direito de impugnar, perante o TRE/PB, os termos do edital, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

## 9.0 - DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

9.1 - Esta licitação é do tipo **menor preço**, em estrita observância do disposto no art. 7.º do Decreto n.º 10.024/2019.

9.2 - Serão desclassificadas as propostas que não atendam as exigências e condições deste edital.

9.3 - Será considerada mais vantajosa para a Administração e, conseqüentemente, classificada em primeiro lugar, a proposta que, satisfazendo a todas as exigências e condições deste edital, apresente o **MENOR VALOR TOTAL POR GRUPO (PARA O GRUPO G1, ITENS 01 A 17) E O MENOR VALOR UNITÁRIO POR ITEM (PARA O ITEM 18 E PARA O ITEM 19)**.

## 10.0 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, de forma **imediata e motivada**, em campo próprio do sistema, manifestar a intenção de recorrer, quando, aceita a intenção pelo pregoeiro, lhe será concedido o prazo de **3 (três) dias** para apresentar as razões do recurso, também em campo próprio do sistema, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente.

10.2 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

10.2.1 - Para possibilitar o exercício da manifestação da intenção de recorrer, o pregoeiro manterá a respectiva tela aberta aos licitantes pelo período mínimo de 30 (trinta) minutos, a contar da habilitação do último GRUPO.

10.3 - Os recursos deverão ser dirigidos ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, por intermédio do pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão em **5 (cinco) dias úteis** ou, nesse período, encaminhá-los ao Presidente, devidamente informados, para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

10.4 - Os recursos **imotivados** ou em desacordo com as condições estabelecidas neste edital não serão aceitos.

10.5 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

## 11.0 - DO REGISTRO DE PREÇOS

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

11.1 - O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e/ou aquisição de bens, para contratações eventuais e futuras da Administração Pública.

11.2 - A Ata de Registro de Preços (ARP) (ANEXO III) é um documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas neste instrumento convocatório e nas respectivas propostas aduzidas.

11.3 - Órgão Gerenciador é todo órgão ou entidade da Administração Pública Federal responsável pela condução do conjunto de procedimentos do presente certame licitatório para registro de preços, bem como pelo gerenciamento da futura Ata de Registro de Preços dele decorrente.

11.4 - Órgão Participante é todo órgão ou entidade da Administração Pública que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a futura Ata de Registro de Preços.

11.4.1 - São Órgãos Participantes do presente pregão:

- **70010 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO;**
- **70016 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO G.D.O SUL;**
- **158145 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA BAHIA;**
- **158150 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAPA;**
- **158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ;**
- **456084 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO/PE;**
- **925562 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS; e**
- **927038 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS.**

11.5 - Órgão Não Participante é todo órgão ou entidade da Administração Pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais do procedimento licitatório, atendidos os requisitos do Decreto n.º 7.892/2013, venha a fazer adesão à futura Ata de Registro de Preços.

11.6 - O Órgão Gerenciador do presente SRP será o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, através da Seção de Compras da Coordenadoria de Material.

11.6.1 - O Órgão Gerenciador designará, dentre os servidores da(s) unidade(s) requisitante(s), gestor(es) de compras que serão responsáveis(is) pelos pedidos do(s) item(ns) registrado(s).

11.7 - A quantidade descrita no Anexo II é a estimativa máxima para fornecimento em 12 (doze) meses, e em conformidade com a legislação em vigor; o TRE/PB e órgãos participantes não estão obrigados a adquirir a quantidade total estimada, possibilitando a aquisição integral ou parcial no decurso do prazo vigente.

11.8 - O presente Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses**, a contar da data de assinatura da respectiva ARP.

11.9 - A existência de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando a realização de procedimento específico para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

11.10 - Homologado o resultado da licitação, a Seção de Compras da Coordenadoria de Material, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da ARP, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a qual se constitui em compromisso formal de fornecimento nas condições estabelecidas, observados os requisitos de publicidade e economicidade.

11.11 - A contratação junto ao fornecedor registrado, após informação emitida pela Seção de Compras do TRE/PB, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, ou outro similar, no que couber.

11.12 - Caso o fornecedor registrado não atenda à convocação, nos termos referidos no item **11.10**, é facultado à Administração, dentro do prazo e condições estabelecidas, convocar remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nos termos de sua proposta, ou revogar o ITEM respectivo, ou a licitação;

11.13 - Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

11.13.1 - Os órgãos e entidades que não houverem participado do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, consultarão o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

11.13.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

11.13.3 - As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **cinquenta por cento** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

11.13.4 - O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro do quantitativo** de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e eventuais órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

11.13.5 - Após a autorização do Órgão Gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até **noventa dias**, observado o prazo de vigência da ata.

11.13.6 - Compete ao Órgão Não Participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratuais assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

11.13.7 - É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão à Ata de Registro de Preços da Administração Pública Federal.

## 12.0 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA NOTA DE EMPENHO

12.1 - Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

- 12.1.1 - serão registrados na ata de registro de preços os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva;
- 12.1.2 - será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 12.1.3 - o preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no Portal de Compras do Governo Federal e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços;
- 12.1.4 - a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações;
- 12.1.5 - o registro a que se refere o item 12.1.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto n.º 7.892/2013;
- 12.1.6 - se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 12.1.2, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva;
- 12.1.7 - a habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 12.1.2 será efetuada, na hipótese prevista no parágrafo único do art. 13 do Decreto nº 7.892/2013 e quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto n.º 7.892/2013;
- 12.1.8 - o anexo que trata o item 12.1.2 consiste na ata de realização da sessão pública deste pregão, que conterá a informação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame.
- 12.1.9 - até a completa adequação do Portal de Compras do Governo Federal para atendimento ao disposto nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.6, a ata registrará os licitantes vencedores, quantitativos e respectivos preços.
- 12.2 - Homologado o julgamento, o(s) licitante(s) vencedor(es) será(ão) convocado(s) para assinar a Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da data do recebimento da convocação, salvo motivo justificado e devidamente aceito pela Administração, podendo solicitar a prorrogação do prazo, uma única vez, e por igual período.
- 12.3 - O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3.º do art. 15 da Lei n.º 8.666, de 1993.
- 12.3.1 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1.º do art. 65 da Lei n.º 8.666, de 1993.
- 12.3.2 - A vigência dos contratos decorrentes deste Sistema de Registro de Preços se extingue com o recebimento definitivo do objeto, observado o disposto no art. 57 da Lei n.º 8.666, de 1993.
- 12.3.3 - Os contratos decorrentes deste Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei n.º 8.666, de 1993.
- 12.3.4 - O contrato decorrente deste Sistema de Registro de Preços será assinado no prazo de validade da ARP.
- 12.4 - Quando o fornecedor não apresentar situação regular no ato da emissão da Nota de Empenho, ou recusar-se a retirar a mesma, injustificadamente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- 12.5 - Decorridos **60 (sessenta) dias** da data de abertura das propostas no certame licitatório, sem que haja convocação por parte deste Regional para assinatura da ARP, fica(m) o(s) licitante(s) liberado(s) dos compromissos assumidos, salvo na hipótese do item **5.3.1**.

### 13.0 – DO CONTRATO

- 13.1 – Assinada a Ata de Registro de Preços, o licitante vencedor será convocado para assinar o Contrato, devendo fazê-lo no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data do recebimento da convocação, salvo motivo justificado e devidamente aceito pela Administração, podendo solicitar a prorrogação do prazo, uma única vez, e por igual período, conforme art. 64, §1º, da Lei n.º 8.666/93, sob pena das sanções legais previstas neste edital.
- 13.1.1 – Se o vencedor não apresentar situação regular no ato de assinatura do contrato ou se recusar a assiná-lo, injustificadamente, a ele serão aplicadas às sanções cabíveis e será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, podendo ainda haver negociação direta para obtenção de melhor preço;
- 13.2 – O Contrato observará a minuta que constitui o Anexo IV do presente edital e terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei nº 10.520/2002, regulamentada pelo **Decreto 10.024/2019**, bem como pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, no que couber, e ainda pela Lei n.º 8.078/90.
- 13.2.1 – Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor que tenham servido de base para o julgamento deste pregão, bem como as condições estabelecidas neste edital, independentemente de transcrição.
- 13.3 – Para efeito do disposto nos incisos III, IV e XI do caput do art. 4.º da IN RFB n.º 1.234/2012, o licitante vencedor deverá, no ato da assinatura do contrato, apresentar à Administração, declaração de acordo com os modelos constantes dos Anexos II, III ou IV da Instrução Normativa, conforme o caso, em 2 (duas) vias, assinada pelo seu representante legal.
- 13.3.1 – A Administração anexará a 1ª (primeira) via da declaração de que trata o item 12.3 ao processo ou à documentação que deu origem ao pagamento, para fins de comprovação à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), devendo a 2ª (segunda) via ser devolvida ao interessado como recibo.
- 13.3.2 – No caso de pagamento decorrente de contratos de prestação de serviços continuados, a declaração a que se refere o item 12.3 deverá ser anexada ao processo ou à documentação que deu origem ao 1º (primeiro) pagamento do contrato, sem prejuízo de o declarante informar, imediatamente, à Administração, qualquer alteração na situação declarada nos Anexos de que trata o item 13.3.
- 13.3.3 – A declaração de que trata o item 13.3 poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico arquivado pela fonte pagadora conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

### 14.0 – DAS OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR

- 14.1 – O(s) licitante(s) vencedor(es) ficará(ão) obrigado(s) a:
- 14.1.1 – enviar documento no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, contado a partir da data de julgamento do certame, mediante correspondência eletrônica para [cpl@tre-pb.jus.br](mailto:cpl@tre-pb.jus.br), o qual deve conter:
- Para verificar as assinaturas vá ao site <https://verifsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.



- 14.1.1.1 - os dados bancários da licitante: banco, agência e número da conta-corrente;
- 14.1.1.2 - os dados da pessoa indicada para assinar a Ata de Registro de Preços (nome constante do registro civil e/ou o nome social, quando houver), cargo ou função, número da identidade, número do CPF/MF, endereço, telefone e e-mail);
- 14.1.2 - prestar o serviço objeto deste pregão de acordo com os Termos de Referência, Anexo I do edital do Pregão Eletrônico n.º 02/2022;
- 14.1.3 - manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do TRE/PB que tomar conhecimento em razão da execução do presente contrato, devendo orientar seus funcionários nesse sentido;
- 14.1.4 - oferecer garantia, substituir, reparar o(s) serviço(s) com avarias ou defeitos, garantido o contraditório e a ampla defesa;
- 14.1.5 - indenizar qualquer dano ou prejuízo causado ao TRE/PB, ainda que involuntariamente, por ação ou omissão no desempenho de suas tarefas.
- 14.1.6 - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, salvo mediante prévia autorização do TRE/PB.
- 14.1.7 - responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, ou quaisquer outros, ainda que não previstos no contrato, resultante da execução do objeto desse certame;
- 14.1.8 - Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas a fim de que o(s) bem(ns) seja(m) entregue(s) nas dependências da CONTRATANTE.
- 14.1.9 - Emitir nota fiscal com o mesmo número de CNPJ do estabelecimento (matriz ou filial) que cadastrou a proposta no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).
- 14.1.10 - Manter-se, durante toda a vigência da ARP, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas na fase habilitatória desse processo licitatório.

## 15.0 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1 - A Administração poderá aplicar ao licitante as penalidades previstas no artigo 49, do Decreto n.º 10.024/2019, sem prejuízo da aplicação dos artigos 20 e 21 do Decreto n.º 7.892/2013. A Administração poderá, ainda, a seu critério, utilizar-se subsidiariamente das sanções previstas na Lei n.º 8.666/93, no que couber.
- 15.2 - Com fundamento no artigo 49, do Decreto n.º 10.024/2019, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa compensatória de até 30% (trinta por cento), sobre o valor total da contratação, garantido o direito à ampla defesa, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:
- 15.2.1 - não assinar a ata de registro de preços ou o contrato;
- 15.2.2 - não entregar a documentação exigida no edital;
- 15.2.3 - apresentar documentação falsa;
- 15.2.4 - não mantiver a proposta;
- 15.2.5 - comportar-se de modo inidôneo;
- 15.2.6 - declarar informações falsas; e
- 15.2.7 - cometer fraude fiscal.
- 15.3 - Para os fins do item 15.2.5, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n.º 8.666/93.
- 15.4 - As sanções descritas no item 15.2 também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela Administração Pública.
- 15.5 - As penalidades estabelecidas nestas cláusulas deverão ser registradas no SICAF;
- 15.6 - As penalidades descritas nesta cláusula não excluem a possibilidade da Administração cobrar do licitante indenização por eventuais perdas e danos;
- 15.7 - Caso seja constatada a irregularidade fiscal durante a vigência da ARP, a Administração notificará o licitante para providenciar a regularização no prazo de 30 (trinta) dias. Persistindo a irregularidade serão adotadas providências no sentido de rescindir a avença.

## 16.0 – DA DOTAÇÃO

- 16.1 - A despesa decorrente da prestação objeto deste Pregão correrá à conta dos recursos específicos consignados na Proposta Orçamentária 2022, Natureza da despesa 44.90.52.43 - Equipamentos de Tecnologia da Informação, 40.90.40.05 - Aquisição de Software e Pronto e 44.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ.

## 17.0 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1 - Após a declaração do(s) vencedor(es) da licitação, não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto licitado, que, posteriormente, será submetido à homologação pelo Ordenador de Despesas (Secretário de Administração e Orçamento);
- 17.1.1 - no caso de interposição de recurso(s), após proferida a decisão quanto ao(s) mesmo(s), a autoridade incumbida da decisão adjudicará o objeto licitado;
- 17.2 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento. Os referidos prazos só se iniciam e se vencem em dia de expediente no TRE/PB. Serão considerados os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.
- 17.3 - O pregoeiro poderá, em qualquer fase da sessão pública deste Pregão Eletrônico, em casos excepcionais e devidamente fundamentados, suspender os trabalhos, ocasião em que efetuará o registro dessa suspensão e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade, Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://verifsign.portaldessignaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.
- 17.4 - O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes

atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

17.4.1 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 17.4, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

17.5 - A licitante obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo de sua habilitação.

17.6 - A Administração poderá revogar a licitação somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado, nos termos do artigo 50 do Decreto n.º 10.024/2019;

17.7 - A anulação do procedimento deste edital, por motivo de ilegalidade, induzirá a da contratação, o que não obrigará o TRE/PB a indenizar a licitante vencedora, ressalvado o disposto no item 17.9.

17.8 - A declaração de nulidade da contratação, originada por este edital, opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido.

17.9 - A nulidade não exonera o TRE/PB do dever de indenizar a licitante vencedora pelo que esta houver executado, até a data em que ela for declarada e por outros danos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável o motivo da nulidade, e de apurar a responsabilidade de quem lhe deu causa.

17.10 - Decairá do direito de impugnar os termos deste edital o interessado que o tendo aceito sem objeção, venha, após julgamento desfavorável, apresentar falhas ou irregularidades que o viciem.

17.11 - A participação nesta licitação implica na aceitação plena e irrevogável das respectivas exigências e condições.

17.12 - A empresa classificada em primeiro lugar se obriga a comunicar qualquer alteração de endereço do seu estabelecimento a este Tribunal, sob pena de decair do direito à contratação ou de incorrer em inexecução contratual, conforme o caso.

17.13 - O pregoeiro, em qualquer momento, poderá promover diligências objetivando esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

17.14 - As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação/fornecimento.

17.15 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 65, §1.º do art. 65 da Lei n.º 8.666, de 1993, nos termos do § 1.º do art. 12 do Decreto n.º 7.892/2013.

17.15.1 - Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no § 3.º do art. 12 do Decreto n.º 7.892/2013 e no art. 65, da Lei n.º 8.666/93.

17.16 - Os autos do respectivo processo administrativo SEI (n.º 0007824-11.2021.6.15.8000) que originou este edital estão com vista franqueada aos interessados na licitação.

17.17 - Será verificado pela Coordenadoria de Orçamento e Finanças do TRE/PB junto ao SIAFI – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal, quando da emissão da Nota de Empenho em favor do adjudicatário, a consulta prévia ao **CADIN – Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal**, na forma do art. 6º da Lei n.º 10.522/2002.

17.18 - O extrato de aviso desta licitação estará publicado no DOU – Seção 3 –, no Jornal da Paraíba e no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), no qual poderá ser realizado o download da íntegra do edital. Informações adicionais poderão ser prestadas pela Comissão Permanente de Licitações, através dos telefones (83) 3512-1280/1281, nos horários de funcionamento do Órgão, de segunda a quinta-feira das 12h00 às 19h00 e na sexta-feira das 07 às 14 horas, ou ainda, pelo e-mail: [cpl@tre-pb.jus.br](mailto:cpl@tre-pb.jus.br).

17.19 - Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e ou apresentação de documentação/proposta relativa à presente licitação, nem em relação às expectativas de contratações dela decorrentes.

João Pessoa (PB), 10 de junho de 2022.

**ANDREZA ALVES GOMES**  
**PREGOEIRO(A)**



Documento assinado eletronicamente por ANDREZA ALVES GOMES em 10/06/2022, às 12:10, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](http://Lei%2011.419/2006).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1281533** e o código CRC **C1C2D3F8**.

0007824-11.2021.6.15.8000

1281533

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

[https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=1306625&infra\\_si...](https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1306625&infra_si...) 16/16

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira. Para verificar as assinaturas vá ao site https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 02/2022  
(Processo SEI n.º 0007824-11.2021.6.15.8000)**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA

## **TERMO de Referência ou Projeto Básico nº 9 / 2022 - TRE-PB/PTRE/DG/STIC/COINF/SEINF**

### **1 – OBJETO**

A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais (elementos de hardware e software) e serviços para a implantação de solução de hiperconvergência, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

A viabilidade técnica da presente contratação que embasou o presente Termo de Referência, conforme previsto na Lei 8.666/1993, art. 6º, inciso IX e seguindo o que referência a Resolução CNJ 182/2013, consta dos Estudos Preliminares de nº 4/2021 - SEINF/COINF/STIC (1141301), considerando o constante do Documento de Formalização da Demanda - DFD (1106569).

### **2 – JUSTIFICATIVA**

Com vistas a atingir as metas alinhadas com o planejamento estratégico institucional e traçadas pelo PDTIC do TRE/PB, a SEINF/COINF/STIC tem a intenção de promover investimentos em infraestrutura de TIC com o intuito de:

- Ampliar a capacidade;
- Modernizar o parque de TIC;
- Minimizar riscos;
- Aumentar a disponibilidade;
- Reduzir o Custo Total de Propriedade;
- Diminuir a dependência de recursos e habilidades técnicas;
- Elevar ainda mais o nível de qualidade na entrega dos serviços.

Para que as metas listadas sejam atingidas faz-se necessário estabelecer um ecossistema que compreenda no mínimo características como: recursos de computação, virtualização com suporte à múltiplos hypervisors, flexibilidade e escalabilidade granular (scale-out).

Por conta das demandas computacionais produzidas pela possível futura implantação de infraestrutura de VDI ou de containerização, além dos sistemas já existentes, bem como de outras demandas futuras não previstas, faz-se necessária a expansão da capacidade do Data Center do tribunal.

Dada a natureza crítica das aplicações supracitadas, cujo índice de acesso é altíssimo, é imprescindível que os clientes (internos e externos) possam acessar

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

processos, bem como efetuar demais consultas em tempo performático, logo, a fim de garantir a performance, segurança e alta disponibilidade necessárias, é necessário o emprego de plataformas computacionais robustas, confiáveis e com baixa complexidade, a fim de facilitar a administração e o gerenciamento.

Novas tendências tecnológicas, como computação em nuvem, bem como novas culturas na engenharia de software, como DevOps, automação e micros serviços, exigem suporte necessário dos sistemas de TI. A infraestrutura de TI precisa ser mais adaptável do que nunca para lidar com essas tendências com orçamentos mais restritos e com recursos limitados de TI.

Outrossim, cabe ainda ressaltar que, face à recente escalada de ataques do tipo Ransomware, é imperativa a implementação de mecanismos de defesa cibernética que garantam a proteção e integridade dos dados armazenados.

Após criteriosa análise das arquiteturas disponíveis no mercado, a SEINF concluiu que a implementação de solução de infraestrutura hiperconvergente é capaz de atender aos requisitos de capacidade e performance e, ao mesmo tempo, oferecer a escalabilidade necessária para o ambiente dinamicamente crescente da TI. Nesse sentido, em 2018 e 2019 foram adquiridos equipamentos Nutanix para ambos os Data Centers (site primário e backup) através dos empenhos **2018NE000999**, **2018NE001000**, **2019NE000480** e **2019NE000481**.

Uma rápida análise do cenário tecnológico deixa evidente que hiperconvergência é uma evolução natural da arquitetura tradicional de data center, tanto que estudos do Gartner apontam a arquitetura hiperconvergente já é o padrão de mercado da nova geração de Data Centers. Esta mesma abordagem é utilizada nos maiores data centers do mundo, tais como o do Google e Facebook, além de provedores de soluções em nuvem como Amazon e Microsoft Azure.

### 3 – DA PADRONIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

Conforme disposto no item I do artigo 15 da lei 8.666, de 21 de junho de 1993 (I - Atender ao princípio de padronização, que imponha compatibilidade técnica e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas), tanto os hardwares quanto os softwares desta solução deverão ser compatíveis com a infraestrutura hiperconvergente existente no tribunal.

O tribunal conta hoje com 2 clusters, sendo cada um deles composto por 4 nós Nutanix NX-8155-G6. O licenciamento atual é Acropolis Ultimate e Prism Pro.

### 4 – DO PARCELAMENTO

O objeto foi dividido em três grandes grupos que reúnem elementos de mesma natureza. Os equipamentos, sistemas e serviços que constituem cada um dos grupos interagem entre si de forma a convergir para um sistema unificado, de modo que o fornecimento parcelado inviabilizaria a implantação de tecnologia capaz de atender as necessidades deste órgão.

A eventual divisão do objeto em mais grupos ou o desagrupamento poderia ocasionar uma situação onde o proponente dos itens de hardware, por não

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

conhecer o software, não teria condições de fornecer equipamentos compatíveis. Ante ao exposto, é evidente que o agrupamento do objeto, de maneira a compor uma solução unificada, é necessário a fim de evitar eventuais problemas de compatibilidade.

Ademais, lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação. O aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública.

Por fim, o agrupamento em lote de todos os equipamentos visa garantir a otimização dos prazos de execução, viabilizando a sincronia nos fornecimentos e instalações, evitando assim que um fornecedor venha a prejudicar a execução de outro. Como exemplo mais crítico da situação que se pretende evitar, podemos citar uma situação hipotética na qual o fornecedor do Item 01 tenha problemas na entrega do objeto, isso prejudicará a execução Item 02 já que mesmo instalados os demais itens, estes não serão utilizados de acordo com as suas capacidades até que o Item 01 seja entregue.

## 5 – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Os componentes de software do Grupo I deverão ser fornecidos na modalidade de subscrição por pelo menos 3 (três) anos. Já para os demais grupos (II e III), os softwares entregues deve obedecer estritamente as características dos seus respectivos part-numbers.

Os equipamentos deverão ser fornecidos com todos os acessórios necessários para sua instalação, incluindo, mas não se limitando a trilhos para montagem em rack, cabos de alimentação elétrica e cabos para pelo menos duas conexões de rede 10 GbE (Dez Gigabit Ethernet) por nó, respeitando as seguintes especificações mínimas por nó: 2 (dois) cabos DAC com conectores SFP+ em ambas as extremidades com pelo menos 3 (três) metros de comprimento.

Todos os valores de performance e capacidade das especificações desse item devem considerar o sistema de cálculo BASE 10, onde 1TB = 1000GB.

ITEM	QTD Registrada	Expectativa Inicial	CATMAT/CATSER	DESCRIÇÃO
<b>Grupo I - Infraestrutura hiperconvergente</b>				
1	<b>45</b> (TRE/PB: 8, TRE/PE: 6, TRE/MS: 3, IFBA: 3, IFAP: 8, UNIFESSPA: 1, UPE: 8, FHEMIG: 4, SES-MG: 4)	2	481692	Nó hiperconvergente – Configuração básica

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

2	<b>104</b> (TRE/PB:24, TRE/PE: 18, TRE/MS: 9, IFBA: 9, UNIFESSPA: 4, UPE: 24, FHEMIG: 8, SES-MG: 8)	2	245991	Aditamento de memória para nó hiperconvergente
3	<b>70</b> (TRE/PB:16, TRE/PE: 12, TRE/MS: 6, UPE: 16, FHEMIG: 4, SES-MG: 16)	0	474243	Aditamento de processador para nó hiperconvergente
4	<b>141</b> (TRE/PB: 40, TRE/PE: 30, TRE/MS: 15, IFBA: 6, UNIFESSPA: 2, UPE: 40, FHEMIG: 4, SES-MG: 4)	0	381491	Aditamento de armazenamento em HDD para nó hiperconvergente
5	<b>85</b> (TRE/PB: 24, TRE/PE: 18, TRE/MS: 3, IFBA: 6, UNIFESSPA: 2, UPE: 24, FHEMIG: 4, SES-MG: 4)	0	441667	Aditamento de armazenamento em SSD para nó hiperconvergente
6	<b>41</b> (TRE/PB: 8, TRE/PE: 6, TRE/MS: 3, IFAP: 8, UPE: 8, FHEMIG: 4, SES-MG: 4)	0	27464	Software de gerenciamento
7	<b>23</b> (TRE/PB: 5, IFAP: 5, UPE: 5, FHEMIG: 4, SES-MG: 4)	0	27464	Solução de automação de aplicações (Nutanix CALM)

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

8	<b>38</b> (TRE/PB: 8, TRE/PE: 6, TRE/MS: 3, IFAP: 8, UPE: 8, FHEMIG: 1, SES-MG: 4)	0	27111	Instalação de nó hiperconvergente
9	<b>8</b> (TRE/PB: 2, IFAP: 2, UPE: 2, FHEMIG: 1, SES-MG: 1)	0	27111	Implementação de solução de automação de aplicações
10	<b>6</b> (TRE/PB: 2, UPE: 2, FHEMIG: 1, SES-MG: 1)	0	27111	Implementação de solução de orquestração de contêineres - Desenvolvedor
11	<b>6</b> (TRE/PB: 2, UPE: 2, FHEMIG: 1, SES-MG: 1)	0	27111	Implementação de solução de orquestração de contêineres - Operações
12	<b>11</b> (TRE/PB: 2, TRE/PE: 2, TRE/MS: 2, IFAP: 2, UPE: 2, FHEMIG: 1)	0	393440	Switch redundante ToR
13	<b>570</b> (TRE/PB: 120, TRE/MS: 120, IFBA: 30, IFAP: 60, UPE: 120, FHEMIG: 60, SES-MG: 60)	0	27111	Banco de horas técnicas (atendimento remoto)
14	<b>80</b> (TRE/PB: 16, TRE/PE: 12, IFBA: 12, IFAP: 16,	0	27464	Licenças de aplicação de backup

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.



	UPE: 16, FHEMIG: 8)			
15	<b>20</b> (TRE/PB: 4, TRE/PE: 4, IFBA: 1, IFAP: 4, UNIFESSPA: 1, UPE: 4, FHEMIG: 2)	0	393274	Appliance backup de
16	<b>65</b> (TRE/PB: 1, TRE/PE: 60, IFBA: 1, IFAP: 1, UPE: 1, FHEMIG: 1)	0	27111	Instalação da aplicação de backup
17	<b>18</b> (TRE/PB: 4, TRE/PE: 4, IFBA: 1, IFAP: 4, UPE: 4, FHEMIG: 1)	0	27111	Instalação da appliance de backup
<b>Grupo II - Licenciamento VMWare</b>				
18	<b>56</b> (TRE/PB: 32, TRE/PE: 24)	0	27464	Licenciamento da solução de virtualização
<b>Grupo III - Licenciamento Microsoft</b>				
19	<b>280</b> (TRE/PB: 160 TRE/PE: 120)	0	27464	Licenciamento Microsoft Windows Datacenter

### 5.1 - Tabela resumida dos aditamentos

A tabela a seguir demonstra como as configurações do item 1 - "Nó hiperconvergente - Configuração básica" deverão ser alteradas em função da quantidade e tipo de aditamentos:

Item	Descrição	Quantidade de aditamentos				

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

		1	2	3	4	5
1	Configuração básica - 2x 4215R (ou superior) / Mem.: 256GB / SSD: 3,84TB / HDD: 12TB]	-	-	-	-	-
2	Aditamento de processador (8 cores)	4214R ou superior	4216 ou superior	-	-	-
3	Aditamento de memória (256GB)	512GB	768GB	1024GB	-	-
4	Aditamento de SSD (3,84)	7,68TB	-	15,36TB	-	-
5	Aditamento de HDD (12TB)	24TB	36TB	48TB	60TB	72TB

## 5.2 - ITEM 01 - Nó hiperconvergente – Configuração básica

5.2.1. O appliance deve atender integralmente aos requisitos de compatibilidade com o ambiente existente no tribunal.

5.2.2. Cada servidor físico (nó) deverá ser fornecido com no mínimo a seguinte configuração bruta:

5.2.2.1. Deve ser fornecido com 2 (dois) processadores físicos padrão x86. Cada processador deve possuir, no mínimo, 8 (oito) núcleos físicos. Referência: Intel Xeon Silver 4215R ou superior. Para fins de referência, considerar-se-á superior o processador que contenha ao menos o número especificado de núcleos e "Single Thread Rating" superior à 2253 no site [www.cpubenchmark.net](http://www.cpubenchmark.net)

5.2.2.2. Deve ser fornecido com 256GB (duzentos e cinquenta e seis gigabytes) de memória RAM e suportar expansão para pelo menos 1TB (um terabytes).

5.2.2.3. Deve ser fornecido com 3,84TB (três virgula oitenta e quatro terabytes) de armazenamento bruto em discos SSD.

5.2.2.4. Deve ser fornecido com 12TB (doze terabytes) de armazenamento bruto em discos HDD.

5.2.2.5. Deve ser fornecido com 2 (duas) portas SFP+.

5.2.2.6. Deve ser fornecido com 1 (uma) porta Gigabit Ethernet padrão 1000Base-T dedicada ao módulo de gerenciamento IPMI.

5.2.3. Deve possuir 3 (três) anos de garantia e suporte.

5.2.4. A depender dos aditamentos especificados nos itens subsequentes, a configuração do servidor será alterada. Nesse caso, será aceita a utilização de equipamentos com maior capacidade, desde que do mesmo fabricante e linha de produtos (Nutanix NX).

## 5.3 - ITEM 02 - Aditamento de memória para nó hiperconvergente

5.3.1. Consiste em acréscimo na capacidade de memória original do servidor

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

hiperconvergente.

5.3.2. A aquisição deste item, em conjunto com o item correspondente ao "nó hiperconvergente" aumenta a configuração de memória em 256GB (duzentos e cinquenta e seis gigabytes).

5.3.3. A aquisição do "nó hiperconvergente" + 1x aditamento de memória, resultará em uma configuração de memória de 512GB (256GB originais + 256GB de aditamento). Da mesma forma, a aquisição do "nó hiperconvergente" + 2x aditamentos de memória, resultará em uma configuração de memória de 768GB (256GB originais + 512GB de aditamento), e assim sucessivamente para 1024GB.

5.3.4. Os pentes de memória devem vir instalados de fábrica, de modo que a garantia do fabricante, nas condições especificadas, seja válida para o conjunto (servidor + aditamentos). Não será aceito o fornecimento de pentes de memória adicionais, fora da garantia do respectivo servidor.

5.3.5. Este item não é válido para ampliação de memória para servidores existentes.

#### **5.4 - ITEM 03 - Aditamento de processador para nó hiperconvergente**

5.4.1. Consiste em acréscimo na capacidade de processamento original do servidor hiperconvergente.

5.4.2. A aquisição deste item, em conjunto com o item correspondente ao "nó hiperconvergente" aumenta a configuração de processamento em 4 (quatro) cores para cada um dos 2 processadores do servidor.

5.4.3. A aquisição do "nó hiperconvergente" + 1x aditamento de CPU, resultará em uma configuração de CPU de pelo menos 12 cores físicos para cada processador do servidor (8 cores originais + 4 cores de aditamento) – Intel Xeon Silver 4214R ou superior. Para fins de referência, considerar-se-á superior o processador que contenha ao menos o número especificado de núcleos e "Single Thread Rating" superior à 2020 no site [www.cpubenchmark.net](http://www.cpubenchmark.net)

5.4.4. Da mesma forma, a aquisição do "nó hiperconvergente" + 2x aditamento de CPU, resultará em uma configuração de CPU de pelo menos 16 cores físicos para cada processador do servidor (8 cores originais + 8 cores de aditamento) – Intel Xeon Silver 4216 ou superior. Para fins de referência, considerar-se-á superior o processador que contenha ao menos o número especificado de núcleos e "Single Thread Rating" superior à 1667 no site [www.cpubenchmark.net](http://www.cpubenchmark.net)

5.4.5. Os processadores devem vir instalados de fábrica, de modo que a garantia do fabricante, nas condições especificadas, seja válida para o conjunto (servidor + aditamentos). Este item não é válido para ampliação de CPU para servidores existentes.

#### **5.5 - ITEM 04 - Aditamento de armazenamento em HDD para nó hiperconvergente**

5.5.1. Consiste em acréscimo na capacidade de HDD original do servidor hiperconvergente.

5.5.2. A aquisição deste item, em conjunto com o item correspondente ao "nó hiperconvergente" aumenta a configuração de HDD em 12TB (doze terabytes).

5.5.3. A aquisição do "nó hiperconvergente" + 1x aditamento de HDD, resultará em uma configuração de armazenamento HDD de 24TB (12TB originais + 12TB de aditamento), da mesma forma, a aquisição do "nó hiperconvergente" + 2x aditamentos de HDD, resultará em uma configuração de HDD de 36TB (12TB

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://verifsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

originais + 24TB de aditamento), e assim sucessivamente para 48TB, 60TB e 72TB.

5.5.4. Os discos devem vir instalados de fábrica, de modo que a garantia do fabricante, nas condições especificadas, seja válida para o conjunto (servidor + aditamentos). Não será aceito o fornecimento de discos adicionais, fora da garantia do respectivo servidor.

5.5.5. Este item não é válido para ampliação de HDD para servidores existentes.

## **5.6 - ITEM 05 - Aditamento de armazenamento em SSD para nó hiperconvergente**

5.6.1. Consiste em acréscimo na capacidade de SSD original do servidor hiperconvergente.

5.6.2. A aquisição deste item, em conjunto com o item correspondente ao "nó hiperconvergente" aumenta a configuração de SSD em 3,84TB (três virgula oitenta e quatro terabytes).

5.6.3. A aquisição do "nó hiperconvergente" + 1x aditamento de SSD, resultará em uma configuração de armazenamento SSD de 11,52TB (7,68TB originais + 3,84TB de aditamento), da mesma forma, a aquisição do "nó hiperconvergente" + 3 x aditamentos de SSD, resultará em uma configuração de SSD de 15,36TB (3,84TB originais + 11,52TB de aditamento).

5.6.4. Considerando que os equipamentos não suportam número ímpar de discos SSD, não será possível optar por 2 aditamentos de SSD. Ou seja, o equipamento será adquirido em sua configuração básica (3,84TB), com 1 aditamento de SSD (7,68TB) ou com 3 aditamentos de SSD (15,36TB).

5.8. Os discos devem vir instalados de fábrica, de modo que a garantia do fabricante, nas condições especificadas, seja válida para o conjunto (servidor + aditamentos). Não será aceito o fornecimento de discos adicionais, fora da garantia do respectivo servidor.

**5.6.6. Este item não é válido para ampliação de SSD para servidores existentes.**

## **5.7 - ITEM 06 - Software de gerenciamento**

5.7.1. Consiste em fornecimento de licença de Nutanix Prism Pro com 3 anos de subscrição.

5.7.2. Considera-se 1 licença para cada nó.

## **5.8 - ITEM 07 - Solução de automação de aplicações**

5.8.1. Consiste em fornecimento de licença de Nutanix Calm com 3 anos de subscrição.

5.8.2. Considera-se 1 licença para cada pacote de 25 máquinas virtuais.

## **5.9 - ITEM 08 - Instalação de nó hiperconvergente**

5.9.1. Deverão ser observados os Requisitos de Implantação descritos neste

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

documento.

5.9.2. Deverá ser feita a montagem em rack padrão 19", alimentação elétrica e conexão do equipamento à rede de dados.

5.9.3. Deve ser feita a devida ativação e configuração da solução segundo as boas práticas do fabricante, disponibilizando o ambiente de virtualização (hiperconvergência) em condições de pleno funcionamento.

5.9.4. Não compreende a migração das aplicações eventualmente existentes em outra infraestrutura, mas deverá ser compreendido o suporte remoto para tal atividade.

#### **5.10 - ITEM 09 - Implementação de solução de automação de aplicações**

5.10.1. Compreende o fornecimento de voucher de serviços profissionais do fabricante Nutanix para implementação da solução de automação de aplicações – Nutanix FastTrack for Calm – SKU: CNS-CAS-FST-CALM.

#### **5.11 - ITEM 10 - Implementação de solução de orquestração de contêineres - Desenvolvedor**

5.11.1. Compreende o fornecimento de voucher de serviços profissionais do fabricante Nutanix para implementação da solução de orquestração de contêineres – Nutanix FastTrack for Karbon Developer – SKU: CNS-CAS-FST-KARBON.

#### **5.12 - ITEM 11 - Implementação de solução de orquestração de contêineres - Operações**

5.12.1. Compreende o fornecimento de voucher de serviços profissionais do fabricante Nutanix para implementação da solução de orquestração de contêineres – Nutanix FastTrack for Karbon Operations – SKU: CNS-CAS-FST-KARBON.

#### **5.13 - ITEM 12 - Switch ToR redundante**

5.13.1. Deverá ser fornecido um conjunto de 2 (dois) switches para garantir a alta disponibilidade.

5.13.2. Deverá acompanhar 2 (dois) cabos do tipo DAC QSFP+ para empilhamento com pelo menos 50 cm, 2 (dois) transceivers 10GBASE-SR e 4 (quatro) transceivers 1000BASE-T. Os cabos e transceivers devem ser do mesmo fabricante do switch.

5.13.3. Deve possuir no mínimo 24 portas 10 Gigabit Ethernet baseadas no padrão SFP+ utilizando conectores LC;

5.13.4. Deve possuir 2 portas QSFP 40 GbE.

5.13.5. Deve possuir banda agregada de empilhamento mínima de 160 (cento e sessenta) Gbps, podendo ser através de 2 (duas) portas de 40 (quarenta) Gbps operando em full-duplex. As portas de empilhamento deverão ser fornecidas nesse certame;

5.13.6. Deve possuir capacidade de comutação de no mínimo 800 Gbps.

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

- 5.13.7. Deve possuir capacidade de encaminhamento de no mínimo 600 Mpps.
- 5.13.8. Deve possuir fonte de alimentação interna redundante 110/220VAC.
- 5.13.9. As fontes de alimentação devem suportar hot-swap.
- 5.13.10. Suportar Equal-Cost Multipath (ECMP).
- 5.13.11. Deve permitir empilhamento de até 10 (dez) unidades outros equipamentos em topologia linear e em anel, e permitir gerenciar a pilha com um único endereço IP;
- 5.13.12. Deve possuir pelo menos 8MB de buffer de pacotes;
- 5.13.13. O empilhamento deverá ser realizado através das portas 40 GbE ou através de módulo dedicado.
- 5.13.14. Deve possuir capacidade de no mínimo 110.000 (cento e dez mil) endereços MAC;
- 5.13.15. Deve suportar 4094 VLANs.
- 5.13.16. Deve implementar Jumbo frames com tamanho de até 10000 bytes.
- 5.13.17. Deve implementar MSTP.
- 5.13.18. Deve implementar IEEE 802.3ad Link Aggregation Control Protocol (LACP).
- 5.13.18. Deve implementar IEEE 802.1w Rapid Reconfiguration of Spanning Tree.
- 5.13.20. Deve implementar IEEE 802.3x Flow Control.
- 5.13.21. Deve suportar dual stack IPv4/IPv6.
- 5.13.22. Deve implementar IGMP v2 e v3.
- 5.13.23. Deve implementar IGMP snooping.
- 5.13.24. Deve implementar MLD snooping.
- 5.13.25. Deve implementar listas de controle de Acesso (ACL).
- 5.13.26. Deve implementar SNMPv3 e SSHv2.
- 5.13.27. Deve implementar DHCP Snooping, DHCP Server e DHCP Relay.
- 5.13.28. Deve implementar espelhamento de porta.
- 5.13.29. Deve permitir a seleção por ACL do tráfego a ser espelhado.
- 5.13.30. Deve permitir múltiplos arquivos de configuração.
- 5.13.31. Deve implementar LLDP e LLDP-MED.
- 5.13.32. Deve implementar Sflow.
- 5.13.33. Deve implementar NTP ou SNTP para sincronização de horário.
- 5.13.34. Deve permitir roteamento local entre VLANs utilizando interfaces virtuais ou SVIs.
- 5.13.35. Deve permitir a configuração de rotas estáticas usando endereços IPv4 e IPv6.
- 5.13.36. Deve possuir DHCP Server para IPv4 e IPv6.
- 5.13.37. Deve permitir a configuração de DHCP Relay.
- 5.13.38. Deve implementar PBR (Policy-Based Routing) para IPv4 e IPv6.
- 5.13.39. Deve permitir priorização de tráfego usando 8 (oito) filas de priorização por porta.
- 5.13.40. Deve permitir priorização de tráfego baseado no padrão IEEE 802.1p e no campo DSCP do protocolo Diffserv.
- 5.13.41. Deve implementar pelos menos os seguintes métodos para configuração das filas de priorização: ponderada, prioridade estrita e ambas combinadas.
- 5.13.42. Implementar priorização de tráfego baseado em porta física, protocolo IEEE 802.1p, endereços IP de origem e destino e portas TCP/UDP de origem e destino.
- 5.13.43. Deve permitir a configuração de Rate Limiting de entrada.
- 5.13.44. Deve permitir a configuração de Rate Shaping de saída.
- 5.13.45. Deve permitir o envio de mensagens de syslog à pelo menos 2 servidores distintos. Deve ser permitido a utilização de redes IPv4 e IPv6 para a funcionalidade solicitada.
- 5.13.46. Deve possuir garantia de 3 (três) anos para atualização de sistema

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://verifsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

operacional, correção de bugs. Para reposição de peças deverá respeitar o SLA de substituição de até o próximo dia útil (NBD).

#### **5.14 - ITEM 13 - Banco de horas técnicas (atendimento remoto)**

5.14.1. o fornecimento de 1 (uma) hora de serviços técnicos especializados na área de Tecnologia da Informação, para atividades de suporte técnico remoto, diagnóstico, implementação de serviços, transferência de tecnologia e/ou execução de procedimentos periódicos (atualizações) da infraestrutura hiperconvergente.

5.14.2. Os serviços deverão ser prestados por profissional devidamente certificado pelo fabricante Nutanix.

#### **5.15 - ITEM 14 – Aplicação de backup**

5.15.1. Trata-se de expansão de solução existente no tribunal.

5.15.2. Consiste em fornecimento de licença de Veeam Availability Suite Enterprise com 3 anos de subscrição.

5.15.3. Considera-se 1 licença para cada nó com 2 processadores cada.

#### **5.16 - ITEM 15 - Appliance de backup**

5.16.1. A solução deve corresponder a um sistema inteligente de armazenamento de backup em disco, que se entende como um subsistema com o propósito específico de armazenamento de backup com compactação, deduplicação e replicação dos dados deduplicados.

5.16.2. O hardware do módulo de armazenamento de backup em disco não poderá ser compartilhado com nenhum outro software para operar.

5.16.3. A solução de Backup como um todo (hardware e software) deve ser comprovadamente homologada e plenamente compatível com a solução de hiperconvergência Nutanix rodando ESXi.

5.16.4. Deve constar no site do fabricante (documento oficial e público) como um appliance ou sistema de armazenamento de backup em disco, em linha de produção.

5.18. Deve permitir a utilização de todas as funcionalidades, tecnologias e recursos especificados, sem necessidade de licenciamentos ou ônus adicionais, já licenciados para a capacidade máxima de expansão da solução.

5.16.6. Os appliances de backup devem ser agnósticos ao software de backup, sendo, no mínimo, compatível com pelo menos dois softwares do mercado;

5.16.7. Os appliances de backup devem ser compatíveis, além do software de backup usado pelo TRE/PB (Veeam Availability Suite Enterprise), com ao menos um dos seguintes softwares: Veritas Netbackup, IBM Spectrum Protect (TSM), DELL EMC NetWorker e Commvault, com vistas a garantir total integração.

5.16.8. Deve permitir a adição futura de ao menos mais uma controladora (nó de processamento) no mesmo conjunto de armazenamento para atuar em modo de alta-disponibilidade ativo-passivo (failover) ou ativo-ativo (load-balance) para as tarefas de backup, de forma que na eventualidade da falha de uma das controladoras (nó de processamento), as atividades de backup possam ser automaticamente redirecionadas para a outra controladora.

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://verisign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

- 5.16.9. Deve possuir recursos de tolerância a falhas de, pelo menos, discos, fontes de alimentação e ventiladores.
- 5.16.10. Deve possuir mecanismos que protejam contra a inconsistência dos dados mesmo em casos de interrupção abrupta ou desligamento acidental.
- 5.16.11. Deve possuir baterias, supercapacitores ou tecnologia similar, para proteger a cache de escrita, evitando a perda de dados em eventos de falha elétrica.
- 5.16.12. Os appliances devem implementar mecanismos de validação da consistência dos dados desduplicados armazenados, garantindo que eles estejam íntegros durante backups, restaurações e replicações. A tecnologia deverá reparar, automaticamente, dados que não estejam consistentes com as rotinas executadas. O mecanismo deve ser nativo do equipamento, não sendo aceitos scripts para atendimento deste item.
- 5.16.13. Deve ser entregue com arranjos de discos rígidos do tipo RAID-6 configurado de tal modo a tolerar a falha de até 2 (dois) discos rígidos e contar com ao menos 1 disco de hot-spare para cada RAID group, para os discos destinados ao armazenamento de dados de backup.
- 5.16.14. Deve possuir funcionalidade de desduplicação dos dados em nível de bloco ou bytes, com capacidade de eliminação de dados redundantes para racionalizar a utilização do espaço de armazenamento. Serão aceitas soluções que efetuem a desduplicação em linha (inline) ou em paralelo. Caso possua desduplicação em linha (inline), deve fornecer todo o licenciamento e componentes para ativar essa funcionalidade em toda a volumetria útil entregue. Não serão aceitas soluções que efetuem desduplicação post-processing, requerendo janela de desduplicação, nem limitando a execução de backups, restores e replicações durante a execução do processo de desduplicação.
- 5.16.15. Deve suportar que a desduplicação seja realizada juntamente com as operações de backup e restauração, tornando desnecessária uma janela dedicada para sua execução.
- 5.16.16. Deve possuir desduplicação global, mesmo que o armazenamento esteja dividido em volumes lógicos, sendo capaz de identificar dados duplicados de backups de diferentes origens dentro de um mesmo sistema de modo a maximizar a taxa de desduplicação e garantindo que os dados retidos sejam gravados uma única vez.
- 5.16.17. Deve suportar simultaneamente acessos de leitura e gravação pelos protocolos CIFS, NFS e OST.
- 5.16.18. Deve permitir a execução de processos de backup e restore em paralelo.
- 5.16.19. Deve possuir interface WEB para gerenciamento do sistema de armazenamento de backup.
- 5.16.20. A solução de repositório de backup deve possuir integração com o Microsoft Active Directory 2012 e superiores, para autenticação e definição de perfis de acesso. Deve ainda permitir a configuração de duplo fator de autenticação para acesso ao gerenciamento do sistema via integração com sistemas de senha descartável (senha de uso único, em inglês: One-time password - OTP), tais como Google Authenticator, Microsoft Authenticator ou similares.
- 5.16.21. Deve possuir funcionalidade para replicação de backups em site remoto de forma síncrona ou assíncrona entre subsistemas semelhantes do mesmo fabricante, utilizando recursos de desduplicação, permitindo reduzir o consumo do link de comunicação. Essa funcionalidade deve ser suportada pelo mesmo fabricante do subsistema e deve ser entregue licenciada para toda a capacidade fornecida.
- 5.16.22. Deve permitir replicar os dados através de rede IP (WAN/LAN).
- 5.16.23. Deve estar licenciado para replicar todo o sistema de armazenamento de

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhães, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://verifsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhães, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://verifsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.



backup, incluindo a capacidade de expansão.

5.16.24. Deve possuir proteção contra Ransomware para os dados de backup armazenados. Tal proteção deve ser do dispositivo de armazenamento ofertado, funcionar independentemente do software/utilitário de backup, não dependente do desenvolvimento de scripts de integração, não requerer ações ou atividades manuais sobre o dado armazenado e deve garantir a inviolabilidade (imutabilidade) dos dados mesmo se o software de backup ou ambiente operacional onde ele opera ficar sob controle do atacante (hacker, malware). Tal proteção deve garantir que, mesmo nas situações onde o atacante procure expirar o conteúdo dos backups através do catálogo do software de backup, os dados retidos ainda possam ser recuperados do appliance de backup fornecido por um período de dias. Todos os componentes necessários (hardware, software, licenciamento, serviços, etc) para a proteção dos dados de backup devem ser fornecidos em conjunto com a solução e devem manter as condições de escalabilidade e desempenho especificadas nesse projeto.

5.16.25. Deve possuir recursos para monitoramento remoto pelo fabricante, tal como notificação do tipo Call-Home, para verificação proativa de componentes de hardware em situação de falha ou pré-falha.

5.16.26. Deve possuir suporte aos protocolos de monitoramento SNMP e Syslog.

5.16.27. Deve ser comprovadamente compatível com a aplicação de backup Veeam Availability Suite Enterprise, existente no tribunal.

5.16.28. Deve ser composto por hardware e software do mesmo fabricante. Não serão aceitas soluções montadas especificamente para esse certame, composições de soluções em regime de OEM, nem equipamentos usados, remanufaturados, de demonstração ou gateways.

5.16.29. Não serão aceitas soluções definidas por Software (Virtual Appliance).

5.16.30. Deve ser fornecido com discos rígidos hot-pluggable e hot-swappable, permitindo substituição sem necessidade interrupção do funcionamento da solução.

5.16.31. Deve permitir montagem em rack padrão 19" e deve ser fornecido com todos os trilhos, cabos, conectores, manuais de operação e quaisquer outros componentes que sejam necessários à instalação, customização e plena operação.

5.16.32. Deve possuir capacidade de 50 TB (cinquenta terabytes) úteis sem considerar taxa de deduplicação, compressão, perdas com formatação e área necessária para o sistema do equipamento).

5.16.33. Deve suportar a expansão de sua capacidade para, no mínimo, 300TB (trezentos terabytes) de capacidade líquida (sem considerar taxas de deduplicação, compressão, perdas com formatação e área necessária para o sistema do equipamento). Esta ampliação de capacidade deverá ser realizada através de unidades de expansão, para o mesmo conjunto de armazenamento, mantendo a característica de deduplicação global da solução.

5.16.34. Deve possuir pelo menos 2 (duas) portas SFP+.

5.16.35. Deve possuir pelo menos 1 (uma) porta Gigabit Ethernet padrão 1000Base-T dedicada gerenciamento.

5.16.36. Deve possuir taxa de transferência de, no mínimo, 6 TB/hora (seis terabytes por hora) para operações de backup e de restauração caso a deduplicação seja do tipo paralelo, com utilização de cache em disco. Se a solução possuir deduplicação em linha, a taxa de transferência da solução deve ser de, no mínimo, 12 TB/hora (doze terabytes por hora) para operações de backup, sem utilizar a deduplicação na origem para esse cálculo.

## **5.17 - ITEM 16 - Instalação da aplicação de backup**

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://verifsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

- 5.17.1. Deverá ser feita a implementação da aplicação, segundo as boas práticas recomendadas pelo fabricante.
- 5.17.2. Devem ser realizados todos os ajustes de software necessários para colocação da funcionalidade de backup em funcionamento.
- 5.17.3. Habilitação de licenças que porventura sejam adquiridas e recursos do software que serão utilizados no projeto.

#### **5.18 - ITEM 17 - Instalação da appliance de backup**

- 5.18.1. Deverão ser observados os Requisitos de Implantação descritos neste documento.
- 5.18.2. Deverá ser feita a montagem em rack padrão 19", alimentação elétrica e conexão do equipamento à rede de dados.
- 5.18.3. Deve ser feita a devida ativação e configuração da solução segundo as boas práticas do fabricante, disponibilizando o ambiente de backup em condições de pleno funcionamento.

#### **5.19 - ITEM 18 – Licenciamento da solução de virtualização**

- 5.19.1. Trata-se de expansão de solução existente no tribunal.
- 5.19.2. Consiste em fornecimento de licença de VMware vSphere Enterprise Plus com subscrição de 12 meses.
- 5.19.3. Considera-se 1 licença para cada nó com 2 processadores cada.
- 5.19.4. Part-Numbers: VS7-EPL-C e VS7-EPL-P-SSS-C.

#### **5.20 - ITEM 19 – Licenciamento Microsoft Windows Datacenter**

- 5.20.1. Trata-se de expansão de solução existente no tribunal.
- 5.20.2. Consiste em fornecimento de licença de do Microsoft Windows Datacenter com Software Assurance com subscrição de 36 meses.
- 5.20.3. Part-Number: AAA-30380.

### **6 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA, INSTALAÇÃO E ACEITE**

#### **6.1 – Do local onde os equipamentos deverão ser entregues:**

6.1.1. Sede do Tribunal  
Av. Princesa Isabel, 201 - Centro - João Pessoa  
CEP: 58020-528 - Paraíba – Brasil  
Telefone: (83) 3512-1200 / Fax: (83) 3512-1448

#### **6.2 - Locais onde os equipamentos serão instalados:**

6.2.1. Sede do Tribunal  
Av. Princesa Isabel, 201 - Centro - João Pessoa  
CEP: 58020-528 - Paraíba – Brasil  
Telefone: (83) 3512-1200 / Fax: (83) 3512-1448

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

6.2.2. Fórum Eleitoral da Capital  
Rua Odon Bezerra, 309 - Tambiá - João Pessoa  
CEP: 58020-500 - Paraíba - Brasil  
Telefone: (83) 3512-1011 / Fax: (83) 3222-4911

### **6.3 - Condições de entrega:**

- 6.3.1. O prazo de entrega de produtos deverá ocorrer em até no máximo 60 (sessenta) dias corridos a partir da data de assinatura do contrato.
- 6.3.2. O prazo de instalação deverá ocorrer em até no máximo 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento provisório dos bens.
- 6.3.3. A entrega deve ser agendada com antecedência mínima de 24 horas, sob o risco de não ser autorizada.
- 6.3.4. Para itens de software, poderá ser fornecido sem mídia de instalação, desde que seja indicado local para download do arquivo de instalação.

### **6.4 – Condições de aceite:**

- 6.4.1. Somente serão aceitos equipamentos novos e sem uso. Não serão aceitos equipamentos remanufaturas, NFR (Not For Resale) ou de demonstração. Os equipamentos deverão ser entregues nas caixas lacradas pelo fabricante, não sendo aceitos equipamentos com caixas violadas.
- 6.4.1.1. Nos casos de sinais externos de avaria de transporte ou de mau funcionamento do equipamento, verificados na inspeção do mesmo, este deverá ser substituído por outro com as mesmas características, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data de realização da inspeção.
- 6.4.2. O aceite do bem somente será dado após comprovação da entrega e o efetivo cumprimento de todas as exigências da presente especificação técnica.
- 6.4.2.1. Os equipamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta da licitante vencedora, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, devendo esta arcar com todas as custas para a entrega de equipamento similar ou de superior qualidade ao TRE-PB, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais e aquelas previstas neste instrumento.
- 6.4.3. Será consultado diretamente no site do fabricante do equipamento manuais e toda documentação pública disponível para comprovação do pleno atendimento aos requisitos deste edital. Em caso de dúvida ou divergência na comprovação da especificação técnica, este órgão poderá solicitar amostra do equipamento ofertado, sem ônus ao processo, para comprovação técnica de funcionalidades. Esta amostra deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias úteis após a solicitação deste órgão. Para a amostra, a empresa deverá apresentar o mesmo modelo do equipamento ofertado no certame, com técnico certificado na solução para configuração e comprovação dos itens pendentes, nas dependências deste órgão (conforme itens 1.1.1 e 1.1.2, TC-006.806/2006-4, Acórdão nº 838/2006- TCU-2ª Câmara).

### **6.5 – Das condições de instalação:**

- 6.5.1. Todos os itens do Grupo I devem obedecer os seguintes critérios mínimos para os itens que envolvem a instalação de hardware e/ou software:
- 6.5.1.1. A instalação do hardware ou software correrão sob a responsabilidade da contratada para a realização dos serviços, que deverá entregar toda a solução plenamente funcional e pronta para uso pela contratante, sendo inclusive responsável por fornecer um repasse básico da administração dos itens contratados, de forma que a equipe da contratante esteja minimamente preparada para operar os equipamentos adquiridos, especialmente os de primeiro

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

uso na instituição.

6.5.1.2. Todas as fases de planejamento, instalação e configuração deverão ser realizadas com a presença de técnicos da Contratada, que deverão possuir capacidade técnica necessária à execução do serviço;

6.5.1.3. Os trabalhos deverão ser realizados dentro do horário comercial, das 08:00 às 18:00, salvo casos onde necessite parada no ambiente que demande janelas de manutenção. Neste último caso, deve ser negociado os horários com antecedência;

6.5.1.4. Deverá ser entregue uma documentação detalhada ao final da realização dos trabalhos contendo o passo-a-passo de toda instalação e configuração dos equipamentos envolvidos no projeto.

## **6.6 - Das atualizações:**

6.6.1. A contratada deverá disponibilizar, na vigência do contrato, todas as atualizações dos softwares e firmwares dos equipamentos, concebidas em data posterior ao seu fornecimento, pelo período especificado no termo de referência (36 meses), sem qualquer ônus adicional para o contratante.

6.6.2. As atualizações incluídas devem ser do tipo "minor release" e "major release", permitindo manter os equipamentos atualizados em sua última versão de software/firmware.

## **7 - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

7.1. A PROPONENTE deverá:

7.1.1. Comprovar pertencer ao ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, através de cartão CNPJ, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado na Junta Comercial.

7.1.2. Atestados ou certidões de capacidade técnica, em nome da licitante, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, registrado nas entidades profissionais competentes, que comprove o regular fornecimento, instalação e configuração de solução correspondente ao grupo que vai ofertar proposta, que compreenda no mínimo fornecimento e instalação de equipamentos ou softwares em quantidade igual ou superior a 50% dos que serão ofertados neste certame, sendo da mesma marca da solução que pretende fornecer a este órgão no âmbito da presente contratação.

7.1.2.1 - Para o Grupo I, atende ao critério do item 7.1.2 a apresentação de atestados e certidões relativas ao fornecimento de plataforma de hiperconvergência Nutanix;

7.1.2.2 - Para o Grupo II, atende ao critério do item 7.1.2 a apresentação de atestados e certidões relativas ao fornecimento de licenças VMware;

7.1.2.3 - Para o Grupo III, atende ao critério do item 7.1.2 a apresentação de atestados e certidões relativas ao fornecimento de licenças Microsoft.

7.1.3. Comprovar aptidão do desempenho de atividade pertinente e compatível em tecnologia com a solução global especificada neste Termo de Referência. A comprovação deverá acontecer através de:

### **7.1.3.1. Para o Grupo I:**

7.1.3.1.1. Apresentação de declaração do fabricante da solução de hiperconvergência garantindo que a empresa revendedora é capaz de fornecer, instalar, configurar e prestar suporte da solução ofertada, não implicando em perda de garantia no Brasil e;

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

#### 7.1.3.2. Para o Grupo II:

7.1.3.2.1. Comprovação de credenciamento da licitante/Contratada junto ao Fabricante VMWare. Esta comprovação pode ser feita através de uma das seguintes formas: indicação da página Internet (URL do website) do Fabricante que contenha esta informação, cópia do contrato entre o licitante e o fabricante ou uma declaração do próprio fabricante informando que a licitante é a revendedora ou distribuidora autorizada do fabricante.

#### 7.1.3.3. Para o Grupo III:

7.1.3.3.1. Comprovação de credenciamento da licitante/Contratada junto ao Fabricante na categoria *Large Account Reseller – LAR* ou *Licensing Solution Partner – LSP*, ou seja, que comprove poder operacionalizar/vender acordos de volume **Microsoft**. Deverá ainda comprovar credenciamento pelo Fabricante na categoria *Government Integrator Agreement – GIA* e/ou *Government Partner – GP*, ou seja, que a qualifique para operacionalizar/vender acordos de volume exclusivo para o segmento de governo. Esta comprovação pode ser feita através de uma das seguintes formas: indicação da página Internet (URL do website) do Fabricante que contenha esta informação, cópia do contrato entre o licitante e o fabricante ou uma declaração do próprio fabricante informando se a licitante é a revendedora ou distribuidora autorizada do fabricante.

7.1.4. Possuir no mínimo 1 (um) profissional com certificação técnica oficial do fabricante da solução que pretende fornecer a este órgão no âmbito da presente contratação.

7.1.4.1. A certificação apresentada do profissional da licitante para fins de comprovação do Grupo I deverá ser **Nutanix Certified Services – Core (NCS-Core)**.

7.1.4.2. A certificação apresentada do profissional da licitante para fins de comprovação do Grupo II deverá ser **VMware Certified Advanced Professional, no mínimo da versão 6**.

7.2. Todas as comprovações exigidas neste item deverão ser enviadas durante a fase de habilitação.

## 8 - DAS PENALIDADES

8.1 - O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as penalidades previstas no artigo 49 do Decreto nº 10.024/2019. A Administração poderá, ainda, a seu critério, utilizar-se subsidiariamente das sanções previstas na Lei nº 8.666/93, no que couber.

8.2 – A recusa injustificada do adjudicatário em retirar a Nota de Empenho ou assinar o contrato, se for o caso, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação do CONTRATANTE, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à penalidade de multa no percentual de até 30% (trinta por cento) sobre o valor global da obrigação não cumprida.

8.3 - Fica estabelecido como falta grave, caracterizado como falha em sua execução, a não manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação da multa compensatória estabelecida no item 8.4 e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 49 da do Decreto nº 10.024/2019

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

8.4 - Com fundamento no art. 49 da do Decreto nº 10.024/2019, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa compensatória de até 30% (trinta por cento), no caso de inexecução total, sobre o valor total da contratação, ou de até 15% (quinze por cento), no caso de inexecução parcial, sobre o valor do saldo da contratação, respectivamente, a Contratada que:

- 8.4.1 - não assinar o contrato;
- 8.4.2 - não entregar a documentação exigida no edital;
- 8.4.3 - apresentar documentação falsa;
- 8.4.4 - causar o atraso na execução do objeto;
- 8.4.5 - não manter a proposta;
- 8.4.6 - falhar na execução do contrato;
- 8.4.7 - fraudar a execução do contrato;
- 8.4.8 - comportar-se de modo inidôneo;
- 8.4.9 - declarar informações falsas; e
- 8.4.10 - cometer fraude fiscal.

8.5. Para os fins do item 8.4.8, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. [90](#), [92](#), [93](#), [94](#), [95](#) e 97 da Lei nº 8.666/93.

8.6 - A Contratada ficará sujeita, no caso de inexecução parcial ou total da obrigação, com fundamento no art. 86 da Lei nº 8.666/93, à seguinte penalidade:

8.6.1 - multa moratória de:

8.6.1.1 - 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) ao dia sobre o valor do contrato em caso de atraso na execução do serviço, limitada a incidência de 10 (dez) dias;

8.6.1.2 - Sendo o atraso superior a 10 (dez) dias, configurar-se-á inexecução total da obrigação, a ensejar a aplicação da multa compensatória, prevista no item 6.4, sem prejuízo da aplicação da multa moratória limitada a 0,5% (zero vírgula cinco por cento), oriunda do atraso referido no subitem anterior, bem como da rescisão unilateral da avença.

8.7 - As multas moratória e compensatória poderão ser cumuladas com as sanções previstas no item 8.1.

8.8 - Apenas a aplicação das penalidades de advertência e multa moratória, não necessitam ser publicadas no DOU, devendo a intimação da apenada dar-se por meio de notificação;

8.9 - As sanções estabelecidas nesta cláusula são da competência exclusiva da autoridade designada nos normativos internos deste Tribunal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da efetiva notificação.

8.10 - A autoridade competente, na aplicação das penalidades previstas nesta cláusula, deverá levar em consideração a gravidade da conduta da Contratada, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao Contratante, observados os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade, da prevalência e indisponibilidade do interesse público, em decorrência de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovados.

8.11 - O valor da multa moratória ou compensatória, nos termos do artigo 86, § 3º da LLC, poderá ser descontado da garantia contratual, dos créditos da Contratada ou cobrado judicialmente, nesta ordem.

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://verifsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

8.12 - O recolhimento do valor da multa, moratória ou compensatória, deverá ser feito no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da intimação da aplicação da sanção, sob pena de seu desconto ser efetuado conforme item anterior, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

8.13 - As penalidades estabelecidas nesta cláusula deverão ser registradas no SICAF.

8.14 - As penalidades descritas nesta cláusula não excluem a possibilidade de o CONTRATANTE cobrar da CONTRATADA indenização por eventuais perdas e danos.

## 9. ADJUDICAÇÃO DO OBJETO

9.1 - A adjudicação será feita por grupos, para os itens de 1 a 17, por se tratarem de uma única solução tecnológica, e por item para os demais grupos (II e III).

**PEDRO DE FIGUEIRÊDO LIMA NETO**  
**CHEFE DA SEÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE REDE**



Documento assinado eletronicamente por PEDRO DE FIGUEIRÊDO LIMA NETO em 29/04/2022, às 12:11, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**GLAURO MEIRA**  
**ANALISTA JUDICIÁRIO**



Documento assinado eletronicamente por GLAURO MEIRA em 29/04/2022, às 12:13, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**MÁRIO CÉZAR DELGADO RÉGIS**  
**CHEFE DA SEÇÃO DE COMPRAS**



Documento assinado eletronicamente por MÁRIO CÉZAR DELGADO RÉGIS em 29/04/2022, às 12:17, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1239400** e o código CRC **7ACA27F3**.

0007824-11.2021.6.15.8000

1239400v18

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA

**Anexo**
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 02/2022**

(Processo SEI n.º 0007824-11.2021.6.15.8000)

**ANEXO II****DOS QUANTITATIVOS E DAS ESPECIFICAÇÕES****GRUPO G1**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE POR ÓRGÃO	QUANTIDADE TOTAL A REGISTRAR	UND.	CATMAT/CATSER	EXPECTATIVA DE CONSUMO	VALOR UNITÁRIO DO ITEM (R\$)	VALOR TOTAL DO ITEM (R\$)
01	Nó hiperconvergente – Configuração básica. Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.	TRE/PB: 8, TRE/PE: 6, TRE/MS: 3, IFBA: 3, IFAP: 8, UNIFESSPA: 1, UPE: 8, FHEMIG: 4, SES-MG: 4	45	UND	481692	02		
02	Aditamento de memória para nó hiperconvergente. Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.	TRE/PB: 24, TRE/PE: 18, TRE/MS: 9, IFBA: 9, UNIFESSPA: 4, UPE: 24, FHEMIG: 8, SES-MG: 8	104	UND	245991	02		
03	Aditamento de processador para nó hiperconvergente. Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.	TRE/PB: 16, TRE/PE: 12, TRE/MS: 6, UPE: 16, FHEMIG: 4, SES-MG: 16	70	UND	474243	00		
04	Aditamento de armazenamento em HDD para nó hiperconvergente. Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.	TRE/PB: 40, TRE/PE: 30, TRE/MS: 15, IFBA: 6, UNIFESSPA: 2, UPE: 40	141	UND	381491	00		

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.



		FHEMIG: 4, SES-MG: 4						
05	<b>Aditamento de armazenamento em SSD para nó hiperconvergente. Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.</b>	TRE/PB: 24, TRE/PE: 18, TRE/MS: 3, IFBA: 6, UNIFESSPA: 2, UPE: 24, FHEMIG: 4, SES-MG: 4	85	UND	441667	00		Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN
06	<b>Software de gerenciamento. Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.</b>	TRE/PB: 8, TRE/PE: 6, TRE/MS: 3, IFAP: 8, UPE: 8, FHEMIG: 4, SES-MG: 4	41	UND	27464	00		Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN
07	<b>Solução de automação de aplicações (Nutanix CALM). Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.</b>	TRE/PB: 5, IFAP: 5, UPE: 5, FHEMIG: 4, SES-MG: 4	23	UND	27464	00		Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN
08	<b>Instalação de nó hiperconvergente. Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.</b>	TRE/PB: 8, TRE/PE: 6, TRE/MS: 3, IFAP: 8, UPE: 8, FHEMIG: 1, SES-MG: 4	38	UND	27111	00		Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN
09	<b>Implementação de solução de automação de aplicações. Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.</b>	TRE/PB: 2, IFAP: 2, UPE: 2, FHEMIG: 1, SES-MG: 1	08	UND	27111	00		Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN
10	<b>Implementação de solução de orquestração de contêineres - Desenvolvedor. Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.</b>	TRE/PB: 2, UPE: 2, FHEMIG: 1, SES-MG: 1	06	UND	27111	00		Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN
11	<b>Implementação de solução de orquestração de contêineres - Operações. Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.</b>	TRE/PB: 2, UPE: 2, FHEMIG: 1, SES-MG: 1	06	UND	27111	00		Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN
12	<b>Switch ToR redundante. Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.</b>	TRE/PB: 2, TRE/PE: 2, FHEMIG: 1, SES-MG: 1	11	UND	393440	00		Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN

	Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.	TRE/MS: 2, IFAP: 2, UPE: 2, FHEMIG: 1						
13	Banco de horas técnicas (atendimento remoto). Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.	TRE/PB: 120, TRE/MS: 120, IFBA: 30, IFAP: 60, UPE: 120, FHEMIG: 60, SES-MG: 60	570	UND	27111	00		Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN
14	Licenças de aplicação de backup Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.	TRE/PB: 16, TRE/PE: 12, IFBA: 12, IFAP: 16, UPE: 16, FHEMIG: 8	80	UND	27464	00		Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN
15	Appliance de backup. Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.	TRE/PB: 4, TRE/PE: 4, IFBA: 1, IFAP: 4, UNIFESSPA: 1, UPE: 4, FHEMIG: 2	20	UND	393274	00		Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN
16	Instalação da aplicação de backup. Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.	TRE/PB: 1, TRE/PE: 60, IFBA: 1, IFAP: 1, UPE: 1, FHEMIG: 1	65	UND	27111	00		Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN
17	Instalação da appliance de backup. Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.	TRE/PB: 4, TRE/PE: 4, IFBA: 1, IFAP: 4, UPE: 4, FHEMIG: 1	18	UND	27111	00		Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN
VALOR TOTAL DO GRUPO G1								

ITEM 18 - Licenciamento VMWare

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE POR ÓRGÃO	QUANTIDADE TOTAL A REGISTRAR	UND.	CATMAT/ CATSER	EXPECTATIVA DE CONSUMO	VALOR UNITÁRIO DO ITEM (R\$)
18	Licenciamento da solução de virtualização. Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.	TRE/PB: 32, TRE/PE: 24	56	UND	27464	00	

ITEM 19 - Licenciamento Microsoft

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE POR ÓRGÃO	QUANTIDADE TOTAL A REGISTRAR	UND.	CATMAT/ CATSER	EXPECTATIVA DE CONSUMO	VALOR UNITÁRIO
------	-----------	----------------------	------------------------------	------	----------------	------------------------	----------------

10/06/2022 12:10

SEI/TRE-PB - 1281549 - Anexo

			REGISTRAR		CATSER	DE CONSUMO	DO ITEM (R\$)
19	Licenciamento Microsoft Windows Datacenter. Conforme Termo de Referência, ANEXO 01 do edital.	TRE/PB: 160 TRE/PE: 120	280	UND	27464	00	

**OBSERVAÇÃO:**  
1.º) Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATMAT/CATSER e a do EDITAL, prevalecerá a descrição do EDITAL.

João Pessoa (PB), 10 de junho de 2022.

ANDREZA ALVES GOMES  
PREGOEIRO(A)



Documento assinado eletronicamente por ANDREZA ALVES GOMES em 10/06/2022, às 12:10, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1281549** e o código CRC **64C2669B**.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 02/2022  
(Processo SEI n.º 0007824-11.2021.6.15.8000)**

**ANEXO III**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**



**Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba**  
Avenida Princesa Isabel, 201 - Bairro Centro - CEP 58020-911 - João Pessoa - PB

## MINUTA - SECOMP

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX /2022 - TRE/PB PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2022 (Processo Nº 0007824-11.2021.6.15.8000)

Aos ---- dias do mês de -----do ano de 2022, o **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA**, denominado ÓRGÃO GERENCIADOR (UASG: 070009), CNPJ Nº 06.017.798/0001-60, com sede na Avenida Princesa Isabel, nº 201 – Tambiá – João Pessoa/PB, CEP 58.020-911, neste ato representado pelo **Sr. ARIOLDO ARAÚJO JÚNIOR**, Secretário de Administração e Orçamento do TRE/PB, CPF/MF nº 436.901.064-00, residente e domiciliado nesta Capital, considerando o resultado do **Pregão Eletrônico Nº XX/2022** – TRE/PB, cujo objetivo fora a formalização de registro de preços para **fornecimento de materiais (elementos de hardware e software) e serviços para a implantação de solução de hiperconvergência**, processada nos termos do Processo Administrativo Eletrônico Nº **0007824-11.2021.6.15.8000**, **RESOLVE**, com amparo nas Leis nº 8.666/93 e 10.520/2002, na Lei Complementar nº 123/2006, no Decreto nº 10.024/2019, no Decreto nº 7.892/2013 (alterado pelo Decreto nº 8.250/2014 e pelo Decreto nº 9.488/2018), e no Decreto nº 8.538/2015, **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, com sede na **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CEP.: **XXXXXXXXXX**, E-mail: **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, telefone: **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, neste ato representado(a) por **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, doravante denominado FORNECEDOR, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e segundo as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o **registro de preços**, objetivando o **fornecimento de materiais (elementos de hardware e software) e serviços para a implantação de solução de hiperconvergência**, cujas quantitativos, especificações, preços e fornecedores foram previamente definidos, através do procedimento licitatório em epígrafe.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA ASSINATURA DA ATA

a) O fornecedor classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços dentro do prazo de 05 dias úteis (condições estabelecidas no instrumento convocatório), podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.

a.1) É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

b) A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

b.1) A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

c) A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o [art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993](#).

d) A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

a) Integra a presente ARP o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, localizado em João Pessoa/PB, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR;

**b) Farão parte deste Registro de Preços, como órgãos participantes, os Tribunais relacionados no Anexo do Edital do PE xx/2022-TRE/PB, que ficarão responsáveis por suas respectivas contratações.**

### CLÁUSULA QUARTA – DA UTILIZAÇÃO POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

**A ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal, estadual, distrital ou municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.**

a) Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

b) Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

c) As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, **a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens** do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

d) As adesões à ata de registro de preços não poderão exceder, na totalidade, **ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços** para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da SECOMP – Seção de Compras, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar o fornecedor registrado, via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ata;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado;

f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhães, Afonso Maria Pacheco Wagner, Luiz Da Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://verifsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

- g) solicitar a designação, dentre os servidores das unidades requisitantes, gestores de compras que serão responsáveis pelos pedidos dos itens registrados;
- h) observar o cumprimento da obrigação de aplicar a sanção em caso de restar inobservado algum compromisso assumido com a assinatura da ata, seja em relação ao órgão participante do sistema ou a ele aderente;
- h.1) será do órgão contratante (gerenciador, participante ou aderente, a depender do caso) a competência para a imposição de sanções administrativas acaso inadimplida alguma obrigação em momento posterior à celebração do contrato. Em sendo o contratante órgão participante ou aderente, o órgão gerenciador deverá ser informado do inadimplemento para que sejam observados os respectivos impactos em face da ata de registro de preços, como o seu cancelamento, por exemplo, conforme previsto no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013.

## CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

- a) assinar esta Ata ou retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, quando for o caso, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da convocação, no que couber;
- b) prazo de entrega dos produtos deverá ocorrer em até no máximo 60 (sessenta) dias corridos a partir da data de assinatura do contrato;
- b.1) prazo de instalação deverá ocorrer em até no máximo 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento provisório dos bens;
- b.2) a entrega deve ser agendada com antecedência mínima de 24 horas, sob o risco de não ser autorizada;
- b.3) para itens de software, poderá ser fornecido sem mídia de instalação, desde que seja indicado local para download do arquivo de instalação;
- c) fornecimento dos produtos em estreita conformidade com as especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I, do **Edital do Pregão Eletrônico nº XX/2022**;
- d) fornecimento dos produtos conforme especificações e preços registrados na presente ARP;
- e) entregar os produtos solicitados no respectivo endereço do órgão gerenciador, órgãos participantes ou não participantes da presente ARP;
- f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;
- g) manter-se, durante toda a vigência da ARP, em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições exigidas na fase de habilitação do **Pregão Eletrônico n.º XX/2022-TRE/PB**;
- h) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
- i) ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos gerenciador, participante e não participante(s), e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

## CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

Compete ao Órgão Não-participante:

- a) consultar previamente o ÓRGÃO GERENCIADOR no intuito de obter as informações necessárias à contratação pretendida, e, em especial, o teor da presente Ata de Registro de Preços e eventuais alterações;
- b) após a autorização do ÓRGÃO GERENCIADOR, o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- c) Compete ao ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa, o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhães, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da sua última assinatura eletrônica.

A Ata de Registro de Preços será **EXTINTA**:

- I) pelo decurso do prazo de vigência; ou
- II) pela aquisição da quantidade total registrada na Ata pelo órgão gerenciador e/ou órgãos participantes, zerando o quantitativo registrado, considerando-se exaurido o objeto, ainda que a ata de registro de preços esteja vigente.

CLÁUSULA NONA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, os fornecedores e as especificações dos materiais registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo:

Empresa:	
CNPJ:	Telefone: ()
ENDEREÇO: CEP.:	E-mail:
Representante legal: CPF:	

Grupo I - Infraestrutura hiperconvergente

Item	Unidade de medida	Quantidade Registrada	Descrição	Valor Unitário (R\$)
01			Nó hiperconvergente – Configuração básica	
02			Aditamento de memória para nó hiperconvergente	
03			Aditamento de processador para nó hiperconvergente	
04			Aditamento de armazenamento em HDD para nó hiperconvergente	
05			Aditamento de armazenamento em SSD para nó hiperconvergente	
06			Software de gerenciamento	
07			Solução de automação de aplicações (Nutanix CALM)	
08			Instalação de nó hiperconvergente	
09			Implementação de solução de automação de	



			aplicações	
10			Implementação de solução de orquestração de contêineres - Desenvolvedor	
11			Implementação de solução de orquestração de contêineres - Operações	
12			Switch ToR redundante	
13			Banco de horas técnicas (atendimento remoto)	
14			Licenças de aplicação de backup	
15			Appliance de backup	
16			Instalação da aplicação de backup	
17			Instalação da appliance de backup	

### Grupo II - Licenciamento VMWare

Item	Unidade de medida	Quantidade Registrada	Descrição	Valor Unitário (R\$)
01			Licenciamento da solução de virtualização	

### Grupo III - Licenciamento Microsoft

Item	Unidade de medida	Quantidade Registrada	Descrição	Valor Unitário (R\$)
01			Licenciamento Microsoft Windows Datacenter	

OBS.: As quantidades indicadas nos itens acima correspondem ao número estimado total a ser adquirido durante a vigência desta Ata. O quantitativo definido para cada órgão participante consta no Anexo do Edital do PE xx/2022-TRE/PB.

### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

a) O pagamento será efetuado, na medida da execução do serviço, através de OBC - Ordem Bancária de Crédito, OBB - Ordem Bancária para Banco ou Ordem Bancária para Pagamento de Faturas com Código de Barras, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou 20 (vinte) dias corridos, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, conforme o valor da contratação seja inferior ou superior, respectivamente ao limite previsto no art. 24, II, da Lei nº 8.666/93, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da mesma Lei;

b) A Nota Fiscal/Fatura/Boleto Bancário com código de barras, relativo a material efetivamente entregue, deverá ser apresentado no Protocolo Geral do TRE/PB acompanhado da informação de conta-corrente própria, na qual deseja receber o referido pagamento, com a identificação da instituição financeira, nome e prefixo da agência correspondente;

c) A comprovação da regularidade fiscal, para o pagamento, será verificada por meio do SICAD do sítio da Justiça do Trabalho;

d) A Nota Fiscal/Fatura será analisada pelo respectivo Gestor e atestada, se for o caso, assinada pelo(a) representante legal do órgão participante. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

e) Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á, após a regularização da situação e/ou reapresentação da nota fiscal/fatura, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

f) O CNPJ constante da nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo indicado na proposta/nota de empenho, sob pena de não ser efetuado o pagamento;

g) A Administração se reserva ao direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação da nota fiscal/fatura por parte do gestor do contrato, este verificar que o material foi entregue em desacordo com o especificado no Termo de Referência, Anexo I do Edital do **Pregão Eletrônico nº XX/2022**;

h) caso o fornecedor seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, este não ficará sujeito à retenção prevista na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012 ;

h.1) consoante disciplina a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, modificada pela IN RFB1540, de 05 de janeiro de 2015 e pela IN RFB 1552, de 02 de março de 2015, as empresas optantes do Simples Nacional, a que se referem os artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, deverão, no ato da assinatura do contrato, apresentar a declaração assinada por seu representante legal, na forma dos Anexos II, III ou IV da referida norma, conforme o caso, em duas vias.

h.2) o TRE/PB anexará a 1ª (primeira) via da declaração ao processo de pagamento para fins de comprovação à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), devendo devolver a 2ª via ao interessado como recibo.

i) A Administração se reserva ao direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação da nota fiscal/fatura o fornecedor não estiver com a documentação de regularidade fiscal perante o INSS, o FGTS e a Receita Federal em dia, ocasião em que será dado prazo para a regularização, suspendendo-se o pagamento até a devida regularização.

j) Caso o licitante tenha o recolhimento dos encargos relativos ao FGTS centralizado, o documento comprobatório de autorização para a centralização dos recolhimentos deverá ser apresentado à Administração;

k) Havendo atraso no pagamento de suas obrigações, o TRE/PB procederá à atualização financeira diária de seus débitos, onde os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, conforme a seguinte fórmula:

$$I = (TX / 100)$$

$$365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

l) As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta de recursos específicos consignados no Orçamento da União;

m) Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de aplicação de penalidade, nos termos do art. 86, caput e §2º e §3º e/ou art. 87, §1º da Lei nº 8.666/93, sem que isso gere direito ao reajustamento de preços.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o **ÓRGÃO GERENCIADOR** e **ÓRGÃOS PARTICIPANTES** a firmar as futuras contratações com o fornecedor cujos preços tenham sido

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

registrados, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o(s) fornecedor(es) e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial da União, Seção 3, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61, da Lei nº 8.666/93.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

a) É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o [§ 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993](#), nos termos do § 1º do art. 12 do Decreto 7.892/2013.

b) Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecendo às disposições contidas no § 3º do art. 12 do Decreto 7.892/2013 e no art. 65, da Lei 8.666/93.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusar-se a retirar a nota de empenho nos prazos estabelecidos, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) sofrer sanção prevista nos [incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993](#), ou no [art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002](#);

h) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR:

a) mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ORGAO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

b) por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados.

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Secretário de Administração e Orçamento do ÓRGÃO GERENCIADOR.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

a) A Administração poderá aplicar ao FORNECEDOR as penalidades previstas no artigo 49 do Decreto nº 10.024/2019, sem prejuízo da aplicação dos artigos 20 e 21 do Decreto 7.892/2013. A Administração poderá, ainda, a seu critério, utilizar-se subsidiariamente das sanções previstas na Lei nº 8.666/93, no que couber.

b) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação da Administração,

caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à penalidade de multa no percentual de até 30% (trinta por cento) sobre o valor global da obrigação não cumprida.

c) Fica estabelecido como falta grave, caracterizado como falha em sua execução, a não manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação da multa compensatória estabelecida na alínea "c" e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 49 da do Decreto nº 10.024/2019.

d) Com fundamento no art. 49 da do Decreto nº 10.024/2019, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa compensatória de até 30% (trinta por cento), no caso de inexecução total, sobre o valor total da contratação, ou de até 15% (quinze por cento), no caso de inexecução parcial, sobre o valor do saldo da contratação, respectivamente, garantido o direito à ampla defesa, a contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

d.1) Não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

d.2) Não entregar a documentação exigida no edital;

d.3) Apresentar documentação falsa;

d.4) Causar o atraso na execução do objeto;

d.5) Não mantiver a proposta;

d.6) Falhar ou fraudar na execução do contrato;

d.7) Comportar-se de modo inidôneo;

d.8) Declarar informações falsas; e

d.9) Cometer fraude fiscal.

e) Para os fins da alínea "d.7", reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

f) - As sanções descritas na alínea "d" também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela Administração Pública.

g) A Contratada ficará sujeita, no caso de inexecução parcial ou total da obrigação, com fundamento no art. 86 da Lei nº 8.666/93, à seguinte penalidade:

g.1) multa moratória de:

g.1.1) 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) ao dia sobre o valor do contrato em caso de atraso na execução dos serviços, até o máximo de 10 (dez) dias;

g.1.2) Sendo o atraso superior a 10 (dez) dias, configurar-se-á inexecução total da obrigação, ensejar a aplicação de **multa compensatória**, prevista no item "c", sem prejuízo da aplicação da **multa moratória** limitada a 0,5% (zero vírgula cinco por cento), oriunda do atraso referido no subitem anterior, bem como da rescisão unilateral da avença.

h) As multas moratória e compensatória poderão ser cumuladas com as sanções previstas na alínea "a".

i) Apenas a aplicação das penalidades de advertência e multa moratória, **não** necessitam ser publicadas no DOU, devendo a intimação da apenada dar-se por meio de notificação.

j) As sanções estabelecidas nesta cláusula são da competência exclusiva da autoridade designada nos normativos internos deste Tribunal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo no prazo de 10 (dez) dias da efetiva notificação

k) A autoridade competente, na aplicação das penalidades previstas nesta cláusula, deverá levar em consideração a gravidade da conduta da Contratada, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao Contratante, observados os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade, da prevalência e indisponibilidade do interesse público, em decorrência de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovados.

l) O valor da multa moratória ou compensatória, nos termos do artigo 86, § 3º da Lei nº 8.666/93, poderá ser descontado da garantia contratual, dos créditos da Contratada ou cobrado judicialmente,

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcia Aguiar, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENI JOHANN MÔDES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Almeida. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

nesta ordem.

m) O recolhimento do valor da multa, moratória ou compensatória, deverá ser feito no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da intimação da aplicação da sanção, sob pena de seu desconto ser efetuado conforme item anterior, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

n) As penalidades estabelecidas nestas cláusulas deverão ser registradas no SICAF.

o) As penalidades descritas nesta cláusula não excluem a possibilidade de o CONTRATANTE cobrar da CONTRATADA indenização por eventuais perdas e danos.

p) Caso seja constatada a irregularidade fiscal durante a vigência da ARP, a Administração notificará o Fornecedor para providenciar a regularização no prazo de 30 (trinta) dias. Persistindo a irregularidade serão adotadas providências no sentido de rescindir a avença.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

**a) Processo Administrativo Nº 0007824-11.2021.6.15.8000;**

**b) Edital do Pregão Eletrônico nº XX/2022 – TRE/PB e anexos;**

**c) Proposta Comercial da FORNECEDORA.**

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA -DAS DEMAIS CONDIÇÕES

Em vista da implementação de sistema informatizado de procedimentos administrativos neste TRE/PB, denominado SEI - Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá efetuar o cadastro no referido sistema para acesso as informações e para assinatura eletrônica de documentos que serão necessárias à formalização da contratação;

Considerando a previsão de encaminhamento de mensagens eletrônicas através do SEI – Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá informar pelo menos 1 (uma) conta de e-mail válida, ficando a contratada obrigada a acessar diariamente o e-mail, acusando expressamente o recebimento da mensagem, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da data da comunicação expedida.

Caso não haja recebimento expresso, o teor da mensagem será considerado lido após o decurso do prazo descrito.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Justiça Federal em João Pessoa/PB, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a tratar eu, Mário Cezar Delgado Régis, Chefe da Seção de Compras, lavrei a presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo particular fornecedor.

**Arioaldo Araújo Júnior**

Secretário de Administração e Orçamento

EMPRESA

**MÁRIO CÉZAR DELGADO RÉGIS**  
**CHEFE DA SEÇÃO DE COMPRAS**

Documento assinado eletronicamente por MÁRIO CÉZAR DELGADO RÉGIS em 03/02/2022, às 16:17, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1184465** e o código CRC **C63A6968**.

0007824-11.2021.6.15.8000

1184465v1

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

[https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=1205228&infra\\_si...](https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1205228&infra_si...) 10/10



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 02/2022  
(Processo SEI n.º 0007824-11.2021.6.15.8000)**

**ANEXO IV**

**MINUTA DO CONTRATO**



**Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba**  
Avenida Princesa Isabel, 201 - Bairro Centro - CEP 58020-911 - João Pessoa - PB

## MINUTA - SECONT

**CONTRATO Nº \_\_\_\_/2022**

Processo SEI nº 7824-11.2021.6.15.8000

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÃO DE HIPERCONVERGÊNCIA QUE FAZEM ENTRE SI O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA E A EMPRESA \_\_\_\_\_

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_ do ano de dois mil e vinte e dois, compareceram, de um lado, o **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA**, com foro na cidade de João Pessoa, situado na Av. Princesa Isabel, nº 201, Tambiá, Estado da Paraíba, CEP 58.020-911, neste ato representado por seu Secretário de Administração e Orçamento, **ARIOALDO ARAÚJO JÚNIOR**, brasileiro, casado, RG nº 950.531 - SSP/PB, CPF nº 436.901.064-00, doravante designado **CONTRATANTE** ou simplesmente **TRE/PB** e, de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, telefone (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada por \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_ e RG nº \_\_\_\_\_, daqui por diante designada **CONTRATADA**, que têm, entre si, justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento e de conformidade com o disposto na Lei nº 10.520/2002, no Decreto 10.024/2019, no Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 7.892/2013 (Ata de Registro de Preço nº \_\_\_\_/2022/TRE-PB) e, no que couber, na Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, o presente **CONTRATO**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais (elementos de hardware e software) e serviços para a implantação de solução de hiperconvergência, cujas especificações estão descritas no Termo de Referência nº 42/2021 - TRE/PB/SEINF, Anexo I, do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2022 - TRE/PB, que passam a fazer parte integrante deste ajuste, independentemente de transcrição.

1.2 - Descrição dos itens:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
<b>Grupo I - Infraestrutura hiperconvergente</b>		
1	Nó hiperconvergente - Configuração básica	
2	Aditamento de memória para nó hiperconvergente	
3	Aditamento de processador para nó hiperconvergente	
4	Aditamento de armazenamento em HDD para nó hiperconvergente	
5	Aditamento de armazenamento em SSD para nó hiperconvergente	
6	Software de gerenciamento	

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhães, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.



7	Solução de automação de aplicações (Nutanix CALM)	
8	Instalação de nó hiperconvergente	
9	Implementação de solução de automação de aplicações	
10	Implementação de solução de orquestração de contêineres - Desenvolvedor	
11	Implementação de solução de orquestração de contêineres - Operações	
12	Switch ToR redundante	
13	Banco de horas técnicas (atendimento remoto)	
14	Licenças de aplicação de backup	
15	Appliance de backup	
16	Instalação da aplicação de backup	
17	Instalação da appliance de backup	
<b>Grupo II - Licenciamento VMWare</b>		
18	Licenciamento da solução de virtualização	
<b>Grupo III - Licenciamento Microsoft</b>		
19	Licenciamento Microsoft Windows Datacenter	

1.3 - As especificações técnicas dos itens que compõem o objeto contratual estão descritas no item 5 do Termo de Referência nº 42/2021 – TRE-PB/SEINF, anexo I do Pregão Eletrônico nº 02/2022 TRE-PB.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DO MODO DE FORNECIMENTO

2.1 - O fornecimento será realizado de forma integral, de acordo com o estabelecido no Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2022 – TRE/PB e seus anexos e na proposta da CONTRATADA.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

3.1 - Além das demais obrigações previstas no Termo de Referência nº 42/2021 – SEINF, o CONTRATANTE se obriga a:

- promover, através do Gestor designado, o acompanhamento do fornecimento e dos serviços ajustados, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando a ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;
- fornecer à CONTRATADA todas as informações importantes e pertinentes ao referido contrato, no tempo hábil, sem qualquer forma de reserva ou censura;
- proporcionar as facilidades necessárias ao bom cumprimento das obrigações contratadas;
- comunicar à CONTRATADA formal e imediatamente problemas ou dificuldades relacionadas ao serviço contratado;
- publicar o extrato do contrato no Diário Oficial da União, que será providenciada pela Administração até 20 (vinte) dias da data de sua assinatura, nos termos do art. 20, do Decreto nº 3555, de 08/08/2000;

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhães, Alonzo Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

- f. utilizar, no acompanhamento da execução contratual, um livro específico para o registro das eventuais ocorrências ou outro instrumento hábil (e-mail, notificações etc.), desde que preserve o histórico dos acontecimentos para futura análise por parte do Tribunal;
- g. observar para que, durante a vigência contratual, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, bem como sua compatibilidade com as obrigações assumidas;
- h. efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições estabelecidas no presente contrato.
- i. rejeitar, no todo ou em parte, os materiais e serviços fornecidos em desacordo com o estabelecido no presente contrato, bem como nas normas que disciplinam o setor.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

4.1 - A gestão do presente contrato e a fiscalização do fornecimento serão realizadas de acordo com o estabelecido na Portaria nº 18/2018 - SAO/DG, do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.

42. - Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela fornecimento e pelos serviços, ao Contratante é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os materiais fornecidos, diretamente ou por prepostos designados.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Caberá ao **Gestor** do contrato, subsidiado pelo Fiscal:

- a) cumprir e fazer cumprir o que disciplina a Portaria DG nº 18/2018 – SAO/DG;
- b) anotar de forma clara, transparente e organizada, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato;
- c) comunicar à Secretaria de Administração e Orçamento do Tribunal, **de imediato**, todo e qualquer descumprimento, pela CONTRATADA, das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;
- d) observar o que estabelece o art. 3º, XI, da sobredita portaria;
- e) considerar as normas previstas no Código de Ética dos Servidores do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, instituído pela Resolução nº 21/2014 – TRE/PB.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Caberá ao **Fiscal** do Contrato:

- a) cumprir e fazer cumprir o que disciplina a Portaria DG nº 18/2018 – SAO/DG;
- b) acompanhar a execução do contrato, registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, para instruir possível procedimento visando à aplicação de sanção contratual;
- c) recusar os materiais fornecidos em desacordo com o pactuado e determinar a sua substituição;
- d) comunicar à CONTRATADA, mediante correspondência com comprovante de recebimento a ser juntado aos autos, eventuais irregularidades na execução contratual, estabelecendo prazo para solução;
- e) observar as normas previstas no Código de Ética dos Servidores do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, instituído pela Resolução nº 21/2014 – TRE/PB.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - Além das demais obrigações previstas no Termo de Referência nº 42/2021 – SEINF, a CONTRATADA se obriga a:

- a) fornecer os materiais e prestar os serviços contratados em plena conformidade com o estabelecido neste instrumento e no Termo de Referência nº 42/2021 – SEINF, Anexo I do Pregão Eletrônico nº 02/2022;
- b) entregar o objeto contratado nos prazos e condições previstos no item 06 do Termo de Referência Termo de Referência nº 42/2021 – TRE-PB/SEINF;

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhães, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

- b1) A entrega dos bens e o início da prestação dos serviços devem ser agendadas com antecedência mínima de 24 horas, sob o risco de não ser autorizada;
- c) disponibilizar, na vigência do contrato, todas as atualizações dos softwares e firmwares dos equipamentos, concebidas em data posterior ao seu fornecimento;
- d) comunicar ao Gestor ou Responsável Técnico do CONTRATANTE, formal e imediatamente, todas as ocorrências anormais e/ou que possam comprometer a execução do objeto;
- e) manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) comprovar a origem dos bens importados adquiridos e a quitação dos tributos de importação a eles referentes, que deve ser apresentada no momento da entrega do produto, sob pena de rescisão contratual e multa, conforme art. 3º, III, do Decreto n. 7.174/2010.
- g) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia anuência do CONTRATANTE.
- h) Responder pelos danos causados diretamente ao TRE/PB ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do serviço contratado;
- i) Indenizar qualquer dano ou prejuízo causado ao TRE/PB, ainda que involuntariamente, pelos seus funcionários ou pela omissão dos mesmos no desempenho de suas tarefas;
- j) Apresentar, no Protocolo Geral do TRE/PB, a NOTA FISCAL/FATURA do serviço realizado;
- k) Apresentar, juntamente com a NOTA FISCAL/FATURA do serviço executado, prova da regularidade fiscal para com a Seguridade Social (CND), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF) e com as Fazendas Municipal e Federal, sendo esta através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, bem como a prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso estes documentos não estejam disponíveis no SICAF e no sítio da Justiça do Trabalho;
- l) Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca do serviço contratado, sem prévia autorização do Tribunal.
- m) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia anuência do CONTRATANTE.

## CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES PARTICULARES

- 6.1 - O CONTRATANTE não se responsabilizará por quaisquer materiais que venham a ser fornecidos ou serviços que tenham sido prestados pela CONTRATADA, sem que tenha sido previsto neste contrato ou fora de sua vigência;
- 6.2 - É assegurada ao CONTRATANTE a faculdade de exigir, a qualquer tempo, da CONTRATADA a documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste Contrato;
- 6.3 - A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE, desde já, de forma irrevogável e irretratável, a compensar dos créditos futuros que venha a ter em face da aquisição objeto do presente contrato os danos ou prejuízos causados ao TRE/PB;
- 6.4 - **Havendo divergência entre o contrato e o termo de referência, prevalecerá o constante no termo de referência.**

## CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO

- 7.1 - O objeto do presente contrato será recebido provisória e definitivamente, por meio de termos circunstanciados especificamente elaborados para este fim:
- a) o Termo de Recebimento Provisório será emitido por servidor ou comissão do TRE-PB devidamente constituída para este fim, em **até 5 dias úteis após a entrega do objeto contratado;**
- b) O Termo de Recebimento Definitivo será emitido por servidor ou comissão do TRE-PB devidamente constituída para este fim, **em até 10 dias úteis após a entrega do objeto.**

7.3 - O aceite provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e a segurança dos serviços, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato dentro dos limites estabelecidos pela lei ou no contrato.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO**

8.1 - O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelo fornecimento do objeto contratado descrito na cláusula primeira, os seguintes valores:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Nó hiperconvergente – Configuração básica			
2	Aditamento de memória para nó hiperconvergente			
3	Aditamento de processador para nó hiperconvergente			
4	Aditamento de armazenamento em HDD para nó hiperconvergente			
5	Aditamento de armazenamento em SSD para nó hiperconvergente			
6	Software de gerenciamento			
7	Solução de automação de aplicações (Nutanix CALM)			
8	Instalação de nó hiperconvergente			
9	Implementação de solução de automação de aplicações			
10	Implementação de solução de orquestração de contêineres - Desenvolvedor			
11	Implementação de solução de orquestração de contêineres - Operações			
12	Switch ToR redundante			
13	Banco de horas técnicas (atendimento remoto)			
14	Licenças de aplicação de backup			
15	Appliance de backup			
16	Instalação da aplicação de backup			
17	Instalação da appliance de backup			
18	Licenciamento da solução de virtualização			
19	Licenciamento Microsoft Windows Datacenter			
<b>Valor Total da contratação</b>		<b>R\$</b>		

**CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO**

9.1 - O pagamento será efetuado, após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo correspondente, através de OBC - Ordem Bancária de Crédito, OBB - Ordem Bancária para Banco ou Ordem Bancária para Pagamento de Faturas com Código de Barras, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou 20 (vinte) dias corridos, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, conforme o valor da contratação seja inferior ou superior, respectivamente ao limite previsto no art. 24, II, da Lei nº 8.666/93, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da mesma Lei.

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

9.1.1 - A Nota Fiscal/Fatura/Boleto Bancário com código de barras, relativo aos bens fornecidos, deverá ser apresentado no Protocolo Geral do TRE/PB, acompanhado da declaração de conta-corrente própria, na qual deseja receber o referido pagamento, com a identificação da instituição financeira, nome e prefixo da agência correspondente;

9.1.2 - A comprovação da regularidade fiscal, para o pagamento, será verificada por meio do SICAF e do sítio da Justiça do Trabalho;

10.1.2.1 - Na impossibilidade de o CONTRATANTE ter acesso ao SICAF e/ou ao sítio da Justiça do Trabalho, a comprovação da regularidade fiscal deverá ser realizada mediante a apresentação, pela CONTRATADA, da documentação descrita no item 5.1, "o", da CLÁUSULA QUINTA.

9.1.3 - A Nota Fiscal/Fatura será analisada pelo respectivo Gestor e atestada, se for o caso;

9.1.3.1 - O Contratante se reserva ao direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação da nota fiscal/fatura por parte do gestor do contrato, este verificar que o serviço foi executado em desacordo com o especificado no ajuste;

9.1.3.2 - Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á, após a regularização da situação e/ou reapresentação da nota fiscal/fatura, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

9.1.3.3 - O CNPJ constante da nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo indicado na proposta/nota de empenho, sob pena de não ser efetuado o pagamento;

9.2 - O CONTRATANTE poderá reter ou glosar o pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando a CONTRATADA:

9.2.1 - Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida a atividade contratada.

9.2.2 - Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.3 - Caso a CONTRATADA tenha o recolhimento dos encargos relativos ao FGTS centralizado, o documento comprobatório de autorização para a centralização dos recolhimentos deverá ser apresentado à Administração;

9.4 - Havendo atraso no pagamento de suas obrigações, o TRE/PB procederá à atualização financeira diária de seus débitos, onde os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, conforme a seguinte fórmula:

$$I = (TX / 100)$$

$$365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

**onde:**

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

9.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de aplicação de penalidade, nos termos do art. 86, caput e §2º e §3º e/ou art. 87, §1º, da Lei nº 8.666/93, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DO RECOLHIMENTO DO IMPOSTO E DAS CONTRIBUIÇÕES

10.1 - De acordo com o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, será retido, na fonte, o imposto sobre a renda da pessoa jurídica - IRPJ, bem assim a contribuição sobre o lucro líquido (CSLL) e a contribuição para a Seguridade Social (COFINS) e a contribuição para o PIS/PASEP, sobre o pagamento efetuado à pessoa jurídica contratada, pela prestação do serviço, objeto deste contrato, observando os procedimentos previstos nessa Instrução Normativa.

10.1.1 - Caso a pessoa jurídica contratada seja optante do "SIMPLES" esta não ficará sujeita à retenção prevista na Instrução Normativa retromencionada.

10.1.2 - Consoante disciplina o art. 6º, § 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, as empresas optantes do Simples Nacional, as instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, bem como as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e as associações civis, a que se referem os artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, deverão, apresentar ao CONTRATANTE declaração assinada por seu representante legal, de acordo com os modelos dos Anexos II, III ou IV da referida norma.

10.1.3 - As entidades beneficentes de assistência social, previstas nos incisos III e IV do art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 que atuam nas áreas da saúde, da educação e da assistência social deverão apresentar, juntamente à declaração constante dos Anexos II ou III da citada norma, o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas), expedido pelos Ministérios das respectivas áreas de atuação da entidade, na forma estabelecida pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014.

10.2 - Com base nos preceitos da legislação municipal correspondente, será retido, na fonte, o ISS sobre o valor do serviço prestado.

10.3 - Consoante disciplina o art. 31 da Lei nº 8.212/93, o TRE/PB reterá, para recolhimento à Seguridade Social em nome da Contratada, 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal/fatura dos serviços prestados.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

11.1 - O presente contrato terá vigência de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data de sua última assinatura eletrônica.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

12.1 - O contrato poderá ser alterado nos casos e condições previstos na seção III, do capítulo III da Lei 8.666/93.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - A despesa decorrente do presente contrato correrá à conta dos recursos específicos consignados no Programa de Trabalho 167648, Elemento de Despesa \_\_\_\_, alocados no orçamento deste Tribunal para o exercício 2022.

## PARÁGRAFO ÚNICO

Para a cobertura das despesas relativas ao corrente exercício, foi emitida a Nota de Empenho 2022NE000\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2022, à conta da dotação especificada nesta cláusula.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA

14.1 - Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas a Contratada prestará, no prazo máximo de dez (dez) dias a partir da assinatura do presente contrato, garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato, por meio de qualquer uma das modalidades descritas no art. 56, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

14.1.1 - Caso a CONTRATADA opte pela modalidade Seguro Garantia, **a apólice de seguro deverá ter de vigência de 90 (noventa) dias após o término da vigência do presente contrato;**

14.2 - A garantia prestada pela CONTRATADA deverá assegurar o pagamento de:

a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

14.3 - Não serão aceitas garantias em cujos termos não constem, **expressamente**, os eventos indicados nos itens "a" a "c" do item anterior.

14.4 - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada junto à Caixa Econômica Federal, devendo o valor ser corrigido monetariamente.

14.5 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

14.6 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza o CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

14.7 - O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

14.8 - Será considerada extinta a garantia:

a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, emitido pelo Gestor do Contrato, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

**b) no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso o CONTRATANTE não comunique a ocorrência de sinistros.**

14.9 - A contratada obriga-se a apresentar nova garantia, conforme o caso, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, antes do seu vencimento, ou da redução do seu valor em razão de aplicação de quaisquer penalidades, ou da assinatura do termo aditivo que implique na elevação do valor do contrato e na prorrogação, mantendo-se o percentual estabelecido no item 15.1 desta cláusula.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES E DO DESCONTO DO VALOR DA MULTA

15.1 - O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as penalidades previstas no artigo 49 do Decreto nº 10.024/2019. A Administração poderá, ainda, a seu critério, utilizar-se subsidiariamente das sanções previstas na Lei nº 8.666/93, no que couber.

15.2 - A recusa injustificada do adjudicatário em retirar a Nota de Empenho ou assinar o contrato, se for o caso, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação do CONTRATANTE, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à penalidade de multa no percentual de até 30% (trinta por cento) sobre o valor global da obrigação não cumprida.

15.3 - Fica estabelecido como falta grave, caracterizado como falha em sua execução, a não manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação da multa compensatória estabelecida no item 16.4 e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 49 da do Decreto nº 10.024/2019.

15.4 - Com fundamento no art. 49 da do Decreto nº 10.024/2019, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa compensatória de até 30% (trinta por cento), no caso de inexecução total, sobre o valor total da contratação, ou de até 15% (quinze por cento), no caso de inexecução parcial, sobre o valor do saldo da contratação, respectivamente, a Contratada que:

- 15.4.1 - apresentar documentação falsa;
- 15.4.2 - causar o atraso na execução do objeto;
- 15.4.3 - não manter a proposta;
- 15.4.4 - falhar na execução do contrato;
- 15.4.5 - fraudar a execução do contrato;
- 15.4.6 - comportar-se de modo inidôneo;
- 15.4.7 - declarar informações falsas; e
- 15.4.8 - cometer fraude fiscal.

15.5. Para os fins do item 16.4.5, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

15.6 - A Contratada ficará sujeita, no caso de inexecução parcial ou total da obrigação, com fundamento no art. 86 da Lei nº 8.666/93, a seguinte penalidade:

15.6.1 - multa moratória de:

15.6.1.1 – 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) ao dia sobre o valor do contrato em caso de atraso na execução do serviço, limitada a incidência de 10 (dez) dias;

15.6.1.2 – Sendo o atraso superior a 10 (dez) dias, configurar-se-á inexecução total da obrigação, a ensejar a aplicação da multa compensatória, prevista no item 6.4, sem prejuízo da aplicação da multa moratória limitada a 0,5% (zero vírgula cinco por cento), oriunda do atraso referido no subitem anterior, bem como da rescisão unilateral da avença.

15.7 – As multas moratória e compensatória poderão ser cumuladas com as sanções previstas no item 16.1.

15.8 – Apenas a aplicação das penalidades de advertência e multa moratória, não necessitam ser publicadas no DOU, devendo a intimação da apenada dar-se por meio de notificação;

15.9 – As sanções estabelecidas nesta cláusula são da competência exclusiva da autoridade designada nos normativos internos deste Tribunal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da efetiva notificação.

15.10 – A autoridade competente, na aplicação das penalidades previstas nesta cláusula, deverá levar em consideração a gravidade da conduta da Contratada, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao Contratante, observados os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade, da prevalência e indisponibilidade do interesse público, em decorrência de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovados.

15.11 – O valor da multa moratória ou compensatória, nos termos do artigo 86, § 3º da LLC, poderá ser descontado da garantia contratual, dos créditos da Contratada ou cobrado judicialmente, nesta ordem.

15.12 – O recolhimento do valor da multa, moratória ou compensatória, deverá ser feito no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da intimação da aplicação da sanção, sob pena de seu desconto ser efetuado conforme item anterior, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

15.13 – As penalidades estabelecidas nesta cláusula deverão ser registradas no SICAF.

15.14 – As penalidades descritas nesta cláusula não excluem a possibilidade de o CONTRATANTE cobrar da CONTRATADA indenização por eventuais perdas e danos.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

16.1 – O contrato poderá ser rescindido nos casos e condições previstos na seção V, do capítulo III, da Lei 8.666/93.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FUNDAMENTO LEGAL

17.1 – O presente contrato tem apoio legal no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2022 – TRE-PB e reger-se-á por suas cláusulas e pelos termos da proposta da contratada, bem como pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 3.555/2000, no Decreto nº 10.024/2019, Decreto nº 7.892/2013 e, no que couber, na Lei nº 8.666/1993 e suas alterações e foi celebrado em conformidade com a ARP \_\_\_\_/2022 TRE-PB e foi celebrado de acordo com o contido no Processo SEI nº 7824-11.2021.6.15.8000.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1 – Para dirimir questões deste Contrato fica nomeado o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal desta Capital.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em via única, assinado eletronicamente pelas partes e seu extrato será publicado no Diário Oficial da União, Seção 3.

João Pessoa, \_\_\_\_ de 2022.

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.



**JAILTON CALDEIRA BRANT**  
**CHEFE DA SEÇÃO DE CONTRATOS**

Documento assinado eletronicamente por JAILTON CALDEIRA BRANT em 25/02/2022, às 13:09, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1199481** e o código CRC **9E009C3A**.

0007824-11.2021.6.15.8000

1199481v1

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

## ANEXO V

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 3º DA RESOLUÇÃO Nº 07 DO CNJ

#### DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa) \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_ por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARO, para fins do disposto no art 3º da Resolução do CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005, com a nova redação que lhe foi dada pela Resolução do CNJ nº 09 do CNJ e conforme o entendimento daquele Conselho exposto na alínea “a” do Enunciado Administrativo nº 01, que a nossa empresa não tem e nem contratará *DIRETORES* e *OCUPANTES DE FUNÇÃO DE GESTÃO DA EMPRESA*, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, de ocupantes de cargo de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE/PB, durante o período de vigência do contrato decorrente deste certame.**

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

## ANEXO VI

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 4º DA RESOLUÇÃO Nº 156 DO CNJ

#### DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa) \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_ por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARO, para fins do disposto no artigo 4º da Resolução nº 156, de 08 de agosto de 2012 do CNJ, que a nossa empresa não colocará empregados para o exercício de funções de chefia que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da mencionada Resolução, devendo tal condição ser mantida durante todo o contrato.**

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.



## RESOLUÇÃO CDN Nº. 391/2021

### ALTERA E CONSOLIDA O REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DO SISTEMA SEBRAE

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO NACIONAL DO SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 14, inciso XXVI, do Estatuto Social, tendo em vista o que foi aprovado, por unanimidade, na 11ª e 12ª Reuniões Ordinárias, realizadas conjuntamente em 26 de novembro de 2021,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar alterações nas disposições do Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE, que passam a ter a seguinte redação:

“Art. 4º

(...)

VIII. CONTRATO DE EFICIÊNCIA - contrato cujo objeto é a prestação de serviços, que pode incluir a realização de obras e o fornecimento de bens, com o objetivo de proporcionar economia ao SEBRAE, na forma de redução de despesas correntes, sendo remunerado o contratado com base em percentual da economia gerada.

IX. TERMO DE APOSTILAMENTO - registro que não caracteriza alteração do contrato, dispensada a celebração de termo aditivo, podendo ser utilizado, em especial, nas seguintes hipóteses:

- a) variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;
- b) atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;
- c) alterações na razão ou na denominação social do contratado;
- d) correções ou adequações derivadas de erro material;





## RESOLUÇÃO CDN Nº. 391/2021

- e) prorrogação da vigência contratual prevista no contrato;
- f) alteração da dotação orçamentária ou do centro de custo.

**X. PAINEL DE PREÇOS** - ferramenta que disponibiliza de forma clara e de fácil leitura dados e informações de preços praticados em compras públicas e mercado privado.

### Art. 5º

(...)

**II - CONVITE** - modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três), com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis;  
(...)

**VI. DIÁLOGO COMPETITIVO:** modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que o Sistema SEBRAE realiza diálogos com licitantes previamente selecionados quando verificada a impossibilidade de as especificações técnicas serem definidas com precisão suficiente pelo SEBRAE.

§ 1º As modalidades de que tratam este artigo terão os avisos contendo os resumos dos instrumentos convocatórios, com link de acesso para que os interessados possam obter os textos integrais, publicados no site e nas redes sociais do SEBRAE, de modo a ampliar a área de competição, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, para as modalidades previstas nos incisos I, III e IV e de 8 (oito) dias para a modalidade prevista no inciso V, ficando a critério do Sistema SEBRAE estender estes prazos quando a complexidade do objeto assim o exigir.

§ 2º A validade da licitação não ficará comprometida nos seguintes casos:

I. na modalidade convite:

- a) pela não apresentação de no mínimo 3 (três) propostas;







## RESOLUÇÃO CDN Nº. 391/2021

**Art. 6º São limites para as dispensas e para as modalidades de licitação:**

**I - para obras e serviços de engenharia:**

- a) **DISPENSA - até R\$ 166.000,00**
- b) **CONVITE - até R\$ 2.465.000,00**
- c) **CONCORRÊNCIA - acima de R\$ 2.465.000,00**

**II - para compras e demais serviços:**

- a) **DISPENSA - até R\$ 92.000,00**
- b) **CONVITE - até R\$ 826.000,00**
- c) **CONCORRÊNCIA - acima de R\$ 826.000,00**

**III - para as alienações de bens, sempre precedidas de avaliação:**

- a) **DISPENSA - até R\$ 92.000,00.**
- b) **LEILÃO OU CONCORRÊNCIA – dispensável nesta, a fase de habilitação, acima de R\$ 92.000,00.**

**Parágrafo único. Os valores monetários dispostos neste Regulamento serão atualizados a cada 3 (três) anos, sempre iniciando no dia 1º de janeiro, a partir da média de variação no triênio do IGPM e do INPC.**

**(...)**

**Art. 8º Constituem tipos de licitação:**

- I - a de menor preço;**
- II - a de melhor técnica**
- III - a de técnica e preço;**





## RESOLUÇÃO CDN Nº. 391/2021

IV - a de maior lance ou oferta, nas hipóteses do inciso III, alínea "b" do art. 6º;

V - a de maior desconto; e

VI - a de maior retorno econômico.

§ 1º Os tipos de licitação melhor técnica ou técnica e preço serão utilizados, preferencialmente, para contratações que envolvam natureza intelectual ou nas quais o fator preço não seja exclusivamente relevante, e, neste caso, desde que justificado tecnicamente.

§ 2º Nas licitações de técnica e preço, a classificação dos proponentes será feita de acordo com a média ponderada das valorizações das propostas técnicas e de preço, considerando os pesos estabelecidos no instrumento convocatório, que serão objetivos.

§ 3º Nas licitações na modalidade Pregão só serão admitidos os tipos menor preço ou maior desconto.

§ 4º As licitações por maior desconto terão como referência o preço global fixado no edital de licitação, e o desconto será estendido aos eventuais termos aditivos.

§ 5º O tipo de licitação melhor técnica poderá ser utilizado para a contratação de projetos e trabalhos de natureza técnica, científica ou artística.

§ 6º As licitações por melhor técnica considerarão exclusivamente as propostas técnicas apresentadas pelos licitantes, e o edital deverá definir o prêmio ou a remuneração que será atribuída aos vencedores.

§ 7º O tipo de licitação por maior retorno econômico, utilizado exclusivamente para a celebração de contrato de eficiência, considerará a maior economia para o SEBRAE, e a remuneração deverá ser fixada em percentual que incidirá de forma proporcional à economia efetivamente obtida na execução do contrato.







## RESOLUÇÃO CDN Nº. 391/2021

**Art. 9º.** O diálogo competitivo observará as disposições dessa seção e será restrito às contratações em que o SEBRAE pretenda contratar objeto que envolva inovação (tecnológica ou técnica) e/ou diante da impossibilidade de o SEBRAE ter sua necessidade satisfeita sem a adaptação de soluções disponíveis no mercado, considerando os seguintes aspectos:

**I - a solução técnica mais adequada;**

**II - os requisitos técnicos aptos a concretizar a solução já definida; e a estrutura jurídica ou financeira do contrato.**

**Parágrafo único.** O diálogo competitivo será conduzido por uma comissão especial composta por, no mínimo, três integrantes, designada pela Diretoria Executiva especificamente para essa finalidade.

**Art. 10.** Na modalidade diálogo competitivo, serão observadas as seguintes disposições:

**I - o SEBRAE apresentará, por ocasião da divulgação do edital no seu site, suas necessidades e as exigências já definidas e estabelecerá prazo mínimo de 15 (quinze) dias para manifestação de interesse na participação da licitação;**

**II - os critérios empregados para pré-seleção dos licitantes deverão ser previstos em edital, e serão admitidos todos os interessados que preencherem os requisitos objetivos estabelecidos;**

**III - o SEBRAE não poderá revelar a outros licitantes as soluções propostas ou as informações sigilosas comunicadas por um licitante sem o seu consentimento;**

**IV - a fase de diálogo poderá ser mantida até que o SEBRAE, em decisão fundamentada, identifique a solução ou as soluções que atendam às suas necessidades;**

**V - as reuniões com os licitantes pré-selecionados serão registradas em ata e gravadas mediante utilização de recursos tecnológicos de áudio e vídeo;**







## RESOLUÇÃO CDN Nº. 391/2021

VI o edital poderá prever a realização de fases sucessivas, caso em que cada fase poderá restringir as soluções ou as propostas a serem discutidas;

VII - o SEBRAE deverá, ao declarar que o diálogo foi concluído, juntar aos autos do processo licitatório os registros e as gravações da fase de diálogo, iniciar a fase competitiva com a divulgação de edital contendo a especificação da solução que atenda às suas necessidades e os critérios objetivos a serem utilizados para seleção da proposta mais vantajosa e abrir prazo de até 60 (sessenta) dias, para todos os licitantes pré-selecionados na forma do inciso II deste artigo apresentarem suas propostas, que deverão conter os elementos necessários para a realização do projeto;

VIII - o SEBRAE poderá solicitar esclarecimentos ou ajustes às propostas apresentadas, desde que não impliquem discriminação nem distorção a concorrência entre as propostas;

IX - o SEBRAE definirá a proposta vencedora de acordo com critérios divulgados no início da fase competitiva, assegurada a contratação mais vantajosa como resultado.

(...)

**Art. 13.** As dispensas, salvo os casos previstos nos incisos I e II do art.11, ou as situações de inexigibilidade, serão circunstanciadamente justificadas pelo órgão responsável, inclusive quanto ao preço e ratificadas pela autoridade competente.

**Art. 14.**

(...)

**I - habilitação jurídica:**

(...)

d) ato de nomeação ou de eleição dos administradores, devidamente registrado no órgão competente, na hipótese de terem sido nomeados ou eleitos em separado, sem prejuízo da apresentação dos demais documentos exigidos na alínea "c", do inciso I, deste art.

14.





## RESOLUÇÃO CDN Nº. 391/2021

(...)

III - qualificação econômico-financeira:

(...)

c) garantia de proposta, nas mesmas modalidades e critérios previstos no art. 30 deste Regulamento, que para o licitante vencedor será devolvida quando da assinatura do contrato;

### SEÇÃO I – CADASTRAMENTO

**Art. 15.** O SEBRAE adotará sistema de cadastro nacional de fornecedores.

§ 1º O sistema de cadastro será público e deverá ser amplamente divulgado e estar permanentemente aberto aos interessados, e será obrigatória a realização de chamamento público pela internet, para atualização dos cadastros existentes e para ingresso de novos interessados.

§ 2º O SEBRAE poderá realizar licitação restrita a fornecedores cadastrados, atendidos os critérios, as condições e os limites estabelecidos neste regulamento, bem como a ampla publicidade dos procedimentos para o cadastramento.

§ 3º Na hipótese a que se refere o § 2º deste artigo, será admitido fornecedor que realize seu cadastro dentro do prazo previsto no edital para apresentação de propostas.

**Art. 16.** Ao requerer, a qualquer tempo, inscrição no cadastro ou a sua atualização, o interessado fornecerá os elementos necessários exigidos para habilitação previstos neste regulamento.

**Parágrafo único.** A qualquer tempo poderá ser alterado, suspenso ou cancelado o cadastro de fornecedor que deixar de satisfazer exigências determinadas por este regulamento.

### SEÇÃO II - PRÉ-QUALIFICAÇÃO PERMANENTE

**Art. 17.** A pré-qualificação é o procedimento técnico-administrativo para selecionar previamente:







## RESOLUÇÃO CDN N°. 391/2021

**I - licitantes que reúnam condições de habilitação para participar de futura licitação ou de licitação vinculada a programas de obras ou de serviços objetivamente definidos;**

**II - bens que atendam às exigências técnicas ou de qualidade estabelecidas pelo SEBRAE.**

**§ 1º Na pré-qualificação observar-se-á o seguinte:**

**I - quando aberta a licitantes, poderão ser dispensados os documentos que já constarem do registro cadastral;**

**II - quando aberta a bens, poderá ser exigida a comprovação de qualidade.**

**§ 2º O procedimento de pré-qualificação ficará permanentemente aberto para a inscrição de interessados.**

**§ 3º Quanto ao procedimento de pré-qualificação, constarão do edital as informações mínimas necessárias para definição do objeto.**

**§ 4º A apresentação de documentos far-se-á perante empregado ou comissão indicada pela Diretoria Executiva, que deverá examiná-los e determinar correção ou reapresentação de documentos, quando for o caso, nos prazos fixados no instrumento convocatório.**

**§ 5º Os bens e os serviços pré-qualificados deverão integrar o catálogo de bens e serviços do SEBRAE.**

**§ 6º A pré-qualificação poderá ser parcial ou total, com alguns ou todos os requisitos técnicos ou de habilitação necessários à contratação, assegurada, em qualquer hipótese, a igualdade de condições entre os concorrentes.**

**§ 7º A pré-qualificação terá validade de até 2 (dois) anos, conforme estabelecido no instrumento convocatório, e poderá ter seus documentos e vigência atualizados a qualquer tempo.**





## RESOLUÇÃO CDN Nº. 391/2021

**§ 8º Os licitantes e os bens pré-qualificados serão obrigatoriamente divulgados e mantidos à disposição do público.**

**§ 9º. A licitação que se seguir ao procedimento da pré-qualificação poderá ser restrita a licitantes ou bens pré-qualificados.**

**§ 10 O empregado ou comissão indicada pela Diretoria Executiva poderá considerar, de ofício, pré-qualificado permanentemente licitante que:**

**I - participou anteriormente de processo de licitação e foi habilitada;**

**II - forneceu bem que foi contratado anteriormente pelo SEBRAE e demonstrou que atende às condições estabelecidas no edital de pré-qualificação.**

**§ 11 Ocorrendo o disposto no § 10, a pré-qualificação do licitante será a ele comunicada e publicizada nos termos deste Regulamento.**

(...)

**Art. 19 - O procedimento licitatório será afeto a uma comissão de licitação, observando-se na modalidade pregão o disposto nos arts. 21 a 24 e, nas demais modalidades, as seguintes fases:**

(....)

**Parágrafo único. Se o licitante classificado em primeiro lugar for inabilitado, após julgados eventuais recursos interpostos, proceder-se-á a abertura dos envelopes de habilitação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, obedecido o procedimento previsto neste artigo, para que o seguinte classificado, que preencha as condições de habilitação seja declarado vencedor, nas condições de sua proposta.**

(...)

**Art. 24. O julgamento do pregão eletrônico observará o seguinte procedimento:**







## RESOLUÇÃO CDN Nº. 391/2021

(...)

IV - o instrumento convocatório poderá estabelecer que somente serão classificadas para a fase de lances a proposta de menor preço e as propostas que não excedam a 15% (quinze por cento) do seu valor, aplicando-se os critérios previstos nos incisos II, III e V, do art. 23;

(...)

XIII. ordenados os lances em forma crescente de preço, o pregoeiro determinará ao autor do lance classificado em primeiro lugar, que encaminhe os documentos necessários à comprovação de sua habilitação, nos termos do art. 14 e nos prazos, condições e especificações estabelecidas pelo instrumento convocatório;

Art. 25. Dos resultados da fase de julgamento das propostas e de habilitação caberão recursos fundamentados, dirigidos à autoridade competente indicada no instrumento convocatório, por intermédio da comissão de licitação, por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis e, nas modalidades convite e pregão, 2 (dois) dias úteis, pelo licitante que se julgar prejudicado.

§ 1º No pregão eletrônico o recurso deverá ser apresentado em campo próprio do sistema eletrônico.

§ 2º O licitante que puder vir a ter a sua situação efetivamente prejudicada em razão de recurso interposto poderá sobre ele se manifestar no mesmo prazo recursal, que correrá da comunicação da interposição do recurso, salvo no caso de pregão eletrônico, que começará a fluir, automaticamente, do fim do prazo recursal.

Art. 26. Os recursos serão julgados pela autoridade competente ou por quem esta delegar competência no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data final para sua interposição ou, quando for o caso, daquela prevista para a manifestação do § 2º, do art. 25.

Parágrafo único. O provimento de recursos pela autoridade competente somente invalidará os atos insuscetíveis de aproveitamento.

(...)





## RESOLUÇÃO CDN Nº. 391/2021

**Art. 29.** Os contratos serão escritos, suas cláusulas indicarão necessariamente o seu objeto, com a especificação da obra, serviço ou fornecimento, conforme o caso, o preço ajustado, o prazo de execução, as garantias e penalidades, além de outras previamente estabelecidas no instrumento convocatório.

**Parágrafo único.** Os contratos terão prazo determinado não podendo ultrapassar, inclusive com suas eventuais prorrogações, 60 (sessenta) meses.  
(...)

**Art. 32.** As alterações contratuais por acordo entre as partes, desde que justificadas, e as decorrentes de necessidade de prorrogação, constarão de termos aditivos.

**Parágrafo único.** As atualizações no contrato poderão ser formalizadas por meio de termo de apostilamento, observado o disposto no art. 4º, inciso IX deste Regulamento.

(...)

**Art. 38.** Homologado o procedimento licitatório, o licitante que ofertou o preço a ser registrado será convocado para assinar o respectivo instrumento, no qual deverá constar, dentre outras condições, o seu compromisso de entregar os bens ou fornecer os serviços na medida das necessidades que lhe forem apresentadas, observado o disposto no art. 28.

(...)

**Art. 47.** O SEBRAE poderá utilizar painel de preços para estimar o custo de suas contratações.

**Art. 48 –** Este Regulamento entra em vigor na data de 01º de dezembro de 2021, revogando-se as disposições em contrário.

**Art. 2º.** O Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE, consolidado com as alterações constantes do artigo 1º, a revogação dos artigos 16, 17 e 44 e as renumerações resultantes em seus dispositivos, passa a vigorar na forma do Anexo Único, parte integrante desta Resolução, independentemente de transcrição.





## RESOLUÇÃO CDN Nº. 391/2021

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário e, em especial, a Resolução CDN nº. 361, de 11 de fevereiro de 2021.

Brasília-DF, 25 de novembro de 2021.

  
**JOSÉ ROBERTO TADROS**  
Presidente do Conselho Deliberativo Nacional





## ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO CDN Nº 391/2021

### REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E DE CONTRATOS DO SISTEMA SEBRAE

#### CAPÍTULO I

#### DOS PRINCÍPIOS

Art. 1º As contratações de obras, serviços, compras e alienações do Sistema SEBRAE serão necessariamente precedidas de licitação obedecidas às disposições deste Regulamento.

Art. 2º A licitação destina-se a selecionar a proposta mais vantajosa para o Sistema SEBRAE e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos, inadmitindo-se critérios que frustrem seu caráter competitivo.

Art. 3º A licitação não será sigilosa, sendo acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas até a respectiva abertura.

#### CAPÍTULO II

#### DAS DEFINIÇÕES

Art. 4º Para os fins deste Regulamento considera-se:

- I. OBRA E SERVIÇO DE ENGENHARIA - toda construção, reforma, recuperação, ampliação e demais atividades que envolvam as atribuições privativas dos profissionais das áreas de engenharia e arquitetura;
- II. DEMAIS SERVIÇOS - aqueles não compreendidos no inciso I deste artigo;
- III. COMPRA - toda aquisição remunerada de bem, para fornecimento de uma só vez ou parcelada mente;
- IV. COMISSÃO DE LICITAÇÃO - colegiado, permanente ou especial, composto de pelo menos 3 (três) integrantes, formalmente designados, com a função, dentre outras, de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações;
- V. HOMOLOGAÇÃO - o ato pelo qual a autoridade competente, após verificar a regularidade dos atos praticados pela comissão, ratifica o resultado da licitação;
- VI. ADJUDICAÇÃO - o ato pelo qual a autoridade competente atribui ao interessado o direito de executar o objeto a ser contratado;

#### ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO CDN Nº 391/2021

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.





- VII. **REGISTRO DE PREÇO** - procedimento, precedido de concorrência ou de pregão, adotado para cadastrar o menor preço obtido para determinado bem ou serviços definidos no inciso II deste artigo, no prazo e condições estabelecidos no respectivo instrumento convocatório, viabilizando a possibilidade de sua aquisição direta na medida das necessidades, sem que esse registro importe em direito subjetivo à contratação de quem ofertou o preço registrado.
- VIII. **CONTRATO DE EFICIÊNCIA** - contrato cujo objeto é a prestação de serviços, que pode incluir a realização de obras e o fornecimento de bens, com o objetivo de proporcionar economia ao SEBRAE, na forma de redução de despesas correntes, sendo remunerado o contratado com base em percentual da economia gerada.
- IX. **TERMO DE APOSTILAMENTO** - registro que não caracteriza alteração do contrato, dispensada a celebração de termo aditivo, podendo ser utilizado, em especial, nas seguintes hipóteses:
- a) variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;
  - b) atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;
  - c) alterações na razão ou na denominação social do contratado;
  - d) correções ou adequações derivadas de erro material;
  - e) prorrogação da vigência contratual prevista no contrato;
  - f) alteração da dotação orçamentária ou do centro de custo.
- X. **PAINEL DE PREÇOS** - ferramenta que disponibiliza de forma clara e de fácil leitura dados e informações de preços praticados em compras públicas e mercado privado.

### **CAPÍTULO III**

#### **DAS MODALIDADES, LIMITES E TIPOS**

**Art. 5º** São modalidades de licitação:

#### **ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO CDN Nº 391/2021**

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://verifsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.



- I. CONCORRÊNCIA - modalidade de licitação na qual será admitida a participação de qualquer interessado que, na fase inicial de habilitação, comprove possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no instrumento convocatório para a execução de seu objeto;
- II. CONVITE - modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três), com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis;
- III. CONCURSO - modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores;
- IV. LEILÃO - modalidade de licitação entre quaisquer interessados, para a venda de bens, a quem oferecer maior lance, igualou superior ao valor da avaliação;
- V. PREGÃO - modalidade de licitação entre quaisquer interessados para aquisição de bens e serviços, qualquer que seja o valor estimado da contratação realizado em sessão pública, podendo ser presencial, com propostas impressas e lances verbais, ou no ambiente Internet, com propostas e lances eletrônicos, vedada a sua utilização para contratação de obras e serviços de engenharia;
- VI. DIÁLOGO COMPETITIVO: modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que o Sistema SEBRAE realiza diálogos com licitantes previamente selecionados quando verificada a impossibilidade de as especificações técnicas serem definidas com precisão suficiente pelo SEBRAE.

§ 1º As modalidades de que tratam este artigo terão os avisos contendo os resumos dos instrumentos convocatórios, com link de acesso para que os interessados possam obter os textos integrais, publicados no site e nas redes sociais do SEBRAE, de modo a ampliar a área de competição, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, para as modalidades previstas nos incisos I, III e IV e de 8 (oito) dias para a modalidade prevista no inciso V, ficando a critério do Sistema SEBRAE estender estes prazos quando a complexidade do objeto assim o exigir.

§ 2º A validade da licitação não ficará comprometida nos seguintes casos:

- I. na modalidade convite:
  - a) pela não apresentação de no mínimo 3 (três) propostas;
  - b) pela impossibilidade de convidar o número mínimo previsto para a modalidade em face da inexistência de possíveis interessados na praça.
- II. na modalidade pregão, se inviabilizada a fase de lances, em razão da apresentação e/ou classificação de apenas uma proposta.

#### ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO CDN Nº 391/2021

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://verifsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.





§ 3º As hipóteses dos incisos I e II do parágrafo anterior, deverão, para ter validade, ser justificadas pela comissão de licitação, inclusive quanto ao preço, e ser ratificadas pela autoridade competente.

Art. 6º São limites para as dispensas e para as modalidades de licitação:

I. para obras e serviços de engenharia:

- a) DISPENSA - até R\$ 166.000,00
- b) CONVITE - até R\$ 2.465.000,00
- c) CONCORRÊNCIA - acima de R\$ 2.465.000,00

II. para compras e demais serviços:

- a) DISPENSA - até R\$ 92.000,00
- b) CONVITE - até R\$ 826.000,00
- c) CONCORRÊNCIA - acima de R\$ 826.000,00

III. para as alienações de bens, sempre precedidas de avaliação:

- a) DISPENSA - até R\$ 92.000,00.
- b) LEILÃO OU CONCORRÊNCIA - dispensável nesta a fase de habilitação, acima de R\$ 92.000,00.

Parágrafo único. Os valores monetários dispostos neste Regulamento serão atualizados a cada 3 (três) anos, sempre iniciando no dia 1º de janeiro, a partir da média de variação no triênio do IGPM e do INPC.

Art. 7º O parcelamento de obras, serviços e compras não ensejará a dispensa de licitação por valor, exceto quando o somatório das parcelas, não ultrapassar o limite estabelecido nos incisos I, alínea "a", e II, alínea "a" do artigo 6º, nem descaracterizará a modalidade de licitação pertinente.

Art. 8º Constituem tipos de licitação:

- I. a de menor preço;
- II. a de melhor técnica
- III. a de técnica e preço;
- IV. a de maior lance ou oferta, nas hipóteses do inciso III, alínea "b" do art. 6º;
- V. a de maior desconto; e
- VI. a de maior retorno econômico.

#### ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO CDN Nº 391/2021

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.



§ 1º Os tipos de licitação melhor técnica ou técnica e preço serão utilizados, preferencialmente, para contratações que envolvam natureza intelectual ou nas quais o fator preço não seja exclusivamente relevante, e, neste caso, desde que justificado tecnicamente.

§ 2º Nas licitações de técnica e preço, a classificação dos proponentes será feita de acordo com a média ponderada das valorizações das propostas técnicas e de preço, considerando os pesos estabelecidos no instrumento convocatório, que serão objetivos.

§ 3º Nas licitações na modalidade Pregão só serão admitidos os tipos menor preço ou maior desconto.

§ 4º As licitações por maior desconto terão como referência o preço global fixado no edital de licitação, e o desconto será estendido aos eventuais termos aditivos.

§ 5º O tipo de licitação melhor técnica poderá ser utilizado para a contratação de projetos e trabalhos de natureza técnica, científica ou artística.

§ 6º As licitações por melhor técnica considerarão exclusivamente as propostas técnicas apresentadas pelos licitantes, e o edital deverá definir o prêmio ou a remuneração que será atribuída aos vencedores.

§ 7º O tipo de licitação por maior retorno econômico, utilizado exclusivamente para a celebração de contrato de eficiência, considerará a maior economia para o SEBRAE, e a remuneração deverá ser fixada em percentual que incidirá de forma proporcional à economia efetivamente obtida na execução do contrato.

## SEÇÃO I – DO DIÁLOGO COMPETITIVO

Art. 9º. O diálogo competitivo observará as disposições dessa seção e será restrito às contratações em que o SEBRAE pretenda contratar objeto que envolva inovação (tecnológica ou técnica) e/ou diante da impossibilidade de o SEBRAE ter sua necessidade satisfeita sem a adaptação de soluções disponíveis no mercado, considerando os seguintes aspectos:

- I. a solução técnica mais adequada;
- II. os requisitos técnicos aptos a concretizar a solução já definida; e
- III. a estrutura jurídica ou financeira do contrato.

Parágrafo único. O diálogo competitivo será conduzido por uma comissão especial composta por, no mínimo, três integrantes, designada pela Diretoria Executiva especificamente para essa finalidade.

Art. 10. Na modalidade diálogo competitivo, serão observadas as seguintes disposições:

### ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO CDN Nº 391/2021

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria de Oliveira, Wagner Luiz De Oliveira, Carlos Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.





- I. o SEBRAE apresentará, por ocasião da divulgação do edital no seu site, suas necessidades e as exigências já definidas e estabelecerá prazo mínimo de 15 (quinze) dias para manifestação de interesse na participação da licitação;
- II. os critérios empregados para pré-seleção dos licitantes deverão ser previstos em edital, e serão admitidos todos os interessados que preencherem os requisitos objetivos estabelecidos;
- III. o SEBRAE não poderá revelar a outros licitantes as soluções propostas ou as informações sigilosas comunicadas por um licitante sem o seu consentimento;
- IV. a fase de diálogo poderá ser mantida até que o SEBRAE, em decisão fundamentada, identifique a solução ou as soluções que atendam às suas necessidades;
- V. as reuniões com os licitantes pré-selecionados serão registradas em ata e gravadas mediante utilização de recursos tecnológicos de áudio e vídeo;
- VI. o edital poderá prever a realização de fases sucessivas, caso em que cada fase poderá restringir as soluções ou as propostas a serem discutidas;
- VII. o SEBRAE deverá, ao declarar que o diálogo foi concluído, juntar aos autos do processo licitatório os registros e as gravações da fase de diálogo, iniciar a fase competitiva com a divulgação de edital contendo a especificação da solução que atenda às suas necessidades e os critérios objetivos a serem utilizados para seleção da proposta mais vantajosa e abrir prazo de até 60 (sessenta) dias, para todos os licitantes pré-selecionados na forma do inciso II deste artigo apresentarem suas propostas, que deverão conter os elementos necessários para a realização do projeto;
- VIII. o SEBRAE poderá solicitar esclarecimentos ou ajustes às propostas apresentadas, desde que não impliquem discriminação nem distorção a concorrência entre as propostas;
- IX. o SEBRAE definirá a proposta vencedora de acordo com critérios divulgados no início da fase competitiva, assegurada a contratação mais vantajosa como resultado.

## CAPÍTULO IV

### DOS CASOS DE DISPENSA E INEXIGIBILIDADE

Art. 11. A licitação poderá ser dispensada:

- I. nas contratações até os valores previstos nos incisos I, alínea "a" e II, alínea "a" do art. 6º;
- II. nas alienações de bens até o valor previsto no inciso III, alínea "a" do art. 6º;
- III. quando não acudirem interessados à licitação, e esta não puder ser repetida sem prejuízo, para o Sistema SEBRAE, mantidas, neste caso, as condições preestabelecidas;

#### ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO CDN Nº 391/2021

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://verifsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.





- IV. nos casos de calamidade pública ou grave perturbação da ordem pública;
- V. nos casos de emergência, quando caracterizada a necessidade de atendimento a situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens;
- VI. na aquisição, locação ou arrendamento de imóveis, sempre precedida de avaliação;
- VII. na aquisição de gêneros alimentícios perecíveis, com base no preço do dia;
- VIII. na contratação de entidade incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, científico ou tecnológico, desde que sem fins lucrativos;
- IX. na contratação, com Serviços Sociais Autônomos e com órgãos e entidades integrantes da Administração Pública;
- X. na aquisição de componentes ou peças necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto a fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição for indispensável para a vigência da garantia;
- XI. nos casos de urgência para o atendimento de situações comprovadamente imprevistas ou imprevisíveis em tempo hábil para se realizar a licitação;
- XII. na contratação de pessoas físicas ou jurídicas para ministrar cursos ou prestar serviços de instrutoria vinculados às atividades finalísticas do Sistema SEBRAE;
- XIII. na contratação de serviços de manutenção em que seja pré-condição indispensável para a realização da proposta a desmontagem do equipamento;
- XIV. na contratação de cursos abertos, destinados a treinamento e aperfeiçoamento dos empregados do Sistema SEBRAE;
- XV. na venda de ações, que poderão ser negociadas em bolsas;
- XVI. para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do Sistema SEBRAE;
- XVII. na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido;
- XVIII. para a participação do Sistema SEBRAE em feiras, exposições, congressos, seminários e eventos em geral, relacionados com sua atividade-fim;
- XIX. nas contratações de encomendas tecnológicas, observadas as regras definidas pela Legislação do Marco Legal de Inovação, nos termos da Lei nº 10.973, de 2004, alterada pela Lei nº 13.243, de 2016 e do Decreto n.º 9.283, de 2018.

Art. 12. A licitação será inexigível quando houver inviabilidade de competição, em especial:

- I. na aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros diretamente de produtor ou fornecedor exclusivo;

#### ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO CDN Nº 391/2021

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://verifsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.



- II. na contratação de serviços com empresa ou profissional de notória especialização, assim entendido aqueles cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com sua atividade,
- III. permita inferir que o seu trabalho é o mais adequado à plena satisfação do objeto a ser contratado;
- IV. na contratação de profissional de qualquer setor artístico;
- V. na permuta ou dação em pagamento de bens, observada a avaliação atualizada;
- VI. na doação de bens.

Art. 13. As dispensas, salvo os casos previstos nos incisos I e II do art.11, ou as situações de inexigibilidade, serão circunstanciadamente justificadas pelo órgão responsável, inclusive quanto ao preço e ratificadas pela autoridade competente.

Parágrafo único. Nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade poderá ser exigida a comprovação de regularidade fiscal, que será obrigatória quando o valor da contratação for igual ou superior aos previstos nos incisos I, alínea "c", e II, alínea "c", do art. 6º, deste Regulamento.

## CAPÍTULO V

### DA HABILITAÇÃO

Art. 14. Para a habilitação nas licitações, observado o disposto no parágrafo único deste artigo, poderá ser exigida dos interessados, no todo ou em parte, conforme se estabelecer no instrumento convocatório, documentação relativa a:

- I. habilitação jurídica:
  - a) cédula de identidade;
  - b) prova de registro, no órgão competente, no caso de empresário individual;
  - c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente;
  - d) ato de nomeação ou de eleição dos administradores, devidamente registrado no órgão competente, na hipótese de terem sido nomeados ou eleitos em separado, sem prejuízo da apresentação dos demais documentos exigidos na alínea "c", do inciso I, deste art. 14.
- II. qualificação técnica:
  - a) registro ou inscrição na entidade profissional competente;

#### ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO CDN Nº 391/2021

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://verifsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.





- b) documentos comprobatórios de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação;
  - c) comprovação de que recebeu os documentos e de que tomou conhecimento de todas as condições do instrumento convocatório;
  - d) prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.
- III. qualificação econômico-financeira:
- a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, ou balanço de abertura no caso de empresa recém-constituída, que comprovem a situação financeira da empresa, através do cálculo de índices contábeis previstos no instrumento convocatório;
  - b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;
  - c) garantia de proposta, nas mesmas modalidades e critérios previstos no art. 30 deste Regulamento, que para o licitante vencedor será devolvida quando da assinatura do contrato;
  - d) capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo.
- IV. regularidade fiscal:
- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
  - b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
  - c) prova de regularidade para com a fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;
  - d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Garantia por Tempo de Serviço, no cumprimento dos instituídos por lei.

Parágrafo único. A documentação a que se refere o inciso IV deverá ser exigida, exceto nos casos de concurso, leilão e concorrência para alienação de bens.

## SEÇÃO I – CADASTRAMENTO

Art. 15. O SEBRAE adotará sistema de cadastro nacional de fornecedores.

§ 1º O sistema de cadastro será público e deverá ser amplamente divulgado e estar permanentemente aberto aos interessados, e será obrigatória a realização de chamamento público pela internet, para atualização dos cadastros existentes e para ingresso de novos interessados.

### ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO CDN Nº 391/2021

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.



§ 2º O SEBRAE poderá realizar licitação restrita a fornecedores cadastrados, atendidos os critérios, as condições e os limites estabelecidos neste regulamento, bem como a ampla publicidade dos procedimentos para o cadastramento.

§ 3º Na hipótese a que se refere o § 2º deste artigo, será admitido fornecedor que realize seu cadastro dentro do prazo previsto no edital para apresentação de propostas.

Art. 16. Ao requerer, a qualquer tempo, inscrição no cadastro ou a sua atualização, o interessado fornecerá os elementos necessários exigidos para habilitação previstos neste regulamento.

Parágrafo único. A qualquer tempo poderá ser alterado, suspenso ou cancelado o cadastro de fornecedor que deixar de satisfazer exigências determinadas por este regulamento.

## SEÇÃO II - PRÉ-QUALIFICAÇÃO PERMANENTE

Art. 17. A pré-qualificação é o procedimento técnico-administrativo para selecionar previamente:

- I. licitantes que reúnam condições de habilitação para participar de futura licitação ou de licitação vinculada a programas de obras ou de serviços objetivamente definidos;
- II. bens que atendam às exigências técnicas ou de qualidade estabelecidas pelo SEBRAE.

§ 1º Na pré-qualificação observar-se-á o seguinte:

- I. quando aberta a licitantes, poderão ser dispensados os documentos que já constarem do registro cadastral;
- II. quando aberta a bens, poderá ser exigida a comprovação de qualidade.

§ 2º O procedimento de pré-qualificação ficará permanentemente aberto para a inscrição de interessados.

§ 3º Quanto ao procedimento de pré-qualificação, constarão do edital as informações mínimas necessárias para definição do objeto;

§ 4º A apresentação de documentos far-se-á perante empregado ou comissão indicada pela Diretoria Executiva, que deverá examiná-los e determinar correção ou reapresentação de documentos, quando for o caso, nos prazos fixados no instrumento convocatório.

§ 5º Os bens e os serviços pré-qualificados deverão integrar o catálogo de bens e serviços do SEBRAE.

### ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO CDN Nº 391/2021

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.





§ 6º A pré-qualificação poderá ser parcial ou total, com alguns ou todos os requisitos técnicos ou de habilitação necessários à contratação, assegurada, em qualquer hipótese, a igualdade de condições entre os concorrentes.

§ 7º A pré-qualificação terá validade de até 2 (dois) anos, conforme estabelecido no instrumento convocatório, e poderá ter seus documentos e vigência atualizados a qualquer tempo.

§ 8º Os licitantes e os bens pré-qualificados serão obrigatoriamente divulgados e mantidos à disposição do público.

§ 9º. A licitação que se seguir ao procedimento da pré-qualificação poderá ser restrita a licitantes ou bens pré-qualificados.

§ 10 O empregado ou comissão indicada pela Diretoria Executiva poderá considerar, de ofício, pré-qualificado permanentemente licitante que:

- I. participou anteriormente de processo de licitação e foi habilitada;
- II. forneceu bem que foi contratado anteriormente pelo SEBRAE e demonstrou que atende às condições estabelecidas no edital de pré-qualificação.

§ 11 Ocorrendo o disposto no § 10, a pré-qualificação do licitante será a ele comunicada e publicizada nos termos deste Regulamento.

## **CAPÍTULO VI**

### **DOS PROCEDIMENTOS, DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS RECURSOS**

Art. 18. O procedimento da licitação será iniciado com a solicitação formal da contratação, na qual serão definidos o objeto, a estimativa de seu valor e os recursos para atender à despesa, com a consequente autorização e à qual serão juntados oportunamente todos os documentos pertinentes, a partir do instrumento convocatório, até o ato final de adjudicação.

§ 1º Na definição do objeto não será admitida a indicação de características e especificações exclusivas ou marcas, salvo se justificada e ratificada pela autoridade competente.

§ 2º O ato convocatório poderá ser impugnado, no todo ou em parte, até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas. Não impugnado o ato convocatório, preclui toda a matéria nele constante.

§ 3º Na contratação de obras e serviços de engenharia, o objeto deverá ser especificado com base em projeto que contenha o conjunto de elementos necessários, suficientes e adequados para caracterizar a obra ou o serviço ou o complexo de obras ou serviços.

#### **ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO CDN Nº 391/2021**

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://verifsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.





Art. 19. O procedimento licitatório será afeto a uma comissão de licitação, observando-se na modalidade pregão o disposto nos arts. 21 a 24 e, nas demais modalidades, as seguintes fases:

- I. abertura, em dia e hora previamente designados, dos envelopes contendo as propostas dos licitantes, verificando-se sua conformidade com os requisitos do edital, desclassificando-se aquelas que não os tenham atendido;
- II. julgamento das propostas classificadas, com a escolha daquela mais vantajosa para o Sistema SEBRAE, segundo os critérios estabelecidos no instrumento convocatório;
- III. abertura, em dia e hora previamente designados, do envelope que contenha a documentação relativa à habilitação do licitante classificado em primeiro lugar;
- IV. encaminhamento das conclusões da comissão de licitação à autoridade a que competir a homologação do resultado do julgamento e adjudicação do objeto ao licitante vencedor;
- V. comunicação do resultado conforme estabelecido no instrumento convocatório.

Parágrafo único. Se o licitante classificado em primeiro lugar for inabilitado, após julgados eventuais recursos interpostos, proceder-se-á a abertura dos envelopes de habilitação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, obedecido o procedimento previsto neste artigo, para que o seguinte classificado, que preencha as condições de habilitação seja declarado vencedor, nas condições de sua proposta.

Art. 20. As decisões referentes à habilitação, aos julgamentos e aos recursos serão comunicadas diretamente aos licitantes e lavradas em ata, se presentes seus prepostos no ato em que for adotada a decisão, ou por publicação numa das formas previstas no § 1º, do art. 5º, ou ainda por outro meio formal.

Parágrafo único. No pregão eletrônico, os licitantes serão considerados comunicados das decisões a partir do momento em que as mesmas vierem a ser disponibilizadas no sistema eletrônico.

Art. 21. O pregoeiro será formalmente designado e integrará a comissão de licitação, se já não for um de seus membros.

Art. 22. No julgamento do pregão será adotado, exclusivamente, o tipo menor preço ou maior desconto, observadas as demais condições definidas no instrumento convocatório.

## SEÇÃO I - DO PREGÃO PRESENCIAL

Art. 23. O julgamento do pregão presencial observará o seguinte procedimento:

- I. abertura dos envelopes contendo as propostas de preço dos licitantes, dentro dos quais deverá constar a prova de sua representação ou instrumento de procuração que autorize seu preposto a participar do pregão, desclassificando-se aquelas que não atendam as demais condições definidas no instrumento convocatório;

### ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO CDN Nº 391/2021

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.





- II. classificação para a fase de lances verbais da proposta de menor preço e daquelas que não excedam a 15% (quinze por cento) de seu valor;
- III. quando não forem classificadas, no mínimo, três propostas na forma definida no inciso anterior, serão classificadas, sempre que atendam as demais condições definidas no instrumento convocatório, a de menor preço e as duas melhores propostas de preço subsequentes;
- IV. a classificação de apenas duas propostas escritas de preço não inviabilizará a realização da fase de lances verbais;
- V. as propostas que, em razão dos critérios definidos nos incisos II e III deste artigo, não integrarem a lista de classificadas para a fase de lances verbais, também serão consideradas desclassificadas do certame;
- VI. da desclassificação das propostas de preço somente caberá pedido de reconsideração à própria comissão de licitação, com a justificativa de suas razões, a ser apresentado, de imediato, oralmente ou por escrito, na mesma sessão pública em que vier a ser proferida;
- VII. a comissão de licitação analisará e decidirá de imediato o pedido de reconsideração, sendo-lhe facultado, para tanto, suspender a sessão pública;
- VIII. da decisão da comissão de licitação relativa ao pedido de reconsideração não caberá recurso;
- IX. realizada a classificação das propostas escritas pela comissão de licitação, terá início a fase de apresentação de lances verbais, observando-se:
  - a) o pregoeiro fará uma rodada de lances, convidando o autor da proposta escrita de maior preço classificada a fazer o seu lance e, em seguida, os demais classificados na ordem decrescente de preço;
  - b) havendo lance, o pregoeiro realizará uma nova rodada, começando pelo autor que, no momento, estiver com a proposta de maior preço, e, assim sucessivamente, até que, numa rodada completa, não haja mais lance e se obtenha, em definitivo, o menor preço;
  - c) somente serão considerados os lances inferiores ao último menor preço obtido;
  - d) o licitante que não apresentar lance numa rodada não ficará impedido de participar de nova rodada, caso ocorra;
  - e) não havendo lances verbais na primeira rodada, serão consideradas as propostas escritas de preço classificadas para esta fase.
- X. o pregoeiro, após declarar encerrada a fase de lances verbais, ordenará os lances em ordem crescente de preço;
- XI. a comissão de licitação, antes de declarar o vencedor, promoverá a abertura e a verificação da documentação relativa à habilitação do licitante que, na ordenação feita pelo pregoeiro, apresentou o menor preço;

#### ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO CDN Nº 391/2021

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.





- XII. sendo a hipótese de inabilitação ou de descumprimento de qualquer outra exigência estabelecida no instrumento convocatório caberá à comissão de licitação autorizar o pregoeiro a convocar o autor do segundo menor lance e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório;
- XIII. declarado o licitante vencedor, a comissão de licitação encaminhará o processo à autoridade competente para a homologação e adjudicação.

## SEÇÃO II - DO PREGÃO ELETRÔNICO

Art. 24. O julgamento do pregão eletrônico observará o seguinte procedimento:

- I. credenciamento prévio dos licitantes junto ao provedor do sistema eletrônico indicado no instrumento convocatório;
- II. acesso dos licitantes ao sistema eletrônico, mediante a utilização de chaves de identidade e de senhas individuais a serem fornecidas pelo provedor quando do credenciamento;
- III. encaminhamento das propostas de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando os prazos, condições e especificações estabelecidas pelo instrumento convocatório;
- IV. o instrumento convocatório poderá estabelecer que somente serão classificadas para a fase de lances a proposta de menor preço e as propostas que não excedam a 15% (quinze por cento) do seu valor, aplicando-se os critérios previstos nos incisos II, III e V, do art. 23;
- V. a comissão de licitação analisará as propostas de preços encaminhadas, desclassificando aquelas que não estiverem em consonância com o estabelecido pelo instrumento convocatório, cabendo ao pregoeiro registrar e disponibilizar a decisão no sistema eletrônico para acompanhamento em tempo real pelos licitantes;
- VI. da decisão que desclassificar as propostas de preços somente caberá pedido de reconsideração à própria comissão de licitação, a ser apresentado exclusivamente por meio do sistema eletrônico, acompanhado da justificativa de suas razões, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos a contar do momento em que vier a ser disponibilizada no sistema eletrônico;
- VII. a comissão de licitação decidirá no mesmo prazo, salvo motivos que justifiquem a sua prorrogação, cabendo ao pregoeiro registrar e disponibilizar a decisão no sistema eletrônico para acompanhamento em tempo real pelos licitantes;
- VIII. da decisão da comissão de licitação relativa ao pedido de reconsideração não caberá recurso;

### ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO CDN Nº 391/2021

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://verifsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.





- IX. iniciada a fase de lances, os autores das propostas classificadas poderão oferecer lances sem restrições de quantidade ou de qualquer ordem classificatória ou cronológica específica, mas sempre inferior ao seu último lance ofertado;
- X. todos os lances oferecidos serão registrados pelo sistema eletrônico, que estará sempre indicando o lance de menor valor para acompanhamento em tempo real pelos licitantes;
- XI. na hipótese de haver lances iguais prevalecerá, como de menor valor, o lance que tiver sido primeiramente registrado;
- XII. por iniciativa do pregoeiro, o sistema eletrônico emitirá aviso de que terá início prazo aleatório de até 30 (trinta) minutos para o encerramento da fase de lances, findo o qual estará automaticamente encerrada a recepção de lances;
- XIII. ordenados os lances em forma crescente de preço, o pregoeiro determinará ao autor do lance classificado em primeiro lugar, que encaminhe os documentos necessários à comprovação de sua habilitação, nos termos do art. 14 e nos prazos, condições e especificações estabelecidas pelo instrumento convocatório;
- XIV. sendo a hipótese de inabilitação ou de descumprimento de exigências estabelecidas pelo instrumento convocatório, caberá à comissão de licitação autorizar o pregoeiro a convocar o autor do segundo menor lance e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório;
- XV. declarado o licitante vencedor pela comissão de licitação, o pregoeiro consignará esta decisão e os eventos ocorridos em ata própria, que será disponibilizada pelo sistema eletrônico, encaminhando-se o processo à autoridade competente para homologação e adjudicação.

### SEÇÃO III - DOS RECURSOS

Art. 25. Dos resultados da fase de julgamento das propostas e de habilitação caberão recursos fundamentados, dirigidos à autoridade competente indicada no instrumento convocatório, por intermédio da comissão de licitação, por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis e, nas modalidades convite e pregão, 2 (dois) dias úteis, pelo licitante que se julgar prejudicado.

§ 1º No pregão eletrônico o recurso deverá ser apresentado em campo próprio do sistema eletrônico.

#### ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO CDN Nº 391/2021

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://verifsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.



§ 2º O licitante que puder vir a ter a sua situação efetivamente prejudicada em razão de recurso interposto poderá sobre ele se manifestar no mesmo prazo recursal, que correrá da comunicação da interposição do recurso, salvo no caso de pregão eletrônico, que começará a fluir, automaticamente, do fim do prazo recursal.

Art. 26. Os recursos serão julgados pela autoridade competente ou por quem esta delegar competência no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data final para sua interposição ou, quando for o caso, daquela prevista para a manifestação do § 2º, do art. 25.

Parágrafo único. O provimento de recursos pela autoridade competente somente invalidará os atos insuscetíveis de aproveitamento.

Art. 27. Os recursos terão efeito suspensivo.

## CAPÍTULO VII

### DOS CONTRATOS

Art. 28. O instrumento de contrato é obrigatório no caso de concorrência, salvo quando se tratar de bens para entrega imediata e facultativo nas demais modalidades de licitação, caso em que poderá ser substituído por outro documento, como proposta com aceite, carta contrato, autorização de fornecimento ou documento equivalente.

Parágrafo único. Nos casos de dispensas e inexigibilidades o documento que substituir o contrato a que se refere o caput deste artigo, deverá conter os requisitos mínimos do objeto e os direitos e obrigações básicas das partes.

Art. 29. Os contratos serão escritos, suas cláusulas indicarão necessariamente o seu objeto, com a especificação da obra, serviço ou fornecimento, conforme o caso, o preço ajustado, o prazo de execução, as garantias e penalidades, além de outras previamente estabelecidas no instrumento convocatório.

Parágrafo único. Os contratos terão prazo determinado não podendo ultrapassar, inclusive com suas eventuais prorrogações, o limite máximo de 60 (sessenta) meses.

Art. 30. A prestação de garantia, quando prevista no instrumento convocatório, limitada a 10% (dez por cento) do valor do contrato, e à escolha do prestador, constará de:

- I. caução em dinheiro;
- II. fiança bancária;
- III. seguro garantia.

Parágrafo único. Nos casos de obras e serviços de engenharia o instrumento convocatório poderá fixar o tipo de garantia dentre os elencados nos incisos deste artigo.

#### ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO CDN Nº 391/2021

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://verifsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.





Art. 31. O contratado poderá subcontratar partes do objeto contratual, se admitido no instrumento convocatório e no respectivo contrato e desde que mantida sua responsabilidade perante o contratante, sendo vedada a subcontratação com licitante que tenha participado do procedimento licitatório.

Art. 32. As alterações contratuais por acordo entre as partes, desde que justificadas, e as decorrentes de necessidade de prorrogação, constarão de termos aditivos.

Parágrafo único. As atualizações no contrato poderão ser formalizadas por meio de termo de apostilamento, observado o disposto no art. 4º, IX deste Regulamento.

Art. 33. Os contratos poderão ser aditados nas hipóteses de complementação ou acréscimo que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial e de até 50% (cinquenta por cento), para reforma de edifício ou equipamento ambos atualizados.

Art. 34. A recusa injustificada em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo fixado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e poderá acarretar ao licitante as seguintes penalidades, previstas no instrumento convocatório:

- I. perda do direito à contratação;
- II. perda da caução em dinheiro ou execução das demais garantias de propostas oferecidas, sem prejuízo de outras penalidades previstas no instrumento convocatório;
- III. suspensão do direito de licitar ou contratar com o Sistema SEBRAE, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

Art. 35. O inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais assumidas dará ao contratante o direito de rescindir unilateralmente o contrato, sem prejuízo de outras penalidades previstas no instrumento convocatório ou no contrato, inclusive a suspensão do direito de licitar ou contratar com o Sistema SEBRAE por prazo não superior a 2 (dois) anos.

## CAPÍTULO VIII

### DO REGISTRO DE PREÇO

Art. 36. O registro de preço, sempre precedido de concorrência ou de pregão, poderá ser utilizado nas seguintes hipóteses:

- I. quando for mais conveniente que a aquisição demande entrega ou fornecimento parcelado;
- II. quando, pelas características do bem ou do serviço, houver necessidade de aquisições frequentes;

#### ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO CDN Nº 391/2021

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.



- III. quando não for possível estabelecer, previamente, o quantitativo exato para o atendimento das necessidades.

Art. 37. A vigência do registro de preço, limitada a 12 (doze) meses, deverá estar prevista no instrumento convocatório, podendo ser prorrogada, no máximo, por igual período, desde que pesquisa de mercado demonstre que o preço se mantém vantajoso.

Art. 38. Homologado o procedimento licitatório, o licitante que ofertou o preço a ser registrado será convocado para assinar o respectivo instrumento, no qual deverá constar, dentre outras condições, o seu compromisso de entregar os bens ou fornecer os serviços na medida das necessidades que lhe forem apresentadas, observado o disposto no art. 28.

Art. 39. O registro de preço não importa em direito subjetivo à contratação de quem ofertou o preço registrado, sendo facultada a realização de contratações de terceiros sempre que houver preços mais vantajosos.

Art. 40. Caso o licitante detentor do menor preço registrado não tenha condições de atender toda a demanda solicitada, o Sistema SEBRAE poderá contratar com outra empresa constante na Ata, desde que respeitada a ordem de classificação.

Art. 41. O licitante deixará de ter o seu preço registrado quando:

- I. descumprir as condições assumidas no instrumento por ele assinado;
- II. não aceitar reduzir o preço registrado, quando se tornar superior ao praticado pelo mercado;
- III. quando, justificadamente, não for mais do interesse do Sistema SEBRAE.

## CAPÍTULO IX

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 42. Não poderão participar de licitações nem contratar com o Sistema SEBRAE:

- I. Empregado, dirigente ou membro dos Conselhos Deliberativos e Fiscais de suas respectivas unidades federativas;
- II. Pessoas jurídicas que tenham em seus quadros societários ou sejam constituídas por empregado, dirigente ou membro dos Conselhos Deliberativos e Fiscais de suas respectivas unidades federativas;
- III. Pessoas jurídicas que tenham assento nos Conselhos Deliberativos e Fiscais de suas respectivas unidades federativas.

#### ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO CDN Nº 391/2021

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MORAES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.





§ 1º A pessoa jurídica que tenha como sócio ou titular ex-empregado, não poderá prestar serviços para o respectivo SEBRAE contratante do ex- empregado, antes do decurso do prazo de 18 (dezoito) meses, contados a partir da respectiva demissão ou desligamento, exceto se os referidos sócios ou titulares forem aposentados.

§ 2º A pessoa jurídica que tenha como sócio ou titular ex-dirigente ou ex-membro dos Conselhos Deliberativos e Fiscais, não poderá prestar serviços para o SEBRAE de sua respectiva unidade federativa, antes do decurso do prazo mínimo de quarentena de 60 (sessenta) dias, contados a partir do respectivo desligamento.

§ 3º As vedações previstas no inciso III não se aplicam ao Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e aos Serviços Sociais Autônomos, nem às pessoas jurídicas integrantes da Administração Pública, Direta ou Indireta, federal, estadual ou municipal.

Art. 43. Os instrumentos convocatórios deverão assegurar ao Sistema SEBRAE o direito de cancelar a licitação, antes de assinado o contrato, desde que justificado.

Art. 44. Na contagem dos prazos estabelecidos no presente Regulamento, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

Parágrafo único. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste Regulamento em dia de funcionamento do Sistema SEBRAE.

Art. 45. As empresas poderão participar dos processos licitatórios constituídas na forma de consórcio, obedecidas às disposições legais sobre a matéria e desde que haja autorização expressa no edital.

Art. 46. Para a implantação de serviços próprios de suas finalidades institucionais, quando houver pluralidade de prestadores interessados, o Sistema SEBRAE poderá proceder às contratações mediante a utilização do procedimento de cadastramento e credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas, observados os princípios da publicidade e da igualdade, bem como prescrever o respectivo regulamento.

Art. 47. O SEBRAE poderá utilizar painel de preços para estimar o custo de suas contratações.

Art. 48. Este Regulamento entrará em vigor em 1º de dezembro de 2021, revogando-se as disposições em contrário.

#### ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO CDN Nº 391/2021

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por Kent Johann M. Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://verifsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.



# CÓDIGO DE ÉTICA DO SISTEMA SEBRAE

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.



Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.



## CAPÍTULO I

### ABRANGÊNCIA

**Art. 1º.** As disposições deste Código se aplicam, no que couber, a conselheiros, diretores, empregados e estagiários do Sistema Sebrae, bem como a todos fornecedores e parceiros, pessoa física ou jurídica que, de forma direta ou indireta, se relacionem econômica e financeiramente com o Sistema Sebrae.

## CAPÍTULO II

### PRINCÍPIOS DE CONDUTA

**Art. 2º.** Os integrantes do Sistema Sebrae, caracterizados no art. 1º, devem, nas suas posturas e ações, observar os princípios da ética, da integridade e da moralidade, além dos mandamentos constitucionais e legais.

**Art. 3º.** Os conselheiros, diretores, empregados, estagiários, bem como os fornecedores e parceiros que, de forma direta ou indireta, se relacionem com o Sistema Sebrae, obedecerão aos seguintes princípios de conduta:

I - agir com compromisso e coerência com a missão institucional do Sistema Sebrae, adotando, no exercício de suas funções relacionadas ao seu mandato, cargo, emprego, ou função, princípios e atitudes compatíveis com o elencado no art. 2º deste Código de Ética.

II - desempenhar suas atividades com consciência social, considerando as desigualdades econômicas e sociais do país e trabalhando para minimizá-las com ações que garantam inclusão social, repudiando qualquer forma de trabalho infantil, escravo ou vedado por lei;

III - estimular, propagar e apoiar, no âmbito de suas atividades, o uso adequado, racional e sustentável dos recursos em geral;

IV - assegurar igualdade, confiança, lealdade e justiça no trato com os colegas e com os clientes, reconhecendo e aceitando as diferenças inerentes à diversidade de pessoas que integram o Sistema Sebrae e o universo a ser por ele atendido, pautando as relações internas e externas por respeito absoluto ao ser humano;

V - exercer suas atividades com transparência, honestidade e compromisso com a verdade;

VI - zelar pela boa imagem do Sistema Sebrae perante a sociedade, por seu patrimônio e seus interesses e utilizar com responsabilidade, economicidade e austeridade seus recursos financeiros, materiais e humanos; e

VII - agir consciente de que seu trabalho é regido por princípios éticos, que se materializam em sua conduta profissional, e encorajar colegas e clientes a atuarem profissionalmente de forma ética.

## **CAPÍTULO III**

### **DEVERES E DIREITOS**

**Art. 4º.** São deveres de todos os conselheiros, diretores, empregados, estagiários, bem como de todos os fornecedores e parceiros que, de forma direta ou indireta se relacionem com o Sistema Sebrae:

I - adotar postura coerente com os princípios da Instituição, quando estiver falando em nome do Sistema Sebrae ou representando-o, pautando suas palavras pelo rigor técnico e suas decisões pela coerência com a sua missão;

II - agir com probidade, retidão, lealdade e justiça;

III - tratar colegas, clientes e parceiros de forma cortês, sem preconceitos de qualquer origem, sejam de raça, sexo, cor, idade, orientação sexual, identidade sexual, opções políticas e religiosas ou quaisquer outras formas de discriminação, respeitando-lhes a privacidade e a reputação pessoal e profissional e evitando que interesses de ordem pessoal interfiram nos relacionamentos;

IV - manter sigilo sobre particularidades do Sistema Sebrae, resguardando as informações ainda não tornadas públicas, das quais tenha conhecimento por sua atuação profissional, sem jamais utilizá-las em benefício próprio ou de terceiros, na realização de negócios de qualquer natureza;

V - utilizar os equipamentos, os meios de comunicação e as instalações colocados à disposição exclusivamente para realização de suas atividades profissionais, observadas as disposições da Política de Segurança da Informação e da Comunicação do Sistema Sebrae;

VI - assegurar que despesas geradas para o Sistema Sebrae referentes a viagens, compras de equipamentos, serviços e outras, sejam motivadas exclusivamente pelos interesses do Sistema, com absoluta impessoalidade;

VII - relacionar-se com colegas e clientes de forma estritamente profissional, preservando a isenção necessária ao desempenho de suas funções, e resistir a eventuais pressões e intimidações, inclusive hierárquicas, que visem a obter quaisquer favores ou vantagens indevidas, por meio de ações imorais, ilegais ou antiéticas, comunicando imediatamente aos seus superiores hierárquicos ou à Ouvidoria;

VIII - buscar parceiros e fornecedores que atendam aos preceitos deste Código de Ética, com base em critérios técnicos e profissionais;

IX - comunicar imediatamente aos seus superiores hierárquicos ou à Ouvidoria todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse do Sistema Sebrae;

X - utilizar a Ouvidoria como canal oficial para reclamações, denúncias, elogios, sugestões e críticas.

XI - zelar pela imagem do Sistema Sebrae; e

XII - utilizar trajes e linguagem adequados, levando sempre em conta o tipo de trabalho a ser executado, o público a ser contatado e os hábitos da região onde realiza suas atividades.

**Art. 5º.** São direitos de todos os dirigentes, empregados e estagiários do Sistema Sebrae:

I - trabalhar em ambiente adequado, que preserve sua integridade física, moral, mental e psicológica e o equilíbrio entre a vida profissional e familiar;

II - estabelecer interlocução livre com colegas e superiores, podendo expor ideias, pensamentos e opiniões, inclusive para discutir aspecto controverso; e

III - ter respeitado o sigilo das informações de ordem pessoal, que somente a ele digam respeito, ficando restritas somente ao próprio interessado e ao pessoal responsável pela guarda, manutenção e tratamento dessas informações, resguardada a competência da Comissão de Ética, nos termos do Capítulo V.

## **CAPÍTULO IV**

### **VEDAÇÕES**

**Art. 6º.** É vedado aos conselheiros, diretores, empregados, estagiários, bem como aos fornecedores e parceiros que, de forma direta ou indireta se relacionem com o Sistema Sebrae:

I - praticar ou compactuar, por ação ou omissão, direta ou indiretamente, no exercício de suas funções relacionadas ao seu mandato, cargo, emprego, ou função ato contrário à ética e ao interesse do Sistema Sebrae, mesmo que tal ato observe as formalidades legais e não cometa violação expressa à lei ou normativo;

II – exercer, na condição de empregado, atividade profissional que gere conflito de interesses com as exercidas para o Sistema Sebrae ou incompatível com o seu horário de trabalho;

III - utilizar-se do cargo ou função com a finalidade de obter favores pessoais ou profissionais para si ou para outrem;

IV - alterar ou deturpar o teor de documentos;

V - utilizar a força de trabalho de conselheiros, diretores, empregados, estagiários, fornecedores e parceiros para atendimento de interesse particular;

VI - apresentar-se nas dependências do Sistema Sebrae embriagado ou sob o efeito de substâncias ilegais;

VII - utilizar estratégias de comunicação do Sistema Sebrae para promover interesses políticos, particulares ou de terceiros;

VIII - utilizar sistemas e canais de comunicação do Sistema Sebrae para a propagação e divulgação de boatos, pornografia, pedofilia, preconceito de qualquer espécie, incluindo racial, de gênero, idade, de origem, de orientação sexual, de identidade sexual, propaganda comercial, religiosa ou político-partidária;

IX - criar perfis nas redes sociais utilizando o nome do Sebrae ou de qualquer Unidade do Sistema Sebrae ou ainda, de qualquer dos seus projetos, produtos ou serviços, sem autorização;

X - publicar imagens, textos ou comentários em redes sociais, ou quaisquer outros meios, que possam expor negativamente o Sistema Sebrae, sua marca, seus empregados e seus clientes.

XI - gerar despesas para o Sistema Sebrae, com benefício para si ou para terceiros, referentes a viagens, compras de equipamentos, serviços e outras, motivadas por interesses alheios aos interesses do Sistema;

XII - entregar e divulgar material promocional de qualquer pessoa jurídica, notadamente daquelas que é proprietário ou sócio, ou de qualquer pessoa física, durante contatos mantidos em nome do Sistema Sebrae, e propor a clientes, fornecedores e parceiros que solicitem seus serviços diretamente;

XIII - cobrar honorários profissionais de clientes e fornecedores, assim como comercializar diretamente qualquer produto do Sistema Sebrae, sem prévia autorização, valendo-se dos produtos e serviços do Sistema para obter interesses pessoais;

XIV - utilizar a logomarca do Sistema Sebrae para outras atividades profissionais, quando não a serviço da Instituição;



XV - pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de presente, ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, inclusive convites de caráter pessoal para viagens, hospedagens e outras atrações para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento de suas atividades ou para influenciar outro empregado do Sistema Sebrae para o mesmo fim;

XVI - tratar colegas de trabalho, superiores, subordinados e demais pessoas com quem se relacionar em função do trabalho com descortesia, desrespeito ou agressividade ou praticar atos de violência verbal e física;

XVII - discriminar colegas de trabalho, superiores, subordinados e demais pessoas com quem se relacionar em função do trabalho, em razão de preconceito ou distinção de raça, sexo, orientação sexual, nacionalidade, cor, idade, religião, tendência política, posição social ou quaisquer outras formas de discriminação; e

XVIII – adotar, repetidamente, quaisquer condutas que interfiram no desempenho do trabalho ou que criem ambiente hostil, ofensivo ou com intimidação, tais como ações tendenciosas geradas por simpatias, antipatias ou interesses de ordem pessoal, sobretudo e especialmente o assédio sexual de qualquer natureza ou o assédio moral, no sentido de desqualificar outros, por meio de palavras, gestos ou atitudes que ofendam a autoestima, a segurança, o profissionalismo ou a imagem.

Parágrafo único. Não são considerados presentes, para os fins do inciso XV deste artigo, os brindes que não tenham valor superior a R\$ 100,00 (cem reais) ou que sejam distribuídos indistintamente por entidades de qualquer natureza a título de cortesia, propaganda, divulgação habitual, ou por ocasião de eventos especiais ou datas comemorativas.

## **CAPÍTULO V**

### **COMISSÃO DE ÉTICA**

**Art. 7º.** A Comissão de Ética é órgão permanente, presente em todas as unidades federativas do Sistema Sebrae, constituída por, no mínimo, três empregados indicados pela Diretoria Executiva entre ocupantes de cargo de confiança, sendo um deles o Ouvidor.

**§ 1º.** A Comissão de Ética poderá contar com a participação de um ou mais empregados eleitos, a critério da unidade federativa do Sistema Sebrae.

**§ 2º.** A Comissão poderá requisitar a participação temporária de convidado para desenvolver algum programa especial ou para analisar assunto ou fato que requeira conhecimentos específicos.

**Art. 8º.** A Comissão de Ética analisará as questões recebidas da Ouvidoria, referentes ao Código de Ética, com seriedade e imparcialidade, sempre na busca da melhor solução para as situações apresentadas.

**Art. 9º.** São atribuições da Comissão:

- I - subsidiar as lideranças com informações sobre princípios, normas e procedimentos relativos ao Código de Ética;
- II - analisar fato ou conduta considerados passíveis de infringir princípio ou norma ético-profissional e se pronunciar, por escrito, emitindo parecer;
- III - responder a consultas e tirar dúvidas quanto à interpretação das normas deste Código;
- IV - estabelecer critérios para casos não previstos no Código;
- V - recomendar à respectiva Diretoria do Sebrae a adoção de normas complementares ou a revisão das disposições deste Código, para seu aprimoramento constante;

VI - registrar propostas e pareceres por escrito, em ata, e manter em arquivo documentos e registros dos procedimentos adotados em cada caso; e

VII - encaminhar à Diretoria do respectivo Sebrae, ou ao respectivo Conselho Deliberativo, no caso de dirigentes ou conselheiros, sugestões das medidas propositivas, ou punitivas, quando do descumprimento às disposições dos Capítulos III e IV deste Código, nos termos dos normativos do Sebrae, e/ou da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

**Art. 10º.** Para a aplicação de quaisquer das medidas deste Capítulo, o Sistema Sebrae se compromete a apurar, detalhadamente, a procedência e a veracidade da falta cometida.

**Art. 11.** A confidencialidade de denúncias e decisões da Comissão será assegurada por seus membros em qualquer caso ou circunstância.

**Art. 12.** A Comissão de Ética reunir-se-á por convocação do Coordenador, seu substituto, ou por iniciativa da maioria de seus membros.

**Art. 13.** Caberá à respectiva Diretoria, ou ao respectivo Conselho Deliberativo, a decisão final quanto à natureza da ação disciplinar e à sua aplicação.

**Art. 14.** Os integrantes da Comissão de Ética, e eventuais convidados, não serão remunerados por essa participação e assumirão compromisso formal de confidencialidade e não divulgação de informações, sendo o descumprimento passível de penalidade.

**Parágrafo único.** A Comissão de Ética deve reportar seus trabalhos à respectiva Diretoria Executiva, ou ao respectivo Conselho Deliberativo, sem que esta conduta implique em quebra de sigilo.

**Art. 15.** Quando a infração ao presente Código for praticada por membro de Diretoria, caberá ao respectivo Conselho Deliberativo o processamento e a decisão final quanto à natureza da ação disciplinar e a sua aplicação.

**Art. 16.** O integrante da Comissão deverá declarar impedimento ou suspeição nas situações que possam afetar, ou parecer afetar, o desempenho de suas funções com independência e imparcialidade.

**Art. 17.** A Comissão de Ética do Sebrae, e de suas unidades federativas, deverão regulamentar os seus respectivos trâmites de funcionamento, por meio de regimento interno.

## **CAPÍTULO VI**

### **OUVIDORIA**

**Art. 18.** O Sistema Sebrae manterá canal de Ouvidoria, que poderá ser acessado via Portal do Sebrae, para receber as questões referentes ao Código de Ética, sendo que as manifestações também serão recebidas por correio eletrônico, telefone, carta e pessoalmente.

**Parágrafo único.** Denúncias recebidas por meio de outros canais deverão ser encaminhadas à Ouvidoria para registro em sistema informatizado e devido tratamento.

**Art. 19.** Qualquer violação ou desrespeito aos princípios contidos neste Código de Ética deve ser levado ao conhecimento da Ouvidoria.

**Art. 20.** O Sistema Sebrae assegura o sigilo das informações e o anonimato de todos os que realizarem um relato de violação do Código de Ética.

**§ 1º.** Denúncias ou alegações falsas ou maliciosas serão consideradas condutas antiéticas e passíveis de afastamento do anonimato e consequente penalização, se for o caso.

**§ 2º.** A omissão diante do conhecimento de possíveis violações também será entendida como conduta antiética.

## CAPÍTULO VII

### DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 21.** A concretização dos princípios da ética no âmbito do Sistema Sebrae deve ser buscada permanentemente, para assegurar que as ações, comportamentos e atitudes sejam coerentes com sua missão e valores essenciais, de acordo com este Código de Ética.

**Parágrafo único.** Aquele que acreditar ter sido exposto à retaliação após abordar questões de natureza ética deve levar o assunto à Comissão de Ética.

**Art. 22.** As dúvidas a respeito deste Código deverão ser comunicadas ao superior imediato ou enviadas à Ouvidoria.

**Art. 23.** Os casos omissos neste Código deverão ser decididos no âmbito da unidade federativa do Sistema Sebrae e levados ao conhecimento do Conselho Deliberativo Nacional.

**Art. 24.** Este Código de Ética será revisado sempre que necessário pela Comissão de Ética do Sebrae, que apresentará sua proposta à Diretoria Executiva do Sebrae, para posterior análise do Conselho Deliberativo Nacional.

**Art. 25.** Este Código entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Deliberativo Nacional e aplica-se ao Sistema Sebrae.

Aprovado pela Resolução Nº 289/2017, de 31 de agosto de 2017.





Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br/443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

Este documento foi assinado digitalmente por Marden Marcio Magalhaes, Afonso Maria Rocha e Wagner Luiz De Oliveira Gomes Bernardes. Este documento foi assinado eletronicamente por KENT JOHANN MODES, Carla Penido Andrade Martins e Lincoln Ricardo de Oliveira.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br/443> e utilize o código 88E9-9CA8-2077-BF6F.

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal Vertsign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/88E9-9CA8-2077-BF6F> ou vá até o site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 88E9-9CA8-2077-BF6F



### Hash do Documento

6C3D6ED759B3A27723ED40D7977E15CD84CC2C611ACFFC8B7D65937A2E466CFB

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 21/12/2022 é(são) :

■ KENT JOHANN MODES - \*\*\*.478.629-\*\* em 21/12/2022 13:24 UTC-03:00

**Tipo:** Assinatura Eletrônica

**Identificação:** Por email: kent@approachtec.com.br

### Evidências

**Client Timestamp** Wed Dec 21 2022 13:24:07 GMT-0300 (Brasilia Standard Time)

**Geolocation** Latitude: -26.51746244424676 Longitude: -49.13151092458055 Accuracy: 35

**IP** 177.174.246.238

**Assinatura:**



### Hash Evidências:

756B11999E83C3FAF85994DAFC2857C71A5A640660E61A182B015294F073F72A

■ Marden Marcio Magalhaes - \*\*\*.245.636-\*\* em 21/12/2022 10:14 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital

■ Afonso Maria Rocha - \*\*\*.191.246-\*\* em 21/12/2022 09:01 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital

■ Carla Penido Andrade Martins - \*\*\*.742.976-\*\* em 21/12/2022 06:55 UTC-03:00

**Tipo:** Assinatura Eletrônica

**Identificação:** Por email: carla.martins@sebraemg.com.br

### Evidências

**Client Timestamp** Wed Dec 21 2022 06:55:24 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

**Geolocation** Location not shared by user.

**IP** 45.178.251.183

**Assinatura:**



**Hash Evidências:**

7959D39D81DAF294EF808FFDE127C26B4CC5FBEDB2346E79ABE60581466121BA

■ Wagner Luiz de Oliveira Gomes Bernardes - \*\*\*.751.066-\*\* em 20/12/2022 19:02 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital

■ Lincoln Ricardo de Oliveira - \*\*\*.613.976-\*\* em 20/12/2022 18:20 UTC-03:00

**Tipo:** Assinatura Eletrônica

**Identificação:** Autenticação de conta

**Evidências**

**Client Timestamp** Tue Dec 20 2022 18:20:30 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

**Geolocation** Latitude: -19.9369922 Longitude: -43.9720486 Accuracy: 14.41

**IP** 200.151.123.165

**Assinatura:**



**Hash Evidências:**

7F1F1587AE6BAF7E1AC90FC5B0A5150F8017A8B59FCBCBA2DF216288F85C4433





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL  
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

**ATESTADO Nº 0726087 / 2019 - TRE/PRE/DG/SAF/CRM/SEC**

### **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL, na pessoa do Sr. Secretário de Administração e Finanças que subscreve e assina este, ATESTA que a empresa **APPROACH TECNOLOGIA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 24.376.542/0001-21, estabelecida na Av. Prefeito Osmar Cunha, nº 416, SL 303, na cidade de Florianópolis/SC, CEP 88015-100, telefone (48) 4009-2106, e-mail: [kent@approachtec.com.br](mailto:kent@approachtec.com.br), FORNECEU **Solução de Cluster Hiperconvergente**, conforme Termo de Contrato nº 116/2018 (Processo SEI 0011643-42.2018.6.12.8000) e detalhamento abaixo:

- 6 nós de infraestrutura hiperconvergente Nutanix, modelo NX-8155-G6, com a seguinte configuração (cada nó):
  - Processador: 2 x Intel Skylake Processor 2.2 GHz 10-core Skylake 4114;
  - Memória: 8 x 32GB DDR4 Memory Module;
  - SSD: 2 x 1920GB 3.5-C" SSD; • HDD: 10 x 4TB 3.5" HDD;
  - NIC: 1 x 10GbE Dual SFP+ Network Adapter;
- Software de hiperconvergência Nutanix Acropolis Ultimate;
- Software de gerenciamento Nutanix Prism PRO;
- Garantia e suporte por 3 anos para os equipamentos e softwares supracitados;
- Instalação e configuração dos equipamentos e licenças supracitados;
- Os equipamentos foram instalados em dois sites em ambiente de replicação síncrona tipo "Metro Availability";
- Instrução, suporte e acompanhamento da migração das Máquinas Virtuais para o novo ambiente;
- Treinamento operacional do sistema.

**\* Valot total do Contrato: R\$ 1.912.494,89**

A contratada forneceu os referidos produtos e serviços dentro do prazo estipulado, cumprindo todas as exigências técnicas, de qualidade e de garantia previstas no contrato, não havendo até o momento presente nenhum fato que a desabone em relação aos serviços prestados e à sua capacidade técnica.

Campo Grande/MS, 27 de setembro de 2019.

**SÉRGIO ROBERTO DA SILVA**  
Secretário de Administração e Finanças



Documento assinado eletronicamente por **SÉRGIO ROBERTO DA SILVA**, Secretário(a), em 27/09/2019, às 17:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0726087** e o código CRC **7EEEB478**.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL  
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

## CONTRATO

**TRE/MS**

**Termo Contratual nº 116/2018**

**Livro nº 2 – Fl. 15**

**Data: 30/11/2018**

*Contrato de prestação de serviços fornecimento de solução equipamentos e de garantia estendida, que entre si celebram a União Federal, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral e a empresa **APPROACH TECNOLOGIA LTDA.***

*Pelo presente instrumento a UNIÃO, por intermédio do **Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul**, com sede na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes - Campo Grande - MS, inscrito no CNPJ/MF sob n. 03.883.929/0001-02, representado neste ato por sua Diretora-Geral, **Letânia Ferraz de Brito Coutinho**, brasileira, servidora pública federal, casada, portadora da CI n. 801.651 SSP/MS e do CPF n. 473.296.451-68, residente em Campo Grande/MS, doravante denominado Contratante, e a empresa **APPROACH TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 24.376.542/0001-21, estabelecida na Av. Prefeito Osmar Cunha, nº 416, SL 303, na cidade de Florianópolis/SC, CEP 88015-100, telefone (48) 4009-2106, e-mail: kent@approachtec.com.br, representada neste ato por Kent Johann Modes, brasileiro, casado, portador da CNH nº 03212587907, DETRAN/SC, CPF nº 047.478.629-35, doravante denominada Contratada, resolvem celebrar o presente Contrato, vinculando-se ao Edital de Pregão Eletrônico SRP nº 04/2017, Processo administrativo nº 23817.000075/2017-48, do HOSPITAL UNIVERSITÁRIO FEDERAL DE LAGARTO (EBSERH), legislação vigente e principalmente pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520/2012, com suas alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.*

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 Contratação de empresa para aquisição de Solução de Cluster Hiperconvergente, mediante Adesão à Ata de Registro de Preços nº 42/2018 firmada entre a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Hospital Universitário Monsenhor João Baista de Carvalho Daltro, de Sergipe, para seu perfeito funcionamento no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3 Objeto da contratação:

--	--	--	--	--

<b>Pregão nº 04/2017 (ARP nº PE 042/2018)</b>	<b>Item</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
Servidor da solução hiperconvergente com software de gerenciamento e virtualização - Part numbers: Nutanix NX6155-G5 com 2 SSD de 1920GB, 10 HDD e 4TB e 2 processadores Intel E5-2620 v4. Acropolis Ultimate (L-ULT-6055--G5) e Prism pro (LIC-PRS-PRO-3YR-1); Garantia e suporte por 3 anos (S-PRD-6055-G5-3YR).	46	5	R\$ 302.029,59	R\$ 1.510.147,95
Servidor da solução hiperconvergente com software de gerenciamento e virtualização - Part numbers: Nutanix NX6155-G5 com 2 SSD de 1920GB, 10 HDD de 4TB e 2 processadores Intel E5-2620 v4. Acropolis Ultimate (L-ULT-6055-G5) e Prism pro (LIC-PRS-PRO-3YR-1); Garantia e suporte por 3 anos (S-PRD-6055-G5-3YR).	27	1	R\$ 327.233,00	R\$ 327.233,00
Instalação de servidor da solução hiperconvergente e treinamento operacional	31	5	R\$ 12.000,00	R\$ 60.000,00
Instalação de servidor da solução hiperconvergente e treinamento operacional	50	1	R\$ 15.113,94	R\$ 15.113,94
			<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.912.494,89</b>

1.4 As especificações do objeto constam no subitem 5 do Termo de Referência.

1.5 A forma de prestação do serviço e modelo de execução do contrato são aqueles constantes, respectivamente, nos itens 4 e 5 do Termo de Referência, assim as demais condições descritos no Termo de Referência.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2 Esteja formalmente demonstrado que a forma da prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.3 Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.4 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.5 Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

- 2.1.6 Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- 2.1.7 Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação;
- 2.1.8 A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.2 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

3.1 O valor total da contratação é de **R\$ 1.912.494,89 (um milhão, novecentos e doze mil quatrocentos e noventa e quatro reais e oitenta e nove centavos)**.

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### **CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2018, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

4.2 No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

### **CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1 O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital e no Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

### **CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE**

6.1 O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do Índice de Preços/Mercado – IGP-M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, ocorrida no período, ou outro indicador que o venha a substituir, calculado mediante a seguinte fórmula:

$$R = V(I-I_0) / I_0$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

$I_o$  = Índice inicial – refere-se ao índice correspondente à data de apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir;

$I$  = Índice relativo ao da data do reajuste.

6.2 Caberá ao Contratado efetuar os cálculos e submetê-los à aprovação do Contrante.

6.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4 O reajuste será realizado por apostila, exceto se coincidir com a prorrogação contratual, quando será feito por termo aditivo. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1 A CONTRATADA prestará garantia no valor de 5% do valor total do contrato, em uma das modalidades previstas no § 1º do art. 56 da Lei n. 8.666/93, no prazo de 10 (dez) dias, contados da assinatura do Contrato, observadas as condições previstas no Edital, com validade de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, observados os requisitos previstos no item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

## **CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

8.1 O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

9.1 As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

11.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- 11.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 11.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 11.4.3 Indenizações e multas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES**

12.1 É vedado à CONTRATADA:

12.1.1 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2 Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ALTERAÇÕES**

13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN nº 05, de 2017.

13.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PUBLICAÇÃO**

15.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORO**

16.1 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Justiça Federal, em Campo Grande/MS, na forma da lei, é o competente para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, excluindo-se qualquer outro.

E assim, por estarem justos e contratados, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Campo Grande/MS, 30 de novembro de 2018.

*Letânia Ferraz de Brito Coutinho*



***Kent Johann Modes***  
*representante legal da empresa*  
***APPROACH TECNOLOGIA LTDA***



Documento assinado eletronicamente por **KENT JOHANN MODES, Usuário Externo**, em 04/12/2018, às 13:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **HARDY WALDSCHMIDT, Diretor(a)-Geral em substituição**, em 04/12/2018, às 16:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0579681** e o código CRC **6E89D8AC**.



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**Administração - Serviços Básicos de Apoio - Contratação e Pagamento - 0013259-27.2023.6.21.8000**

Atestado - doc. SEI n. 1621150.

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

**Nº 39/2023**

Atesto, para os devidos fins, que a empresa **APPROACH TECNOLOGIA LTDA**, CNPJ n. 24.376.542/0001-21, com sede na Avenida Prefeito Osmar Cunha n. 416, sala 303, em Florianópolis-SC, CEP 88015-100, forneceu a este Tribunal, CNPJ n. 05.885.797/0001-75, materiais (elementos de hardware e software) e serviços para a implantação de solução de hiperconvergência da Nutanix para hospedar a solução de VDI do TRE-RS e outros serviços, conforme do Contrato 67/2022, Notas de Empenhos 2022NE000800, 2022NE000801 e 2022NE000802, Processo Administrativo SEI n. 0001254-07.2022.6.21.8000. Produtos e serviços relacionados na tabela abaixo:

Item ARP	Fabricante	Modelo	Descrição	Qtd	Valor Unit.	Valor Total	EMPENHO
1	NUTANIX	PIO-NX8235G8-4314-NI22	Nó hiperconvergente – Configuração básica	4	R\$ 331.450,00	R\$ 1.325.800,00	2022NE000800
2	NUTANIX	Adit. 256GB	Aditamento de memória para nó hiperconvergente	12	R\$ 37.300,00	R\$ 447.600,00	2022NE000800
3	NUTANIX	Adit. CPU	Aditamento de processador para nó hiperconvergente	8	R\$ 47.150,00	R\$ 377.200,00	2022NE000800
4	NUTANIX	Adit. HDD 12TB	Aditamento de armazenamento em HDD para nó hiperconvergente	16	R\$ 5.150,00	R\$ 82.400,00	2022NE000800
5	NUTANIX	Adit. SSD 3,84TB	Aditamento de armazenamento em SSD para nó hiperconvergente	12	R\$ 32.100,00	R\$ 385.200,00	2022NE000800
6	NUTANIX	PRISM PRO	Software de gerenciamento	4	R\$ 21.950,00	R\$ 87.800,00	2022NE000801
8	APPROACH	n/a	Instalação de nó hiperconvergente	4	R\$ 8.500,00	R\$ 34.000,00	2022NE000802
13	APPROACH	n/a	Banco de horas técnicas (atendimento remoto)	120	R\$ 335,00	R\$ 40.200,00	2022NE000802
Subtotal						R\$ 2.780.200,00	

Características adicionais dos serviços:

Garantia e suporte por 3 anos para os equipamentos e softwares supracitados;  
Instalação e configuração dos equipamentos e licenças supracitados;  
Treinamento e repasse de conhecimento operacional do sistema;  
Instrução, suporte e acompanhamento da migração das máquinas virtuais para o novo ambiente.

Profissionais envolvidos na implantação:

Gutierrez Maxwell Cortes – CPF: 837.017.100-15

A empresa demonstrou boa capacidade técnica não constando em nossos registros fato que a desabone até o presente momento.

Porto Alegre, 10 de outubro de 2023.

**ERIC FIGUEIREDO STOLTING**  
COORDENADORIA DE APOIO À GESTÃO DE CONTRATOS



Documento assinado eletronicamente por **Eric Figueiredo Stolting, Coordenador**, em 10/10/2023, às 16:52, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-rs.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-rs.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1621150** e o código CRC **4442640F**.

---

---

Rua Sete de Setembro, 730 - Edifício Assis Brasil - Bairro Centro - Porto Alegre/RS - CEP 90010-190  
www.tre-rs.jus.br - Fone:

Data e hora da consulta: 24/11/2022 10:01

Usuário: \*\*\*.821.160-\*\*

Impressão Completa

## Nota de Empenho

## UG Emitente

Código	Nome	Moeda
70021	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO G.DO SUL	REAL - (R\$)
CNPJ	Endereço	CEP
05.885.797/0001-75	RUA DUQUE DE CAXIAS, 350 - CENTRO PORTO ALEGRE - RS	90010-280
Município	UF	Telefone
PORTO ALEGRE	RS	51-3294-9000

Ano	Tipo	Número
2022	NE	800

## Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167795	0100000000	449052	-	INV EQUITIC

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
24/11/2022	Ordinário	0001254-07.2022	-	2.618.200,00

## Favorecido

Código	Nome	CEP
24.376.542/0001-21	APPROACH TECNOLOGIA LTDA	88015-100
Endereço		
PREFEITO OSMAR CUNHA 416 SALA 303 CENTRO		
Município	UF	Telefone
FLORIANOPOLIS	SC	

## Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação				
126	PREGAO				
Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea	
LEI 10.520 / 2002	1	-	-	-	

## Descrição

22CT0067 - CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÃO DE HIPERCONVERGÊNCIA QUE FAZEM ENTRE SI O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL E A EMPRESA APPROACH TECNOLOGIA LTDA.

## Local da Entrega

-

## Informação Complementar

-

## Sistema de Origem

SIAFI-STN

Data e hora da consulta: 24/11/2022 10:01

Usuário: \*\*\*.821.160-\*\*

Impressão Completa

## Nota de Empenho

## Lista de Itens

<b>Natureza de Despesa</b>	<b>Total da Lista</b>
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.618.200,00

**Subelemento 43 - EQUIPAMENTOS DE TIC - SERVIDORES/STORAGE**

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS (ELEMENTOS DE HARDWARE E SOFTWARE) E SERVIÇOS PARA A IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÃO DE HIPERCONVERGÊNCIA, CONFORME CONTRATO. 04 (QUATRO) UNIDADES DE NÓ HIPERCONVERGENTE - CONFIGURAÇÃO BÁSICA.	1.325.800,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
24/11/2022	Inclusão	4,00000	331.450,0000	1.325.800,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
002	12 (DOZE) UNIDADES DE ADITAMENTO DE MEMÓRIA PARA NÓ HIPERCONVERGENTE.	447.600,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
24/11/2022	Inclusão	12,00000	37.300,0000	447.600,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
003	08 (OITO) UNIDADES DE ADITAMENTO DE PROCESSADOR PARA NÓ HIPERCONVERGENTE.	377.200,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
24/11/2022	Inclusão	8,00000	47.150,0000	377.200,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
004	16 (DEZESSEIS) UNIDADES DE ADITAMENTO DE ARMAZENAMENTO EM HDD PARA NÓ HIPERCONVERGENTE.	82.400,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
24/11/2022	Inclusão	16,00000	5.150,0000	82.400,00

Seq.	Descrição	Valor do Item
005	12 (DOZE) UNIDADES DE ADITAMENTO DE ARMAZENAMENTO EM SSD PARA NÓ HIPERCONVERGENTE.	385.200,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
24/11/2022	Inclusão	12,00000	32.100,0000	385.200,00

## Assinaturas

**Ordenador de Despesa**

FRANCISCO JOSÉ MOESCH

\*\*\*.232.320-\*\*

24/11/2022 09:51:13



Data e hora da consulta: 24/11/2022 10:01

Usuário: \*\*\*.821.160-\*\*

Impressão Completa

## Nota de Empenho

### Assinaturas

**Gestor Financeiro**

FRANCISCO ALEXANDRE BERTOLO KAUSCH

\*\*\*.283.100-\*\*

24/11/2022 09:36:29

Versão	Data/Hora	Operação
003	24/11/2022 09:51:13	Alteração

Data e hora da consulta: 24/11/2022 10:01

Usuário: \*\*\*.821.160-\*\*

Impressão Completa

## Nota de Empenho

## UG Emitente

Código	Nome	Moeda
70021	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO G.DO SUL	REAL - (R\$)
CNPJ	Endereço	CEP
05.885.797/0001-75	RUA DUQUE DE CAXIAS, 350 - CENTRO PORTO ALEGRE - RS	90010-280
Município	UF	Telefone
PORTO ALEGRE	RS	51-3294-9000

Ano	Tipo	Número
2022	NE	801

## Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167795	0100000000	339040	-	TIC LOCSOF

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
24/11/2022	Ordinário	0001254-07.2022	-	87.800,00

## Favorecido

Código	Nome	CEP
24.376.542/0001-21	APPROACH TECNOLOGIA LTDA	88015-100
Endereço		
PREFEITO OSMAR CUNHA 416 SALA 303 CENTRO		
Município	UF	Telefone
FLORIANOPOLIS	SC	

## Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação				
126	PREGAO				
Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea	
LEI 10.520 / 2002	1	-	-	-	

## Descrição

22CT0067 - CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÃO DE HIPERCONVERGÊNCIA QUE FAZEM ENTRE SI O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL E A EMPRESA APPROACH TECNOLOGIA LTDA.

## Local da Entrega

-

## Informação Complementar

-

## Sistema de Origem

SIAFI-STN

Data e hora da consulta: 24/11/2022 10:01

Usuário: \*\*\*.821.160-\*\*

Impressão Completa

## Nota de Empenho

## Lista de Itens

<b>Natureza de Despesa</b>	<b>Total da Lista</b>
339040 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNI	87.800,00

**Subelemento 06 - LOCACAO DE SOFTWARES**

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS (ELEMENTOS DE HARDWARE E SOFTWARE) E SERVIÇOS PARA A IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÃO DE HIPERCONVERGÊNCIA, CONFORME CONTRATO.	87.800,00

04 (QUATRO) UNIDADES DE SOFTWARE DE GERENCIAMENTO, COM 3 ANOS DE SUBSCRIÇÃO.

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
24/11/2022	Inclusão	4,00000	21.950,0000	87.800,00

## Assinaturas

**Ordenador de Despesa**

FRANCISCO JOSÉ MOESCH

\*\*\*.232.320-\*\*

24/11/2022 09:51:13

**Gestor Financeiro**

FRANCISCO ALEXANDRE BERTOLO KAUSCH

\*\*\*.283.100-\*\*

24/11/2022 09:40:07

Data e hora da consulta: 24/11/2022 10:02

Usuário: \*\*\*.821.160-\*\*

Impressão Completa

## Nota de Empenho

## UG Emitente

Código	Nome	Moeda
70021	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO G.DO SUL	REAL - (R\$)
CNPJ	Endereço	CEP
05.885.797/0001-75	RUA DUQUE DE CAXIAS, 350 - CENTRO PORTO ALEGRE - RS	90010-280
Município	UF	Telefone
PORTO ALEGRE	RS	51-3294-9000

Ano	Tipo	Número
2022	NE	802

## Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	167795	0100000000	339040	-	TIC APOIO

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
24/11/2022	Ordinário	0001254-07.2022	-	74.200,00

## Favorecido

Código	Nome	CEP
24.376.542/0001-21	APPROACH TECNOLOGIA LTDA	88015-100
Endereço		
PREFEITO OSMAR CUNHA 416 SALA 303 CENTRO		
Município	UF	Telefone
FLORIANOPOLIS	SC	

## Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação				
126	PREGAO				
Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea	
LEI 10.520 / 2002	1	-	-	-	

## Descrição

22CT0067 - CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÃO DE HIPERCONVERGÊNCIA QUE FAZEM ENTRE SI O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL E A EMPRESA APPROACH TECNOLOGIA LTDA.

## Local da Entrega

-

## Informação Complementar

-

## Sistema de Origem

SIAFI-STN

Data e hora da consulta: 24/11/2022 10:02

Usuário: \*\*\*.821.160-\*\*

Impressão Completa

## Nota de Empenho

## Lista de Itens

<b>Natureza de Despesa</b>	<b>Total da Lista</b>
339040 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNI	74.200,00

**Subelemento 22 - INSTALACAO DE EQUIPAMENTOS DE TIC**

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS (ELEMENTOS DE HARDWARE E SOFTWARE) E SERVIÇOS PARA A IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÃO DE HIPERCONVERGÊNCIA, CONFORME CONTRATO.  PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE 04 (QUATRO) NÓS HIPERCONVERGENTES.	34.000,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
24/11/2022	Inclusão	4,00000	8.500,0000	34.000,00

**Subelemento 21 - SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS DE TIC**

Seq.	Descrição	Valor do Item
002	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE 120 (CENTO E VINTE) HORAS DE BANCO DE HORAS TÉCNICAS (ATENDIMENTO REMOTO).	40.200,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
24/11/2022	Inclusão	120,00000	335,0000	40.200,00

## Assinaturas

**Ordenador de Despesa**

FRANCISCO JOSÉ MOESCH

\*\*\*.232.320-\*\*

24/11/2022 09:51:13

**Gestor Financeiro**

FRANCISCO ALEXANDRE BERTOLO KAUSCH

\*\*\*.283.100-\*\*

24/11/2022 09:42:26





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO**  
**SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES**  
Av. Agamenon Magalhães, 1160 - Graças - 52010-904 - Recife - PE  
Telefone: (81) 3194.9206 - Fax (81) 3194.9385 - stic@tre-pe.jus.br

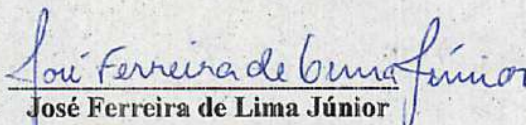
**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa APPROACH TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 24.376.542/0001-21, forneceu, através dos empenhos nº 2019NE000579 e 2019NE000580, ao TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO - TRE-PE, CNPJ 05.790.065/0001-00, situado à Av. Agamenon Magalhães, 1160, Graças - Recife - PE, os produtos e serviços relacionados abaixo:

- 6 nós de infraestrutura hiperconvergente Nutanix, modelo NX-8155-G6, com a seguinte configuração (cada nó):
  - Processador: 2 x Intel Skylake Processor 2.2 GHz 14-core Skylake 5120;
  - Memória: 16 x 32GB DDR4 Memory Module;
  - SSD: 2 x 3840GB 3.5-C" SSD;
  - HDD: 10 x 8TB 3.5" HDD;
  - NIC: 2 x 10GbE Dual SFP+ Network Adapter;
- Software de hiperconvergência Nutanix Acropolis Ultimate;
- Software de gerenciamento Nutanix Prism PRO;
- Garantia e suporte por 3 anos para os equipamentos e softwares supracitados;
- Instalação e configuração dos equipamentos e licenças supracitados;
- Os equipamentos foram instalados em dois sites em ambiente de replicação síncrona tipo "Metro Availability";
- Instrução, suporte e acompanhamento da migração das Máquinas Virtuais para o novo ambiente;
- Treinamento operacional do sistema.

Declaramos ainda que a Approach Tecnologia forneceu os referidos produtos e serviços dentro do prazo estipulado, cumprindo todas as exigências técnicas, de qualidade e de garantia previstas no contrato, não havendo, até o momento, nenhum fato que a desabone em relação aos serviços prestados e à sua capacidade técnica.

Recife, 24/09/2019

  
**José Ferreira de Lima Júnior**  
Gestor do Contrato

**Seção de Administração de Redes e Servidores/COINF/STIC**

JOSÉ FERREIRA DE LIMA JÚNIOR  
SERES - Seção de Adm de Redes e Servidores  
COINF/STIC



SERVICO PUBLICO FEDERAL  
SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

## N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSAO : 11Jun19 NUMERO: 2019NE000579 ESPECIE: EMPENHO DE DESPESA  
EMITENTE : 070010/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO  
CNPJ : 05790065/0001-00 FONE: (081) 3194-9200 PABX  
ENDERECO : AV AGAMENON MAGALHAES,1160 GRACAS  
MUNICIPIO : 2531 - RECIFE UF: PE CEP: 52010-904

CREDOR : 24376542/0001-21 - APPROACH TECNOLOGIA LTDA  
ENDERECO : PREFEITO OSMAR CUNHA 416 SALA 303 CENTRO  
MUNICIPIO : 8105 - FLORIANOPOLIS UF: SC CEP: 88015-100  
TAXA CAMBIO:  
OBSERVACAO / FINALIDADE  
2019NECT  
TERMO DE REFERENCIA - STIC SERES 0907695 - LI 533  
SEI N° 0009502-75.2019.6.17.8000

CLASS : 1 14117 02122057020GP0026 084609 0100000000 449052 000000 AREA INFORM  
TIPO : ORDINARIO MODAL.LICIT.: PREGAO  
AMPARO: LEI10520 INCISO: PROCESSO: 9502-75/19  
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: PE /  
ORIGEM DO MATERIAL : NACIONAL  
REFERENCIA: ART01 LEI10520/02 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 1.807.885,54  
UM MILHAO, OITOCENTOS E SETE MIL, OITOCENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E\*\*\*\*\*  
CINQUENTA E QUATRO CENTAVOS\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

## ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

PAGINA: 2

EMISSAO : 11Jun19 NUMERO: 2019NE000579 PROCESSO: 9502-75/19  
EMITENTE : 070010/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO  
CREDOR : 24376542/0001-21 - APPROACH TECNOLOGIA LTDA  
ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 449052 SUBITEM: 37 -EQUIP DE TIC - ATIVOS DE REDE  
SEQ.: 1 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 1.807.885,54  
VALOR DO SEQ. : 1.807.885,54

SERVIDOR DA SOLUCAO HIPERCONVERGENTE COM SOFTWARE DE GERENCIAMENTO E VIRTUALI-  
ZACAO COM AS SEGUINTE CARACTERISTICAS: EQUIPAMENTO DA FAMILIA NX-8155-G6, COM  
2 PROCESSADORES INTEL XEON SKYLAKE GOLD 5120 COM 14 CORES, 512 GB DE MEMORIA  
RAM DDR4, 2 DISCOS SSD DE 3840 GB, 10 DISCOS HDD COM 8 TB, 2 PLACAS DE REDE DU-  
AL SFP+ 10 GBE, 4 CABOS DAC 5 M (PASSIVO), AOS ULTIMATE E PRISM PRO COM 3 ANOS  
DE GARANTIA, HYPERVISOR AHV ILIMITADO E GARANTIA E SUPORTE DE 3 ANOS, CONFORME  
DETALHADO EM PROPOSTA REFERENCIADA NO PROCEDIMENTO SEI 0009502-75.2019.6.17.80  
00. OBRIGACOES E DEMAIS RESPONSABILIDADES DE ACORDO COM O PREVISTO NO EDITAL ,  
NA ARP 42/2018 VINCULADA AO PREGAO ELETRONICO 04/2017 DO HOSPITAL UNIVERSITA -  
RIO LAGARTO E NO TERMO DE REFERENCIA - STIC SERES 0907695. MODELO: NX-8155-G6.  
FABRICANTE: NUTANIX. UN. Pç. ITEM 91: 5 X 301.171,19. ITEM 46: 1 X 302.029,59.  
OBS:OS MATERIAIS DEVERAO SER ENTREGUES NA SECAO DE ALMOXARIFADO DO TRE-PE,SITU  
ADA NA AV. RUI BARBOSA, 320, GRACAS, RECIFE - PE, CEP 52.011-040, NO HORARIO  
DAS 8H AS 14H, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA. O PRAZO DE INSTALACAO PARA SOLUCAO E  
DE ATE 15(QUINZE) DIAS CORRIDOS, CONTADOS A PARTIR DO ACEITE DEFINITIVO DOS E-  
QUIPAMENTOS.

T O T A L : 1.807.885,54

-----  
ISABELA LANDIM LESSA  
ORDENADOR-----  
ROBSON COSTA RODRIGUES  
GESTOR FINANCEIRO



Documento assinado eletronicamente por **ROBSON COSTA RODRIGUES, Secretário(a)**, em 11/06/2019, às 17:11, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **ALDA ISABELA SARAIVA LANDIM LESSA, Diretor(a) Geral**, em 12/06/2019, às 12:33, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.tre-pe.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tre-pe.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0921653** e o código CRC **C0E87578**.

---

0009502-75.2019.6.17.8000

0921653v3

SERVICO PUBLICO FEDERAL  
SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

## N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSAO : 11Jun19 NUMERO: 2019NE000580 ESPECIE: EMPENHO DE DESPESA  
EMITENTE : 070010/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO  
CNPJ : 05790065/0001-00 FONE: (081) 3194-9200 PABX  
ENDERECO : AV AGAMENON MAGALHAES,1160 GRACAS  
MUNICIPIO : 2531 - RECIFE UF: PE CEP: 52010-904

CREDOR : 24376542/0001-21 - APPROACH TECNOLOGIA LTDA  
ENDERECO : PREFEITO OSMAR CUNHA 416 SALA 303 CENTRO  
MUNICIPIO : 8105 - FLORIANOPOLIS UF: SC CEP: 88015-100  
TAXA CAMBIO:  
OBSERVACAO / FINALIDADE  
2019NECT  
TERMO DE REFERENCIA - STIC SERES 0907695 - LI 534  
SEI Nº 0009502-75.2019.6.17.8000

CLASS : 1 14117 02122057020GP0026 084609 0100000000 449052 000000 AREA INFORM  
TIPO : ORDINARIO MODAL.LICIT.: PREGAO  
AMPARO: LEI10520 INCISO: PROCESSO: 9502-75/19  
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: PE /  
ORIGEM DO MATERIAL : NACIONAL  
REFERENCIA: ART01 LEI10520/02 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 29.540,00  
VINTE E NOVE MIL, QUINHENTOS E QUARENTA REAIS\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

## ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

PAGINA: 2

EMISSAO : 11Jun19 NUMERO: 2019NE000580 PROCESSO: 9502-75/19  
EMITENTE : 070010/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO  
CREDOR : 24376542/0001-21 - APPROACH TECNOLOGIA LTDA  
ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 449052 SUBITEM: 37 -EQUIP DE TIC - ATIVOS DE REDE  
SEQ.: 1 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 29.540,00  
VALOR DO SEQ. : 29.540,00

INSTALACAO DE SERVIDOR DA SOLUCAO HIPERCONVERGENCIA E TREINAMENTO OPERACIONAL.  
(ITENS 31 E 127). CONDICoes GERAIS DE ACORDO COM A ARP 42/2018 VINCULADA AO  
PREGAO ELETRONICO 04/2017 DO HOSPITAL UNIVERSITARIO LAGARTO, COM O ACEITE  
FORNECEDOR FORNECIMENTO POR ADESAO A ARP PROPOSTA FORNECEDOR (0891717) E COM  
O TERMO DE REFERENCIA - STIC SERES 0907695. FABRICANTE: APPROACH. UN. PC.  
OBS: O PRAZO DE INSTALACAO PARA SOLUCAO E DE ATÉ 15(QUINZE) DIAS CORRIDOS, COM  
TADOS A PARTIR DO ACEITE DEFINITIVO DOS EQUIPAMENTOS.  
OS MATERIAIS DEVERAO SER ENTREGUES NA SECAO DE ALMOXARIFADO DO TRE-PE, SITUADA  
NA AV. RUI BARBOSA, 320, GRACAS, RECIFE - PE, CEP 52.011-040, NO HORARIO DAS  
8H AS 14H, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA.  
ITEM 31: 1 X 12.000,00  
ITEM 127: 5 X 3.508,00

T O T A L : 29.540,00

-----  
ISABELA LANDIM LESSA  
ORDENADOR-----  
ROBSON COSTA RODRIGUES  
GESTOR FINANCEIRO

Documento assinado eletronicamente por **ROBSON COSTA RODRIGUES**, Secretário(a), em  
11/06/2019, às 17:19, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.





Documento assinado eletronicamente por **ALDA ISABELA SARAIVA LANDIM LESSA, Diretor(a) Geral**, em 12/06/2019, às 12:33, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.tre-pe.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tre-pe.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0921654** e o código CRC **21A4DC12**.

---

0009502-75.2019.6.17.8000

0921654v3

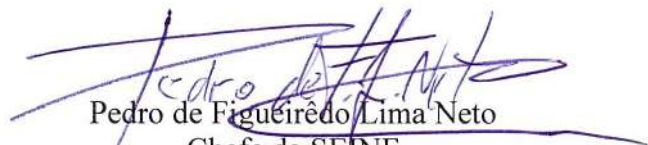
## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa **APPROACH TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o número 24.376.542/0001-21, forneceu através dos empenhos número 2018NE000999 e 2018NE001000, ao **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA**, CNPJ 06.017.798/0001-60, situado no endereço Rua Princesa Isabel, 201 – Centro – João Pessoa/PB - CEP 58.020-528, os produtos e serviços relacionados abaixo:

- 6 (seis) servidores/nós Nutanix NX-8155-G6 divididos em dois sites com replicação síncrona (Metro Availability)
- 4 (quatro) switches Brocade ICX-7250
- Serviço de instalação

Declaramos ainda que a forneceu os referidos produtos e serviços dentro do prazo estipulado, cumprindo todas as exigências técnicas, de qualidade e de garantia previstas no contrato, não havendo até o momento presente nenhum fato que a desabone em relação aos serviços prestados e à sua capacidade técnica.

João Pessoa/PB, 16 de Julho de 2019.

  
Pedro de Figueirêdo Lima Neto  
Chefe da SEINF  
pedro.lima@tre-pb.jus.br

SERVICO PUBLICO FEDERAL  
SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSAO : 03Out18 NUMERO: 2018NE000999 ESPECIE: EMPENHO DE DESPESA  
EMITENTE : 070009/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA  
CNPJ : 06017798/0001-60 FONE: (83)3512.1200  
ENDERECO : AV. PRINCESA ISABEL,201- TAMBIA JOÃO PESSOA - PB  
MUNICIPIO : 2051 - JOAO PESSOA UF: PB CEP: 58020-911

CREDOR : 24376542/0001-21 - APPROACH TECNOLOGIA LTDA  
ENDERECO : PREFEITO OSMAR CUNHA 416 SALA 303 CENTRO  
MUNICIPIO : 8105 - FLORIANOPOLIS UF: SC CEP: 88015-100

TAXA CAMBIO:  
OBSERVACAO / FINALIDADE  
18CT0040 #18AT0042 - EMPENHO EFETUATO P/ ATENDER DESPESA C/ AQUISIÇÃO DE BENS  
PERMANENTES (SERVIDORES C/ SOFTWARES), CONF. OC Nº 125/2018, PROC. Nº 0003372-  
60.2018.6.15.8000 (PE Nº 04/2017 HUL - ARP Nº 42/2018 HUL POR ADESAO).

CLASS : 1 14115 02122057020GP0025 084596 0100000000 449052 000000 AREA INFORM  
TIPO : ORDINARIO MODAL.LICIT.: PREGAO  
AMPARO: LEI10520 INCISO: PROCESSO: 3372-60/2018  
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: SC / 8105  
ORIGEM DO MATERIAL : NACIONAL  
REFERENCIA: ART01 LEI10520/02 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 1.807.885,54  
UM MILHAO, OITOCENTOS E SETE MIL, OITOCENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E\*\*\*\*\*  
CINQUENTA E QUATRO CENTAVOS\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 449052 SUBITEM: 43 -EQUIP DE TIC - SERV/STORAGE  
SEQ.: 1 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 302.029,59  
VALOR DO SEQ. : 302.029,59

CONTRATO Nº 40/2018-TRE/PB, QUE TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE SERVIDOR DA SOLU  
ÇÃO HIPERCONVERGENTE COM SOFTWARE DE GERENCIAMENTO E VIRTUALIZAÇÃO- PART NUMBE  
RS: NUTANIX NX-6155-G5, GARANTIA E SUPORTE POR 3 ANOS - ITEM 46 DA ARP Nº 42/2  
018 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2017 - ÓRGÃO GERENCIADOR: HOSPITAL UNIVERSITÁRIO  
DE LAGARTO/SE - HUL/EBSERH (UASG 155910).

SUBTOTAL : 302.029,59



N O T A D E E M P E N H O


PAGINA: 2

EMISSAO : 03Out18 NUMERO: 2018NE000999 PROCESSO: 3372-60/2018  
EMITENTE : 070009/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA  
CREDOR : 24376542/0001-21 - APPROACH TECNOLOGIA LTDA  
ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

SEQ.: 2	QUANTIDADE:	5	VALOR UNITARIO:	301.171,19
			VALOR DO SEQ. :	1.505.855,95

CONTRATO N° 40/2018-TRE/PB, QUE TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE SERVIDOR DA SOLUÇÃO HIPERCONVERGENTE COM SOFTWARE DE GERENCIAMENTO E VIRTUALIZAÇÃO- PART NUMBERS: NUTANIX NX-6155-G5, GARANTIA E SUPORTE POR 3 ANOS - ITEM 91 DA ARP N° 42/2018 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 04/2017 - ÓRGÃO GERENCIADOR: HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE LAGARTO/SE - HUL/EBSERH (UASG 155910).

T O T A L : 1.807.885,54



-----  
VALTER FELIX DA SILVA  
ORDENADOR



-----  
RANULFO LACET V DE ARAUJO  
GESTOR FINANCEIRO

SERVICO PUBLICO FEDERAL  
SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSAO : 03Out18 NUMERO: 2018NE001000 ESPECIE: EMPENHO DE DESPESA  
EMITENTE : 070009/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA  
CNPJ : 06017798/0001-60 FONE: (83)3512.1200  
ENDERECO : AV. PRINCESA ISABEL,201- TAMBIA JOAO PESSOA - PB  
MUNICIPIO : 2051 - JOAO PESSOA UF: PB CEP: 58020-911

CREDOR : 24376542/0001-21 - APPROACH TECNOLOGIA LTDA  
ENDERECO : PREFEITO OSMAR CUNHA 416 SALA 303 CENTRO  
MUNICIPIO : 8105 - FLORIANOPOLIS UF: SC CEP: 88015-100

TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

18CT0040 #18AT0042 - EMPENHO EFETUADO P/ ATENDER DESPESA C/ CONTRATAÇÃO DOS SE  
RV. DE INSTALAÇÃO DE SERVIDORES E TREINAMENTO OPERACIONAL, CONF. OS Nº165/2018  
, PROC. Nº 3372-60.2018.6.15.8000 (PE Nº 04/2017 - ARP Nº 42/2018 P/ ADESÃO).

CLASS : 1 14115 02122057020GP0025 084596 0127000000 339040 000000 AOSI MANDAD

TIPO : ORDINARIO MODAL.LICIT.: PREGAO

AMPARO: LEI10520 INCISO: PROCESSO: 3372-60/2018

UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: SC / 8105

ORIGEM DO MATERIAL :

REFERENCIA: ART01 LEI10520/02

NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 90.683,64

NOVENTA MIL, SEISCENTOS E OITENTA E TRES REAIS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339040 SUBITEM: 22 -INSTALACAO EQUIPAMENTOS DE TIC

SEQ.: 1 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 15.113,94

VALOR DO SEQ. : 15.113,94

ORDEN DE SERVIÇO PARA FAZER FACE ÀS DESPESAS COM O CONTRATO Nº 40/2018-TRE/PB,  
QUE TEM POR OBJETO A INSTALAÇÃO DE 01 (UM) SERVIDOR DA SOLUÇÃO HIPERCONVERGENT  
E, INCLUINDO TREINAMENTO OPERACIONAL - ITEM 50 DA ARP Nº 42/2018 - PREGÃO ELET  
RÔNICO Nº 04/2017 - ÓRGÃO GERENCIADOR: HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE LAGARTO/SE -  
- HUL/EBSERH (UASG 155910).

SUBTOTAL : 15.113,94

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 2

EMISSAO : 03Out18 NUMERO: 2018NE001000 PROCESSO: 3372-60/2018  
EMITENTE : 070009/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA  
CREDOR : 24376542/0001-21 - APPROACH TECNOLOGIA LTDA  
ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

SEQ.: 2	QUANTIDADE:	5	VALOR UNITARIO:	15.113,94
			VALOR DO SEQ. :	75.569,70

ORDEN DE SERVIÇO PARA FAZER FACE ÀS DESPESAS COM O CONTRATO Nº 40/2018-TRE/PB, QUE TEM POR OBJETO A INSTALAÇÃO DE 5 (CINCO) SERVIDORES DA SOLUÇÃO HIPERCONVERGENTE, INCLUINDO TREINAMENTO OPERACIONAL-ITEM 95 DA ARP Nº 42/2018 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2017 - ÓRGÃO GERENCIADOR: HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE LAGARTO/SE - HUL/EBSERH (UASG 155910).

T O T A L : 90.683,64



-----  
VALTER FELIX DA SILVA  
ORDENADOR



-----  
RANULFO LACET V DE ARAUJO  
GESTOR FINANCEIRO

# CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

## ÍNDICE

CLÁUSULA I.	OBJETO CONTRATUAL.....	3
CLÁUSULA II.	OBRIGAÇÕES DAS PARTES.....	4
CLÁUSULA III.	REMUNERAÇÃO .....	6
CLÁUSULA IV.	PRAZO DE VIGÊNCIA E RESCISÃO.....	8
CLÁUSULA V.	PENALIDADES.....	9
CLÁUSULA VI.	CONFIDENCIALIDADE .....	10
CLÁUSULA VII.	FORO .....	10
CLÁUSULA VIII.	DISPOSIÇÕES GERAIS .....	10



## INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – FOMENTO, CAPTAÇÃO, ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS E OUTRAS AVENÇAS

Pelo presente instrumento, as partes abaixo qualificadas:

- A. **APPROACH TECNOLOGIA LTDA.**, companhia fechada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.376.542/0001-21, com sede na Av. Prefeito Osmar Cunha, nº 416, Centro, município de Florianópolis-SC, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, por seu representante legal abaixo identificado, doravante denominada **CONTRATANTE**, e
- B. **GUTIERREZ MAXWELL CORTES**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF 30.932.496/0001-00, com sede na R DUQUE DE CAXIAS, nº 955, Bairro CENTRO HISTORICO, PORTO ALEGRE, RS – CEP 90.010-282, neste ato representada por GUTIERREZ MAXWELL CORTES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF nº 837.017.100-15 e no RG nº 3092872013, doravante denominados(as) **CONTRATADA**,

Conjuntamente referidas a seguir como **PARTES**, têm entre si justo e contratado o que mutuamente aceitam nas cláusulas abaixo estipuladas:

### CONSIDERANDO QUE:

- (a) A **CONTRATANTE** presta serviços de implantação e venda de equipamentos de rede LAN, WAN, por tecnologia Wireless, Segurança Eletrônica, Telefonia IP, Video Conferência, Segurança da Informação, Data Centers e outros.
- (b) A **CONTRATADA** presta serviços de consultoria na elaboração e acompanhamento de projetos, suporte técnico e outros serviços em tecnologia da informação consistente na preparação/elaboração de apresentações técnicas, formulação de projetos executivos, orientação quanto à formalização do negócio, orientação e eventual participação na prestação de serviços de pós-venda/suporte e eventual ampliação do escopo do negócio para outros produtos e soluções da **CONTRATANTE**.
- (c) As **PARTES** declaram e anuem reciprocamente que as condições previstas no presente Contrato foram estabelecidas de boa-fé, conforme o disposto no artigo 422 da Lei nº. 10.406/2002 (Código Civil), declarando, ainda, que tais condições aqui previstas serão reguladas também pela Lei nº. 4.886/65 e suas alterações (Regula as atividades dos representantes comerciais autônomos); Lei nº 6.839/1980 (Dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões); Lei nº. 12.846/13 (Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências); Lei nº 9.279/96 (lei da propriedade industrial); Lei nº 9.609/98 (lei da propriedade intelectual de programa de computador); Lei nº 9.610/98 (lei da propriedade intelectual).

### CLÁUSULA I.

#### OBJETO CONTRATUAL

- 1.1. O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços, de natureza não exclusiva, na captação de soluções de mercado na área de atuação da empresa, notadamente no ramo de tecnologia da informação e telecomunicações, seja na intermediação de vendas dos respectivos produtos ou na capacitação de clientes, na elaboração, prospecção e acompanhamento de projetos, suas respectivas apresentações, BoM (Bill of Materials), site survey, orientação quanto à formalização do negócio, orientação e eventual participação na prestação de serviços de pós-venda/suporte e eventual ampliação do escopo do negócio para outros produtos e soluções da **CONTRATANTE**.
- 1.2. O presente Contrato refere-se à elaboração, fomento e acompanhamento das soluções e projetos delineados em anexo próprio, além da capacitação de clientes finais referente aos respectivos projetos.





- 1.3. Também, por meio do presente Contrato, a **CONTRATADA** é investida na condição de responsável técnica da **CONTRATANTE** pelos projetos desenvolvidos para a participação nos certames licitatórios em que prestar o serviço objeto deste contrato, responsabilizando-se tecnicamente por todas as atribuições compatíveis com o desempenho das suas atividades previstas neste Contrato.
- 1.4. A **CONTRATADA** desempenhará o objeto deste Contrato sem qualquer tipo de exclusividade territorial sobre projetos, bem como sem predeterminação de zona de atuação, dependendo a atuação de cada projeto específico, delineado pelas partes em anexo próprio ao contrato.
- 1.5. Fica desde já estabelecida a inexistência de qualquer subordinação hierárquica ou jurídica entre as **PARTEs**, bem como entre os prepostos/colaboradores da **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**, não caracterizando, assim, qualquer relação de emprego entre as **PARTEs**, mas tão somente, prestação de serviços. Todos os encargos advindos da presente contratação serão de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive aqueles advindos de eventuais funcionários que vier a contratar, sejam ônus trabalhistas, previdenciários, eventuais reclamações, atos de infrações perante terceiros, encargos advindos com impostos advindos de sua atividade, encargos com notas fiscais e quaisquer outros que são relativos ao pleno gozo das suas atividades.

## CLÁUSULA II.

## OBRIGAÇÕES DAS PARTES

### DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 2.1 Exercer as suas atividades conforme os níveis acordados no presente contrato, mantendo contato tanto com a **CONTRATANTE** quanto com o Cliente Final e mantendo a **CONTRATANTE** informada/ciente de suas ações junto ao Cliente, solicitando todas as informações e dados necessários para a elaboração dos projetos.
- 2.2 Responder, exclusivamente, pela regularidade, litude e conformidade à legislação em vigor dos contatos e trâmites administrativos que efetuar, direta ou indiretamente, junto ao Cliente ou fornecedores da **CONTRATANTE**.
- 2.3 Agir em fiel cumprimento à Lei 12.846, de 01 de agosto de 2013.
- 2.4 Responder por todas as despesas atinentes ao desempenho de suas atividades previstas no objeto deste contrato, incluindo, mas não se limitando, a transporte, alimentação e hospedagem e demais previsões já incursas no item 1.5.
- 2.5 Caso faça uso de funcionários e/ou terceirizados no desempenho do objeto deste contrato, a **CONTRATADA** assumirá a total e inteira responsabilidade pela administração de seus empregados e contratados, assim como pelos encargos deles advindos.
- 2.6 A **CONTRATADA** desde já resta obrigada a indenizar de maneira exclusiva/individual todo e qualquer infortúnio advindo do presente contrato da qual venha cometer de maneira culposa ou dolosa, por si ou seus representantes.
- 2.7 A **CONTRATADA** anui expressamente com a responsabilidade técnica que lhe é atribuída, nos termos da cláusula 1.4 deste Contrato.
- 2.8 Eventuais reclamações formuladas pelos clientes em relação aos serviços prestados pela **CONTRATADA**, independente da natureza, serão somente por ela integralmente respondidos, sem direito de regresso contra a **CONTRATANTE**.
- 2.9 A **CONTRATADA** arcará com todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária e previdenciária que se relacionarem diretamente com objeto do presente contrato.
- 2.10 Caso faça uso de funcionários e/ou terceirizados no desempenho do objeto deste contrato, a **CONTRATADA** assumirá a total e inteira responsabilidade pela administração de seus empregados e contratados e pelos encargos e obrigações trabalhistas, sociais e

previdenciárias.

**2.11**

A **CONTRATADA** não poderá:

- a) empregar os nomes ou referir-se à **CONTRATANTE** ou aos seus parceiros ou aos seus produtos/serviços para outros fins que não o do presente Contrato, exceto para a promoção de eventuais novos negócios para a **CONTRATANTE** junto a outros potenciais clientes, desde que previamente autorizada;
- b) agir de forma a macular a imagem ou o nome da **CONTRATANTE**;
- c) pretender/ansiar/prospectar/adquirir/fomentar/requerer a quaisquer direitos de propriedade industrial sobre os produtos/soluções oferecidas pela **CONTRATANTE**, de qualquer natureza, seja participando direta ou indiretamente em sociedades empresárias, individual ou qualquer meio que possa auferir vantagem para si ou para outrem sob pena inclusive de incorrer em ilícito penal, não excetuando as consequências e indenizações cíveis atinentes à matéria.
- d) oferecer garantia sobre a eficiência dos serviços e produtos da **CONTRATANTE**, quando relacionados à satisfação das solicitações e necessidades específicas do Cliente, salvo quando referentes às especificações técnicas;
- e) agir ou praticar qualquer ato que privilegie fornecedores ou prestadores de serviços públicos, quando da obtenção de novos negócios, podendo praticar atos somente previstos em Lei, notadamente aqueles emoldurados nos Art. 37 da Constituição Federal (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência);
- f) agir ou praticar qualquer ato que privilegie fornecedores ou prestadores de serviços públicos, quando da obtenção de novos negócios;
- g) oferecer qualquer tipo de vantagem patrimonial ou extrapatrimonial, direta ou indireta, a qualquer cliente ou fornecedor; e
- h) influenciar a decisão do Cliente Final ou Fornecedor em fazer ou deixar de fazer algo, considerando a posição da **CONTRATADA** ou cargos que seus sócios ou prepostos ocupam, ou em função das facilidades que tais posições ou cargos possam lhe proporcionar.
- i) violar o sigilo profissional;
- j) negar à **CONTRATANTE** as competentes prestações de contas, recibos de quantias ou documentos que lhe tiverem sido entregues, para qualquer fim;
- k) prejudicar, por dolo ou culpa, os interesses confiados aos seus cuidados;
- l) promover ou facilitar negócios ilícitos/escusos/duvidosos bem como quaisquer transações que prejudiquem os interesses da **CONTRATANTE**; e
- m) sanar toda e qualquer dúvida quando surgirem fatos alheios aqueles que já exerça em harmonia e que já possuem o consentimento da **CONTRATANTE**.

**DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

**2.12**

Fornecer à **CONTRATADA** as informações necessárias para o bom desempenho de suas obrigações de prestação dos serviços objeto do presente Contrato.

**2.13**

Remunerar a **CONTRATADA** na forma prevista no presente Contrato.

**2.14**

A **CONTRATANTE** ou alguma outra empresa/fabricantes/fornecedores parceiros indicados

5

expressamente pela **CONTRATANTE** serão os únicos responsáveis pela prestação de seus serviços ao Cliente Final e pelo Produto adquirido por este.

- 2.15 A **CONTRATADA** é pessoa totalmente independente da **CONTRATANTE** e, desta forma, é a única responsável por todo e qualquer ato ilícito/ilegal/culposo/doloso perante terceiros. A **CONTRATANTE** não possui qualquer vínculo societário, associativo ou empregatício com a **CONTRATADA**, não cabendo inclusive ação de regresso por atos irregularmente praticados por quaisquer das **PARTES**.

#### DAS OBRIGAÇÕES COMUNS

- 2.16 Obrigam-se as **PARTES**, conjuntamente, a agir, sempre de acordo com a boa-fé contratual, respeitando os valores éticos na condução dos negócios, a responsabilidade social e sustentabilidade, comprometendo-se, ainda, a não agir com deslealdade ou qualquer comportamento que resulte em conflito de interesses.

#### CLÁUSULA III.

#### REMUNERAÇÃO

- 3.1 Pelos serviços prestados em decorrência deste contrato, em caso de sucesso do negócio/projeto desenvolvido pela **CONTRATADA**, a **CONTRATADA** fará jus à comissão pelo sucesso, que terá como base o valor bruto recebido pela **CONTRATANTE** do Cliente Final, cujos negócios decorram dos projetos desenvolvidos pela **CONTRATADA**, para o percentual abaixo elencado:
- 3.2 A comissão pelo sucesso da **CONTRATADA**, sobre os negócios/projetos bem-sucedidos, será de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor recebido pela **CONTRATANTE** do Cliente Final. Respectiva comissão será definida em anexo próprio que irá discriminar o projeto e a participação da **CONTRATADA**.
- 3.3 A **CONTRATANTE** fará o pagamento da respectiva comissão até o dia 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da liquidação da fatura/nota de empenho pelo Cliente, desde que a respectiva liquidação tenha ocorrido até o 20º (vigésimo) dia do respectivo mês.
- 3.4 Para tanto, as partes acordam que a **CONTRATANTE** enviará relatório discriminado de liquidação das faturas/notas dos respectivos projetos bem-sucedidos para a **CONTRATADA**, com a referência pormenorizada dos prejuízos incidentes sobre a margem financeira, se houver, conforme estipulado no item 3.9.2, até o dia 25 (vinte e cinco) do respectivo mês, com a indicação da remuneração incidente, cabendo a **CONTRATADA** apontar diferenças no prazo de 05 dias, sob pena de perda do direito de contestar as mesmas, conferindo, assim, sua plena e irrevogável aceitação dos valores demonstrados.
- 3.5 A **CONTRATADA** deverá emitir nota fiscal quanto as respectivas comissões, remetendo para a **CONTRATANTE** até o 3º (terceiro) dia útil do mês para fins de programação financeira.
- 3.6 A nota fiscal deverá ser emitida somente após a comunicação de confirmação pela **CONTRATANTE** do pagamento efetuado pelo Cliente. A comunicação do pagamento efetuado pelo Cliente deverá ser feita em até 05 (cinco) dias úteis após o efetivo pagamento do Cliente.
- 3.7 As **PARTES** poderão convencionar pagamentos/adiantamentos mensais das comissões, também, mas não somente, em casos que se verifiquem atrasos de pagamentos de clientes, o que desde já aduz em mera liberalidade.
- 3.8 Para os contratos de serviços recorrentes (periódicos) o pagamento poderá ser realizado mensalmente, após o repasse por parte do cliente, respeitando os prazos deste contrato, conforme item 3.4, o que desde já se aduz mera liberalidade.

3.9

Diante da natureza do negócio jurídico e do compartilhamento de responsabilidades e dos riscos sobre os negócios/projetos estabelecido neste contrato, a **CONTRATADA** somente adquirirá o direito às comissões em caso de sucesso do negócio/projeto e após o pagamento efetuado pelo Cliente Final, considerando-se como sucesso do negócio/projeto, para fins de caracterização do direito ao recebimento de comissão pela **CONTRATADA**, a existência de margem financeira positiva no respectivo negócio/projeto.

3.9.1 Caso não ocorra nenhum pagamento ou venda vinculada ao negócio/projeto elaborado pela **CONTRATADA**, ou ainda caso o negócio/projeto apresente margem financeira negativa, a **CONTRATADA** não receberá comissão.

3.9.2 Para fins de apuração da existência de margem financeira positiva ou negativa para cada negócio/projeto, para efeito de incidência ou não de comissões, considerar-se-á, como parâmetro, o valor bruto pago pelo Cliente Final à **CONTRATANTE**, deduzindo da margem financeira positiva, inicialmente estipulada, os prejuízos provocados pela variação cambial, pelo atraso no fornecimento de materiais/produtos pelos fabricantes/fornecedores, pelo atraso provocado por barreiras alfandegárias e por quaisquer prejuízos, não previstos inicialmente, cuja responsabilidade não decorra exclusivamente da **CONTRATANTE**.

3.9.3 Nos casos em que a margem financeira negativa do projeto decorra exclusivamente de falhas da **CONTRATANTE**, como erros administrativos, erros de logística, erros de instalação de produtos e quaisquer tipo de falhas internas da **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** ainda assim fará jus ao recebimento de comissão.

3.10

Em caso de adesão ao projeto de nova venda através de "Ata de Registro de Preços", a **CONTRATADA** terá direito aos mesmos percentuais de comissão previamente estipulados para aquele projeto, desde que atue diretamente também na análise técnica da adesão.

3.11

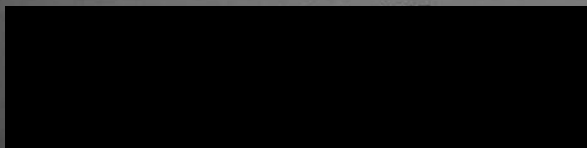
Em razão da expertise de mercado da **CONTRATADA**, fica estipulado que caso alcance o número mínimo de 03 captações de solução de mercado na área de atuação da **CONTRATANTE** por mês, ou ainda alcance o mesmo número de soluções dentre aquelas previstas no item 1.1 do objeto contratual, o que será demonstrado à **CONTRATANTE** mediante relatório mensal emitido pela **CONTRATADA** até o último dia do respectivo mês e dependerá de aceite da **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** fará jus a uma comissão de R\$ [REDACTED] pelas soluções alcançadas naquele mês, a ser pagas até o dia 05 dias do aceite.

3.12

Tendo em vista que a atuação da **CONTRATADA** não se resume à elaboração dos projetos, mas também ao acompanhamento dos respectivos projetos junto ao Cliente Final, nos termos do descrito no objeto deste contrato, fica acordado que as comissões referidas nesta Cláusula somente incidirão sobre os empenhos/notas fiscais já efetivamente liquidados e pagos durante a vigência do contrato de prestação de serviços. Assim, fica estipulado que havendo distrato do presente contrato, o comissionamento relacionado a pagamentos parcelados vinculados ao projeto, com execução e faturamento a posteriori, ou ainda vendas futuras e similares, adesões futuras por "Ata de Registro de Preços" não serão devidos à **CONTRATADA** após a extinção do contrato de prestação de serviços, pela ausência do acompanhamento do projeto, e consequentemente prestação de serviço, pela **CONTRATADA**.

3.13

Os pagamentos a **CONTRATADA** deverão ser feitos à seguinte conta bancária:





**CLÁUSULA IV.****PRAZO DE VIGÊNCIA E RESCISÃO**

- 4.1 Este contrato terá início de vigência a partir da data da sua assinatura e vigorará por prazo indeterminado
- 4.2 Se, quando do término ou rescisão deste contrato, permanecerem vigentes um dos seus anexos, as cláusulas e condições aqui dispostas, inclusive no que tange ao pagamento, permanecerão válidas e vigentes em relação ao referido anexo até o seu efetivo término.
- 4.3 Observado o disposto na cláusula 4.2, as partes poderão, a qualquer tempo, rescindir o presente contrato, mediante aviso prévio, por escrito, com 24 horas de antecedência, ou ao pagamento de importância igual a [REDACTED]
- 4.4 O contrato poderá ser imediatamente rescindido pelas partes, nas seguintes hipóteses:
- a) por mútuo consentimento das partes, mediante a celebração de termo de distrato;
  - b) por suspensão, por determinação de autoridade governamental competente, da prestação de serviços por período superior a 30 (trinta) dias;
  - c) por qualquer das partes, na hipótese de uma delas deixar de cumprir com qualquer de suas obrigações e cláusulas do presente contrato, e tal descumprimento não for solucionado no prazo de 10 (dez) dias contados da notificação enviada pela parte prejudicada;
  - d) condenação de qualquer das partes em processo judicial por atos que contrariem a ética profissional ou a boa prática da respectiva atividade;
  - e) subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial deste contrato, sem a prévia autorização por escrito da outra parte;
  - f) se uma das partes requerer a recuperação judicial ou extrajudicial, tiver decretada a sua falência, for declarada judicialmente insolvente, promover sua dissolução, liquidação ou alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura que prejudique a execução do contrato;
  - g) atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devidos pela **REPRESENTADA** decorrentes dos serviços executados e já aceitos;
  - h) caso fortuito e força maior que causem atrasos ou impossibilitem a execução do contrato, superiores a 20 (vinte) dias;
  - i) inobservância do sigilo absoluto a respeito dos serviços executados, na forma disciplinada no presente contrato;
  - j) se uma das partes for negligente ou imprudente e se agir com imperícia no desempenho de seus deveres;
  - k) se uma das partes promover ou facilitar negócios ilícitos;
  - l) se houver violação de sigilo profissional;
  - m) quando formalmente solicitado por uma das partes, a outra não lhe fornecer as informações detalhadas sobre o andamento dos negócios.
  - n) pela violação dos deveres de ética e moralidade descritas na Cláusula II deste contrato.
  - o) demais previsões legais emolduradas nos arts. 19, 35 e 36 da Lei 4.886/65.

**CLÁUSULA V.****PENALIDADES**

- 5.1 A inobservância, por qualquer motivo, de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato, sujeitará a parte infratora/inadimplente ao pagamento de perdas e danos, lucros cessantes, dano material, dano moral, honorários advocatícios e qualquer dano existente por dolo ou culpa, tenha sido causado por si ou por interposta pessoa.

**CLÁUSULA VI.****CONFIDENCIALIDADE**

- 6.1 Informações Confidenciais são todas as informações, comunicações ou dados, em qualquer forma, seja oral, escrita, gráfica, eletromagnética ou outra, relacionada a qualquer das Partes ou aos seus negócios e atividades, incluindo, mas não se limitando a especificações técnicas, métodos, *know-hows*, tecnologias, sistemas, processos ou políticas de segurança, softwares e informações verificáveis por inspeção ou análise de amostras, a natureza da relação comercial entre as Partes, incluindo as condições, o objeto e os modelos de negócios revelados por uma Parte à outra ou por uma terceira parte em nome de uma das Partes, antes ou após a assinatura do presente Contrato, excluindo-se aquelas informações e aqueles dados que: i) já eram ou venham a tornar-se de conhecimento público sem intervenção das Partes; ii) a Parte receptora das informações ou dos dados demonstra que: a) já estavam em sua posse ou eram de seu conhecimento por já estarem sendo usados por ela anteriormente sem qualquer obrigação de confidencialidade ou b) que foram desenvolvidos por ou para essa Parte independentemente de terem sido revelados pela outra Parte; iii) a outra Parte autorize previamente e por escrito a sua comunicação a terceiros; iv) é comunicada a terceiros em cumprimento a ordem judicial ou administrativa, em quais casos essa Parte deverá comunicar previamente por escrito à outra Parte, de imediato após tomar conhecimento da ordem judicial ou administrativa, acerca da mesma para que possam ser tomadas medidas protetoras e cautelares.
- 6.2 As Partes deverão comunicar, uma à outra, aquelas Informações Confidenciais suficientes e necessárias para os fins do presente Contrato.
- 6.3 Cada Parte deverá tomar todas as medidas necessárias para assegurar que as Informações Confidenciais permaneçam protegidas contra acessos indevidos, restringindo-as aos seus diretores e a **CONTRATADA** ou funcionários e auditores que e na medida em que precisem efetivamente ter acesso às mesmas.
- 6.4 As Partes não poderão divulgar a terceiros e existência do presente Contrato, incluindo seu objeto, exceto para atender a exigências legais, tais como auditorias ou outras.
- 6.5 Para fins do presente, considera-se como confidencial e protegida toda e qualquer informação relativa às operações, processos, planos ou intenções, informações sobre produção, instalações, equipamentos, segredos de negócio, segredo de fábrica, dados, habilidades especializadas, projetos, métodos e metodologia, fluxogramas, especializações, componentes, fórmulas, produtos, amostras, diagramas, desenhos de esquema industrial, patentes, oportunidades de mercado e questões relativas a negócios revelados da tecnologia supra mencionada.
- 6.6 Pelo não cumprimento da estipulação da Confidencialidade e Sigilo que o presente contrato requer, responderá àquele que o violar pelos danos materiais e morais causados, sem prejuízo do pagamento, em favor da parte prejudicada, de multa a ser estipulada por juízo competente em caso de vazamento de informações a ser arcado diretamente pelo infrator e/ou pela entidade por si representada.
- 6.7 O presente termo é regido pela Lei nº 9.279/96 (lei da propriedade industrial); Lei nº 9.609/98 (lei da propriedade intelectual de programa de computador); Lei nº 9.610/98 (lei da propriedade intelectual) e demais legislação aplicável a espécie.



**CLÁUSULA VII.****FORO**

- 7.1 Para dirimir as controvérsias oriundas do presente Contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Florianópolis/SC, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA VIII.****DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 8.1 **Compromissos, Declarações e Garantias.** Cada uma das **PARTES**, pelo presente Contrato, se compromete, declara e garante à outra Parte que:
- a) é uma sociedade devidamente constituída segundo a Legislação brasileira, está devidamente estabelecida e atua de forma legal, segundo a referida Legislação e está qualificada para realizar seus negócios nas jurisdições em que atua;
  - b) possui capacidade e legitimidade para exercer suas atividades e celebrar o presente Contrato e qualquer contrato ou instrumento referido ou contemplado no presente Contrato, bem como para cumprir todas as obrigações e compromissos estabelecidos pelo presente Contrato;
  - c) possui as autorizações societárias e regulatórias necessárias para a celebração do presente Contrato e de todo e qualquer contrato ou instrumento referido ou contemplado no presente Contrato, bem como para cumprir todas as obrigações e compromissos estabelecidos pelo presente Contrato, sendo certo que tal cumprimento: (A) não conflitará com ou resultará na violação de qualquer compromisso, acordo ou contrato do qual seja parte ou pelo qual esteja obrigada; e (B) não violará qualquer disposição da Legislação aplicável;
  - d) o presente Contrato foi devidamente assinado e celebrado por seus representantes legais, sendo portanto válido e eficaz, obrigando a referida Parte de acordo com seus termos;
  - e) Não está insolvente, não propôs transação aos seus credores em geral, não tem contra si pedidos de falência ajuizados, não requereu sua autofalência, não requereu ou teve requerida sua recuperação judicial ou extrajudicial.
- 8.2 **Validade e Veracidade dos Compromissos, Declarações e Garantias.** As **PARTES** reconhecem e acordam que seus compromissos, declarações e garantias deverão permanecer sempre válidos e verdadeiros durante todo o tempo em que o presente Contrato estiver em vigor.
- 8.3 **Obrigações Implícitas.** Não existem obrigações implícitas contidas no presente Contrato que não aquela de agir segundo os princípios da boa-fé contratual.
- 8.4 **Cessão e Transferência de Direitos e Obrigações.** O presente Contrato e todos os direitos relacionados são pessoais e não poderão ser cedidos, total ou parcialmente, por qualquer das Partes, sem a prévia anuência por escrito da outra Parte.
- 8.5 **Custos e Despesas.** Cada uma das **PARTES** será exclusivamente responsável por qualquer despesa em que vier a incorrer em virtude da negociação e da execução do presente Contrato, contudo por liberalidade a **CONTRATANTE** poderá efetuar reembolso de despesas tais como: viagens, alimentação, deslocamentos e demais que após deliberadas acreditar necessária para o fiel desenvolvimento do objeto do presente contrato.
- 8.6 **Inexistência de Parceria.** Os termos do presente Contrato não serão interpretados no sentido de constituir uma parceria entre as Partes, bem como não constituirá qualquer das Partes como um agente ou representante legal da outra Parte ou criará uma relação fiduciária entre as Partes, exceto se definido expressamente de outra forma.

- 8.7 **Acordo Integral.** O presente Contrato (incluindo seus Anexos) e os demais documentos e contratos referidos no presente Contrato representam o acordo integral entre as **PARTES** com relação às transações ora contempladas e substitui todos os acordos celebrados entre as Partes, especialmente o Contrato Inicial.
- 8.8 **Sobrevivência.** Todas as disposições do presente Contrato cujos termos, condições ou obrigações não tenham sido ou não possam ser totalmente cumpridos antes da rescisão ou expiração do presente Contrato, por qualquer motivo, sobreviverão à rescisão ou expiração do presente Contrato, juntamente com todas as definições utilizadas nessas disposições.
- 8.9 **Inexistência de Vínculo Trabalhista.** Para todos os efeitos legais e contratuais, as **PARTES** expressamente concordam que o presente contrato não possui natureza trabalhista não se estabelecendo, sob nenhuma circunstância ou condição, qualquer vínculo trabalhista entre as **PARTES**. Assim, cada uma das **PARTES** deste Contrato responde integralmente pelos respectivos encargos sociais dos seus empregados, incluindo-se os trabalhistas, previdenciários e tributários, vez que constituem ônus exclusivos de cada empresa. Ocorrendo qualquer reclamação trabalhista dos empregados de cada empresa, cada Parte assumirá prontamente, e de forma integral, sem qualquer limitação, todas as suas responsabilidades e obrigações dela decorrentes, de forma a isentar a outra Parte de forma plena, expressa e inquestionável de qualquer litígio ou indenizações.
- 8.10 **Notificações.** Todas as notificações, comunicações e avisos necessários ou permitidos segundo o presente Contrato deverão ser feitos por escrito e entregues para cada uma das **PARTES** por meio de carta registrada, com solicitação de aviso de recebimento; fac-símile com o comprovante de envio e/ou e-mail com "aviso de leitura", conforme segue:
- Quando para a **CONTRATANTE:**  
**APPROACH TECNOLOGIA LTDA.**
- E-Mail: [kent@approachtec.com.br](mailto:kent@approachtec.com.br)
- Quando para a **CONTRATADA:**  
**GUTIERREZ MAXWELL CORTES**
- E-Mail: [GUTIERREZ.MAXWELL@GMAIL.COM](mailto:GUTIERREZ.MAXWELL@GMAIL.COM)
- 8.11 **Alterações.** Este contrato apenas poderá ser alterado mediante aditivo assinado mutuamente.
- 8.12 **Tolerância e Renúncia.** Dentro dos limites permitidos pela Legislação brasileira, o atraso de uma Parte para exercer qualquer direito decorrente deste Contrato e seus Anexos não deverá ser interpretado como renúncia a qualquer direito.
- 8.13 **Independência das Disposições.** Caso, por qualquer motivo, qualquer das disposições do presente Contrato seja considerada inválida, ilegal ou ineficaz, as **PARTES** deverão substituir tal disposição por outra que seja legalmente aceita e que reflita a original vontade das Partes existente na data de assinatura deste Contrato, sendo certo que as demais disposições do presente Contrato não deverão ser afetadas por tal circunstância.
- 8.14 **Exclusivo Benefício das Partes.** Este Contrato é celebrado em benefício único e exclusivo das **PARTES**, seus respectivos sucessores e cessionários autorizados, e este Contrato não conferirá a qualquer terceiro qualquer remédio, reclamação, responsabilidade, causa de pedir ou qualquer outro direito, vedado desde já a cessão de direitos ou sub rogação de poderes.
- 8.15 **Suspensão do contrato.** Uma vez convencionado pelas partes, com antecedência de 60 (sessenta dias) poderão anualmente as **PARTES** suspender o contrato por no máximo 30 (trinta) dias para que se efetue a prestação de contas, novas estratégias de negócios, capacitação e demais necessidades que se fizerem inerentes ao presente contrato.

- 8.16 **Bonificação:** após encerrado um período de 6 (seis) meses consecutivos, desde que verificado que as metas regularmente delineadas foram alcançadas pela **CONTRATADA**, poderão ser definidos valores de bonificação através de documento próprio, o que se traduzirá em mera liberalidade.
- 8.17 **Contratos anexos.** A **CONTRATANTE** poderá, mediante instrumentos próprios anexos ao presente contrato, ceder parte de suas instalações para o fiel desenvolvimento das atividades da **CONTRATADA**, assim como computadores, programas, etc.

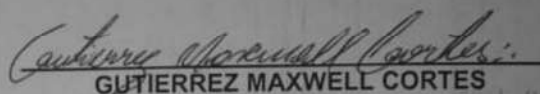
**E, POR ESTAREM ASSIM JUSTAS E CONTRATADAS**, as Partes assinam o presente instrumento por meio de seus representantes legais devidamente autorizados, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo indicadas.

Florianópolis, 27 de Outubro de 2021.

ODILON DE  
BITENCOURT HEITICH  
JUNIOR:25103433869

Assinado de forma digital por  
ODILON DE BITENCOURT HEITICH  
JUNIOR:25103433869  
Dados: 2021.10.28 11:09:19 -03'00'

\_\_\_\_\_  
APPROACH TECNOLOGIA LTDA

  
GUTIERREZ MAXWELL CORTES

Testemunhas:

Nome: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_



is proud to award

Gutierrez Maxwell Cortes

the title of



Nutanix Certified Services Core

in recognition of successful completion of all certification requirements

Issued on: 30 DEC 2021

  
Rajiv Ramaswami, CEO

São Paulo, 23 de November de 2023

Ao

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Referência: **PREGÃO ELETRÔNICO nº 34/2023**

## DECLARAÇÃO

A NUTANIX BRAZIL TECHNOLOGIES LTDA, situada à Rua Funchal 418, 34º e 35º do Edifício e-Tower, Vila Olímpia, São Paulo – SP - 04551-060, inscrita sob CNPJ 19.551.989/0001-50, na condição de fabricante declara para os devidos fins que a empresa APPROACH TECNOLOGIA LTDA, sediada à Av. Prefeito Osmar Cunha, 416, sala 303, Florianópolis - SC, inscrita no Ministério da Fazenda sob CNPJ No. 24.376.542/0001-21, é revenda autorizada, podendo comercializar, instalar, configurar e dar suporte aos produtos NUTANIX sem prejuízo à garantia dos equipamentos e softwares.

Atenciosamente,



**NUTANIX BRAZIL TECHNOLOGIES LTDA**

Leonel Carlos de Oliveira

Diretor Geral

leonel.oliveira@nutanix.com

+55 11 99447-7788

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** LEONEL CARLOS DE OLIVEIRA  
Data: 23/11/2023 14:53:02-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>